

# **Diário Oficial dos Municípios**

de Santa Catarina



**Diário Oficial  
dos Municípios**  
de Santa Catarina



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1509

Terça-feira - 17 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3
Água Doce .....	3
Alto Bela Vista .....	9
Anchieta .....	9
Antônio Carlos .....	13
Arroio Trinta .....	13
Ascurra .....	14
Atalanta .....	18
Bela Vista do Toldo .....	25
Benedito Novo .....	27
Biguaçu .....	28
Bom Jesus do Oeste .....	36
Bom Retiro .....	37
Braço do Trombudo .....	38
Brusque .....	39
Caçador .....	42
Camboriú .....	52
Campo Alegre .....	54
Campos Novos .....	57
Canoinhas .....	66
Capinzal .....	74
Catanduvas .....	76
Chapadão do Lageado .....	76
Cocal do Sul .....	77
Concórdia .....	78
Cordilheira Alta .....	81
Coronel Freitas .....	83
Coronel Martins .....	84
Corupá .....	85
Curitibanos .....	86
Doutor Pedrinho .....	87
Ermo .....	89
Erval Velho .....	89
Faxinal dos Guedes .....	90
Forquilha .....	91
Fraiburgo .....	93
Garopaba .....	94
Garuva .....	96
Gaspar .....	98
Governador Celso Ramos .....	100
Grão Pará .....	101
Guaramirim .....	102
Guarujá do Sul .....	105
Herval d'Oeste .....	106
Ilhota .....	107
Imbituba .....	108
Ipumirim .....	111
Irineópolis .....	117
Itapiranga .....	117
Itapoá .....	118
Ituporanga .....	120
Joaçaba .....	121
Lages .....	152
Lebon Regis .....	157
Leoberto Leal .....	159
Luzerna .....	161
Macieira .....	169
Mafra .....	171
Maracajá .....	172
Massaranduba .....	173
Meleiro .....	173
Modelo .....	174
Monte Carlo .....	177
Navegantes .....	179
Nova Trento .....	181
Novo Horizonte .....	182
Orleans .....	182
Palhoça .....	192
Palmitos .....	219
Passos Maia .....	220
Paulo Lopes .....	220
Penha .....	222
Pinheiro Preto .....	224
Pomerode .....	229
Porto Belo .....	237
Porto União .....	239
Rio do Sul .....	239
São Bento do Sul .....	241
São João do Sul .....	255
São José .....	256
São José do Cedro .....	284
São Lourenço do Oeste .....	297
São Pedro de Alcântara .....	298
Schroeder .....	299
Serra Alta .....	306
Timbé do Sul .....	306
Timbó .....	307
Treze Tílias .....	308
Tunápolis .....	309
Turvo .....	312
Vargeão .....	316
Vargem Bonita .....	316
Vidal Ramos .....	317
Videira .....	318
Vitor Meireles .....	323
Xavantina .....	336
Xaxim .....	337

AMUREL .....	339
EGEM .....	339
FECAM .....	343

### Consórcios

ARIS .....	345
CIGA .....	346
CIS/AMURES .....	348
CITMAR .....	348

### Associações

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Abdon Batista****PREFEITURA****Errata TP 01/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
ERRATA EXTRATO EDITAL Nº 90/2014  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 01/2014

**ONDE SE LÊ**

Elmar Marino Mecabo                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal em Exercício      Pregoeiro

**LEIA-SE**

Elmar Marino Mecabo  
Prefeito Municipal em Exercício

Joao Paulo da Silva  
Presidente da comissão de licitação

**Água Doce****PREFEITURA****Portaria 175/2014**

PORTARIA Nº 175/2014 13 de Junho de 2014  
"DESISTÊNCIA DE TESTE SELETIVO 007/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**Resolve:**

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do teste seletivo 007/2014 , de Alice Mara Tonial, referente ao cargo de Agente Comunitária de Saúde, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Junho de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**Edital Infração Nº 128 604 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 128 604/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DKN5578	54888429B	5193/0	26/04/2014	168
MBW7278	54888425B	5720/0	24/04/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL INFRACAO Nº 774 327 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 774 327/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJN2408	8774073920	7455/0	24/04/2014	218 * I
ANV9765	8774073849	7455/0	18/04/2014	218 * I
ANV9765	8774073856	7455/0	19/04/2014	218 * I
AVT7510	8774074447	7463/0	18/05/2014	218 * II
AYB1558	8774074312	7455/0	12/05/2014	218 * I
GUS2504	8774073704	7455/0	17/04/2014	218 * I
GUS2504	8774073946	7455/0	26/04/2014	218 * I
ICC8346	8774073743	7455/0	19/04/2014	218 * I
IIF2963	8774074134	7455/0	30/04/2014	218 * I
INH1019	8774074395	7455/0	12/05/2014	218 * I
INS4798	8774074579	7463/0	25/05/2014	218 * II
IQA5373	8774074258	7455/0	05/05/2014	218 * I
KLI0255	8774074542	7455/0	19/05/2014	218 * I
LXP5858	8774074440	7455/0	18/05/2014	218 * I
LYP6210	8774073952	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYX4681	8774074039	7463/0	28/04/2014	218 * II
MBO4191	8774074043	7455/0	28/04/2014	218 * I
MBP7882	8774074068	7455/0	30/04/2014	218 * I
MBP7882	8774074135	7455/0	30/04/2014	218 * I
MCD9038	8774073889	7455/0	21/04/2014	218 * I
MCD9038	8774073992	7455/0	21/04/2014	218 * I
MCI1789	8774074063	7455/0	30/04/2014	218 * I
MCV3760	8774074410	7455/0	14/05/2014	218 * I
MCW8257	8774074079	7455/0	01/05/2014	218 * I
MEB2684	8774074552	7455/0	22/05/2014	218 * I
MFU7090	8774074026	7455/0	27/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ9216	8774074444	7455/0	18/05/2014	218 * I
MHD0864	8774073908	7455/0	23/04/2014	218 * I
MHD3667	8774073982	7455/0	21/04/2014	218 * I
MIG3262	8774073960	7455/0	27/04/2014	218 * I
MIH2543	8774074332	7455/0	13/05/2014	218 * I
MIL9941	8774073984	7455/0	21/04/2014	218 * I
MIV7200	8774074460	7455/0	20/05/2014	218 * I
MIX5147	8774074153	7455/0	02/05/2014	218 * I
MIY3118	8774074069	7455/0	30/04/2014	218 * I
MJL2488	8774074088	7463/0	02/05/2014	218 * II
MJS2716	8774074099	7455/0	03/05/2014	218 * I
MJZ1736	8774074428	7455/0	16/05/2014	218 * I
MKD9629	8774073913	7455/0	23/04/2014	218 * I
MKI7764	8774073906	7455/0	22/04/2014	218 * I
MKJ3234	8774073965	7455/0	27/04/2014	218 * I
MKP6157	8774074109	7455/0	04/05/2014	218 * I
MKZ3496	8774073963	7463/0	27/04/2014	218 * II
MLD4390	8774074020	7471/0	25/04/2014	218 * III
MLZ0832	8774074005	7463/0	23/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL INFRACAO Nº 774 328 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 328/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGI0537	8774073566	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQA0684	8774073456	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATK4248	8774073448	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AYB0580	8774073552	7463/0	04/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
HTD7698	8774073402	7463/0	31/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL INFRACAO Nº 128 603 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 128 603/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBW7278	54888424B	5274/1	24/04/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA



**Alto Bela Vista****PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 25/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2014  
Modalidade: PREGÃO nº 17/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e julgamentos disciplinares do campeonato municipal de futebol de salão, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 13:50 horas, do dia 02 de Julho de 2014, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 16 de junho de 2014.  
Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

**Anchieta****PREFEITURA****Lei Nº. 2.088/2014.**

LEI Nº. 2.088/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA EM EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), para execução no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a onerar dotação orçamentária em atendimento a Lei Municipal nº. 2.040/2014 de 21 de janeiro de 2014 que Dispõe sobre a criação do Programa NASF no âmbito do Município de Anchieta/SC

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de onerar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.108 - Manutenção do Programa NASF.

( ) 3.1.90.00.00.00.00.00.0727 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

( ) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º Para dar atendimento aos despesas do Programa fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação do Recurso do Programa NASF e para a cobertura do crédito de contrapartida fica, igualmente, autorizado a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.101 - Adm. Gerl. Bens e Serv.Unid. Assit. Med. Sanitária

09 - 3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
em 04 de junho de 2014.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

### **Lei Nº2.089/2014.**

LEI Nº2.089/2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, AUXÍLIO FINANCEIRO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I

#### DA AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Ratificar o Termo de Cooperação Técnica entre os Municípios de Campo Erê, São Bernardino, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e Anchieta os quais compõem o CAPS I - Microrregional com sede a Cidade de Campo Erê - SC, conforme Portaria nº. 336 de 19 de fevereiro de 2002 do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, autorizado a conceder um auxílio financeiro ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ, inscrito no CNPJ nº. 11.307.776/0001-75, com sede a Rua Bandeirantes, nº. 48, Município de Campo Erê - SC, Cep: 89980-000, a importância de até R\$ 9.672,00 (nove mil seiscentos e setenta e dois reais) por mês, nos meses de maio, junho e julho do corrente exercício financeiro para manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS conforme Termo de Cooperação.

Art. 3º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidades Bancárias Oficiais, movimentadas por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos recursos para comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às próximas transferências.

Parágrafo Único. Não se concederá o auxílio financeiro a Comissão em alcance por dois já concedidos.

Art. 5º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal à luz da legislação vigente, serão obrigatoriamente recolhidas em favor dos Cofres Públicos Municipais.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos no artigo 3º da presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos em favor da municipalidade.

Art. 7º Serão responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º As prestações de contas dos recursos recebidos serão apresentadas à Contadoria Geral do Município, nos prazos previstos nesta lei, instruídas com os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento da prestação de contas;
- b) balancete modelo;
- c) extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se houver;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas, bem legíveis e sem rasuras e ou entrelinhas; e,
- e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. As Prestações de Contas e demais documentos que comprovarem a boa e real aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinadas pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica igualmente autorizado o Executivo Municipal a regulamentar por ato próprio, se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos ora autorizada, visando assim o bom emprego do dinheiro público.

Art. 10º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da seguinte dotação: 09.01.10.301.0428.2.054 - Auxílio Financeiro a Entidades - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ - CAPS I - ( ) 3.3.50.00.00.00.00.00.0335 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, conforme descritas no Capítulo seguinte.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 11º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 29.016,00 (vinte e nove mil e dezesseis reais), referente a 03(três) meses, com o objetivo de onerar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

## 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.054- Auxilio Financeiro a Entidades - F.M. SAUDE CAMPO ERE - CAPS I.

( ) 3.3.50.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas  
R\$ 29.016,00

Total R\$ 29.016,00

Art. 12º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

## 09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

## 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.101 - ADM. GERL BENS E SERV UNID ASSIT MED. SANITARIA

(8) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas  
R\$ 29.016,00  
Total R\$ 29.016,00

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 13º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 14º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 04 de junho de 2014.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

**Lei Nº. 2.090/2014.**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Anchieta  
LEI Nº. 2.090/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 650.000,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) EM CONFORMIDADE COM LEI MUNICIPAL Nº 2.030/13 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Unidade 02 - ENSINO FUNDAMENTAL, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 05.02-12.361.0188.1.045 - Aquisição de Imóvel para Construção de Escola, através dos elementos de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa BADESC CIDADES II, por interveniência de Operação de Crédito no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL Unidade 01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 13.01-22.661.349.1.046 - Aquisição de Imóvel para Área Industrial do Município, através dos elementos de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa BADESC CIDADES II, por interveniência de Operação de Crédito no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
02 - ENSINO FUNDAMENTAL  
12.361.0188.1.045 - Aquisição de Imóvel para Construção de Escola  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00  
Total R\$ 150.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL  
22.661.349.1.046 - Aquisição de Imóvel para Área Industrial do Município. ( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas  
R\$ 500.000,00  
Total R\$ 500.000,00

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar como fonte de recursos, o produto desta operação de crédito, como fonte para a abertura de um Crédito Adicional Especial até a respectiva importância, em conformidade com o disposto no inciso IV, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e demais

dispositivos constitucionais e legais vigentes, na respectiva conta constante do orçamento municipal em execução em conformidade com o disposto a seguir:

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º e artigo 2º desta Lei, relativamente ao Crédito e a utilização da fonte de recurso introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º e artigo 2º desta Lei, relativamente ao Crédito e a utilização do recurso introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra as Leis nº 2.046 de 07 de fevereiro de 2014 e 2.047 de 07 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 04 de junho de 2014.

Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

### **Lei Nº2091 /2014**

LEI Nº2091 /2014

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A APROVAR PROJETOS DE EDIFICAÇÃO URBANA EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o poder público municipal, por aprovação do ENGENHEIRO CIVIL, subordinado ao Departamento de Planejamento e Serviços Urbanos - DPU, admitir projetos de edificação em áreas urbanas e/ou de expansão urbana consolidadas, com distância de 15 metros do curso d'água perene, desde a borda da calha do leito regular, salvo os casos de menor distância pactuada em compromisso judiciais ou extrajudiciais, como Termo Circunstanciado - TC, Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, Projetos de Recuperação de Área Degradada - PRAD, Ação de Usucapião ou planos de regularização fundiária, na forma da Lei n. 11.977 de 07 de julho de 2009, devendo esses compromissos integrar os documentos exigidos pelo Art. 4º desta Lei.

§ 1º - São de responsabilidade do interessado a elaboração de projeto técnico urbanístico e ambiental previsto na Art. 51, da n. 11.977 de 07 de julho de 2009, bem como a implementação das medidas de mitigação ou compensação urbanística e ambientais eventualmente exigidas pelo órgão ambiental licenciador.

§2º - Para às edificações de interesse social aplicam-se o disposto na Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre

o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Art. 2º - Para os fins que se destinam a presente lei, considera-se área urbana consolidada, parcela da área urbana que em 22 de julho de 2008, conservava densidade demográfica superior a cinquenta habitantes por hectare, com malha viária implantada e que incluía no mínimo 02 dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana na sua implantação:

Drenagem de águas pluviais urbanas;

Esgotamento sanitário;  
Abastecimento de água potável;  
Distribuição de energia elétrica;  
Limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

Art. 3º - Para os objetivos desta lei, são cursos d'água perenes, aqueles em que sempre há água fluindo em seu leito.

Art. 4º - Para que tais projetos de edificação possam receber a aprovação do Setor de Engenharia do Município de Anchieta, o interessado deverá apresentar:

a. Localização precisa da área;

b. Documentos probatórios tais como: fotografias aéreas e/ou de satélite, documentos judiciais e extrajudiciais, mapas, fatos históricos, além de prova testemunhal e pericial, entre outros;

c. Manifestação do Órgão ambiental.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 13 de junho de 2014.

Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 13 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 78/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 78/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 07/2014; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, no contorno da Praça Anchieta, com a área de 2.101,53 m², no centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do FUNDAM - Governo do Estado de Santa Catarina. Entrega dos envelopes e abertura: 02 de julho de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, a partir do dia 18 de junho de 2014, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou administração@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 16 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 061/2014****DECRETO Nº 061/2014**

Prorroga EM CARÁTER EXCEPCIONAL, o pagamento do importo sobre serviços de qualquer natureza - ISSqn de competência do mês de maio do corrente ano.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e, tendo em vista o mau funcionamento da internet nesta repartição;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogado em caráter excepcional para o próximo dia 30/06/2014 o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN de competência do mês de maio de 2014, cujo vencimento original seria em 20/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de junho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA****Decreto Nº 1616**

DECRETO Nº 1616, de 16 de junho de 2014.

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 001/2014 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Homologado Resultado Final dos Aprovados do Processo Seletivo, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto, conforme Edital nº 001/2014.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014  
ARROIO TRINTA - SC

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Vanessa Aparecida de Britto	16	6,4	1º
Manoel Wanderlei de Moraes	13	5,2	2º
Meliza Sabini	13	5,2	2º

**CARGO: FARMACEUTICO**

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Lisiane Flavia Locatelli	15	6,0	1º
Alexandre Bahir de Andrade	14	5,6	2º
Lidiane Stedille	12	4,8	3º

**CARGO: ENFERMEIRO**

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Ataize Zuffo	17	6,8	1º
Kamila da Silva	15	6,0	2º

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Karoline Favero Simioni	19	7,6	1º



Marina Morena Seba Muller	16	6,4	2º
Celina de Bortoli	14	5,6	3º
Maria Luisa Cesca	13	5,2	4º

**CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I**

CANDIDATO	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Leomar da Silva	13	5,2	1º

Arroio Trinta - SC, 16 de junho de 2014.  
Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 125**

PORTARIA Nº 125, de 16/06/2014.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal TÂNIA CRISTINA MARENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 613.135.809-53 e Identidade nº 1.683.421, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 16/06/2014 a 15/08/2014.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Marildes Anciliero Lidani.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 16 de junho de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

**Extrato Tac - Ascurra/Mpsc**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TAC MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC - DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC

O Município de Ascurra/SC, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Moacir Polidoro, torna público o Termo de Acordo e Compromisso que entre si fazem o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Ascurra/SC. Objeto: Diagnóstico da situação dos programas/serviços de execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Ascurra/SC. Da vigência do Termo - indeterminado, contados a partir da data de assinatura - assinado em 18 de fevereiro de 2014, pelo Promotor de Justiça Sr. João Luiz de Carvalho Botega - Prefeito Municipal e pelo Presidente do CMDCA de Ascurra/SC.

**Edital de Notificação****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83 102 772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 221, centro, nesta cidade e Comarca de Ascurra, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Moacir Polidoro, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade com RG nº 208.877-0 da SSP/SC., inscrito no CPF sob nº 293 339 209-78, residente e domiciliado a Rua Benjamin Constant, nº 174, centro, nesta cidade de Ascurra/SC., vem pelo presente edital de notificação, CIENTIFICAR a empresa LEXUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.298.432/0001-70, com sede a Rua Dante Zonta, nº 149, Bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC., e/ou a empresa JETGAS AMERICANO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 67.731.455/0002-39, com sede a Rua PM-65, Bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC., que diante da verificação da nulidade absoluta do ato que disponibilizou um terreno urbano, com área de 8.900,00ms2., situado na Rua PM-65, atual Rua Dante Zonta, no Bairro Estação, na cidade de Ascurra/SC., bem como diante da constatação do encerramento das atividades no local das empresas notificadas, o MUNICÍPIO DE ASCURRA concede o prazo certo e improrrogável de trinta (30) dias a contar da publicação desta, para que as notificadas retirem do local todo e qualquer pertence ainda lá depositado ou instalado, sob pena de, transcorrido o prazo concedido e não ocorrendo a retirada, o notificante proceder a retirada dos mesmos, os quais serão catalogados e depositados junto ao pátio da Garagem Municipal, sito a Rua Dante Zonta, nº 365, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra/SC., onde permanecerão a disposição das notificadas para que faça a sua retirada, mediante quitação das despesas oriundas da retirada e transporte dos bens até o local em que ficarão depositadas, pelo prazo máximo de noventa (90) dias, após o qual, poderão ser destinados da melhor maneira que o Notificante entender. No mesmo prazo de concedido de trinta (30) dias, os representantes da empresa poderão comparecer a Prefeitura Municipal de Ascurra e ter acesso ao procedimento administrativo originário desta notificação, bem como requerer junto a Notificante, tudo o que entender de direito.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 12 de Junho de 2014.

Moacir Polidoro

Prefeito do Município de Ascurra

### Decreto Nº 2585/2014 Homologa Resultado Final do Processo Seletivo

DECRETO N.º 2585, de 16 de junho de 2014.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o Decreto nº 2561, de 13 de março de 2014, referente ao Edital nº 01/2014.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, referente ao Edital nº 01/2014, conforme quadro de classificação segue:

Cargo: Agente Operacional (84)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	030	EDENILSO DOS SANTOS	8,0	16	8	NA	8,0
2	049	VICENTE PEREIRA JUNIOR	8,0	16	8	NA	8,0
Desempate:							
1º e 2º Lugar: Critério: Maior Idade: (1º - 12/12/1985) (2º - 10/02/1992)							
Cargo: Atendente de Consultório Dentário - PSF (999081)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	101	MARION MAGDA DE OLIVEIRA MAES	7,0	14	6	N.A	7,0
2	100	ELIZANGELA NUNES DE LIMA	5,5	11	6	N.A	5,5
Cargo: Atendente de Educação Infantil (72)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	012	ANA LETÍCIA PERETTO ALVES VELHO	8,5	17	9	NA	8,5
2	014	VANESSA TOMIO	8,0	16	9	NA	8,0
3	001	ARIANE DE FÁTIMA BOTELHO DA SILVA	8,0	16	9	NA	8,0
4	113	SCHEILA PRADE	8,0	16	9	NA	8,0
5	142	DANIELA CLARA BORGES	8,0	16	8	NA	8,0
6	122	LARISSA DA SILVA COSTA	7,5	15	8	NA	7,5
7	032	ANA PAULA VICENTE	7,5	15	8	NA	7,5

8	099	FABRICIA FORMENTIN	7,5	15	8	NA	7,5
9	023	ROSANE DOS SANTOS DE MOURA	7,5	15	7	NA	7,5
10	037	MAGDA STUPP MACHADO RIBEIRO	7,5	15	7	NA	7,5
11	087	LUANA APARECIDA MANFRINI	7,0	14	9	NA	7,0
12	054	ANA PAULA NAHRING	7,0	14	8	NA	7,0
13	123	SHARLENE DE MATOS	7,0	14	7	NA	7,0
14	057	BRUNA DAIANA BAUMGARTNER	7,0	14	7	NA	7,0
15	045	MAILYN HELENA TAMBOSI	6,5	13	8	NA	6,5
16	008	LOURDES DE SOUZA ROSA	6,5	13	6	NA	6,5
17	084	LEANDRESA RAULINO	6,5	13	6	NA	6,5
18	115	MARCELA DA SILVA COSTA RAMOS	6,5	13	5	NA	6,5
19	029	NILCE DLU-GOKENSKI	6,0	12	8	NA	6,0
20	112	JESSICA RIBEIRO	6,0	12	7	NA	6,0

Desempate:

Entre 2º, 3º e 4º com o 5º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (2º, 3º e 4º - 9 acertos) (5º - 8 acertos)

Entre 2º e 3º com o 4º lugar: Critério: Maior Acerto Língua Portuguesa: (2º e 3º - 3 acertos) (4º - 2 acertos)

Entre 2º e 3º lugar: Critério: Maior Idade: (2º - DN: 30/07/1987) (3º - DN: 20/09/1988)

Entre 6º, 7º e 8º com o 9º e 10º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (6º, 7º e 8º - 8 acertos) (9º e 10º - 7 acertos)

Entre 6º e 7º com o 8º lugar: Critério: Maior Acerto Conhecimentos Gerais: (6º e 7º - 4 acertos) (8º - 3 acertos)

Entre 6º e 7º lugar: Critério: Maior Idade: (6º - DN: 09/09/1992) (7º - DN: 18/11/1993)

Entre 9º e 10º lugar: Critério: Maior Idade: (9º - DN: 18/02/1984) (10º - DN: 07/08/1989)

Entre 11º, 12º, 13º e 14º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (11º - 9 acertos) (12º - 8 acertos) (13º e 14º - 7 acertos)

Entre 13º e 14º lugar: Critério: Maior Acerto Língua Portuguesa: (13º - 3 acertos) (14º - 2 acertos)

Entre 15º, 16º, 17º e 18º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (15º - 8 acertos) (16º e 17º - 6 acertos) (18º - 5 acertos)

Entre 16º e 17º lugar: Critério: Maior Acerto Língua Portuguesa: (16º - 2 acertos) (17º - 1 acertos)

Entre 19º e 20º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (19º - 8 acertos) (20º - 7 acertos)

--	--	--	--	--	--	--	--

Cargo: Auxiliar de Educação (75)

Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	139	PABLO ROBERTO BREHMER	8,5	17	8	NA	8,5

2	018	SONIA DOMINGOS SANTOS VIEIRA	7,5	15	9	NA	7,5
3	083	ADULCE MARIA MOSER	7,5	15	6	NA	7,5
Desempate:							
Entre 2º e 3º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (2º - 9 acertos) (3º - 6 acertos)							
Cargo: Auxiliar de Enfermagem - PSF (999080)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	110	ANE MARJORIE PESSOTTI	7,5	15	7	NA	7,5
2	149	CAMILA APARECIDA PEREIRA	6,5	13	7	NA	6,5
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (74)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	128	SILVANIA FAUST BONACOLSI	9,5	19	10	NA	9,5
2	006	TATIANE APARECIDA MARQUES	8,5	17	10	NA	8,5
3	134	ISABEL MOREIRA HASSE	8,5	17	10	NA	8,5
4	146	KESIA MIRANDA ALVES FERNANDES	8,0	16	8	NA	8,0
5	044	DENER FANTON DA SILVA	8,0	16	8	NA	8,0
6	132	CELITE TEREZINHA BONA BONACOLSI	7,5	15	9	NA	7,5
7	090	ISABEL MARIA CRESPI	7,0	14	10	NA	7,0
8	017	BEATRIZ REINERT	6,0	12	7	NA	6,0
9	005	MARIANA APARECIDA DE LIMA DE OLIVEIRA	5,5	11	7	NA	5,5
10	039	SALMA MARIA GOMES	5,5	11	5	NA	5,5
Desempate:							
Entre 2º e 3º lugar: Critério: Maior Acerto Língua Portuguesa: (2º - 3 acertos) (3º - 2 acertos)							
Entre 4º e 5º lugar: Critério: Maior Acerto Língua Portuguesa: (4º - 3 acertos) (5º - 2 acertos)							
Entre 9º e 10º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (9º - 7 acertos) (10º - 5 acertos)							
Cargo: Enfermeiro (46)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
		NÃO HOUVE CLASSIFICADOS					

Cargo: Farmacêutico							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
		NÃO HOUVE CLASSIFICADOS					
Cargo: Oficial de Manutenção e Conservação (86)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	118	DECASSIO SERPA	7,0	14	5	NA	7,0
Cargo: Professor I (100)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	141	ILDA TAMBOSI VICENTE	7,80	16	7	0,75	8,55
2	078	ADRIANA DOS SANTOS	7,80	16	7	0,40	8,20
3	129	MARIA ANGELITA BERRI MOSER	7,40	15	7	0,60	8,00
4	152	IVETE MARIA MATTIUZZI SAIS	7,60	15	8	-	7,60
5	011	CINARA MACHADO	6,20	12	7	0,50	6,70
6	151	ANDREIA FERRETI SCHMITZ	6,20	13	5	0,30	6,50
7	042	VANESSA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA	6,40	13	6	-	6,40
8	136	REGINA APARECIDA GOMES	5,80	11	7	0,45	6,25
9	131	VANIA PESSOTTI DIAS	6,00	12	6	-	6,00
10	002	VERONICA AMABILE GIRARDI DALPIAZ	5,80	12	5	-	5,80
Cargo: Professor não Habilitado (110)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	009	GIOVANA THIAIRA POFFO	8,5	17	8	NA	8,5
2	140	RUBIA FOZINA BREHMER	7,5	15	9	NA	7,5
3	143	CHARLENE PEREIRA THORNERN	7,0	14	8	NA	7,0
4	121	ELIANA DOMINGOS BACURAU	5,5	11	5	NA	5,5
Cargo: Técnico de Enfermagem (57)							
Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	047	DAURIA FACHINI DA SILVA	7,0	14	6	-	7,0



2	080	MILENA CAMILA MOSER	6,5	13	5	-	6,5
3	062	GILMAR ALVES TRINDADE FILHO	5,0	10	4	-	5,0
4	028	WILSON CARLOS DA SILVA	5,0	10	3	-	5,0
Desempate:							
Entre 3º e 4º lugar: Critério: Maior Acerto Específicas: (3º - 4 acertos) (4º - 3 acertos)							

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 16 de junho de 2014.

Moacir Polidoro  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de junho de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### **Lei Nº 1367/2014 Concessão de Incentivos Fiscais**

Lei nº 1367, de 10 de junho de 2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À MASSA FALIDA SUL FABRIL S.A.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isenta em 50% (cinquenta por cento) do total do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao ano de 2014, a Massa Falida Sul Fabril S.A., nos termos do inciso I, do Art. 5º da Lei Municipal nº 0782/97 de 27/11/1997 e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 10 de junho de 2014.

Moacir Polidoro  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 10 de junho de 2014

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### **Lei Nº 1369/2014 Autoriza Firmar Acordo Ação Autos Nº 104.04.000433-6/002**

LEI nº 1369, de 10 JUNHO DE 2014.

“Autoriza o Executivo a firmar acordo com os autores da Ação Autos nº 104.04.000433-6/002 e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra/ SC.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ascurra aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelos autores da Ação

nº 104.04.000433-6/002;

CONSIDERANDO os argumentos dos autores da demanda, e que não trará prejuízo ao erário público, como também, a terceiros;

CONSIDERANDO que a Sentença Transitou em Julgado, mas não houve a expedição do precatório judicial;

CONSIDERANDO que em consulta ao setor de precatório não há previsão de pagamento de créditos previstos a esta municipalidade, conforme certidão anexa;

CONSIDERANDO que não haverá afronta ao art. 100 da Constituição Federal, pois, não haverá afronta a ordem cronológica de apresentação de precatórios;

CONSIDERANDO ainda que o já citado art. 100 da Constituição Federal/88, prevê a exceção da aos pagamentos de créditos de natureza alimentar: “§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (grifo nosso)

CONSIDERANDO ser viável em respeito ao princípio da economia expressamente previsto no art. 70 da Constituição Federal de 1988, e o respeito ao interesse público, pois além de atender o interesse dos credores (Autores da Ação), trará considerável economia para os cofres públicos;

CONSIDERTANDO ainda que a sentença transitou em julgado em 01/04/2013, e até a presente data não foi expedido o precatório judicial, tendo as partes manifestado expressamente o pedido de acordo, não podendo assim ser alegado vício de vontade, o Executivo encaminha a essa Colenda Casa o pedido autorização para formular acordo que deverá ser homologado pelo juízo competente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a Firmar Acordo na Ação nº 104.04.000433-6/002, nos termos do requerimento das partes, conforme segue:

I - pagamento em 01 (uma) parcela no valor devido à época da na Sentença Transitada e Julgada aos requerente e os honorários advocatícios devidos ao patrono dos requerentes:

Pedro Ventura - R\$ 28.740,43

Espólio Raul Vibrantz - R\$ 16.127,20

Honorários patrono dos requerentes - R\$5.000,00

Valor Total do Acordo: R\$49.867,63 (quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e sete Reais e sessenta e três centavos).

II - Os requerentes outorgam à reclamada ampla e total quitação das verbas postuladas em virtude da presente demanda, após a petição nos autos dos comprovantes de pagamento, para nada mais reclamar em tempo algum.

Art. 2º - O acordo que é parte integrante, constante no Anexo I desta Lei, deverá ser homologado pelo juízo competente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 10 de junho de 2014.  
moacir polidoro  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 10 de junho de 2014.  
Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

#### ANEXO I - TERMO DE ACORDO

EXCELENTÍSSIMA DOUTORA JUÍZA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ASURRA/SC

AUTOS Nº 104.04.000433-6/002

PEDRO VENTURA, RAUL VIBRANTZ (ESPÓLIO) e MUNICÍPIO DE ASCURRA, já devidamente qualificados nos autos da EXECUÇÃO DE SENTENÇA, processo nº104.04.000433-6/002, vêm, por seus procuradores infra-assinados, à presença de Vossa Excelência, informar a composição de ACORDO, nos seguintes termos:

1. Para por fim ao litígio, acordam as partes como sendo devido o valor de R\$ 28.740,43 (vinte e oito mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e três centavos), em favor do exequente Pedro Ventura e o valor de R\$ 16.127,20 (dezesseis mil cento e vinte e sete reais e vinte centavos), a ser pago em parcela única, mediante cheque nominal, em até 10 dias após a homologação do acordo por este juízo.

2. O Município paga ainda os honorários advocatícios do patrono dos autores, decorrentes da sucumbência neste feito, dos embargos de execução apensos a presente (104.11.003217-1) e contratuais (exequentes/patrono), no montante total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) valor a ser pago em conjunto com a parcela dos exequentes, mediante cheque nominal.

3. Tendo em vista a presente composição, reconhecem as partes, como devidas pela executada as verbas e os valores acima discriminados, devendo prevalecer o valor acordado (verbas de caráter indenizatório).

4. Em caso de inadimplência, estipula-se a cláusula penal de 30% (trinta por cento), sobre o valor da parcela ainda devida.

5. Os exequentes e o patrono, com o recebimento do valor acima mencionado, outorgam à executada ampla e total quitação dos pedidos, nada mais tendo a reclamar.

6. As custas processuais serão suportadas pela executada.

Diante do exposto, requer-se pela homologação do acordo e a extinção do processo, após o pagamento integral do acordo e despesas processuais.

Nestes Termos Pedem Deferimento.

Ascurra, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Pedro Ventura Representante legal  
Do Espólio de Raul Vibrantz

SiegfriedSchwanz Maria de Fátima Martins  
OAB/SC 11307 OAB/SC 35.127

## Atalanta

### PREFEITURA

#### Decreto 033/2014

DECRETO Nº 033/2014

"Constitui Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 da Prefeitura Municipal de Atalanta e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal em exercício do município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 da Prefeitura Municipal de Atalanta.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Lilian Sebold Maciel

Secretário: Cátia Sirene Fontanive Demarchi

Membro: Gigliola Vanessa Morh

Membro: Carlos Marçal Demarchi

§ 1º - O Presidente e o Secretário terão obrigatoriamente seus respectivos suplentes que serão nominados na ata da primeira reunião da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, para atuarem no impedimento ou ausência dos titulares.

§ 2º - A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado compete promover a realização das provas escritas, práticas, exararem decisões em recursos e deliberar sobre os casos omissos.

§ 1º - Compete também à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, adotar todas as medidas necessárias ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado, incluindo a exclusão de candidatos por infringência dos termos do Edital.

§ 2º - Compete ainda à Comissão avaliar e submeter à homologação do Chefe do Poder Executivo os resultados do Processo Seletivo Simplificado.

§ 3º - Poderá, a juízo da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado e com a anuência do Chefe do Poder Executivo, ser usado empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, em cuja hipótese caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado:

I - lavar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 10 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

### **Decreto 034/2014**

DECRETO Nº. 034/2014

"Altera Membros do Conselho Municipal de Saúde e Nomeia seus Respetivos Membros".

Tarcísio Polastri, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Lei nº 1017 de 11 de outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde (CMS), do Município de Atalanta, conforme determina a Lei Municipal nº. 1017, de 11 de outubro de 2007, serão compostos pelos membros relacionados adiante, os quais ficam nomeados na forma que segue:

I - Do Governo Municipal e Prestadores de Serviços Privados Conveniados:

a) Representante do Departamento de Saúde Pública

Membro Efetivo: Gisele Saade Neckel

Suplente: Silvia Maria Maciel

b) Representante do Departamento de Assistência Social

Membro Efetivo: Nádia Antunes Chiquett

Suplente: Lilian Sebold Maciel

c) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Membro Efetivo: Marize Boing

Suplente: Raquel Rodrigues Bertelli

d) Representante do Laboratório de Análises Clínicas

Membro Efetivo: Marcieli Barth Kirschner

Suplente: Cheila Cassiana Feder

II - Dos Trabalhadores da Área da Saúde

a) Representante da Classe Médica

Membro Efetivo: Marcos Antônio Padilha Neto

Suplente: Takashi Yamaoka

b) Representante da Classe Odontológica

Membro Efetivo: Ricardo Augusto Klettenberg

Suplente: Cátia Regina da Luz

c) Representante dos Trabalhadores de Enfermagem

Membro Efetivo: Elenice Maria Folgiarini Perin

Suplente: Daiani Paula Kurth

d) Representante dos Trabalhadores de Psicologia

Membro Efetivo: Daiana Esser

Suplente: Gigliola Vanessa Mohr

III - Dos Usuários:

a) Representante dos Grupos de Mulheres

Membro Efetiva: Nilza Hammes Antunes

Suplente: Salete Alves Dellajustina

b) Representante das Associações de Pais e Professores

Membro Efetivo: Marcelo Bauner

Suplente: Kátia Raquel Testoni Longen

c) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Membro Efetivo: Moacir de Souza

Suplente: Marina Pesenti

d) Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente

Membro Efetivo: Sidnei Prochnow

Suplente: Edinho Pedro Schaffer

e) Representante dos Grupos da Terceira Idade

Membro Efetivo: Maria da Cruz

Suplente: Marlene Demarchi Bilck

f) Representante do CDL - Clube de Diretores Lojistas

Membro Efetivo: Rita Sebold Fronza

Suplente: Beatriz Demarchi Schaefer

g) Representante das Organizações Religiosas

Membro Efetivo: Elenice Neckel lima

Suplente: Wagner Berchtold

h) Representante dos Grupos de Jovens

Membro Efetivo: Rafael Kurtz

Suplente: Amanda Lopes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº. 073/2014, de 22 de outubro de 2013 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 10 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1378/2014.**

LEI Nº 1378/2014.

"Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
Faz Saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.**

##### **Seção I**

##### **Da Definição**

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura, do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, exclusivamente via digital, com validade jurídica garantida por assinatura digital do emitente e autorização prévia de uso fornecida pela Prefeitura Municipal de Atalanta antes da ocorrência do fato gerador.

##### **Seção II**

##### **Dos Contribuintes Obrigados**

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Atalanta definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Parágrafo Único - Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica ficam sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.**

##### **Seção I**

##### **Do Acesso pelo Contribuinte**

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br).

Art. 5º - Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "Solicitação de Acesso" e apresentá-lo à Prefeitura Municipal de Atalanta, junto ao setor de tributos.

Art. 6º - Após a solicitação de acesso, de conformidade com o artigo 4º desta Lei e comprovado pela Prefeitura Municipal de Atalanta, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em ato posterior será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), ao solicitante, mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônica.

§ 1º - Constatando-se qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) para que no prazo de até dez (10) dias, tome as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Esgotado o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo detentor.

Art. 8º - Para cada estabelecimento prestador será cadastrada apenas uma senha de segurança, utilizando o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que esteja em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Único - A liberação à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "Solicitação de Acesso", e conterá as seguintes funções:

I - habilitar e/ou desabilitar o usuário do sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônica;

II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso é responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos seus usuários habilitados e/ou vinculados, que atuem em seu nome.

## Seção II

### Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que conterá dados fiscais de interesse da Prefeitura Municipal de Atalanta será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 - A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada aos Agentes Fiscais do Município, a qual conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e/ou desabilitar usuários;

II - Criar e/ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e/ou excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da Nota Fiscal Serviços eletrônica.

Art. 12 - Será permitido acesso ao sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônicos, aos funcionários da Administração Fazendária levando-se em consideração a função exercida.

## CAPÍTULO III

### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 13 - A Nota Fiscal Serviços eletrônica deverá conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da Nota Fiscal Serviços eletrônica;

VIII - valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 216 da Lei Complementar nº 001/2005 de 18 de novembro de 2005, com as suas alterações constantes da Lei Complementar nº 116/2003 de 31 de julho de 2003, publicadas no Diário Oficial da União de nº 147 do dia 01/08/2003.

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da Nota Fiscal Serviços eletrônica de:

a) isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas através da base de cálculo estimada e/ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISS;

g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º - A Nota Fiscal Serviços eletrônica conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Atalanta", "Secretaria de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços".

§ 2º - O número da Nota Fiscal Serviços eletrônica será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - O sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônica habilita o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A Nota Fiscal Serviços eletrônica deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP - Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14 - A Nota Fiscal Eletrônica deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "<http://www.atalanta.sc.gov.br>", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A Nota Fiscal Serviços eletrônica poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico "e-mail" ao tomador de serviços.

Art. 15 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Prefeitura Municipal de Atalanta.

Art. 16 - O estabelecimento prestador deverá gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.



Art. 17 - Não incidirá preço público relativo às emissões de Nota Fiscal Serviços eletrônica quando geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

#### Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - por pessoa Física

Art. 18 - É facultado às pessoas físicas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da Nota Fiscal Serviços eletrônica na sede da Prefeitura Municipal de Atalanta, caso em que haverá a incidência do preço público.

Parágrafo Único - O ISS relativo as Nota Fiscal Serviços eletrônica gerada na Prefeitura Municipal de Atalanta, deverá ser recolhido junto aos Bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadação Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19 - A Nota Fiscal Serviços eletrônica na forma prevista nos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim. Parágrafo Único - A liberação para impressão da Nota Fiscal Serviços eletrônica dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do Documento Arrecadação Municipal eletrônico.

#### Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20 - Os Bancos e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar Notas Fiscais Eletrônicas de serviços municipais.

#### Sessão III

Do Cancelamento de Notas Fiscais Serviços eletrônicas.

Art. 21 - A Nota Fiscal Serviços eletrônica poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.atalanta.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a Nota Fiscal Serviços eletrônica somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da Nota Fiscal Serviços eletrônica, o contribuinte registrará eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônica e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22 - Não se admite cancelamento da Nota Fiscal Serviços eletrônica em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 001/2005, de 18 de novembro de 2005.

#### Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 23 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da Nota Fiscal Serviços eletrônica.

§ 1º - Será permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro na geração de Nota Fiscal Serviços eletrônica.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - A Carta de Correção Eletrônica deverá ser assinada digitalmente pelo emitente através da assinatura digital certificada por

entidade credenciada pela Infraestrutura de Chave Pública Brasileira - ICP - Brasil, contendo o número do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º - Havendo mais de uma Carta de Correção Eletrônica para a mesma Nota Fiscal Serviços eletrônica o emitente deverá consolidar as informações anteriormente retificadas.

§ 5º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

#### CAPÍTULO IV

##### DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

##### Sessão I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 24 - Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por Nota Fiscal Serviços eletrônica.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da Nota Fiscal Serviços eletrônica, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado conforme lista de serviços;
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A operação constante deste documento será convertida em Nota Fiscal Eletrônica de Serviços municipais no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da legislação vigente."

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 - O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de Nota Fiscal Serviços eletrônica;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 - O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta Lei.

§ 1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação

dos serviços.

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da Nota Fiscal Serviços eletrônica, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Prefeitura Municipal, a critério do contribuinte.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 01 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Prefeitura Municipal de Atalanta disponibilizará o "layout" do sistema da Nota Fiscal Serviços eletrônica no portal eletrônico [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br).

Art. 27 - A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF será definida mediante Decreto.

## Sessão II

Da Conversão do RPS em Nota Fiscal Serviço eletrônica.

Art. 28 - Emitido o RPS, deverá este ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em Nota Fiscal Serviços eletrônica, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 43 do Capítulo VI desta Lei.

§ 4º - A não substituição do RPS pela Nota Fiscal Serviços eletrônica equipara-se a não emissão de nota fiscal convencional.

§ 5º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 29 - Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a Nota Fiscal Serviços eletrônica impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Prefeitura Municipal ("on-line").

## Seção III

Do Sistema de Emissão de Cupom Fiscal.

Art. 30 - O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam atividades mistas de venda de mercadorias e/ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, enquadradas para utilização e emissão de documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC deverão observar o seguinte:

I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços - ISS.

Art. 31 - As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

## Seção IV

Da Conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 32 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A operação constante neste documento, será convertida em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no prazo de 05 (cinco) dias conforme previsto na legislação vigente."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

## Seção V

Da Conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 33 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, deverão ser convertidas em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 34 - É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em Nota Fiscal Serviços eletrônica somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo Único - Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 35 - No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A operação constante neste documento, será convertida em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no prazo de 05 (cinco) dias previsto na legislação vigente."

## CAPÍTULO V

### Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS".

Art. 36 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 37 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em Nota Fiscal Serviços eletrônica, nos prazos fixados no artigo 28 desta Lei.

Art. 38 - A Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo Único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 42 desta Lei.

Art. 39 - A Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I - CPF/CNPJ do prestador;

II - endereço do prestador e do tomador;

III - CPF/CNPJ do tomador;

IV - e-mail do tomador;

V - o valor dos serviços prestados;

VI - o enquadramento na lista de serviços; e

VII - número do RPS não convertido bem como a respectiva data de emissão.

### Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISS

Art. 40 - A geração da Nota Fiscal Serviços eletrônica constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços - ISS incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

**CAPÍTULO VI****DAS PENALIDADES**

Art. 41 - Nas infrações relativas à Nota Fiscal Serviços eletrônica, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 30,00 (trinta) UFM por Nota Fiscal Serviços eletrônica não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II - 140,00 (cento e quarenta) UFM por emissão indevida de Nota Fiscal Serviços eletrônica tributável como isento, imune, ou não tributável;

III - 70,00 (setenta) UFM por Nota Fiscal Serviços eletrônica Municipal indevidamente cancelada.

Art. 42 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 70,00 (setenta) UFM por RPS emitido e não convertido em Nota Fiscal Serviços eletrônica, no prazo legal;

II - 70,00 (setenta) UFM por RPS não convertido em Nota Fiscal Serviços eletrônica e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Parágrafo Único - A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei implicará em multa diária correspondente a 0,20% (zero vírgula vinte por cento), 0,20% (zero vírgula vinte por cento - Conforme multas do CTM) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 43 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 5.000 (Cinco mil) UFM.

**CAPÍTULO VII****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 44 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Prefeitura Municipal de Atalanta pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da Nota Fiscal Serviços eletrônica.

Parágrafo Único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 45 - A partir da vigência desta Lei tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal - ECF" ou recolham o ISS sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 46 - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da Nota Fiscal Serviços eletrônica, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

I - mudança de endereço; e

II - mudança de ramo de atividade.

Art. 47 - A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal e Serviços Eletrônica e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

§ 1º - Nos primeiros trinta dias do uso obrigatório da Nota Fiscal Serviços eletrônica, não se aplica o disposto no art. 5º desta Lei.

§ 2º - Durante o prazo previsto no § 1º os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitados automaticamente, devendo o formulário "solicitação de acesso" e demais documentos descritos no Capítulo II desta Lei, ser entregues à Prefeitura Municipal de Atalanta num prazo máximo de até 60 (sessenta)

dias depois de esgotado o prazo previsto naquele parágrafo.

§ 3º - Os contribuintes que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso suspenso enquanto não regularizarem sua situação.

Art. 48 - Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da Nota Fiscal Serviços eletrônica, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo Único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 49 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Atalanta/SC, em 12 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

**Lei 1379/2014**

LEI N.º 1379/2014

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

20.606.0037.2.014 - Incentivo a Produção Agrícola e Pecuária

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.00122 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13.392.0055.2.025 - Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal  
4.4.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.01.0122 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.01.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.01.0113 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 12 de junho de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### **Lei 1380/2014**

LEI N.º 1380/2014

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.451.0064.1.005 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O crédito aberto por esta Lei fica por conta do provável excesso de arrecadação do recurso 0112 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 12 de junho de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão 014.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014 - PREF

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, para aquisição de um Caminhão novo equipado com baú, contrato repasse nº 1.011.538-07/2013 SIAFI 795575. Dia 30/06/2014 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O Edital está publicado no site [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br), dúvidas deverão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 17 de Junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### Lei 1.037/2014

LEI Nº 1.037/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
62-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
17-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	350.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### **Lei 1.038/2014**

LEI Nº 1.038/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os veículos e bens abaixo relacionados, de propriedade do Município de Bela Vista do Toldo - SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 Caminhonete I/TOYOTA HILUX 4CD DLX, ano/modelo 2001, Placas MBE 6155, RENAVAL 762790431, cor vermelha, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

LOTE 02: 01 Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2009, modelo 2010, Placas MHM 4915, RENAVAL 164054081, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais).

LOTE 03: 01 Automóvel GM/VECTRA SEDAN, ano/modelo 2009, Placas MHM 4795, RENAVAL 164052992, cor cinza, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

LOTE 04: 01 Automóvel RENAULT/LOGAN AUT 1016 V, ano 2011, modelo 2012, Placas MJD 5061, RENAVAL 420906770, cor vermelha, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

LOTE 05: 01 Automóvel FIAT/PALIO FIRE ECONOMY, ano 2011, modelo 2012, Placas MJM 0341, RENAVAL 450577007, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

LOTE 06: 01 SUCATA de VW/KOMBI e SUCATA de Caminhonete D20. LANCE INICIAL R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 07: 01 RETROESCAVADEIRA MASSEY FERGUSON MF 86 HD, ano 1986, cor laranja. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

LOTE 08: 01 RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS FB 80.2, ano 2002, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

LOTE 09: 01 TRATOR VALTRA 785 N 14-F, ano 2003, cor verde. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

LOTE 10: SUCATAS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS, contendo: Monitores, Telefones, Impressoras, Teclados, Estabilizadores, Caixinhas de som, CPU's, Vídeo Cassetes, Aparelhos de DVD, Máquina de escrever, Mimeógrafo, Infowar Business, Central de telefônica Intelbras CORP 16000, Calculadora eletrônica e Enceradeira. LANCE INICIAL R\$ 90,00 (noventa reais).

LOTE 11: SUCATA DE FERRO VELHO, aproximadamente 200 kg. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 12: GRADE DE ARADO GRP N\*14-F. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 13: LOTE DE PNEUS. LANCE INICIAL R\$ 90,00 (noventa reais).

Art. 2º. Os preços mínimos de venda de cada lote relacionado no art. 1º. serão fixados pela Comissão de Verificação e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 199/2014.

Art. 3º. A alienação prevista no art. 1º desta Lei está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados na aquisição de veículos novos ou outra autorização legalmente permitida.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### **Lei 1.039/2014**

LEI Nº 1.039/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE AS INCLUSÕES NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO PARA O QUADRIÊNIO 2014 A 2017, DOS PROJETOS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS E MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam incluídos no Plano Plurianual - PPA do Município de Bela Vista do Toldo para o quadriênio 2014 a 2017, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013, os Projetos Atividades de Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos e Manutenção do Ensino Médio Profissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo I desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 2º. Os anexos II, III, e IV do Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro

de 2013 ficam automaticamente alterados pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo - Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Programas e Ações definidos na forma do Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### **Lei 1.040/2014**

LEI Nº 1.040/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER REPOSIÇÃO DE VALORES DE DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica concedido reajuste nas diárias e ajudas de custo no percentual de 12,68 (doze vírgula sessenta e oito por cento), referente à reposição inflacionaria do período de dezembro de 2011 a dezembro de 2013.

Parágrafo Único: A reposição concedida no "caput" deste artigo foi adotada seguindo o INPC acumulado do período 12/2011 à 12/2013.

Art. 2º. As despesas desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 16 de junho de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

## **Benedito Novo**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 48/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREGÃO PRESENCIAL nº. 48/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES E TEMPEROS PARA ATENDER AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS) E PRÉ-ESCOLAS (PES).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 03 de julho de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 03 de julho de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/ Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 16 de junho de 2014.

Osnir Floriani  
Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### PP 146/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 146/2014 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) ARMÁRIOS PARA O PRÓ-CIDADÃO E 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL PARA USO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:15 horas, do dia 3 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas, do dia 3 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 148/2014 PMB  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOGLIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIOS.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 151/2014 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RECRÍA.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:15 horas, do dia 4 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas, do dia 4 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de junho de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 3484/2014

LEI Nº 3484/2014 DE 11 DE JUNHO DE 2014.  
ALTERA O ITEM 10 DO § 6º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3181/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA

Art. 1º - Fica alterado o item 10 do parágrafo 6º do artigo 1º da Lei Municipal nº 3181, de 14 de dezembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - mantido

§ 6º - Bom Viver

10 - Rua Campolina, com início partindo do encontro da Rua Astrogildo Marçal com a Rua Adelino Machado, sentido Oeste - Leste - bairro Bom Viver, com coordenadas 27°31'40.50' Sul e com coordenadas 48°38'21.92' Oeste. Termina ao lado da marginal da BR 101 sentido Norte - Sul com coordenadas 27°31'32.65' Sul e com coordenadas 48°38'09.09° Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3484/2014, de 11/06/2014  
Sancionada em 11/06/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### Republicação PP 134/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REPUBLICAÇÃO DO PP 134/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 134/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTA COM 65 PEÇAS E 03 (TRÊS) MEDIDORES DE DISTÂNCIA LASER DE 80 METROS DE CAPACIDADE, CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO, PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS E DA SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 01/07/2014, até 13:15 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 01/07/2014, às 13:30 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 16 de junho de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

### Decreto Nº 073/2014

DECRETO Nº 073/2014 DE 11 DE JUNHO DE 2014.  
FAZ DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS ATRAVÉS DO TERMO DE DOAÇÃO REALIZADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU/SC E O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU/SC.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, VII e pelo artigo 12, II, "a", ambos

da Lei Orgânica do Município, Convênio FUNREBOM e termo de doação firmado com o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina - 3a Companhia de Bombeiros Militar de Biguaçu/SC,

**DECRETA:**

Art. 1º. O Município de Biguaçu, através de termo de doação celebrado entre a Prefeitura Municipal de Biguaçu/SC e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - 3a Companhia de Bombeiros Militar de Biguaçu/SC faz a doação, para fins exclusivamente de interesse social, os seguintes equipamentos abaixo identificados:

I - 01 Motoserra MS 260 Stihl com número de série 365339273;

II - 01 Motoserra MS 361 Stihl com número de série 365006518;

Art. 2º. Todas as despesas referentes a transferência da propriedade serão de responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar - 3a Companhia de Bombeiros Militar de Biguaçu/SC.

Art. 3º A Secretaria de Administração através da Gerência de Patrimônio e a Secretaria da Fazenda através da Gerência de Orçamento, Contabilidade e Finanças deverão promover a devida baixa patrimonial dos bens desta doação.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**Portaria Nº 1670/2014**

PORTARIA nº 1670 de 16 de junho de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Raquel Cúrcio, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Pronto Atendimento de 24 horas AniHamdfnmeww, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Raquel Cúrcio, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor do Pronto Atendimento de 24 horas, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1669/2014**

PORTARIA nº 1669 de 16 de junho de 2014

Concede ao servidor Anair Gomes Marcelino, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Merendeira, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Anair Gomes Marcelino, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Merendeira, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1671/2014**

PORTARIA nº 1671 de 16 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Nilson Pedro da Silva, ocupante do cargo temporário de Eletricista, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Nilson Pedro da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Eletricista, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**Portaria Nº 1645/2014**

PORTARIA Nº 1645/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5197/2014 em anexo no período de 09/06/2014 a 18/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1646/2014**

PORTARIA Nº 1646/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RODRIGO FLORES PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5040/2014 em anexo no período de 30/05/2014 a 28/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1647/2014**

PORTARIA Nº 1647/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5173/2014 em anexo no período de 05/06/2014 a 12/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1648/2014**

PORTARIA Nº 1648/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, ocupante do Cargo temporário de OPERÁRIO BRAÇAL

- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5163/2014 em anexo no período de 05/06/2014 a 19/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1649/2014**

PORTARIA Nº 1649/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5127/2014 em anexo no período de 02/06/2014 a 04/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1650/2014**

PORTARIA Nº 1650/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5112/2014 em anexo no período de 04/06/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1651/2014**

PORTARIA Nº 1651/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA JUCIMAIRA DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5301/2014 em anexo no período de 11/06/2014 a 31/12/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1652/2014**

PORTARIA Nº 1652/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5275/2014 em anexo no período de 05/06/2014 a 11/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1653/2014**

PORTARIA Nº 1653/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA SALETE SPERANDIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5094/2014 em anexo no período de 04/06/2014 a 06/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1654/2014**

PORTARIA Nº 1654/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUSIANIA PEREIRA VARGAS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5215/2014 em anexo no período de 06/06/2014 a 20/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1655/2014**

PORTARIA Nº 1655/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILIA ROSE DA SILVA VIANA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em

virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5152/2014 em anexo no período de 05/06/2014 a 04/07/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1656/2014**

PORTARIA Nº 1656/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5011/2014 em anexo no período de 22/05/2014 a 31/07/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1657/2014**

PORTARIA Nº 1657/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5162/2014 em anexo no período de 05/06/2014 a 12/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1658/2014**

PORTARIA Nº 1658/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PRISCILA FLORENTINO SILVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5030/2014 em anexo no período de 02/06/2014 a 06/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1659/2014**

PORTARIA Nº 1659/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ENI DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5185/2014 em anexo no período de 06/06/2014 a 15/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1660/2014**

PORTARIA Nº 1660/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANO ANTONIO DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5066/2014 em anexo no período de 02/06/2014 a 15/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1661/2014**

PORTARIA Nº 1661/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SUELLEN LUIZA RODRIGUES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5070/2014 em anexo no período de 03/06/2014 a 06/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1662/2014**

PORTARIA Nº 1662/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SUELLEN LUIZA RODRIGUES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5210/2014 em anexo no período de 07/06/2014 a 11/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1663/2014**

PORTARIA Nº 1663/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GISELI MARIA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5051/2014 em anexo no período de 03/06/2014 a 06/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1664/2014**

PORTARIA Nº 1664/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GISELI MARIA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5324/2014 em anexo no período de 08/06/2014 a 22/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1665/2014**

PORTARIA Nº 1665/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5260/2014 em anexo no período de 02/06/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração



**Portaria Nº 1666/2014**

PORTARIA Nº 1666/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO PAULO BAHIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5116/2014 em anexo no período de 06/06/2014 a 05/07/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1667/2014**

PORTARIA Nº 1667/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNADETE CARDOUZO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5060/2014 em anexo no período de 04/06/2014 a 06/06/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1668/2014**

PORTARIA Nº 1668/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 5120/2014 no período de 01/06/2014 a 31/08/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Decreto Nº 076/2014**

DECRETO Nº 076 /2014 DE: 16 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3486/2014,

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 447.540,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1100	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	250.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	250.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	250.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	250.000,00

1101.08.2446.0006.1024	Constr. Centro Ref. Esp. da Assistência Social	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
1101.08.244.0006.2064	Benefícios de Prestação Continuada - BPC	97.540,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	97.540,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	97.540,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	97.540,00
Total		447.540,00

## SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1100	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conviv. e Fortalecimento de Vínculo	191.455,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	191.455,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	191.455,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	191.455,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	256.085,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	256.085,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	256.085,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	256.085,00
TOTAL		447.540,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**Decreto Nº 072/2014**

DECRETO Nº 072/2014 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

**03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

0301.04.122.0002.2011	Manutenção Secretaria de Administração	258,00
	ANULA:	
3.3.71.00/0.1.00.000000	Transferências a Consórcios Públicos	258,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	258,00

## 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	81.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	81.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	81.000,00

## 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	40.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.37.000141	Outras Despesas Correntes	40.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.3.37.000141	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	20.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.37.000066	Outras Despesas Correntes	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.37.000066	Outras Despesas Correntes	20.000,00

## 19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	800.000,00
	ANULA:	
3.2.90.00/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida	800.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.6.90.00/0.1.00.000000	Amortização da Dívida	800.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4566/14

DECRETO Nº 4566/14 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 50.329,44 (Cinquenta mil, trezentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Órgão: 06 - Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030400232.044 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1338)

Valor R\$ 38.329,44 (Trinta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Fonte: 03.64 - Atenção Básica.

Detalhamento da Fonte: 0015 - Vigilância Sanitária Federal.

Órgão: 05 - Secretária Municipal da Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.04 - Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.040 - Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas.(1342)

Valor R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 13 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 141/2014 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

PORTARIA Nº 141/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. CILVIO ODAIR WILSMANN, inscrito na matrícula nº 570-3, ocupante do cargo de Mecânico, conforme Atestado Médico, no período de 16 de junho de 2014 a 22 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### Pregão Presencial Nº. 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01492/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0039/2014

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 01 de Julho de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de veículos novos para manutenção das atividades das secretarias de Saúde e do Gabinete do Prefeito para o exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16 de Junho de 2014.  
Airtton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4567/2014**

DECRETO Nº 4567/14 DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, no valor de R\$ 299.974,71 (Duzentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Órgão: 07 - Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 26758200262.029 - Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1344).

Valor R\$ 299.974,71 (Duzentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Fonte: 01.24 - Transferências de Convênios.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme Convenio nº 1816/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha, objetivando a recuperação da malha viária do município.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 16 de junho de 2014.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

**PREFEITURA****Extrato Contratos 126 E 127 do FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

Extrato Contrato Nº 126/2014 Ata de Registro de Preços nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 7.225,12 (sete mil duzentos e vinte e cinco reais e doze centavos).

Extrato Contrato Nº 127/2014 Ata de Registro de Preços nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 3.996,74 (três mil e novecentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos).

Bom Retiro, 17 de junho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 070/2014

DECRETO Nº 070/2014.

Delega competências ao tesoureiro sobre movimentação financeira.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada ao tesoureiro competências sobre movimentação financeira das contas da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com o CNPJ: 95.952.230/0001-67, CNPJ: 11.481.782/0001-44 e CNPJ: 13.554.908/0001-99, sejam efetuadas pela servidora Joice Ramos, nomeada para exercer o cargo de tesoureira em 02.06.2014, conforme portaria nº 0100/2014, em conjunto com o prefeito municipal Charles Rafael Schwambach, inscrito no CPF nº 891.667.959-15, com os seguintes poderes:

Emitir cheques;

Abrir contas de depósito;

Autorizar cobrança;

Utilizar o crédito aberto na forma e condições;

Receber, passar recibo e dar quitação;

Solicitar saldos e extratos;

Requisitar talonários de cheques;

Autorizar débito em conta relativo a operações;

Retirar cheques devolvidos;

Endossar cheque;

Requisitar cartão eletrônico;

Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;

Efetuar transferências/pagamentos, exceto por MEI;

Sustar/contrordenar cheques;

Cancelar cheques;

Baixar cheques;

Efetuar resgates/aplicações financeiras;

Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

Efetuar saques - conta corrente;

Efetuar saques - poupança;

Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

Efetuar transferências por meio eletrônico;

Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;

Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;

Consultar contas/Aplic.Programas, Repasse Recursos Feder-RPG;

Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/Aasp;

Solicitar saldos/extratos de investimentos;

Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

Emitir comprovantes;

Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico;

Encerrar contas de depósito;

Consultar obrigações do débito direto autorizado - DDA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 16 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### Decreto 071/2014

DECRETO Nº 071/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(62) - 3.1.90.00.00.00.00.3.0067 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 - Assistência Farmacêutica Básica

(63) - 3.3.90.00.00.00.00.3.0067 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 90.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2013 do recurso 3.0067 - Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de junho de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal



# Brusque

## PREFEITURA

### Portaria Nº 068/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 068/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei n. 3.057, de 17 de dezembro de 2007,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica criada a Comissão Julgadora das defesas administrativas formalizadas em decorrência de constituição da cobrança de tarifa de água junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão Julgadora os servidores Carolina Zimmermann, Denise Bruns e Silvine Studnicka cabendo a presidência ao terceiro nomeado.

Art. 3º No desempenho de suas funções a Comissão Julgadora observará a legislação municipal n. 3.057, de 17 de dezembro de 2007 e suas alterações.

Art. 4º Os membros titulares da Comissão Julgadora desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brusque, 16 de junho de 2014.

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

### Decreto Nº 7.429, de 12 de Maio de 2014

DECRETO nº 7.429, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82, XII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, modificado pela Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, 01 (uma) área de terra com 2.442,60 m<sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e quarenta e dois metros e sessenta decímetros quadrados), parte de área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta comarca, no livro 2-A, matrículas 45.381 e 49.378, localizada no lado esquerdo da Avenida Arno Carlos Gracher, centro, Brusque-SC, tendo as seguintes medidas e confrontações: Frente, com 116,65 metros em três lances de medidas, sendo o primeiro com 16,60 metros, o segundo com 71,10 metros e o terceiro com 28,95 metros; Fundos, com 135,92 metros em dois lances de medidas, sendo o primeiro com 36,39 metros e o segundo com 99,53 metros; Lado Direito, com 12,95 metros; e Lado Esquerdo, com 25,65 metros confronta com a Avenida Arno Carlos Gracher.

Art. 2º A área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação é de propriedade da empresa STAAK INCORPORAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 79.025.110/0001-68, com sede nesta cidade de Brusque.

Art. 3º A declaração de utilidade pública da área descrita no artigo

anterior servirá para implantação de uma nova ponte, no centro do Município de Brusque.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 5º O expropriante no exercício de suas prerrogativas que são asseguradas por este Decreto, alega urgência para efeito de prévia imissão na posse dos imóveis, de conformidade com o artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº. 7.453, de 16 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.453, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 405.000,00 (Quatrocentos e cinco mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

015.451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

004.122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00 Aplicações Diretas □ Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

23.00 Secretaria da Fazenda

23.001 Secretaria da Fazenda

004.129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 015.451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 300.000,00  
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 004.122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 100.000,00  
 23.00 Secretaria da Fazenda  
 23.001 Secretaria da Fazenda  
 004.129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.  
 Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de junho de 2014.  
 PAULO ROBERTO ECCEL  
 Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
 Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
 Chefe Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº. 7.454, de 16 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 7.454, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.361.0030.2003	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.3.22.55	Transferência de Convênio Estado - Educação
VALOR	800.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
32.5418	BB BESC - TRANSP. ESCOLAR	0.1.22.55	375.118,81
		0.3.22.55	535.737,91
TOTAL GERAL		0.1.22.55/0.3.22.55	910.856,72

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	12.136,69
DDO à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	0,00
Restos à Pagar	0.1.22.55/0.3.22.55	57,00
TOTAL	0.1.22.55/0.3.22.55	0,00
TOTAL GERAL		12.193,69



Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.22.55	898.663,03

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

# Caçador

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 81-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, empresa AGROPECUÁRIA SMR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.342336/0001-07, com sede na cidade de VIDEIRA, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
04	20	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Aberdeen Angus	10,90	218,00
06	15	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Brahman	15,00	225,00
07	10	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Girolando	10,00	119,00
08	30	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Simental	30,00	375,00
09	30	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Limousin	30,00	375,00
10	20	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Braford	20,00	280,00
11	25	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Holandesa Vermelho e Branco	25,00	362,50
12	20	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Hereford	20,00	280,00
13	20	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Charolês	20,00	280,00
14	20	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Senepol	20,00	290,00
15	10	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Marchigiana	10,00	145,00
16	10	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Caracu	10,00	135,00
17	3	Caixas	Luva Longa para Inseminação, caixa com 100 unidades	3,00	105,00
19	3	Unid	Termômetro Digital para Inseminação Artificial	3,00	120,00
21	01	Unid	Sonda nasogastrica para cavalos em PVC atóxico - Tam. 11mm	1,00	44,90
22	01	Unid	Sonda nasogastrica para cavalos em PVC atóxico - Tam. 15mm	1,00	48,00
23	01	Unid	Sonda nasogastrica para cavalos em PVC atóxico - Tam. 17mm	1,00	49,00
27	01	Unid	Corrente obstétrica com cabos para parto em vacas em aço inoxidável.	1,00	79,90
28	01	Unid	Fórceps para vacas com cano desmontável de aço, parte inferior de alumínio.	1,00	770,00
36	01	Unid	Burdizzio castração em aço - TAM. 48cm.	1,00	1.015,00
37	05	Unid	Termômetros para grandes animais co fio de vidro.	5,00	84,50
38	02	Caixa	Agulhas hipotérmica descartável 16G (branca-1,60x40 mm) caixa com 100 unidades - canhão branco.	2,00	49,80
39	06	Caixa	Luvas de látex para procedimento não cirúrgico Tam P - cx c/ 50 pares.	6,00	78,00
TOTAL GERAL R\$					5.528,60

**Ata de Registro de Preços Nº 82-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, empresa AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.548.802/0001-32, com sede na cidade de LAGES, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
24	01	Unid	Especulo vaginal para vacas (vaginoscópio) em latão cromado e cabo plástico.	1	245,00
25	02	Unid	Cabos de gigli para serrar o chifre em aço inoxidável.	2	70,00
26	01	Unid	Serra de gigli para serrar o chifre - serra cortante TAM.40cm	1	20,00
29	01	Unid	Caixa de metal básica com instrumentos cirúrgicos, TAM. 20x10x06 com 06 instrumentos em aço inox.	1	190,00
30	02	Unid	Agulhas guerlach para sutura de buhner 11cm em aço inoxidável.	2	95,40
31	01	Unid	Fetotomo/embriotomo (parto difícil em vacas) em aço e latão cromado.	1	1.790,00
32	01	Unid	Vagina artificial completa para vacas (tubo com válvula, camisa de látex e copo de coletar).	1	245,00
33	01	Unid	Sonda uterina para vacas com 40cm.	1	29,90
34	01	Unid	Alicate para brincagem de bovinos em alumínio, TAM. 23cm.	1	111,00
35	01	Unid	Abre-boca (bovino e equino)	1	28,90
40	100	Unid	Seringas de 20 mL - de polipropileno sem agulhas.	100	80,00
41	40	Unid	Seringas de 60 mL - de polipropileno sem agulhas.	40	60,00
43	03	Caixas	Fio de nylon para sutura numero 3.	3	75,00
44	03	Caixas	Fio catgut cromado pra sutura numero 4.	3	114,00
			TOTAL GERAL R\$		3.154,20

**Ata de Registro de Preços Nº 83-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, empresa EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.319.237/0001-65, com sede na cidade de PONTE SERRADA, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	80	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Raça Holandes Preto e Branco	80,00	880,00
02	80	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Jersey	80,00	880,00
03	50	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Red Angus	50,00	550,00
05	80	Doses	Sêmen Bovino Congelado da Raça Gir Leiteira	80,00	920,00
18	5	Pct	Bainha Francesa Importada - pacotes com 50 unidades	5,00	88,50
20	150	Litros	Nitrogênio Líquido para Armazenamento de Sêmen Bovino	150,00	525,00
42	05	Caixas	Luvas EVA especial de 90cm biodegradável para toque retal em vacas, cx com 100 unidades .	5,00	174,50
			TOTAL GERAL R\$		4.018,00

**Ata de Registro de Preços Nº 84-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM EMPREGO DE MATERIAIS PARA TORNO E FRESA E SERRALHEIRIA, empresa OTTIMIZARE ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N º08.295.741/000-59, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	3.000	HORAS	SERVIÇOS DE TORNO E FRESA	3,000,00	105,000,00
02	3.500	HORAS	SERVIÇOS DE SERRALHERIA	3,500,00	98,000,00
TOTAL REFERENCIA DO LOTE					203,000,00

**Decreto Nº 6.031**

DECRETO Nº 6.031, de 12 de junho de 2014.

Dá nova redação aos incisos I e II do art. 1º, do Decreto nº 5.726, de 25 de setembro de 2013, que aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 5.726, de 25 de setembro de 2013, que aprova desmembramento de terreno urbano, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I - Área “A” com 2.221,43 m2 (dois mil, duzentos e vinte e um metros e quarenta e três decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado “p1=PP”, dividindo-se com a Avenida Fahdo Thomé com a distância de 30,30 metros e com o azimute 73º41’02” até o ponto “p2”; Segue confrontando com o imóvel da área “B” com a distância de 72,42 metros e com o azimute 162º42’48” até o ponto “p9”; Segue confrontando com a Rua Irmão Tomáz com a distância de 29,77 metros e com o azimute 247º09’53” até o ponto “P10”; Segue confrontando com o imóvel objeto da transcrição nº 14.470 com a distância de 75,82 metros e com o azimute 342º13’00” até o ponto “p1=PP”; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.221,43m2.

II - Área “B” com 2.221,43m2 (dois mil, duzentos e vinte e um metros e quarenta e três decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado “p2=PP”, dividindo-se com a Avenida Fahdo Thomé com a distância de 24,00 metros e com o azimute 73º41’02” até o ponto “p3”; Segue confrontando com o imóvel objeto da área doada a Prefeitura Municipal de Caçador com a distância de 40,48 metros e com o azimute 160º09’58” até o ponto “p11”; Segue confrontando com o imóvel objeto da área doada a Prefeitura Municipal de Caçador com a distância de 14,85 metros e com o azimute 70º09’58” até o ponto “p7”; Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº 0.356 com a distância de 28,27 metros e com o azimute 162º24’59” até o ponto “p8”; Segue confrontando com a Rua Irmão Tomáz com a distância de 40,97 metros e com o azimute 247º09’53” até o ponto “p9”; Segue confrontando com o imóvel objeto da Área “A” com a distância de 72,42 metros e com o azimute 342º42’48” até o ponto “p2=PP”; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.221,43m2.”(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Ata de Registro de Preços Nº 85-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, TIPO S10, DESTINADO AOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N º13.241.662/0001-03, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO MARCA	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
04	90.000	LITRO	ÓLEO DIESEL TIPOS-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	2,64	237.600,00
R\$VALOR GERAL					237.600,00

### Ata de Registro de Preços Nº 86-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE DITTESC, FUNDEMA E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, empresa AUTO MECANICA GERAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.548.059/0001-01 com sede na cidade de VIDEIRA, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUNT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
6	1	UNID	Veículo automotor, original de fabrica novo (zero quilometro) do ano de 2013 ou 2014 modelos 2013 ou 2014, na cor branca, fabricação nacional, bi- combustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.8 e no mínimo 108 cavalos, capacidade para 07(sete) lugares/pessoas, 04(quatro) portas laterais, vidros elétricos, ar condicionado, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes e antena, direção hidráulica, com proteção de cárter/motor, bagageiro no teto, sensor de estacionamento, com 05(cinco) marchas à frente e 01(um) a ré, air bag, freios ABS, banco traseiro bipartido, travas elétricas das portas e porta-malas, alarme com destravamento das portas, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, com frete incluso, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN(Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores. (Saúde).	CHEVROLET SPIN	59.750,00	59.750,00
TOTAL GERAL R\$						59.750,00

### Ata de Registro de Preços Nº 87-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE DITTESC, FUNDEMA E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, empresa COLUSSI E CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.506/0001-90 com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	6	Unid.	Veículo automotor original de fabrica novo (zero quilometro), na cor branca, fabricação nacional, bi- combustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.0 e no mínimo 64 cavalos de força com gasolina e 64 cavalos de força no etanol, capacidade para 05 (cinco) lugares/pessoas, 04(quatro) portas, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes, com proteção de cárter/motor, cinto de segurança de 03(três) pontos, indicador gradual de nível de combustível, rodas de aço estampado com pneus 165/70 R13, com 05(cinco) marchas à frente e 01(um) a ré, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores a serem definidas.(Administração).	Fiat/Palio Fire 1.0 Flex 4P 2014	25.990,00	155.940,00



2	1	UNID	Automóvel tipo Pick-up, ano 2013 ou 2014, modelo 2013 ou 2014, original de fábrica novo zero quilometro, na cor branca, cabine estendida, caçamba com no mínimo 730 litros, ganchos deslizando na caçamba, apoio lateral para acesso a caçamba, protetor de caçamba, sensor traseiro de estacionamento, motorização com potência de no mínimo 100 cavalos de força, bi- combustível (etanol e gasolina), 02 portas capacidade para 02 passageiros, direção hidráulica, ar condicionado, bancos com regulagem de altura do motorista, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes, retrovisores externos com comandos internos elétricos, vidros elétricos, alarme com travamento automático na chave, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN(Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores a serem definidas.(Dittesc)	Fiat/Strada Adventure ce 1.8 16V Flex 2P 2014	46.999,00	46.999,00
3	1	UNID	Veículo automotor, tipo sedan, original de fabrica novo (zero quilometro) do ano de 2013 modelos 2013 ou 2014, na cor branca, fabricação nacional, bi- combustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.6 e no mínimo 115 cavalos de força, capacidade para 05(cinco) lugares/pessoas, 04(quatro) portas laterais, vidros elétricos, ar condicionado, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes e antena, direção hidráulica, com proteção de cárter/motor, com 05(cinco) marchas à frente e 01(um) a ré, porta malas com capacidade de no mínimo 450 litros, air bag duplo frontal, travas elétricas das portas e porta-malas, alarme, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores.(Educação).	Fiat/Grand Siena Essence 1,6 16v Flex 4P 2014	36.790,00	36.790,00
5	2	UNID	Veículo automotor original de fabrica novo (zero quilometro), na cor branca, fabricação nacional, bi- combustível (etanol e gasolina) motorização com potência mínima 1.4 e no mínimo 84 cavalos de força com gasolina e 86 cavalos de força no etanol, capacidade para 05 (cinco) lugares/pessoas, 04(quatro) portas, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes, ar condicionado, com proteção de cárter/motor, cinto de segurança de 03(três) pontos, indicador gradual de nível de combustível, com 05(cinco) marchas à frente e 01(um) a ré, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores a serem definidas. (modelo anexo).(Saúde).	Fiat/Uno Economy 1,4 EVO Flex 4P 2014	32,990,00	65.980,00
R\$TOTAL GERAL						305.709,00

### Ata de Registro de Preços Nº 88-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEICULOS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE DITTESC, FUNDEMA E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, empresa DE MARCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.584.556/0008-39 com sede na cidade de CAÇADOR, SC,, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
4	1	UNID	Veículo automotor, tipo Van Furgão utilitário novo (zero quilometro) na cor branca, do ano de 2013 ou 2014 modelos 2013 ou 2014, motorização com potência mínima 2.2 e no mínimo 125 cavalos de força, movido a diesel, painel com indicador de temperatura, capacidade para 03(três) lugares/pessoas, 04(quatro) portas sendo a porta traseira dupla sem vidros com abertura de 270graus, transmissão manual de 05 marchas a frente e 01 a ré, capacidade de carga mínima de 1.500 kg, e com no mínimo de 12 m3, freios ABS, airbag, com proteção de cárter/motor, ar condicionado, radio AM/FM com entrada USB, 02(dois) alto-falantes e antena, direção hidráulica ou elétrica, assoalho da cabine em borracha, tapete de borracha no compartimento de carga, teto alto com no mínimo 2,45 metros de altura, comprimento no mínimo de 5,59 metros, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50 (cinquenta) km, o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logo-tipo da Prefeitura com até 10 m2 com até 10 cores. (Educação).	RENAULT	83,000.00	83,000,00
TOTAL GERAL R\$						83,000,00

### Ata de Registro de Preços Nº 89-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER E RECARGA, empresa COLOR BLACK TINTAS E TONERS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.018.430/0001-05, com sede na cidade de Indaial, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	100	UN	RECARGA DE TONER 2612A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	2.200,00
2	30	UN	RECARGA DE TONER 2613A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	660,00
3	150	UN	RECARGA DE TONER 7115A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	3.300,00
4	50	UN	RECARGA DE TONER 435A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	1.100,00
5	500	UN	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	11.000,00
6	100	UN	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	2.200,00
7	100	UN	RECARGA DE TONER 278A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	2.200,00
8	150	UN	RECARGA DE TONER 280A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	3.300,00
9	500	UN	RECARGA DE TONER 285A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	11.000,00
10	100	UN	RECARGA DE TONER 505A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	22,00	2.200,00
11	30	UN	RECARGA DE TONER 4200SCX BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	28,00	840,00
12	30	UN	RECARGA DE TONER E120 BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	COLORBLACK	28,00	840,00
13	40	UN	TONER REMANUFATURADO 2612A	COLORBLACK	24,80	992,00
14	50	UN	TONER REMANUFATURADO 436A	COLORBLACK	24,80	1.240,00
15	100	UN	TONER REMANUFATURADO 278A	COLORBLACK	24,80	2.480,00
16	100	UN	TONER REMANUFATURADO 280A	COLORBLACK	30,00	3.000,00
17	80	UN	TONER REMANUFATURADO 285A	COLORBLACK	25,00	2.000,00
TOTAL GERAL R\$						50.552,00

**Ata de Registro de Preços Nº 90-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, empresa ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.446.945/0001-34, com sede na cidade de Cornélio Procópio, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
02	140	Latas	Tinta acrílica semi - brilho - azul Del Rey 18 lts	119,00	16.660,00
04	80	Galões	Tinta esmalte sintético - vermelho 3,6 lts	37,00	2.960,00
05	50	Latas	Tinta acrílica semi - brilho azul escuro	141,00	7.050,00
15	40	Latas	Acrílico fosco Premium verde. 18 lts	83,00	3.320,00
16	40	Latas	Acrílico fosco Premium cinza 18 lts	70,00	2.800,00
17	50	Latas	Acrílico fosco Premium bege. 18 lts	69,00	3.450,00
18	50	Latas	Acrílico fosco Premium branco 18 lts	68,00	3.400,00
19	50	Galões	Esmalte sintético transp. Imbuia. 3,6 lts	27,00	1.350,00
TOTAL GERAL R\$					40.990,00

**Ata de Registro de Preços Nº 91-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, empresa CAPRI TINTAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.129.354/0001-29, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
14	50	Galões	Fundo fosfatizante 3,6 lts. Marca: Maxi Rubber	77,00	3.850,00
TOTAL GERAL R\$					3.850,00

**Ata de Registro de Preços Nº 92-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, empresa MADEVIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.197.303/0001-60, com sede na cidade de Rio Negrinho, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
01	140	Latas	Tinta acrílica semi- brilho - branca 18 lts. Marca: Show	139,00	19.460,00
03	100	Latas	Tinta acrílica semi - brilho - azul claro 18 lts. Marca: Show	141,00	14.100,00
07	60	Galões	Verde místico. 3,6 lts. Marca: Madequímica	32,00	1.920,00
08	60	Galões	Vermelho sintético. 3,6 lts. Marca: Madequímica	37,00	2.220,00
09	60	Galões	Azul sintético. 3,6 lts. Marca: Madequímica	36,00	2.160,00
10	60	Galões	Amarelo sintético. 3,6 lts. Marca: Madequímica	36,00	2.160,00
11	80	Galões	Branco sintético 3,6 lts. Marca: Madequímica	37,00	2.960,00
12	60	Galões	Cinza sintético. 3,6 lts. Marca: Madequímica	38,00	2.280,00
13	70	Galões	Preto fosco sintético 3,6 lts. Marca: Madequímica	40,00	2.800,00
20	60	Galões	Thinner 2900 3,6 lts. Marca: Madequímica	30,00	1.800,00
21	120	Unid.	Rolo kit (cabo + rolo) 1228. Marca: Condor	7,60	912,00
22	120	Unid.	Rolo 306/15. Marca: Condor	4,00	480,00
25	120	Unid.	Pincel 395 2". Marca: Condor	1,56	187,20
26	120	Unid.	Pincel 395 1". Marca: Condor	1,20	144,00
27	70	Latas	Tinta acr std concreto 18 lts. Marca: Show	70,00	4.900,00
TOTAL GERAL R\$					58.483,20

**Ata de Registro de Preços Nº 93-2014 - Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, empresa NEY TINTAS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.257.552/0001-54, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ VALOR
06	100	Litros	Verde ecológico Audi 2002 sintético. Marca: Akylack	17,00	1.700,00
23	120	Unid.	Rolo 303/9. Marca: Roma	2,90	348,00
24	120	Unid.	Pincel 395 4". Marca: Tigre	4,70	564,00
TOTAL GERAL					2.612,00

**Contrato Administrativo 37-20104-Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, RECUPERAÇÃO DE MARGENS DO RIO DO PEIXE E RIO CAÇADOR. RESTABELECIMENTO E RECUPERAÇÃO DE TRECHOS DE ESTRADAS URBANAS, RURAIS E VICINAIS, PONTES PONTILHÕES, BUEIROS, TUBOS DE CONCRETO E DRENAGEM URBANA, COM BASE NO CONVÊNIO Nº 009/SDC/2014. CONTRATADA: SUBMAR SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 01.333.709/0001-71, com sede na avenida governador celso ramos, nº 1121, enseada encantanda na cidade de Porto Belo/SC, O preço certo e ajustado entre as partes que alude o presente Contrato é de R\$ 329.960,00 (trezentos e vinte e nove mil novecentos e cecenta reais), O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2014, sendo:

**LOTE 01**

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UND	R\$ TOTAL
1	6.560	M3	Limpeza e recuperação de margens do rio	41,00	268.960,00
2	1	Mão de obra	Mobilização e desmobilização dos equipamentos	30.000,00	30.000,00
R\$ TOTAL				298.960,00	

**LOTE 02**

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UND	R\$ TOTAL	
3	140	Horas	Locação de Escavadeira hidráulica 18 toneladas	167.834,40	23.496,82	
4	80	Horas	Locação de Caçamba traçada 12m3	93.789,80	7.503,18	
R\$ TOTAL			31.000,00			

**Contrato Administrativo 38-20104-Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA CURSISTAS E PALESTRANTES, ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO E DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONTRATADA: ANTONIO SERGIO CURIONI 017.970.099-58, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.615.597/0001-93, com sede na cidade de Calmon/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2014, conforme segue:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
7	1410	UNID	Almoço tipo buffet – composto de pratos frios e quentes, sobremesa e 1 refrigerante ou suco natural, servidos no horário das 12:00 horas às 13:30 horas (retirada em 2 etapas)	25,00	35.250,00
8	1010	UNID	Jantar tipo buffet – composto de pratos frios e quentes, sobremesa e 1 refrigerante ou suco natural, servidos após às 19:00 horas (retirada em 2 etapas)	25,00	25.250,00
9	10	DIAS	Aluguel do espaço físico para realização do evento de Educação Inclusiva para aproximadamente 200 pessoas, com cadeiras confortáveis para utilização durante o período da manhã e a tarde (retirada em 2 etapas)	1.000,00	10.000,00
TOTAL GERAL R\$					70.500,00

### Contrato Administrativo 39-20104-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA CURSISTAS E PALESTRANTES, ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO E DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONTRATADA: COMUNICASOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.799.602/0001-15, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2014, conforme segue:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10	10	DIAS	Locação de equipamentos para serviço de sonorização para o evento: kit com data show, flip-chart, tela retrátil, microfone, caixa de som, kit computador, (composto de computador, mouse e impressora), com técnico responsável em tempo integral, para operar os equipamentos.	800,00	8.000,00
TOTAL GERAL R\$					8.000,00

### Contrato Administrativo 40-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA CURSISTAS E PALESTRANTES, ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO E DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONTRATADA: HOTEL KINDERMANN LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.961.133/0001-03, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2014, conforme segue:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	500	DIÁRIAS	Diária em hotel para cursistas em quarto duplo ou triplo para hospedagem (retirada em 2 etapas)	85,00	42.500,00
6	30	DIÁRIAS	Diária em hotel para palestrantes em quarto individual para hospedagem (retirada em 2 etapas)	118,00	3.540,00
TOTAL GERAL R\$					46.040,00

### Contrato Administrativo 41-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA CURSISTAS E PALESTRANTES, ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO E DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONTRATADA: PRINT SHOW COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.164.119/0001-62, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2014, conforme segue:



ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	400	UNID.	Emissão de certificados em papel vergê branco - gramatura 180 distribuídos entre 1ª e 2ª etapa.	1,28	512,00
2	200	CÓPIAS	Fotocópias de materiais em folha A4 para retirada na 1ª e 2ª etapa	0,12	24,00
TOTAL GERAL R\$					536,00

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria 20-2014 - Concede Férias - Dani Marques**

PORTARIA nº 020, de 09 de junho de 2014.

Concede 10 dias de férias à servidora Daniela Marques de Oliveira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013, a serem gozadas no período de 07/07/2014 a 16/07/2014, à servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de controladora interna, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 03/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 10 de junho de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1212/2014



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1212/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGF5216	54948566E	5010/0	24/04/2014	162 * I
BOS0483	54949002E	5045/0	26/04/2014	162 * V
IGW3986	54949663E	6920/0	13/05/2014	233
MBZ4375	54949622E	6920/0	13/05/2014	233
MES1301	54949630E	6920/0	13/05/2014	233
MFJ2370	54623131E	6610/1	05/01/2014	230 * VII
MFJ2370	54623133E	6599/2	05/01/2014	230 * V
MFJ2370	54623134E	5061/0	05/01/2014	163 c/c 162 * I
MGR1833	54949636E	6920/0	13/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1213/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1213/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASX2035	54948468E	7366/2	08/04/2014	252 * VI
ASX2035	54948469E	5185/1	08/04/2014	167
AXQ3803	54949651E	5541/1	03/05/2014	181 * XVII
CHM8272	54949155E	5460/0	05/05/2014	181 * IX
DGG2277	54948886E	5185/1	16/04/2014	167
IKW7331	54948713E	5525/0	21/04/2014	181 * XV
LYV0611	54949245E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
LZA8361	54455487E	5525/0	29/12/2013	181 * XV
MCF2123	54948707E	5525/0	21/04/2014	181 * XV
MFY2700	54948710E	5185/1	21/04/2014	167
MML0921	54949562E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MOB7968	54948038E	5460/0	04/05/2014	181 * IX
MUZ2643	54948875E	5525/0	10/04/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria Nº 11.013 de 16 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 11.013 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, e Progressão Por Capacitação ao Servidor Público Municipal - DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema Sob nº 954631, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2013.

Art.2º) A Progressão de que trata o Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão da avaliação obtida por Desempenho Profissional retroativo a 03 de abril de 2013, passando do Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência B no valor de R\$ 953,29 (novecentos e cinquenta e três reais, vinte e nove centavos) mensais, conforme o Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.3º) A Progressão de que trata o Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão da avaliação obtida por Desempenho Profissional Por Capacitação retroativo a 03 de abril de 2013, passando do Nível 3 Sub-Nível 31 Referência B para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência C no valor de R\$ 981,89 (novecentos e oitenta e um reais, oitenta e nove centavos) mensais, conforme o Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de junho do ano de 2014, será pago o valor de R\$ 2.941,45 (dois mil, novecentos e quarenta e um reais, quarenta e cinco centavos), correspondente aos valores apurados das Progressões concedidas, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2013, já descontado o valor de R\$ 94,50 (noventa e quatro reais, cinquenta centavos), referente as contribuições do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais) refere-se às Contribuições Patronais ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 11.014 de 16 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 10.014 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico Veterinário, ELOÁ CRISTHINE PRIM, Matrícula Funcional nº 000701, Registro no Sistema sob nº 955145, por motivo de doença, pelo período 26 de Maio de 2014 a 26 de Julho de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 26 de Maio de 2014 á 09 de Junho de 2014, o período de 10 de Junho de 2014 á 26 de Julho de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 10.015 de 16 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 10.015 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, por motivo de doença, pelo período 29 de Maio de 2014 a 30 de Agosto de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 29 de Maio de 2014 á 12 de Junho de 2014, o período de 13 de Junho de 2014 á 30 de Agosto de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.016 de 16 de Junho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 10.016 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontologia, CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula Funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, por motivo de doença, pelo período 30 de Maio de 2014 a 03 de Julho de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 30 de Maio de 2014 á 13 de Junho de 2014, o período de 14 de Junho de 2014 á 03 de Julho de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 30 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 10.017 de 16 de Junho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.017 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar Administrativo I, EDITE FERREIRA DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13 de março de 2011 á 13 de março de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.018 de 16 de Junho de 2014**

PORTARIA Nº 11.018 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, e Progressão Por Capacitação ao Servidor Público Municipal - LUIZ ERNANDES WESCHE, Matrícula Funcional nº 000569, Registro no Sistema Sob nº 954726, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Progressão de que trata o Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão da avaliação obtida por Desempenho Profissional retroativo a 26 de fevereiro de 2014, passando do Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência B no valor de R\$ 1.162,09 (um mil, cento e sessenta e dois reais, nove centavos) mensais, conforme o Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.3º) A Progressão de que trata o Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão da avaliação obtida por Desempenho Profissional Por Capacitação retroativo a 26 de fevereiro de 2014, passando do Nível 4 Sub-Nível 41 Referência B para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência



C no valor de R\$ 1.196,94 (um mil, cento e noventa e seis reais, noventa e quatro centavos) mensais, conforme o Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de junho do ano de 2014, será pago o valor de R\$ 285,46 (duzentos e oitenta e cinco reais, quarenta e seis centavos), correspondente aos valores apurados das Progressões concedidas, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2014, já descontado o valor de R\$ 35,28 (trinta e cinco reais, vinte e oito centavos), referente as contribuições do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 70,56 (setenta e seis reais, cinquenta e seis centavos) refere-se às Contribuições Patronais ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.409 de 16 de Junho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.409 DE 16 DE JUNHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido a Srª. VANESSA APARECIDA CCHALOUPECK RUDNICK, Registro no Sistema sob nº 955171, do cargo de Secretária Municipal de Educação, do Quadro de Cargos de Provisão em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.410 de 17 de Junho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.410 DE 17 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 3º DA EC 47/05, DO ART. 79-F, INCISOS I, II E III DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ MAURO SCHWARZ.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 006/2014 nos termos do art. 3º, da EC 47/05, combinado com o artigo 79-F Incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, ao Servidor Público Municipal JOSÉ MAURO SCHWARZ, portador do CPF/MF nº 293.686.189-68 e do RG nº 1.360.098-2 da SSP/SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000035, Registro no Sistema sob nº 47700, Pis/Pasep nº 1.064.065.691-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, na função de Agente Administrativo II do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição do Servidor Público, correspondendo o valor de R\$ 2.033,77 (dois mil, trinta e três reais, setenta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI      JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Prefeito Municipal      Diretor Executivo - IPRECAL

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 07/2014 Altera Valores de Vencimentos dos Cargos de Provimento Para Execução de Programas Especiais da Lc 07/07

LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2014 DE 13/06/2014

ALTERA VALORES DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA LEI COMPLEMENTAR 07/07

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Os itens 01, 02 e 03 do Anexo I da Lei Complementar 07/07 passará a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR 07/07

##### QUADRO DE PESSOAL

PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Nº de Ordem	Cargos/ Funções	Venc. R\$	Nº de Vagas	Escolaridade/ Qualificação	Atribuições/Responsabilidades
01	Agente Comunitário de saúde	820,00	79	Haver concluído o Ensino Fundamental	Realizar mapeamento de sua área de atuação; cadastrar e atualizar as famílias de sua área; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; realizar através de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade, coletar dados para análise da situação das famílias acompanhadas; desenvolver ações básicas de saúde nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças; promover educação em saúde e mobilização comunitária, visando uma melhor qualidade de vida, mediante ações de saneamento e melhorias do meio ambiente; incentivar a formação dos conselhos locais de saúde; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde; informar os demais membros da equipe de saúde acerca da dinâmica social da comunidade, suas disponibilidades e necessidades; participar do processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da unidade de saúde da família, com vistas à superação dos problemas identificados.
02	Auxiliar de Enfermagem Comunitário	1.000,00	24	Portador de diploma de Nível Médio, com registro no COREN	Desenvolver com os Agentes Comunitários de Saúde atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as consultas de enfermagem os indivíduos expostos à situação de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde.
03	Auxiliar de Odontologia Comunitário	860,00	9	Portador de diploma de Nível Médio, com Registro no COREN	Desenvolver atividades e ações de apoio ao odontólogo nos postos de atendimento (consultório), fazendo o controle dos fichários dos pacientes; contribuir com os Agentes Comunitários de Saúde no que se refere às visitas domiciliares; participar da organização do processo de trabalho e organização da unidade de saúde na área odontológica.

Art. 2º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações específicas consignadas na LDO e LO vigentes.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## Republicada Lei Nº 4.035/14 Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro ao Sesc

REPUBLICADA

LEI Nº 4.035/14 DE 04/06/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal do Idoso, a conceder auxílio financeiro ao Serviço Social do Comércio - SESC, CNPJ 03.603.595/0001-68, no valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais) para execução do projeto "Grupos Interativos/Intergeracionais".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

ELEM. DE DESPESA: 163 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.000 000

VALOR: R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais)

ELEM. DE DESPESA: 164 - 4.4.50.00.00.00.00.00.00.01.0043.000 0000

VALOR: R\$ 6.450,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 04 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## Lei Complementar Nº 06/14 Altera Padrão do Cargo de Mecânico de Manutenção do SAMAE

LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2014 DE 13/06/2014

ALTERA PADRÃO DO CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Os padrões 5 e 7 do Anexo I da Lei Complementar 12/2011 (Plano de Cargos e Salários do SAMAE) passa a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO I

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº 12/11

PADRÃO	CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS
5 Níveis 1,2,3	Agente Administrativo	5
	Operador de Máquina	3
	Encanador	15
	Pedreiro	5
	Motorista	2
7 Níveis 1,2,3	Mecânico de Manutenção	2
	Operador de ETA/ETE	10

Art. 2º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações específicas consignadas na LDO e LOA vigentes.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## Lei Complementar Nº 02/14 Altera Redação da Lc 01/02 Relativo Às Contribuições de Melhoria

LEI COMPLEMENTAR Nº 02 DE 13/06/2014

altera A redação da lei complementar nº 01/2002 - Código tributário municipal, relativamente às contribuições de melhoria.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 413 da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal passa a vigorar acrescido do § 2º. e o seu caput e § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 413. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel localizado na área beneficiada direta ou indiretamente por obras públicas.

§ 1º. Tal valorização existirá sempre que, em razão da obra, se demonstre poder alcançar o imóvel, em operação normal de compra e venda, preço superior ao que lhe seria atribuído em operação idêntica, antes da obra.

§ 2º. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do demonstrativo dos custos da obra e da avaliação da valorização de cada imóvel situado na zona beneficiada, esteja a obra executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis."

Art. 2º. O caput e o §1º do art. 419 da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 419. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é o valor correspondente à valorização do imóvel beneficiado pela obra pública, tendo como limite total do valor a ser lançado, o custo da obra pública e como limite individual a ser lançado para cada contribuinte, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada

imóvel beneficiado”.

§1º. No custo da obra pública serão computadas as despesas relativas a estudos, projetos, desapropriações, administração, juros de financiamento de até 12% (doze por cento) ao ano e quaisquer investimentos necessários à sua execução. O valor da obra terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes de correção monetária”.

Art. 3º. Altera-se a redação do inciso V do art. 420 da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal e acrescenta-se ao referido artigo o inciso VI, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 420. ....

“V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas;

VI - avaliação inicial dos imóveis situados na zona beneficiada”.

Art. 4º. O caput e o §1º do art. 421 da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 421. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança de Contribuição de Melhoria, proceder-se-á o lançamento referente a esses imóveis mediante prévia publicação de edital contendo o demonstrativo dos custos da obra, a avaliação da valorização de cada imóvel situado na zona beneficiada pela obra pública e o prazo a partir do qual será iniciada a cobrança.

§ 1º. Transcorrido o prazo fixado no caput, poderá o Município lançar de ofício as contribuições a cada sujeito passivo, enviando as respectivas notificações ao seu endereço, nas quais deverá ser apontado o valor, o prazo, a forma e o local de pagamento da Contribuição de Melhoria e ser indicada a valorização individual do imóvel e os demais elementos que integram o cálculo do tributo.

Art. 5º. O §2º do art. 421 da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal passa a vigorar acrescido do inciso V com a seguinte redação:

Art. 421 .....

§2º .....

“V - valorização dos imóveis após a obra”.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº 05/14 Altera Lc 11/12 Sobre Cargos de Provimento Temporário Para Execução de Programas Especiais**

LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2014 DE 13/06/2014

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11/12 DE 10/07/2012 QUE CRIOU CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO/EMPREGO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE

A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A tabela constante no artigo 2º da Lei Complementar 11/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Carga horária/semanal	Vagas	Vencimento
Fisiopeutea/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Assistente Social/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Fonoaudiólogo/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Nutricionista/NASF	40	1	R\$ 2.494,33
Educador Físico/NASF	40	1	R\$ 1.868,89

Art. 2º. O Anexo I da Lei Complementar nº 11/12 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I da presente lei.

Art. 3º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: EDUCADOR FÍSICO/NASF	
GRUPO/CATEGORIA: Atividades de nível superior	HABILITAÇÃO: Nível superior, formação em Educação Física (bacharelado) e inscrição no CREF.
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;</li> <li>- Veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;</li> <li>- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;</li> <li>- Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;</li> <li>- Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;</li> <li>- Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social;</li> <li>- Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais;</li> <li>- Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde</li> <li>- ACS, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;</li> <li>- Supervisionar de forma compartilhada, e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;</li> <li>- Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território;</li> <li>- Articular parcerias com outros setores da área adstrita junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;</li> <li>- Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/ Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.</li> </ul>	



**CARGO: NUTRICIONISTA/NASF**

<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
---	---

**ATRIBUIÇÕES**

- Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos;
- Prestar assistência dietoterápica hospitalar e ambulatorial de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos;
- Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionado o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;
- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;
- Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética;
- Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica;
- Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;
- Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;
- Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
- Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

**CARGO: FISIOTERAPEUTA/NASF**

<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
---	---

**ATRIBUIÇÕES**

- Avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais;
- Fazer pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;
- Planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros;
- Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto;
- Prestar atendimento a pessoas com membros amputados, fazendo treinamento nas mesmas, visando a movimentação ativa e independente com o uso das próteses;
- Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
- Manipular aparelhos de utilidade fisioterápica;
- Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos;
- Ensinar exercícios corretivos, orientando e treinando o paciente em exercícios ginásticos especiais, para promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- Supervisionar e avaliar atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;
- Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, relatórios, documentos e pareceres;
- Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL/NASF**

<b>GRUPO/CATEGORIA:</b> Atividades de nível superior.	<b>HABILITAÇÃO:</b> Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
--	---

**ATRIBUIÇÕES**

- Estudar e analisar causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;
- Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social;
- Promover o auxílio as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;
- Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual;
- Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;
- Organizar programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento a hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves;
- Elaborar e emitir pareceres socioeconômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários para atender a demanda dos atendimentos;
- Participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoal física ou mentalmente deficiente por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.



CARGO: FONOAUDIÓLOGO/NASF

GRUPO/CATEGORIA:

Atividades de nível superior.

HABILITAÇÃO:

Portador do certificado de conclusão de Curso Superior na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

ATRIBUIÇÕES

- O profissional deve desenvolver suas atividades/ações nos espaços das Unidades Básicas de Saúde e na comunidade;
- Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS, conforme as políticas públicas de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Alegre e as Diretrizes do Ministério da Saúde para o NASF;
- Prestar assistência integral à todos os ciclos de vida;
- Ter habilidade para trabalho em equipe interdisciplinar colaborando na construção do projeto terapêutico do serviço;
- Realizar atendimento levando em consideração os diversos aspectos que compõem o sujeito e sua dinâmica biopsicossocial através de novo olhar para clínica ampliada,
- Cumprir horário conforme específico em contrato,
- Disponibilidade para o trabalho com as famílias nas diferentes transformações em que elas sofrem e estão inseridas,
- Preencher os impressos da unidade para o registro de produção conforme solicitado pela gerência,
- Realizar apoio matricial às equipes de saúde adstritas ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família,
- Diagnosticar casos na população atendida específica e propor ações necessárias seja no atendimento individual ou grupo,
- Participar das atividades junto à secretaria municipal de saúde quanto solicitada,
- Apoiar a Equipe de saúde da Família na construção de estratégias educativas sistêmicas para famílias no cuidado dos portadores de distúrbios da comunidade,
- Desenvolver, ações de promoção à saúde através de atividades, grupos, palestras, consultas e visitas domiciliares.

### **Lei Complementar Nº 04/14 Altera Redação de Artigo da Lc Nº 12/14 Sobre O Plano de Carreira E Remuneração dos Profissionais do SAMAE**

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2014 DE 13/06/2014

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/11 DE 14/12/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SAMAE.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O §3º do artigo 53 da Lei Complementar nº 12/2011 de 14/12/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53 (...)

§ 3º. O valor estabelecido no caput deverá ser alterado anualmente por decreto do Chefe do Poder Executivo, utilizando-se o mesmo percentual aplicado aos servidores do Poder Executivo, na forma prevista no parágrafo único do artigo 2º da lei nº 2.933/05 de 13 de abril de 2005.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº 03/14 Altera Redação dos Anexos IV, VIII E Xv da Lc 10/11 Sobre Os Cargos da FUNDEMA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2014 DE 13/06/2014

ALTERA REDAÇÃO DOS ANEXOS IV, VIII E XV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O quadro permanente de cargos da FUNDEMA, constante no ANEXO IV da Lei Complementar nº 10/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Horas	Nível	Vagas	Vencimento
Gerente Administrativo	40	2	01	R\$ 1.574,44
Agente de Serviços	40	1	01	R\$ 1.365,43

Art. 2º. O ANEXO XV da Lei Complementar nº 10/2011 (atribuições e habilitação dos cargos permanentes) passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I da presente lei.

Art. 3º. O quadro de cargos de provimento em comissão da FUNDEMA, constante no ANEXO VIII da Lei Complementar nº 10/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Diretor Superintendente	DC	01	R\$ 6.856,80
Analista Ambiental	DC	03	R\$ 3.800,00

Art. 4º. A habilitação e atribuições dos cargos de provimento em comissão, constantes no artigo anterior são dadas pelo Anexo II da presente lei.

Art. 5º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 13 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

CARGO: GERENTE ADMINISTRATIVO

HABILITAÇÃO:

Ensino Superior

ATRIBUIÇÕES

- Executar serviços no protocolo, no recebimento e na expedição de documentos;
- Executar serviços de apoio administrativo, elaborar e redigir ocorrências, relatórios, correspondências, memorandos e comunicações;
- Auxiliar no controle da entrada e saída de documentos;
- Organizar e manter atualizado o cadastro e registro de todos os bens patrimoniais da FUNDEMA.
- Qualificar os funcionários, objetivando a formação, o aperfeiçoamento e melhorias do desempenho organizacional;
- Coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades;
- Programar, organizar, orientar e controlar as atividades relativas a parte de pessoal da fundação;
- Articular-se com o órgão de planejamento da Prefeitura, com vistas ao cumprimento e execução de atos e instruções normativas;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior;

**CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS****HABILITAÇÃO:**

Ensino Médio Completo

**ATRIBUIÇÕES**

- Atendimento e encaminhamento do público;
- Executar serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos;
- Receber e prestar informações, digitar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos;
- Prestar assessoramento na área administrativa e outras inerentes às funções;
- Receber, classificar, numerar, registrar, distribuir e manter o controle de todos os documentos e papéis que tramitem na Fundação.

**ANEXO II****ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA****CARGO: DIRETOR SUPERINTENDENTE****HABILITAÇÃO:**

3º grau completo

**ATRIBUIÇÕES**

- Representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações interinstitucionais, sócias, enfim, em todas as áreas que se fizerem necessárias a presença da autoridade representativa da instituição;
- Capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários, formadores de opinião) de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, fórum, oficinas ecológicas e treinamentos;
- Movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Prefeito Municipal;
- Firmar acordos, contratos e convênios ou termos de cooperação em entidades públicas ou privadas, obedecendo as formalidades legais;
- Administrar e supervisionar os bens móveis e imóveis, bem como todo o patrimônio da Fundação;
- Praticar atos administrativos relativos aos servidores da Fundação, de acordo com os dispositivos legais da Lei Orgânica do Município e leis complementares;
- Delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação, dando publicação regimental e legal nos autos e boletins internos, resoluções, instruções e normativas em veículo de comunicação;
- Encaminhar a assessoria jurídica, quando necessário, os processos relativos a recursos;
- As demais atividades inerentes a função;

**CARGO: ANALISTA AMBIENTAL****HABILITAÇÃO:**

Curso superior completo em Engenharia Ambiental, Biologia, Agronomia ou Geologia, com o respectivo registro válido e ativo dos respectivos Conselhos.

**ATRIBUIÇÕES**

- Programar, organizar, coordenar e executar o controle das atividades relacionadas com a fiscalização e elaboração de projetos;
- Fiscalizar e autuar infrações ambientais, penalizar nos limites da delegação;
- Desenvolver projetos visando fornecer subsídios para recuperação de áreas degradadas, formular propostas de ação que envolvam a recuperação ambiental;
- Fiscalizar as condicionantes das licenças e o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental;
- Analisar processos, emitir parecer técnico, realizar vistorias e emitir laudos, elaborando as devidas licenças ambientais;
- Assessorar o Diretor Superintendente da Fundação quando necessário;
- Atender e averiguar denúncias, entre outras atividades inerentes a função;

**Lei Nº 4.040/14 Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro Através do FIA À Apae**

LEI Nº 4.040/14 DE 13/06/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ 10.269.609/0001-14, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para execução do projeto "Andador para Todos".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

ELEM. DE DESPESA: 5 - 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0043.0000 00

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 13 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 7.040/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 7.037/14 DE 12/06/2014

REGULAMENTA LEI Nº 4.037/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.037/14 de 12/06/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo da Infância e da Adolescência, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência  
Elementos de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO  
UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 - Reequipamento da Secretaria do Desenvolvimento Social, Família e Trabalho  
Elementos de despesa: 74 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 7.037/14 Regulamenta Lei 4.037/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do FIA**

DECRETO Nº 7.037/14 DE 12/06/2014

REGULAMENTA LEI Nº 4.037/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.037/14 de 12/06/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo da Infância e da Adolescência, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência  
Elementos de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO  
UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 - Reequipamento da Secretaria do Desenvolvimento Social, Família e Trabalho  
Elementos de despesa: 74 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 4.037/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo da Infância E da Adolescência**

LEI Nº 4.037/2014 DE 12/06/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo da Infância e da Adolescência, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência  
Elementos de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO  
UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 - Reequipamento da Secretaria do Desenvolvimento Social, Família e Trabalho  
Elementos de despesa: 74 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 7.038/14 Regulamenta Lei Nº 4.038/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 7.038/14 DE 12/06/2014  
REGULAMENTA LEI Nº 4.038/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.038/14 de 12/06/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reforma nas Creches  
Elementos de despesa: 47 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 250.000,00  
Elementos de despesa: 168 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.0 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 - Reequipamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 43 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 90.000,00  
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré Escolar  
Elementos de despesa: 53 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 80.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015 - Manutenção de Creches  
Elementos de despesa: 54 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 250.000,00

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 60 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 68 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.00 0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 4.039/14 Autoriza A Inclusão de Ação No Ppa E Na Ldo, Abre Crédito Adicional Especial**

LEI Nº 4.039/2014 DE 12/06/2014  
AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

**ANEXO II**

Programa: 17 - Manutenção do transporte escolar  
Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.089  
Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Atividade: 89 - Manutenção do Ensino Superior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 3.858 de 10/05/2013, a seguinte ação:

**ANEXO II**

Programa: 17 - Manutenção do transporte escolar

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.089  
Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior  
Atividade: 89 - Manutenção do Ensino Superior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR  
PROJ./ATIV.: 2.089 - Manutenção do Ensino Superior  
Elemento Desp.: 169 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 0 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão



utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação - Recursos Próprios.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 7.039/14 Regulamenta Lei 4.039/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Município**

DECRETO Nº 7.039/14 DE 12/06/2014  
REGULAMENTA LEI Nº 4.039/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.039/14 de 12/06/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR  
PROJ./ATIV.: 2.089 - Manutenção do Ensino Superior  
Elemento Desp.: 169 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000  
0 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação - Recursos Próprios, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 4.038/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município**

LEI Nº 4.039/2014 DE 12/06/2014  
AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei

nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

**ANEXO II**

Programa: 17 - Manutenção do transporte escolar  
Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.089  
Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Atividade: 89 - Manutenção do Ensino Superior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 3.858 de 10/05/2013, a seguinte ação:

**ANEXO II**

Programa: 17 - Manutenção do transporte escolar

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.089  
Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior  
Atividade: 89 - Manutenção do Ensino Superior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR  
PROJ./ATIV.: 2.089 - Manutenção do Ensino Superior  
Elemento Desp.: 169 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000  
0 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação - Recursos Próprios.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 12 de junho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 09/Fmel/2014

PORTARIA Nº. 09/FMEL/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

#### CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art.1º. Fica concedida Licença Gestação a CARLA REGINA FIGURA, concursada no cargo de Profª Técnica de Ginástica, junto à Fundação Municipal de Esportes, cuja licença será gozada no período de 09/06/2014 á 06/10/2014, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de Junho de 2014.

RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### PORTARIA Nº. 10/FMEL/2014

PORTARIA Nº. 10/FMEL/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente Honorífico da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

#### EXONERAÇÃO

Art. 1º - Fica exonerado "MARCELO DARCI BORGES MUNIZ", da função de Professor Técnico de Tênis, com 20 horas, junto à Fundação Municipal de Esportes a partir de 06/06/2014.

Art.1º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 12 de Junho de 2014.

RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em  
12/06/2014.

### RESOLUÇÃO Nº 022/CMAS/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

#### RESOLUÇÃO Nº 22/CMAS/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Canoinhas - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 08 de Maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4852, de 14 de Novembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS, e

CONSIDERANDO, o Artigo 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica entre o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício de 2014:

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 40% (quarenta por cento) se destinam para investimento no valor de R\$45.619,20 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e um centavos) e 60% (sessenta por cento) para custeio no valor de R\$68.428,80 (Sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

II - Serviço Especializado em Abordagem Social.

III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de medida

Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC).

IV - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas Famílias;

Art . 3º Esta Resolução revoga a de nº 011/2014.

Art. 4º Esta Resolução revoga a de nº 17/2014.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 12 de Junho de 2014.  
Roseli Dobroshinskei  
Presidente do Conselho de Assistência Social

**Portaria Nº. 07/Fmel/2014**

PORTARIA Nº. 07/FMEL/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente Honorífico da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

**EXONERAÇÃO**

Art. 1º - Fica exonerado "LAÉRCIO MANOEL DAVID", da função de Professor Técnico de Futebol, com 40 horas, junto à Fundação Municipal de Esportes tendo em vista que o mesmo não comprovou a conclusão do ensino superior, habilitação mínima exigida para o cargo de Professor Técnico de Futebol, tornando sem efeito a sua nomeação.

Art.1º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 21 de Maio de 2014.  
RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em  
21/05/2014.

**RETIFICAÇÃO AO EDITAL N.º 002/2014**

RETIFICAÇÃO AO EDITAL N.º 002/2014 - SELEÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DE BOLSA DE ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014.

O Prefeito do Município de Canoinhas, Luiz Alberto Rincoski Faria, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, tendo em vista a ocorrência das inundações ocasionadas pelas fortes chuvas que caíram nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2014 que atingiram o Município, bem como a dificuldade de acesso e de circulação do tráfego, devido às inundações nas ruas localizadas em área urbana e em estradas rurais com a destruição de pontes e bueiros, RESOLVE, prorrogar até o dia 27 de junho de 2014, as inscrições para concessão do benefício Bolsa de Estudos do Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos 2014.

Canoinhas, 16 de junho de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial N. PMC 63/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 88/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 59.000,00				
Licitação.....: 63/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, AVALIAÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL E AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 148908 - REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO INTERNA - CLIMA ORGANIZACIONAL ADMIN - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	7.393,7200	7.393,72	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 2 - 148909 - REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA EXTERNA ADMINISTRAÇÃO - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	6.944,1152	6.944,12	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 3 - 148910 - REALIZAÇÃO DE REUNIÃO TÉCNICA COM A EQUIPE DE COM DAS SECRET - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		2,000	0,0000	4.845,8933	9.691,79	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 4 - 148911 - REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO INTERNA - CLIMA ORGANIZACIONAL EDUCA - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	7.893,3108	7.893,31	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 5 - 148912 - REALIZAÇÃO DE REUNIÃO TÉCNICA - EDUCAÇÃO - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	4.895,8510	4.895,85	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 6 - 148913 - REALIZAÇÃO DE CURSO - LIDERANÇA POSITIVA E MEMORIZAÇÃO EDUCA - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	4.995,7663	4.995,77	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 7 - 148914 - REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA INTERNA - SAÚDE - Unidade: UN</b>								
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	7.293,8188	7.293,82	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 88/2014  
Licitação.....: 63/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. AVALIAÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL E AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Processo Administrativo: 59.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	-	148915	-	REALIZAÇÃO DE REUNIÃO TÉCNICA - SAÚDE - Unidade: UN				
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	4.895,8510	4.895,85	Venceu	1 *****
Item.....: 9	-	148916	-	REALIZAR CURSO - ATENDIMENTO DE QUALIDADE - ÁREA DE SAÚDE - Unidade: UN				
11151	IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME		1,000	0,0000	4.995,7663	4.995,77	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)

FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - ..... - SUPLENTE

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - ..... - EQUIPE DE APOIO

CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028624/O-0





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/4

145.340,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 83/2014

Licitação.....: 59/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

**Item.....: 5 - 16605 - SERVIÇOS MECÂNICOS VEÍCULOS DA SEGR.DE OBRAS E DESENV.URBANO - Unidade: hrs**

6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		250,000	0,0000	39,3000	9.825,00	Venceu	1 *****
6328	LOURIVAL PAUL-ME		250,000	0,0000	39,8000	9.950,00	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		250,000	0,0000	49,0000	12.250,00	Perdeu	3
6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		250,000	0,0000	49,5000	12.375,00	Perdeu	4

**Item.....: 6 - 16604 - SERVIÇOS MECÂNICOS VEÍCULOS FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Unidade: hrs**

6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		100,000	0,0000	39,3000	3.930,00	Venceu	1 *****
6328	LOURIVAL PAUL-ME		100,000	0,0000	39,8000	3.980,00	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		100,000	0,0000	49,0000	4.900,00	Perdeu	3
6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		100,000	0,0000	49,5000	4.950,00	Perdeu	4

**Item.....: 7 - 16608 - SERVIÇOS MECÂNICOS DESTINADOS A MOTOCICLETAS - Unidade: hrs**

6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		100,000	0,0000	48,0000	4.800,00	Venceu	1 *****
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		100,000	0,0000	49,0000	4.900,00	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
6328	LOURIVAL PAUL-ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 8 - 45661 - SERVIÇOS MECANICOS PARA VEICULOS DA POLICIA MILITAR - Unidade: hrs**

6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		400,000	0,0000	41,5000	16.600,00	Venceu	1 *****
6328	LOURIVAL PAUL-ME		400,000	0,0000	42,0000	16.800,00	Perdeu	2
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		400,000	0,0000	43,0000	17.200,00	Perdeu	3
6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		400,000	0,0000	45,0000	18.000,00	Perdeu	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/4

145.340,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 83/2014

Licitação.....: 59/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 9 - 45659 - SERVIÇOS MECÂNICOS P/ MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS CORPO DE BOMBE - Unidade: hrs

6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		400,000	0,0000	41,5000	16.600,00	Venceu	1 *****
6328	LOURIVAL PAUL-ME		400,000	0,0000	42,0000	16.800,00	Perdeu	2
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		400,000	0,0000	43,0000	17.200,00	Perdeu	3
6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		400,000	0,0000	45,0000	18.000,00	Perdeu	4

Item.....: 10 - 48844 - SERVIÇOS MECÂNICOS PARA VEÍCULOS DA POLÍCIA CIVIL - Unidade: hrs

6839	CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP		400,000	0,0000	41,0000	16.400,00	Venceu	1 *****
6328	LOURIVAL PAUL-ME		400,000	0,0000	41,5000	16.600,00	Perdeu	2
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		400,000	0,0000	42,0000	16.800,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/4

145.340,00

Processo / Ano: 83/2014  
Licitação.....: 59/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 10 - 48844 - SERVIÇOS MECÂNICOS PARA VEÍCULOS DA POLÍCIA CIVIL - Unidade: hrs

6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	400,000	0,0000	46,0000	18.400,00	Perdeu	4
------	--------------------------------	---------	--------	---------	-----------	--------	---

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)  
FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - ..... - SUPLENTE  
ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - ..... - EQUIPE DE APOIO  
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - SUPLENTE  
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC  
VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028624/O-0

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 22/2014 - Nomeia Aprovados No Concurso Público 001/2013**

PORTARIA Nº 22/2014

"Nomeia candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2013 para provimento de cargos públicos efetivos do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Canoinhas".

A mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidos pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

Considerando, a aprovação, classificação e habilitação dos candidatos no Concurso Público nº 001/2013 (Portaria de Homologação nº 57/2013) e o parecer jurídico afirmando que todos apresentaram os documentos, declarações e exames médicos, exigidos no Edital de Convocação nº 003/2013;

**RESOLVE**

Art. 1º Fica nomeada para o cargo de Agente Legislativo CAMILA MAIORKI SALOMON, a partir de 16 de junho de 2014,

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de junho de 2014.

Neno Pangratz  
Presidente

Renato Pike      Chiquinho da Silva  
1º Secretário    2º secretária

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de junho de 2014.

**Capinzal****PREFEITURA****Decreto 086/2014**

DECRETO Nº 086, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 001/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 175/2014, anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 001/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2014, cujo objeto é a reforma e ampliação das instalações físicas do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 12 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

**Portaria 199**

PORTARIA Nº 199, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 19 de fevereiro a 12 de dezembro de 2014, Evania Banfi da Silveira, matrícula nº 309737/09, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Lucia Regina Dias Bevilaqua, que está em auxílio doença pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **Portaria 203/2014**

PORTARIA Nº 203, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014  
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 19 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, Ana Maria Isganzela Surdi, matrícula nº 398942/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, para atuar como Professor Volante.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **Portaria 202/2014**

PORTARIA Nº 202, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014  
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 19 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, Christiane Ramos, matrícula nº 398942/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, para trabalhar as aulas de Estimulação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **Portaria 201/2014**

PORTARIA Nº 201, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014  
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 19 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, Andréia Aparecida da Rosa Dalamaria, matrícula nº 321605/10, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Eloá Salete Toledo Giumbelli, readaptada conforme laudo medido expedido pela Junta Médica do Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0060/2014 - Pregão Nº 0046/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2014

PREGÃO Nº 0046/2014

Objeto: Contratação de músicos profissionais para os encontros semanais dos idosos e para os encontros mensais da Assistência Social, CRAS e CREAS.

Abertura das Propostas: 16h00min, do dia 30 de junho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 16 de junho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 16 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0061/2014 - Pregão Nº 0047/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2014

PREGÃO Nº 0047/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza, copa e higienização, visando o desenvolvimento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 01 de julho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 16 de junho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 16 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 63/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 63/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 63/2014.

Vigência: 10/06/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 58/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME

Valor: R\$ 9.350,00 (nove mil trezentos e cinquenta reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de um forno industrial (12 esteiras) para ser utilizado no Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas abaixo:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.
1	Forno industrial 12 esteiras com acendimento elétrico - estrutura em aço com fino acabamento em pintura epóxi; acabamento frontal em aço inox; visor em vidro; iluminação interna; isolamento térmico com lã basáltica; painel de comando com tecla geral, turbina, lâmpada e fusível; micro chave liga/desliga turbina ao abrir/fechar a porta; rodízios que facilitam o deslocamento (4 (quatro) rodas; tensão monofásica 220 v; controlador digital para programar tempo, temperatura e vapor; com bandejas retas, perfuradas e flanders; esteiras removíveis em aço inox; Dimensões externas: altura: 2000 mm; profundidade: 1540 mm; largura: 1060 mm; Dimensões internas Úteis: altura 1070mm; profundidade: 700mm; largura: 590mm; Peso liquido: 311kg	Und	1

DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 64/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 64/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 64/2014.

Vigência: 10/06/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 58/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor: R\$ 1.479,00 (um mil quatrocentos e setenta e nove reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de um fogão industrial (6 bocas) para ser utilizado no Centro de Eventos do Município

de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas abaixo:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.
1	Fogão industrial de 6 bocas com acendimento a gás - estrutura de aço galvanizado, registro niquelado, grelhas reforçada de 40x40cm em ferro fundido; queimadores em ferro fundido com controle individual de chamas e fixados por encaixe. Três queimadores simples de 120 mm e três queimadores duplos de 160 mm; queimadores com fixação por encaixe acendimento manual; grade individuais; botões e pés fixos; registro industrial com estagio continuo cromado; bandeja coletora de gordura; estrutura reforçada em chapa de aço carbono, totalmente desmontável; Peso: 75 kg; Dimensões: largura 154 cm; altura: 80 cm; profundidade: 106 cm;	Und	1

DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo N. 16.14 ao Contrato 20/2014

TERMO ADITIVO Nº 16/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 20/2014, DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) NO ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - ME

Primeiro Termo Aditivo do Contrato de aquisição de generos alimentícios(merenda escolar), nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Av. Fernando Furlan, n. 325, bairro ardim Elizabeth, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.414.291/0001-79, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE VALORES

Fica acrescido mais R\$ 12.000,00(doze mil reais) ao valor constante da clausula sexta - Do Preço, do Contrato n. 20/14, de 06 de março de 2014, o acrescimo de dá devido o aumento do quantitativo dos itens do contrato de origem.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 20/2014, de 06 de março de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de junho de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - ME  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_;  
\_\_\_\_\_.

# Concórdia

## PREFEITURA

### Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 4/2014

Termo nº 01/2014

Processo nº 4480/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 4/2014

Aos 16 dias do mês de junho de 2014, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO VOLEIBOL, inscrito no CNPJ sob nº 07.942.391/0001-02, com sede nesta cidade, neste ato representado pela sua Presidenta, senhora, MARLENE MARIA PALUDO GOEDERT, inscrito no CPF sob nº 295.208.519/68, residente e domiciliada neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 4/2014, firmado em 03 de abril de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Terceira - Da Participação da Fundação, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para execução do presente, a FUNDAÇÃO participará com recursos da ordem de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), na seguinte forma:

I - 1 (uma) parcela de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), no mês de abril de 2014;

II - 1 (uma) parcela no valor de R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais), no mês de junho de 2014;

III - e 1 (uma) parcela no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no mês novembro de 2014." (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia

MARLENE MARIA PALUDO GOEDERT

Presidenta da Associação de Pais e Amigos do Voleibol

Testemunhas:

1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo

CPF: 054.691.159-50

2. Nome: Rosilene Salvador Polina

CPF: 502.077.099-04

### Extrato do Termo de Compromisso Nº 084/2014

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 084/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 053.136.319-73, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAIMARA TAFFAREL inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.473.859-94, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 08.05.2014 a 07.05.2016.

### Extrato do Convênio Nº 18/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 18/2014

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, em exercício, senhor MOACIR ZAT.

OBJETO: Conjunção de esforços para auxiliar na realização da campanha "Sábado D", no sentido de reforçar a condição do Município como polo regional de compras e negócios, durante o exercício de 2014, desde que haja convenção coletiva de horários para este fim, celebrado entre as entidades Sindicais, Profissionais e Econômicas do Comércio.

VALOR: R\$ 40.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2014.

### Extrato do Convênio Nº 19/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 19/2014

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, em exercício, senhor MOACIR ZAT.

OBJETO: Conjunção de esforços, para incentivo e difusão do turismo de eventos, no sentido de reforçar a condição do Município como polo regional de compras e negócios, mediante a realização da "FEMIX 2014".

VALOR: R\$ 35.000,00.

PRAZO: Até 30.9.2014, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2014.

**Portaria Nº 37/2014**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
PORTARIA Nº 37/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Designa a servidora MARGARETE PECINI, para integrar, interinamente, a comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação dos servidores integrantes do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, em estágio probatório e à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, combinado com o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora MARGARETE PECINI para integrar, interinamente, a comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação dos servidores integrantes do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, em estágio probatório e à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal, na condição de membro, objeto da alínea "a" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 12/2013, de 22 de março de 2013 e alterações, em substituição à servidora Jenecir Lourdes Manduca Bernardi, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 12 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 75/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014 - PMC

Objeto: contratação de empresa para execução de Deck e Reparos em Bancos de Madeira para a Praça do Bairro Floresta, situada entre as ruas Ivo Biezes, dos Eucaliptos e das Figueiras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 01/07/2014.

Abertura: dia 02/07/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 76/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para personalização da fachada do imóvel que sediará a Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 15h00min. do dia 01/07/2014.

Abertura: dia 02/07/2014 às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 77/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2014 - PMC

Objeto Contratação de empresa especializada, na área de educação, para prestação de serviços de assessoria técnico-pedagógica visando à realização de dois Seminários Regionais de formação de Gestores e Educadores do Programa de Educação Inclusiva, com recursos oriundos do FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação) e contrapartida municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 07/07/2014.

Abertura: dia 07/07/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.  
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

**Adendo 02 ao Edital de Tomada de Preço Técnica E Preço Nº 5/2014 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO 02 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO  
TÉCNICA E PREÇO  
Nº 5/2014 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana - PMMU, visando a criação de mecanismos de gestão pública da infraestrutura do Município, de acordo com as especificações do Anexo "A" deste Edital, sofreu alterações na datas de protocolo e abertura em virtude do XVI Ciclo de Estudos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, da seguinte forma:

Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO, dos interessados não cadastrados até a data de 11/07/2014, às 16h00min.

Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO dos interessados cadastrados até as 16h00min do dia 17/07/2014.

Os Envelopes 02 - PROPOSTA TÉCNICA e 03 - PROPOSTA DE PREÇO dos interessados cadastrados e não cadastrados, até a data de 17/07/2014 às 16h00min.

A abertura dos envelopes se dará às 08h30min do dia 18/07/2014.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.  
MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Edital de Concorrência Nº 7/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 7/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/07/2014.  
Abertura: dia 24/07/2014, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2014.  
MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Extrato de Contrato Nº 12**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 12/2014 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviço de veiculação de publicidade institucional.

VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais) por publicação.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903990

DATA DA ASSINATURA: 17.06.2014

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia SC



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Decreto N 279/2014

DECRETO Nº 279/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. LUCIANI TERESINHA KNAKEIVICZ, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de junho de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N 280/2014

DECRETO Nº 280/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"INSTITUI HORÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário ao Servidor Municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 16 (dezesseis) horas semanais sendo terça-feira e sexta-feira das 07:30 h às 11:30 h e das 13:15 h às 17:15 h, a partir de 17 de junho de 2014.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 168/2014.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N 281/2014

DECRETO Nº 281/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido a partir do dia 30 de junho de 2014, a Sra. Daiane Pizzatto Gabriel, na função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N 282/2014

DECRETO Nº 282/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido a partir do dia 30 de junho de 2014, a Sra. Daniela Bortese, na função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N 283/2014

DECRETO Nº 283/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica demitida a pedido a partir do dia 30 de junho de 2014, a Sra. Renata Catarina Valandro, na função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N 284/2014**

DECRETO Nº 284/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 10 (dez) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 23/01/2013 à 22/01/2014, que serão gozadas no período de 21/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LICIANE M. PASA  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**Decreto N 285/2014**

DECRETO Nº 285/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Em virtude do jogo da Seleção Brasileira de futebol na copa do mundo, fica instituído, excepcionalmente para o dia 17/06/2014, horário especial de expediente nas repartições públicas municipais, sendo das 07h30min às 13h30min.

Art. 2º O horário especial fixado pelo Artigo 1º não se aplica aos Servidores lotados na Secretaria de Educação.

Art. 3º Os servidores da Secretaria de Saúde e Assistência Social desempenharão suas atividades normalmente pelo período matutino e até às 15:30h no período vespertino.

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 16 de junho de 2014.  
ALCEU MAZZINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto N 286/2014**

DECRETO Nº 286/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, ao servidor Municipal, Sr. CARLOS MAGGIONI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Retificação Edital Licitação PP 38/2014**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que está retificando o edital de licitação na modalidade de Pregão Presencial, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 57/2014  
Edital: Pregão Presencial n. 38/2014  
Tipo: Menor preço por item.

Onde lê-se:

Item	Especificação
01	Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilometro, flex, ano de fabricação 2014 e modelo igual a 2014 ou superior, na cor branca, cabine simples, com capacidade para 2 (dois) ocupantes, 2 (duas) portas, motor mínimo 1.6, com potencia mínima de 85 CV's, caçamba com chave e protetor de caçamba, freios ABS, direção hidráulica, airbag duplo, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, rodas de aço mínimo 14, pneus novos, protetor de cárter, ar quente, grade de proteção no vidro traseiro e porta escada, pára-choque traseiro com estribos antiderrapantes, garantia mínima de 01 ano, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.

Leia-se:

Item	Especificação
01	Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilometro, flex, ano de fabricação 2014 e modelo igual a 2014 ou superior, na cor branca, cabine simples, com capacidade para 2 (dois) ocupantes, 2 (duas) portas, motor mínimo 1.4, com potência mínima de 85 CV's, caçamba com chave e protetor de caçamba, freios ABS, direção hidráulica, airbag duplo, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, rodas de aço mínimo 14, pneus novos, protetor de cárter, ar quente, grade de proteção no vidro traseiro e porta escada, pára-choque traseiro com estribos antiderrapantes, garantia mínima de 01 ano, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.

A data de abertura fica agendada para:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 01/07/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01/07/2014.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 16 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 27/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 27/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO TERRITÓRIO NACIONAL, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, GESTOR ON LINE PARA CONTROLE TOTAL DE CHAMADAS LOCAIS E LONGA DISTÂNCIA, CONTROLE TORPEDO SMS E ACESSO A DADOS, INCLUSIVE NA CONDIÇÃO DE VISITANTE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL E COM ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E ROAMING NACIONAL.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 14:00 horas do dia 30/06/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:00 horas do dia 30/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 17 de Junho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

#### Notificação Extrajudicial Contrato 132/2013

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Coronel Freitas, SC, 13 de junho de 2014.

Ilustríssimo Senhor

Sergio Conrado Casasola

Representante Legal perante o processo licitatório 73/2013.

Sergio Conrado Casasola & CIA LTDA.

Rua Uruguai, 390, sala 01, Centro.

Chapecó - SC.

Através da presente, na qualidade de CONTRATANTE, da obra de Pavimentação com pedras irregulares nas ruas Nelson Moretti e Romildo José Crema, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2013, onde vossa empresa configura como CONTRATADA. Venho, informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto a obra em atraso.

Salientamos que o concedente Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, através do Ofício Nº. 2230/2013/GIDUR/CH de 07 de novembro de 2013 autoriza o início da obra.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.

Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o início da execução da obra dentro do prazo de dez (10) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93.

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MAURI JOSÉ ZUCCO  
PREFEITO MUNICIPAL

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 132 de 13 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº. 132 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 20 de junho de 2014, em virtude do feriado de Corpus Cristi no dia 19 de junho de 2014 nas repartições abaixo relacionadas:

Gabinete do Prefeito Municipal;

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico;

Conselho Tutelar;

Correio;

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer;

Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Na Secretaria Municipal de Saúde, no dia 20 de junho de 2014 o atendimento será das 7:45 às 13:00 horas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

# Corupá

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato 100/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 100/14

Processo de licitação nº 062/14

Modalidade Tomada de Preço nº 005/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guarany, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, da Rua 156 - GUILHERME HAUFFE do Bairro Ano Bom (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo. VALOR DO CONTRATO: R\$ 382.408,77 (Trezentos e oitenta e dois Mil e Quatrocentos e Oito Reais e Setenta e Sete Centavos).

Data da Assinatura: 16/06/2014

Data da Vigência: 06(seis) meses.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 723 / 14

DECRETO Nº 723 / 14

REVOGA O PONTO FACULTATIVO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2014 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as enxurradas ocorridas nas mais diversas áreas do Município, devido as chuvas torrenciais e quase que ininterruptas ocorridas nos dias 06, 07 e 08 de junho em todo território municipal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 190, que Declara Situação de Emergência no Município de Corupá;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 01/2014 da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o ponto facultativo do dia 20 de junho de 2014 no âmbito do Município de Corupá.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
12 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 179/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 179/2014

Referente: Termo de Contrato Nº. 390/2014, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e Radar Transportes, Turismo e eventos Ltda.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE WILSON PAIM, PARA O DIA 19 DE JULHO DE 2014, NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, NA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO, NA FORMA DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

#### Fundamento da Justificativa:

I - A Expocentro Feira da Indústria, Comércio e do gado em Geral, destina-se a divulgação de produtos do município e proporciona diversão e entretenimento a população.

II - Com o objetivo de proporcionar aos munícipes e visitantes, entretenimento e diversão, o município contrata Wilson Paim para apresentação, no Parque de Exposições, durante a realização da EXPOCENTRO, edição 2014, por tratar-se de profissionais do setor artístico considerados pela crítica especializada, opinião pública e contratado através de empresário exclusivo.

III - A inexigibilidade de licitação prende-se ao fato de que esta administração, tem interesse, na contratação da prestação de serviços mencionada, e por tratar-se de Profissional do Setor Artístico, contratados, através de empresário exclusivo, conforme determina o Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações:

"Art. 25 - É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Pelo Exposto: Atendidos os preceitos do Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, conforme contrato e documentação em anexo, encaminhamos ao Prefeito Municipal, para os devidos fins e decisão final.

Curitibanos, 13 de junho de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Diego Sebem Wordell      Cristina Mello Menegotto  
Presidente da Comissão      Secretário/Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 13 de junho de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### Autorização

Diante do que foi fundamentado, autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais e pertinentes.

Curitibanos, 13 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### Ata de Reunião da Comissão de Licitação 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	PREGÃO PRESENCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	Nr.: 28/2014 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34	Processo Administrativo: 28/2014
Rua Coronel Vidal Ramos, 860	Processo de Licitação: 28/2014
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC	Data do Processo: 07/02/2014
Folha: 1/1	
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
Número da ATA: 58/2014	(Sequência: 2)

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

FOI ANULADO O ITEM Nº 2 DO REFERIDO PROCESSO, TENDO COMO JUSTIFICATIVA A ECONOMICIDADE DO MUNICÍPIO.

Curitibanos, 16 de Junho de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... -  
Pregoeiro(a)

### Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 177/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 02/07/2014, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 16 de junho de 2014.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### Portaria 053/2014

PORTARIA no 053, de 06 de junho de 2014.

Designa a Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 25/2014 - Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material, na pavimentação asfáltica da Rua Santa Catarina (Trecho 01).

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações;

Considerando-se o disposto no item 14 do Edital de Licitação / Tomada de Preço nº 03/2014; resolve:

#### DESIGNAR

Os seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO
Adilson José Nicocelli	Secretário de Obras
Paulo Andrey Vicente	Fiscal de Posturas
José Arildo de Castilho	Chefe de Gabinete

Para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 25/2014 - Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material, na pavimentação asfáltica do trecho 01 da Rua Santa Catarina área total de 8.800,00 m² - extensão 800,0 metros lineares.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de junho de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### Portaria 054/2014

PORTARIA no 054, de 06 de junho de 2014.

Designa a Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 045/2014 - Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material na instalação de um sistema de iluminação esportiva no campo de futebol e pista de atletismo anexa ao campo.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações;

Considerando-se o disposto no item 14 do Edital de Licitação / Tomada de Preço nº 16/2014; resolve:

#### DESIGNAR

Os seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO
Leonardo Kruger	Secretário de Desporto e Cultura
Mario Benício Viviani	Fiscal de Tributos
José Arildo de Castilho	Chefe de Gabinete

Para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 45/2014 - Execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material na instalação de um sistema de iluminação esportiva no campo de futebol e pista de atletismo anexa ao campo.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de junho de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**Ermo****PREFEITURA****Decreto N.º 052, de 13 de Junho de 2014.**

DECRETO N.º 052, de 13 de Junho de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

13.392.0029.2.013 - Manutenção e Divulgação da Cultura

4.4.90.00.00.00.00.0080 (43) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios) no valor de R\$ 45.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de Junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

**Erval Velho****PREFEITURA****Extrato de Edital de Inexigibilidade 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 025/2014

Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2014

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as comemorações do Aniversário do Município de Erval Velho.

Contratado: MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 6.000,00 ( Seis mil reais)

Substrato Jurídico: artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### **Extrato Contrato\_ 01272014 - Fulltech Equipamentos - Data Show**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0127/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Fulltech Equipamentos Ltda.  
Objeto: Aquisição de data show e instalação de suporte para projetor multimídia e tela de projeção em salas de aula/laboratórios da rede municipal de ensino, com fornecimento de material e mão de obra.

Valor: R\$ 71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0064/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0035/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de junho de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Contrato\_ 00232014 - Liliana - Informática Social**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0023/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Liliana Katzer Spricigo.  
Objeto: Contratação de empresa com profissional para prestar curso de informática para alunos do crescer e ser do município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 24.960,00 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0010/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de junho de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Contrato\_ 01232014 - Paulo Pavlak - Mão de Obra Manutenção**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0123/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Paulo Cezar Pavlak Me  
Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços para manutenção de rede elétrica, rede hidráulica e ferragens para atender

a secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0062/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0034/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Adt 1º Clínica Rodrigues - Ortopedia Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Clínica de Ortopedia e Traumatologia Rodrigues S/S Ltda Me.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ortopedia a serem executados junto ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0061/2013

Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0035/2013 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0008/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de junho de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIPIAL DE SAUDE PUBLICA



# Forquilha

## PREFEITURA

### Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 122/PMF/2014 MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 122/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 122/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.I. JOÃO FRANCISCO LOCH, COM ADAPTAÇÃO DE AMBIENTES PARA CANCHA DE BOCHA, EDIFICAÇÃO DA SALA DE INFORMÁTICA E CLUBE DE MÃES, CONFORME PROPOSTA Nº. 12626 E PROGRAMA Nº. 2014002327 DA SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia dezesseis do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 122/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA., NELGUI CONSTRUTORA LTDA, e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. ME., protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com os participantes das empresas e o Engº. Sr. Leandro Arns Back. Todas as participantes apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as empresas licitantes foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Abertos os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., R\$ 234.832,81 (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos); RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. R\$ 219.309,02 (duzentos e dezenove mil trezentos e nove reais e dois centavos); NELGUI CONSTRUTORA LTDA, R\$ 227.572,70 (duzentos e vinte e sete mil quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos); e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. ME. R\$ 231.634,72 (duzentos e trinta e um mil seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada estava de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. Os representantes das empresas participantes renunciaram expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata

que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 16 de junho de 2014.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO  
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA  
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK  
Engenheira Civil

FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Fabio Bortoluzzi Bratti

RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA  
Jaqueline Ronchi

CONSTRUTORA NELGUI LTDA  
Nelson Guidi

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA.  
Miguel Machado

### Extrato de Contrato Nº. 110/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 110/PMF/2014  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - ADEMIR RAMPINELLI - ME.  
OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a aquisição de forma parcelada de baterias para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota municipal de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014.  
VALOR - R\$ 18.450,00 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2014.  
DOTAÇÃO - 0501.2016.3390 (82), 0703.2033.3390 (129).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 106/PMF/2014.  
DATA DA ASSINATURA - 26 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 124/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 124/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 124/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA CAPELA MORTUÁRIA COM ESTACIONAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL RECANTO DA PAZ, COM ÁREA DE 211,21 M², CONFORME PROPOSTA Nº. 13035 E PROGRAMA Nº. 2014003318 DA SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC.

Às quatorze horas do dia dezesseis do mês de junho do ano de

dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 124/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., NELGUI CONSTRUTORA LTDA, PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. ME. representada no ato pelo Sr. Miguel Machado e MINAS ENGENHARIA LTDA ME., representada pelo Sr. Heber Machado Menezes, protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com os participantes das empresas e o Engº. Sr. Leandro Arns Back. Todas as participantes apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as empresas licitantes foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Abertos os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., R\$ 264.878,87 (duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos); MINAS ENGENHARIA LTDA ME R\$ 262.118,10 (duzentos e sessenta e dois mil cento e dezoito reais e dez centavos); NELGUI CONSTRUTORA LTDA, R\$ 261.861,45 (duzentos e sessenta e um mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos); e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. ME. R\$ 250.969,21 (duzentos e cinquenta mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA ME. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada estava de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA ME. Os representantes das empresas participantes renunciaram expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 16 de junho de 2014.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO  
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA  
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK  
Engenheira Civil

FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA  
Fabio Bortoluzzi Bratti

MINAS ENGENHARIA LTDA ME  
Heber Machado Menezes

CONSTRUTORA NELGUI LTDA  
Nelson Guidi

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA.  
Miguel Machado

### **Extrato de Contrato Fma Nº. 17/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 17/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MASAL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de 01 (um) scraper adaptável a trator agrícola, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Proposta nº. 12648, Programa nº. 2014003015 E Convênio nº 2014TR001863, da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 380 (trezentos e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 27/06/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (02) (03) - Proposta nº. 12648, Programa nº. 2014003015 - SDR Criciúma.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 11/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0076/2014-PMF Rp 0041

Aviso de Pregão Presencial Nº 0076/2014 - PMF  
Registro de Preços Nº 0041/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições de leite integral longa vida UHT, para distribuição gratuita as famílias em situação de vulnerabilidade: Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 01.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 13 de junho de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### Decretos Nº 0165/2014

DECRETO Nº 165, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0400 (122)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 16 DE JUNHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1131/2014

PORTARIA N.º 1.131, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JADETE DALLAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 642.439.829-53, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 26 de junho de 2014 até 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1132/2014

PORTARIA Nº 1.132, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF98, Processo Administrativo Licitatório nº 0113/2014, Tomada de Preços nº 0012/2014, cujo objeto é a execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) sobre paralelepípedos na Avenida Adalberto Schmit Burda e na Rua Albano Burguer, situadas no Bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 5.544,51 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1133/2014**

PORTARIA Nº 1.133, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ANDREA APARECIDA SAMPAIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 038.097.379-09, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Extrato de Contrato Nº Ct14pmf98**

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF98

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) SOBRE PARALELEPÍPEDOS NA AVENIDA ADALBERTO SCHMIT BURDA E NA RUA ALBANO BURGUER, SITUADAS NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA TOTAL DE 5.544,51 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 379.166,74 (TREZENTOS E SETENTA E NOVE MIL, CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 12.06.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12.06.2014 A 11.08.2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (DEZ) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0113/2014 - PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2014. RECURSOS: 9.259 - CONVÊNIO Nº 2014TR001197 (CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL - CREDITO ORÇAMENTÁRIO - SEF/FUNDAM).

FRAIBURGO (SC), 12 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Garopaba****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 46/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 46/2014. Processo nº 91/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO IND. E COM. LTDA; CNPJ: 77.046.464/0001-63; Objeto: O objeto do presente contrato é a execução de serviços de instalação de placas de sinalização turísticas, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico, contrato de repasse Nº 777467 / 2012 / MTUR / CAIXA. Valor: R\$ 91.354,96 (Noventa e um mil trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Data da Assinatura: 11/06/2014.

**Extrato de Contrato Nº 48/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 48/2014. Processo nº 94/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. LTDA; CNPJ: 13.565.760/0001-98; Objeto: O objeto do presente contrato é a execução de obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada de concreto da Rua Delegado Frontino Martins, conforme projeto aprovado pelo BRDE/FUNDAM - Fundo De Apoio Aos Municípios, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Valor: R\$ 810.258,35 (Oitocentos e dez mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos). Data da Assinatura: 16/06/2014.

**Decreto N.º 077**

DECRETO N.º 077, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 35.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 28.000,00

13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico 20.000,00

4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil 8.000,00

3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00



09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 7.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
7.000,00

3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

#### **Aviso Prorrogação Prazo de Abertura Sessão Publica do Pregão Pe046/2014**

AVISO PRORROGAÇÃO PRAZO DE ABERTURA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 046/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que PRORROGOU o prazo para realização da sessão publica referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2014, que tem por objeto o registro de preço para aquisição de fita para teste de dosagem de glicemia, lancetas e seringas de insulina. A sessão pública será realizada a partir das 09h20min do dia 23/06/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Os demais prazos (impugnação e recebimento de propostas) permanecem inalterados. Justifica-se tal prorrogação em função de horário diferenciado de expediente no município devido a jogo da seleção brasileira, sendo a prorrogação do prazo a medida mais acertada para não prejudicar a plena participação de todos os interessados na sessão publica do pregão.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro

#### **Aviso Prorrogação Prazo de Abertura Sessão Publica do Pregão Pe047/2014**

AVISO PRORROGAÇÃO PRAZO DE ABERTURA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 047/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que PRORROGOU o prazo para realização da sessão publica referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2014, que tem por objeto o registro de preço para aquisição de kit de saúde bucal infantil para o Programa de Saúde na Escola, da Secretaria de Saúde de Garopaba. A sessão pública será realizada a partir das 09h30min do dia 23/06/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Os demais prazos (impugnação e recebimento de propostas) permanecem inalterados. Justifica-se tal prorrogação em função de horário diferenciado de expediente no município devido a jogo da seleção brasileira, sendo a prorrogação do prazo a medida mais acertada para não prejudicar a plena participação de todos os interessados na sessão publica do pregão.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro

#### **Aviso Prorrogação Prazo de Abertura Sessão Publica do Pregão Pe049/2014**

AVISO PRORROGAÇÃO PRAZO DE ABERTURA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 049/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que PRORROGOU o prazo para realização da sessão publica referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2014, que tem por objeto o registro de preço para aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, Controlados e de demandas judiciais. A sessão pública será realizada a partir das 13h30min do dia 24/06/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Os demais prazos (impugnação e recebimento de propostas) permanecem inalterados. Justifica-se tal prorrogação em função de horário diferenciado de expediente no município em função de festividades da VXi Quermesse Municipal.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro



# Garuva

## PREFEITURA

### Edital de Teste Seletivo Nº 11/2014

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 011/2014  
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público de contratação de profissional Médico Clínico Geral;

Considerando que não há mais candidatos aprovados no Concurso Público 001/2009;

A Prefeitura Municipal de Garuva, através do Presidente da Comissão instaurada pela Portaria nº 351/2014 no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, Lei Complementar 046/2009 e Decreto 40/2009, torna pública as normas para realização do processo seletivo destinado a contratação temporária de Médico Clínico Geral para atuação na Estratégia Saúde da Família.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para a vaga de médico o Processo Seletivo Simplificado consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção, para contratação de profissionais, conforme quadro abaixo:

Nomenclatura	Carga Horária	Vagas	Remuneração	Habilitação exigida para o cargo
Médico Clínico Geral	220	01	Salário Base R\$ 10.759,74 + *R\$ 450,00	Diploma de conclusão de Curso Superior em Medicina Registro no CRM/SC

#### 2 - INSCRIÇÕES:

##### DAS INSCRIÇÕES

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

2.1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- 2.1.1 nacionalidade brasileira
- 2.1.2 idade mínima de dezoito anos
- 2.1.3 quitação com as obrigações eleitorais e militares
- 2.1.4 nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- 2.1.5 aptidão física e mental

2.2 O período para as inscrições será de 18 de junho a 25 de junho de 2014.

2.3. O local das inscrições: Secretaria Municipal de Saúde de Garuva, Rua Papa João XXIII, 353 - Centro, das 08:00 às 12:00h, das 13:30 às 16:30h.

2.4. Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- 01 foto 3x4;
- Comprovante de votação nas 02 (duas) últimas eleições.

2.4. As inscrições poderão ser feitas pessoalmente ou por procuração individual, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do Documento de Identidade do candidato e RG do procurador.

#### 3 - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - A homologação das inscrições será publicada no dia 26 de junho de 2014 no mural da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br)

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

##### 4.1. ANÁLISE DE CURRÍCULO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

4.1.2. Os candidatos deverão entregar, no momento da inscrição, currículo profissional com cópia da documentação que comprove a experiência mencionada no currículo e original para conferência, ou, apresentar cópia reprográfica autenticada.

4.1.3. Os pontos da análise de currículo serão contados para efeito de "classificação".

4.1.4. As comprovações consistem em apresentar os documentos que atestem as informações descritas no currículo (diplomas de graduação, especialização, certificados de cursos na área, experiência profissional comprovada).

4.1.5. As comprovações deverão ser apresentadas: originais e fotocópia. As fotocópias ficarão anexadas junto ao currículo que ficará com a Comissão de Seleção do Processo Seletivo.

4.1.6. Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

4.1.7. A valoração da análise de currículo para o Emprego de médico clínico geral terá a seguinte definição:

TÍTULOS		ESQUEMA DE PONTUAÇÃO	
TÍTULOS	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (fotocópias autenticadas)	PONTOS UNITÁRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Escolaridade/ Graduação Superior em Medicina	Diploma de Graduação Superior em Medicina. (autenticados em Cartório Distribuidor de Protesto de Títulos e Documentos).	10 (dez) pontos. Máximo uma Graduação.	10 (dez) pontos.
b) Cursos de Pós Graduação/Especialização	Certificado de conclusão de cursos em Nível de Pós Graduação/ Especialização em Saúde da Família, com carga horária mínima de 360h. (autenticados em Cartório Distribuidor de Protesto de Títulos e Documentos).	2 (dois) pontos por curso. Máximo de 2 (dois) cursos.	4 (quatro) pontos.

c) Experiência Profissional	Comprovante de Tempo de Serviço na área de saúde pública podendo ser: Certidão ou Declaração de Tempo de Serviço, Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou outro cuja Comissão de inscrição julgar ter validade para comprovação (todos os comprovantes deverão apresentar as datas de admissão e rescisão - esta última - se for o caso)	1 (um) ponto para cada 6 meses. Máximo de 24 (vinte e quatro) meses.	4 (quatro) pontos.
TOTAL GERAL			18 Pontos

4.1.8. A classificação final será a somatória dos pontos da valoração da Análise de Currículo, na escala de 0 (zero) pontos à 18 (dezoito) pontos.

4.1.9. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- a . maior idade;
- b . maior número de filhos menores de 18 anos ou incapazes;
- c . sorteio.

4.1.10. O resultado final com a respectiva classificação será publicado no dia 27 de junho de 2014 no mural da Secretaria Municipal de Garuva, Prefeitura Municipal e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

#### 6 -DA CONTRATAÇÃO

6.1 - No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (MAS);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Declaração de Conta Corrente (BESC ou Banco do Brasil);
- Declaração de bens
- Declaração de Acumulação de Cargo Público
- Cópia autenticada do comprovante de habilitação exigida para o cargo.

6.2. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

#### 7 - DA RESERVA

7.1 - Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

#### 8 - DOS RECURSOS

8.1 - Caberá recurso, através de requerimento escrito devidamente fundamentado, em qualquer ato do processo seletivo publicado, diretamente ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Garuva, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

#### 9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

9.2 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº.351/2014.

Garuva, 16 de junho de 2014

Vagner Casagrande

Presidente da Comissão

# Gaspar

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.975, de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.975, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPAR - CMDIG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar o CMDIG - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar, conforme segue:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Nicole Dias	Ana Janaína Medeiros de Souza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

### Decreto Nº 5.976, de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.976, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA ESCOLAR, A SERVIDORA CLAUDETE LÍDIA NAGEL DE ANDRADE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 12 de junho de 2014, a servidora CLAUDETE LÍDIA NAGEL DE ANDRADE, CPF nº 728.392.019-68 e RG nº 3R/1844367, para o cargo de Diretora Escolar da EEB Mário Pederneiras, nível CC, ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### Decreto Nº 5.977, de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.977, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 60 (sessenta) horas

extraordinárias pelo servidor Gilberto Fernandes de Souza, 50 (cinquenta) horas extraordinárias pelo servidor Rogério Agostinho Laurindo, conforme escala, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de junho a 14 de julho de 2014.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.433, DE 13 DE JUNHO DE 2014

PORTARIA Nº 3.433, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O SERVIDOR WALDEMAR DA CONCEIÇÃO LIMA DE CARVALHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor WALDEMAR DA CONCEIÇÃO LIMA DE CARVALHO, professor de Educação Física, lotado com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Vitório A. Cardoso e 25 horas na EEB Zenaide S. Costa, à disposição na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar atividades de orientação, supervisão e coordenação pedagógica nas escolas da rede municipal, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### Extrato da Dispensa Nº 108/2014

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 108/2014

Objeto: Locação de bem imóvel, para as instalações do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social. Contratado: JAMIL JOSÉ DA CUNHA (309.360.639-04). Valor Total Julgado: R\$ 13.720,00 (treze mil e setecentos e vinte reais). Base legal: artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), em 11 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA RH 42/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 42/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) TANIA REGINA BERNZ, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2005 a 19/12/2010, devendo folgar a partir de 16/06/2014 a 13/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**Aviso Alteração Pregão Presencial Nº 86/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014

O Município de Gaspar torna público, para conhecimento dos interessados na licitação supramencionada, a qual tem por objeto a Registro de Preços para locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas e brinquedos para eventos (inclui disponibilização de pessoal para serviços de montagem, desmontagem e operação dos equipamentos), que foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital e seus Anexos. ALTERA-SE a data, para o recebimento dos envelopes, para dia 01/07/2014, às 9h. Abertura às 9h30min. A íntegra do ADITIVO está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 16 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**Aviso de Rescisão do Contrato Nº 8/2010**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

Número do contrato: 8/2010 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Rescisão)

Data: 13/06/2014

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LÚCIA OECHSLER - CNPJ do contratado: 351.880.499-53

Objeto: Cessão onerosa de direito real de uso de área de

propriedade de LÚCIA OECHSLER, situada na Rua: Bonifácio Handchenn - Bairro: Belchior Alto, Gaspar/SC, utilizada para a alocação de uma unidade de adução, tratamento e distribuição de água através de poços artesianos, destinado ao abastecimento público de água potável a comunidade do Bairro Belchior.

Valor acrescido: R\$ 5.220,80 (cinco mil duzentos e vinte reais e oitenta centavos).

Gaspar (SC), em 13 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Aviso do Aditivo do Pregão Presencial Nº 34/2014 - SAMAE**

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de equipamento eletromecânico (gerador), que foi alterada a data de recebimento e abertura do certame, fica redesignado o dia 24/06/2014 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame O local para entrega e abertura, é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), 16 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Pregão 50/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 050/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MODELO ESPECIAL ALUNO FNDE PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/07/2014 até às 16h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/07/2014 às 16h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 16 de Junho de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### Extrato de Termo Aditivo Referente ao Contrato 074/2013

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 074/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 074/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CONE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas.

Governador Celso Ramos 27 de maio de 2014  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



# Grão Pará

## PREFEITURA

### Decreto Df 36/2014 - Orçamento

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 000036/14 de 16 de Junho de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(124)3.3.50.00.00.00.00.2.024-0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 15.000,00

**Total Suplementação: 15.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(123)3.1.90.00.00.00.00.2.024-0000 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

**Total Anulação: 15.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Junho de 2014.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Junho de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaramirim

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 336/2014

DECRETO Nº. 336/2014

Regulamento o comércio ambulante e eventual no âmbito do Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 183 e seguintes do Código de Posturas - Lei nº. 1002/1986;

#### DECRETA:

Art. 1º. Regulamento o comércio ambulante e eventual no âmbito do Município de Guaramirim.

Art. 2º. Os vendedores ambulantes e comércio eventual poderão comercializar qualquer gênero, desde que respeitada a legislação respectiva.

Art. 3º. O comércio eventual poderá ser realizado nos seguintes espaços:

I - Públicos - em espaços públicos regulamentados e destinados a este tipo de atividade, mediante autorização expressa dos Secretários Municipais e/ou dos dirigentes de entidades autárquicas, fundações do Poder Executivo do Município, observada as competências legais;

II - Privados - em espaços regulamentados e destinados a este tipo de atividade, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos neste Decreto e demais normas pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º Toda empresa promotora de evento que pretenda utilizar espaço público ou privado com a finalidade de planejar, organizar e administrar evento de comércio eventual, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Secretaria de Administração e Finanças, a qual será expedida de acordo com as disposições legais pertinentes e deste Decreto, sendo vedada a licença à pessoa física.

§ 2º O comércio ambulante somente será realizado em espaços públicos regulamentados e destinados a este tipo de atividade e dependerá de prévia licença específica expedida pela autoridade competente, observada as competências legais;

§ 3º Quando o comércio eventual for exercido em áreas e/ou logradouros públicos dependerá de prévia licença e/ou autorização específica expedida pela autoridade competente, de acordo com a legislação municipal pertinente.

Art. 4º. Quanto ao comércio eventual, a consulta de viabilidade relativa ao meio ambiente, a saúde, a segurança, a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança, deve ser protocolada pela empresa promotora do evento, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência e instruída com os seguintes documentos:

I - cópia do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de origem e dos documentos de seu representante legal;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - certidão da Junta Comercial do Estado de origem, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

V - certidão de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, expedida pelo município sede da pessoa jurídica, inclusive a de débitos trabalhistas, do organizador do comércio eventual;

VI - alvará de funcionamento do Município e do Estado de origem;

VII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir;

VIII - certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente nos moldes da Instrução Normativa Nº 27, da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou declaração firmada nos termos do Decreto Federal Nº 4.358/2002, de 05 de setembro de 2002; e

IX - croqui com o layout do local, com a denominação da localização e disposição dos stands com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§1º No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será expedido um único comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando todas as falhas a serem sanadas, o qual deverá ser atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem possibilidade de prorrogação.

§2º Os documentos e as informações necessárias à inscrição poderão ser prestadas por intermédio de procurador ou contador, mediante apresentação de procuração com poderes especiais de efetuar a inscrição em nome do contribuinte ou do contrato de prestação de serviços igualmente com poderes específicos expressos.

§3º As autenticações dos documentos elencados nos incisos deste artigo podem ser realizadas no ato do protocolo do requerimento, mediante conferência com os originais.

Art. 5º. Quando for realizado comércio eventual em área privada, além das exigências elencadas no artigo 4º, as empresas promotoras deverão apresentar no processo administrativo de viabilidade, os seguintes documentos:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização do comércio eventual, com firma reconhecida;

II - certidão atualizada válida da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade;

III - cópia da última alteração consolidada do contrato social ou estatuto social e do contrato de locação ou comodato da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de comércio eventual;

IV - atestado, fornecido por profissional habilitado, de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização atendem às normas técnicas vigentes;

V - Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios para o prédio onde será realizado o comércio eventual;

VI - autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária, expedida pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 6º. Para obter alvará de funcionamento de comércio eventual, a promotora do evento deverá encaminhar requerimento através de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, instruído com os seguintes documentos prévios:

I - cópia integral do processo de consulta de viabilidade previsto no artigo 4º deste Decreto;

II - alvará expedido pela Polícia Civil e registro do evento junto à Polícia Militar;

III - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores com apólices quitadas;

IV - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva (se for o caso);

V - relatório firmado pela empresa promotora do evento constando o rol dos comerciantes eventuais que participarão do evento;

VI - comprovante de apoio da Polícia Militar ou contrato com empresa de segurança privada;

VII - comprovante de disponibilização de serviço privado de socorismo para o local do evento;

VIII - comprovante de comunicação da empresa promotora do evento à Delegacia da Receita Federal, à Secretaria de Estado da Fazenda, à Fiscalização do INSS e à Fiscalização do FGTS quanto à realização do evento;

IX - requerimento de autorização de funcionamento de feiras, exposições e congêneres conforme Anexo VI, artigo 252, do RICMS/SC, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

X - documentos previstos nos incisos I a VIII, do artigo 4º, de todos os comerciantes eventuais que participarão do evento.

§1º No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será expedido um único comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando todas as falhas a serem sanadas, o qual deverá ser atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem possibilidade de prorrogação.

§2º A licença de funcionamento deverá ser expedida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, desde que o requerimento esteja instruído com todos os documentos necessários e atendidas as demais exigências da legislação pertinente.

§3º Quando o comércio eventual for realizado em espaço público, após a apresentação do pedido oficial, juntamente com a documentação elencada neste Decreto, e posterior aprovação por parte da Administração Pública, deve ser formulado um Termo de Autorização de Uso de espaço público.

Art. 7º. A consulta de viabilidade e/ou o deferimento da licença do comércio eventual e ambulante, no que couber, estão condicionados à aprovação dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Administração e Finanças: parecer quanto à situação fiscal e cadastral do imóvel, dos sócios e/ou

administradores e do próprio contribuinte. No caso de realização de eventos, será necessário ainda parecer de Fiscal de Tributos, verificando os tributos que deverão ser pagos para realização do evento e outras orientações para cumprimento da legislação tributária municipal;

II - Secretaria Municipal de Planejamento: parecer quanto às adequações do Código de Postura, trânsito, zoneamento urbano e normas do Plano Diretor;

III - Secretaria Municipal da Saúde: sempre que o contribuinte manipular alimentos, seja industrialização, comercialização ou transporte, ou quando a atividade envolva a saúde humana, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de vigilância à saúde e vigilância sanitária;

IV - Fundação Municipal do Meio Ambiente: quando se tratar de atividades (mesmo que apenas atividades meio) que potencialmente ofereçam risco à poluição, física e/ou sonora, ou ainda, que cause qualquer impacto ao meio ambiente, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de preservação, prevenção e poluição ambiental;

V - Polícia Civil: quando se tratar de festas e eventos, ou de atividades controladas pela Polícia Civil, como estabelecimentos onde seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou exista o armazenamento e/ou venda de produtos inflamáveis, será necessário parecer da Polícia Civil, atestando a aptidão do contribuinte para desempenho das atividades;

VI - Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim: somente será concedida a licença para localização e funcionamento ou para a realização de eventos, após apresentação do comprovante de recolhimento da taxa para obtenção do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim, que analisará a adequação do contribuinte quanto às normas de segurança;

VII - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico: parecer quanto às normas de direito comercial, viabilidade e interesse econômico para o Município de Guaramirim.

§1º A competência decisória dos pedidos de licença após a liberação da licença será do Secretário Municipal de Administração e Finanças, após a liberação dos órgãos municipais envolvidos.

§2º A decisão da autoridade administrativa competente será comunicada ao interessado que, no caso de indeferimento, poderá recorrer uma única vez, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pessoal ou pelo correio.

Art. 8º. A licença de funcionamento para o Comércio Eventual será emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças com as seguintes informações:

I - denominação do Alvará de Licença para Comércio Eventual;

II - nome da pessoa jurídica e número de CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a quem foi concedido;

III - local onde será realizado comércio local;

IV - ramo de negócios ou atividades;

V - horário de funcionamento;

VI - data da emissão;

VII - data da realização do evento; e

## VIII - prazo de validade.

Art. 9º. A licença de funcionamento para o Comércio Ambulante será emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças com as seguintes informações:

I - denominação do Alvará de Licença para Comércio Ambulante;

II - nome da pessoa física e número de CPF - Cadastro de Pessoa Física a quem foi concedido;

III - locais onde será realizado o comércio ambulante;

IV - ramo de negócios ou atividades;

V - horário de exercício do comércio ambulante;

VI - data da emissão;

VII - prazo de validade.

Art. 10. Nos termos do artigo 186-O, da Lei 1002/1986, e visando garantir o sossego, o decoro e a saúde pública, a licença de funcionamento será:

I - Para o comércio eventual, de no máximo de 15 (quinze) dias corridos, das 10:00 às 22:00h, respeitado o requerimento da empresa promotora do evento e o disposto na legislação municipal;

II - Para o comércio ambulante, de no máximo de 1 (um) ano, das 10:00 às 22:00h, respeitado o requerimento do comerciante ambulante e o disposto na legislação municipal.

Art. 11. Em caso de não cumprimento das exigências do presente Decreto, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença a qualquer tempo em caso do descumprimento de qualquer das normas constantes deste Decreto ou da legislação vigente.

Art. 12. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da licença, não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único. A alteração ou retificação prévia do Alvará de Licença para Comércio Eventual e Ambulante não eximem o infrator das multas e outras penalidades que lhes couberem.

Art. 13. Durante o processo de concessão do Alvará de Licença para Comércio Eventual e Ambulante, a equipe de fiscalização do Município poderá solicitar outras informações que considerar necessárias para os lançamentos fiscais.

Art. 14. Devem integrar o procedimento os comprovantes de recolhimento dos tributos previstos na Lei Complementar Municipal nº 001/1994, de 28 de dezembro de 1994 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores; na Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 30 de dezembro de 2003 e alterações posteriores; e na Lei Complementar Municipal nº 016/2010, de 23 de dezembro de 2010 e alterações posteriores; aplicáveis a cada caso concreto.

Art. 15. O Atestado de Vistoria do evento emitido pelo Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim acompanhado de Brigada de Incêndio com capacidade técnica reconhecida pelo Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) deve ser espontaneamente apresentado pela empresa promotora do evento até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, sob pena da imediata revogação da licença previamente concedida e interdição do local.

Art. 16. Na comercialização de produtos no comércio eventual é obrigatória a adequação às normas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará na revogação imediata do alvará concedido ao expositor infrator, sendo o respectivo estande imediatamente fechado.

Art. 17. As infrações relativas às atividades de comércio eventual e ambulante serão punidas conforme a Lei Complementar Municipal nº 001/1994, de 28 de dezembro de 1994 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores.

Art. 18. Nos casos em que ficar comprovado o fornecimento de informações com dolo, fraude ou simulação serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Complementar Municipal nº 001/1994, de 28 de dezembro de 1994 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores e demais leis pertinentes, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### Edital 01\_2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2014  
NOTIFICA O LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA TAXA DE SEGURANÇA CONTRA SINISTROS DO EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial o artigo 133 § 2º e 3º, da Lei Municipal nº. 1.603/2002 de 23 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar 04/2010 de 29 de setembro de 2010, e o Decreto Municipal nº. 84/2014 de 06 de Junho de 2014, NOTIFICA os senhores contribuintes, tornando público o seguinte aviso geral, do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Coleta de Lixo e da taxa de Segurança contra Sinistros, do exercício de 2014.

Ficam os proprietários, titulares do domínio útil, promitentes compradores ou possuidores a qualquer título de imóvel localizados na zona Urbana do Município de Guarujá do Sul/SC, notificados do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Coleta de Lixo e da Taxa de Segurança contra Sinistros do exercício de 2014, calculados de acordo com os parâmetros fixados pela Lei Complementar nº. 1.603/2002 de 23 de dezembro de 2002, artigos 110 a 141 e Lei Complementar nº. 1.863/2006 de 19 de dezembro de 2006.

As datas de vencimento serão as seguintes:

Para o pagamento em cota única, com o desconto de 10% (dez por cento) sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, até o dia 15 de Julho de 2014;

Os contribuintes que optarem pelo parcelamento do IPTU não farão jus ao desconto;

O desconto anteriormente referenciado é restrito ao Imposto, não incidindo sobre a Taxa de Coleta de Lixo e a Taxa de Segurança contra Sinistros.

Para pagamento parcelado, a 1º parcela, até dia 15 de Julho de 2014; 2º parcela, até 15 de Agosto de 2014; 3ª parcela até 15 de Setembro de 2014; 4ª parcela até 15 de Outubro de 2014 e 5ª parcela até 17 de Novembro de 2014.

Os créditos tributários pagos fora dos prazos fixados, além da correção monetária, sofrerão acréscimo de multa e juros, conforme legislação vigente, e estarão sujeitos à inscrição em dívida ativa e à cobrança na forma da lei.

O contribuinte que não concordar com o lançamento dos tributos poderá protocolar reclamação, na forma do art. 51 e seguintes da lei complementar 1.603/2002, até 30 (trinta) dias, contados do 1º dia da publicação deste edital.

Os contribuintes deverão retirar os carnês no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, na Rua Paraná, 338, no município de Guarujá do Sul, SC, a partir de 20 de Junho de 2014.

Para obtenção de mais informações, o contribuinte poderá acessar a Internet no endereço eletrônico [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br) ou ligar o telefone (0\*\*49) 3642 0122, das 7h30min às 11h30min ou das 13hs às 17hs.

Consideram-se notificados os contribuintes no 1º dia de publicação

deste edital.

Este edital será publicado no quadro de publicações localizado na Prefeitura Municipal, por período não inferior a 10 (dez) dias, nos jornais de circulação regional e no endereço eletrônico [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC 13 de Junho de 2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3.298/2014.

DECRETO Nº 3.298/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.017 de 03/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-31

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 13 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Decreto Nº 3.299/2014.

DECRETO Nº 3.299/2014.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais o dia 20 de junho de 2014, sexta-feira.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde funcionará em Regime de Plantão dia 20 de junho de 2014, das 07h30min às 13h30min, com atendimento à população somente na Unidade Central de Saúde.

Art. 3º. Não será considerado o ponto facultativo do qual trata este Decreto para os funcionários do Abrigo Municipal Anjos da Luz, que estará funcionando normalmente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 13 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Portaria Nº 791/2014

PORTARIA Nº 791/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ROSILDE CALDEROLI BORTOLINI (Matr. 3890), a partir de 16 de junho de 2014, até o término do ano letivo de 2014, para exercer a função de Segundo Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Especial, junto ao CME Pequeno Príncipe, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 008/2014/SMECE, de 10 de junho de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 792/2014

PORTARIA Nº 792/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 321/2014, que contrata a Servidora KELLY PATRÍCIA MELO SILVA (Matr. 3837), para exercer a função de Professor, Educação Especial - AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde se lê: Nível - 2 - Referência "A", Leia-se: Nível - 1 - Referência "A".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 793/2014**

PORTARIA Nº 793/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, para responder interinamente pela Diretoria Municipal de Trânsito, sem ônus para o erário público municipal, a partir de 16 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Junho de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**Ilhota****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 018/2014 - FMS**

Extrato de Contrato nº 018/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 018/2014 - FMS

Processo: Pregão Presencial nº 009/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: ITAOX COMÉRCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA - EPP.

Valor: R\$ 8.950,00(oito mil novecentos e cinquenta reais)

Assinatura: 29/05/2014

Vigência: 31/12/2014.

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**Aviso de Cancelamento de Licitação Prg 012-2014 FMS****AVISO DE CANCELAMENTO**

Fica cancelado o Aviso de Abertura de licitação referente ao PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 - FMS Publicado em 16/06/2014 edição 1508 (DOM/SC).

Fernando Neves  
Secretário de Administração

Ilhota, 16 de junho de 2014.

**Aviso de Licitação CC 001 2014 FMAS**

CONVITE Nº. 001/2014 - FMAS

Fundo Municipal de Assistência Social

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO Aquisição de Cestas Básicas para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 25/06/2014 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25/06/2014 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) ou informações pelo email [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO MUNICIPAL

Ilhota, 17 de junho de 2014.

**Imbituba****PREFEITURA****Resolução Nº 005.2014 CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 05/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, após apresentação do relatório pela coordenadora do Projeto VIA, Sra. Marivone Mendonça, este conselho resolve:

Art.1º Deliberar o pagamento dos seguintes serviços, telefones, internet e toda estrutura para conectar todos os pontos necessários de telefones e internet, a compra de um aparelho de tv de 42", e um biombo, de 1,30m.

Art.2º Não autorizar o início dos serviços do Núcleo até que o quadro de pessoal seja selecionado e por isso solicita a providência de um processo simplificado.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do CMDCA

Avenida João Rinsa - nº 531 - Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -  
Fone: (48) 3255-4463

**Resolução Nº 004.2014 CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 04/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, submetendo novamente em análise o Projeto do Centro Infantil Cristão Vida na Vida, resolve:

Art.1º-Delibera a compra de 2(dois) aparelhos de TV Plasma de 42" e 51", para a equipar o projeto de acolhimento de crianças em vulnerabilidade bem como os adolescentes e famílias envolvidas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do CMDCA

Avenida João Rinsa - nº- Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -  
Fone: (48) 3255-4463

**Resolução N 006.2014 CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 06/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, resolve:

Art.1º Aceitar a inscrição do Projeto Centro de Integração Empresa, Estado de Santa Catarina, CIEE/SC, Entidade Beneficente de Assistência Social (Estagiários e Aprendiziz)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do CMDCA

Avenida Brasil- nº 120 - Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -  
Fone: (48) 3255-4463

**Resolução N 003.2014 CMDCA Processo de Eleição**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 03/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dispõe sobre a eleição dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, em virtude de até o momento não haverem inscritos para concorrerem as vaga de conselheiro(a) e suplentes, resolve:

Art.1º Protelar o calendário do processo de eleição da seguinte forma:

Data limite para inscrição dia 13 de junho às 17h

13	06	Fim das inscrições dos candidatos
16 e 17	06	Prazo para publicações dos candidatos aprovados na comissão eleitoral
18 e 20	06	Prazo para recursos das possíveis inabilitações
23	06	Análise dos possíveis recursos
24	06	Publicação nomeata dos candidatos habilitados a concorrer a vaga de titular e suplentes de Conselheiros Tutelares
25 á 27	06	Entrevista nas rádios, dos candidatos, com agendamento prévio da Comissão eleitoral.
04	07	Prazo final da campanha eleitoral até às 00:00h.
06	07	Eleição para uma (1) vaga de titular e cinco (5) suplentes de Conselheiros Tutelares
07	07	Posse dos eleitos (um titular e cinco suplentes)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do CMDCA

Avenida João Rinsa - nº 531 - Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -

Fone: (48) 3255-4463

**Resolução N 004.2014 CMDCA Projeto Vida Na Vida**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL Nº 4.110/2012

RESOLUÇÃO 04/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, reunido no dia 04 de junho em sua sede às 13:30h, submetendo novamente em análise o Projeto do Centro Infantil Cristão Vida na Vida, resolve:

Art.1º-Delibera a compra de 2(dois) aparelhos de TV Plasma de 42" e 51", para a equipar o projeto de acolhimento de crianças em vulnerabilidade bem como os adolescentes e famílias envolvidas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maristela da Rosa Guimarães  
Presidente do CMDCA

Avenida João Rinsa - nº- Centro - Imbituba - SC - CEP - 88780-000 -

Fone: (48) 3255-4463

**Lei Nº 4.419.2014**

LEI Nº 4.419, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.978,61 (vinte e quatro mil e novecentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos), para reforço dos itens orçamentários como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE			
Participa Imbituba			
27.812.0010-2.137			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0167)		Aplicações Diretas	21.978,61
Festivais e Campeonatos Esportivos			
27.812.0010-2.138			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0168)		Aplicações Diretas	3.000,00
Total			24.978,61

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotações orçamentárias, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESPORTE			
Espaço Esportivo nas Praças Comunitárias			
27.813.0010-1.047			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0154)		Aplicações Diretas	1.400,00
Centro Municipal de Atletismo			
27.812.0007-1.052			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0157)		Aplicações Diretas	1.500,00
Lazer, Direito de Todos			
27.813.0007-2.033			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0161)		Aplicações Diretas	21.400,00
Esporte Cidadão			
27.812.0010-2.136			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0166)		Aplicações Diretas	678,61
Total		24.978,61	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino



# Ipumirim

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 50/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 50/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2014, Processo de Licitação nº 33/2014, homologado em 13 de junho de 2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

Valor: R\$ 280.676,97 (Duzentos e Oitenta Mil Seiscentos e Setenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos)

Assinatura: 16/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BALBINOT - TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP, situada na RUA ERVINO BECHTEL, Nº 120, Bairro: SUNTI, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.548.596/0001-08.

### Decreto N. 2.067 de 13 de Junho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO NO VALOR DE R\$ 200.254,05.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 125, Projeto 1.032 - Estruturação e modernização do setor de obras e infraestrutura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 200.000,00.

II - Código reduzido 124, Projeto 2.061 - Gestão das políticas e ações do transporte rodoviário municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1

- Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 254,05.

TOTAL GERAL R\$ 200.254,05

Art. 2º O crédito suplementare constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos SDR Seara, relativos ao termo de repasse nº 1696/2014 assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 200.000,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos SDR Seara, relativos aos rendimentos de aplicações, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 254,05.

TOTAL GERAL R\$ 200.254,05

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2.014.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### Decreto N. 2.068 de 13 de Junho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 60.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 126, Projeto 1.032 - Estruturação e modernização do setor de obras e infraestrutura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 60.000,00.

TOTAL GERAL R\$60.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta das seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 60.000,00

TOTAL GERAL R\$ 60.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**Decreto N. 2.069 de 13 de Junho de 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPosição DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 72.200,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 105, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 20.000,00.

II - Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

III - Código reduzido 21, Projeto 2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.200,00.

TOTAL GERAL R\$ 72.200,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da transposição de recursos da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 104, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 20.000,00.

II - Código reduzido 3, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

III - Código reduzido 22, Projeto 2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.200,00.

TOTAL GERAL R\$ 72.200,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2.014.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**Ata de Recebimento da Documentação do PL 33, TP 4-2014**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2014 - TP</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 33/2014 <b>Data do Processo:</b> 29/04/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 20/2014 (Sequência: 1)**

Ao(s) 21 de Maio de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 33/2014, Licitação nº. 4/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. VALMIR PATZLAFF, e DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA neste ato sem representante presente.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. VALMIR PATZLAFF, e DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA neste ato sem representante presente. Indagados pelo Presidente da Comissão sobre a opção de Microempresa nem uma das empresas presente são optantes de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato contínuo o Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados por todos os presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram conferidos pela Comissão e o representante presente. A empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, insurgiu-se quanto à documentação relativo a regularidade fiscal da empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, alegando que no presente momento apresenta irregularidade, conforme as certidões apresentadas pela empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, solicitando diligência para averiguação da regularidade fiscal da empresa. Em face da insurgência, a comissão de licitação procedeu a consulta perante o endereço eletrônico do Município de Concórdia, da Receita Federal, Estadual, FGTS e CNDT de todos os participantes. Constatou-se que a empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA apresentou a impossibilidade de atestar a sua regularidade perante a Receita Federal, em decorrência de que a respectiva Certidão conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em razão de que os dados vinculados " são insuficientes para a emissão de Certidão por meio da Internet". As demais Certidões não apresentaram irregularidades. Assim, observa-se que a empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA não atestou sua Regularidade Fiscal, afrontando o artigo 29, inciso III e item 5.2.1 do presente edital, razão pela qual a Comissão de licitação decidiu pela sua inabilitação. Abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma todas as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representante da empresa presente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 4/2014 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 33/2014  
Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 21 de Maio de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- ..... - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI	- ..... - MEMBRO

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DO PL 33, TP 4-2014**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2014 - TP</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 33/2014</b> <b>Data do Processo: 29/04/2014</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 25/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 5 de Junho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 33/2014, Licitação nº 4/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** No dia e hora marcada, foi dado prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes contendo os Propostas Comerciais das empresas BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sendo que neste ato nem uma das empresas se encontram com representante presente, onde as propostas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com o valor de R\$ 280.676,97 (duzentos e oitenta mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão.

**Participante: 8256 - BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.	SER	1,00		0,0000	280.676,97	280.676,97

**Total do Participante ----->** 280.676,97

**Total Geral ----->** 280.676,97

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECI FRANCIO - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - MEMBRO

ROSELI SALETE ZANATTA - ..... - MEMBRO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - ..... - MEMBRO



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 33, TP 4-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2014 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 33/2014 <b>Data do Processo:</b> 29/04/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 33/2014  
b ) Licitação Nr.: 4/2014-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 13/06/2014  
e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÁERIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP (8256)**

2 Pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÁERIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.	SER	1,00	0,0000	280.676,97	280.676,97
--	-----	------	--------	------------	------------

**Total do Fornecedor: 280.676,97**

**Total Geral: 280.676,97**

Ipumirim, 13 de Junho de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

## Irineópolis

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Republicação Lei Complementar Nº 91-2014

Portaria Nº 13/2014

Lei Complementar Nº 91/2014

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VEREADORES E SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis-SC, com base no que dispõe o § 2.º do artigo 49 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e tendo decorrido o prazo de manifestação do Ilustríssimo Prefeito Municipal com a conseqüente Sanção Tácita, que promulgo a presente lei:

Art. 1 º - Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo, Revisão Geral Anual (no período de 01-04-2013 a 31-03-2014) no percentual de 7,30% (sete vírgula trinta por cento), através do índice de correção aplicado pelo IGP-M da fundação Getúlio Vargas, tendo como parâmetro os vencimentos vigentes no mês de março do corrente, com vigência a partir de 01/04/2014;

Parágrafo único - A reposição prevista nesta Lei corrigirá as tabelas de vencimentos constantes da Lei Complementar nº 059/12 e alterações decorrentes e Lei 1635/2012;

Art. 2 º - O pagamento correspondente a reposição salarial se necessário poderá ser pago através de Folhas Complementares;

Art. 3 º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder as respectivas anotações para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei;

Art. 4 º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 12 de Junho de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Convite Para Compras E Serviços 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 103/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que se encontra aberto Convite para Compras e Serviços nº 103/2014, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria tributária. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 25 de junho de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 16 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 41/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 16/06/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira "Ad Hoc", a Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 41/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)  
REALEZA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA  
VITORIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - M  
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.  
MADEVIA LTDA EPP

Representantes (Credenciados)
RENAN CEZAR DAL MOLIN
VITORIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - M
JANETE MELCHIORETTO SILVA
WILSON BAIER

Analizados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresa/Não Credenciada	Motivo:
VITORIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - M	Conforme item 5.6 do edital

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresa/Fornecedor:	Motivo:
VITORIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - M	Deixou de apresentar o item 6.2 do edital

Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII

da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,9000	0,0000
2	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	630,0000	0,0000
3	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4.168,0000	0,0000
4	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,0000	0,0000
5	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	72,0000	0,0000
6	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	9,9000	0,0000
7	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	21,0000	0,0000
8	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4.040,0000	0,0000
9	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	28,2700	28,0000
10	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	52,8000	0,0000
11	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	51,8000	0,0000
12	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	850,0000	0,0000
13	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	190,0000	0,0000
14	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	220,0000	0,0000
15	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	128,0000	0,0000
16	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	12,4500	0,0000
17	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	3,3500	0,0000
18	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,9000	0,0000
19	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,7000	0,0000
20	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,6500	0,0000
21	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	3,3200	3,3000
22	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	8,9000	0,0000
23	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	79,0000	0,0000
24	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	160,0000	0,0000
25	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	33,0000	0,0000
26	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	24,4000	0,0000
27	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,5500	0,0000
28	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	138,0000	0,0000
29	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,2500	0,0000
30	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	37,0000	0,0000

31	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,9000	0,0000
32	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	150,0000	0,0000
33	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	15,0000	0,0000
34	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5.200,0000	0,0000
35	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.218,0000	0,0000
36	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,9000	0,0000
37	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,6000	0,0000
38	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	3.140,0000	0,0000
39	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	350,0000	0,0000
40	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	11,9000	0,0000
41	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	19,0000	0,0000
42	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,6500	0,0000
43	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	9,2700	0,0000
44	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.400,0000	0,0000
45	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	24,7000	0,0000
46	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6.450,0000	0,0000
47	MADEVIA LTDA EPP	137,5000	0,0000
48	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,3000	0,0000
49	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	290,0000	0,0000
50	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	27.191,5700	27.190,0000
51	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,4500	0,0000
52	MADEVIA LTDA EPP	49,9000	0,0000
53	MADEVIA LTDA EPP	35,0000	0,0000
54	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,3500	0,0000
55	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,3100	0,0000
56	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,0200	5,0000
57	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,5000	0,0000
58	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	16,5000	0,0000
59	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.530,0000	0,0000
60	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	104,5000	0,0000
61	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	790,0000	0,0000
62	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	10,8900	0,0000
63	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,7500	0,0000
64	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	11.255,7300	11.250,0000

65	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	42,0000	0,0000
66	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	36,8100	0,0000
67	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.146,2000	1.146,0000
68	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,4500	0,0000
69	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	966,7500	966,0000
70	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	27,6600	27,6000
71	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,6000	0,0000
72	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,6900	0,0000
73	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	9,3900	0,0000
74	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	9,0000	0,0000
75	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	10,7500	0,0000
76	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	27,5000	0,0000
77	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	465,0000	0,0000
78	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	23,5000	0,0000
79	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	39,8000	0,0000
80	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	9,0000	0,0000
81	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	17,0000	0,0000
82	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,9500	0,0000
83	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,0200	0,0000
84	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,3100	0,0000
85	MADEVIA LTDA EPP	22.220,0000	0,0000
86	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.855,8000	1.850,0000
87	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5.080,0000	0,0000
88	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	199,0000	0,0000
89	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	181,6200	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que com a exceção da(s) empresa(s) REALEZA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, representada pelo Sr. RENAN CEZAR DAL MOLIN que deixou de apresentar OS ITENS 6.7, 8.2 e 8.3 do edital considerada Inabilitada para o certame, todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	141.870,9400
MADEVIA LTDA EPP	23.207,2000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 16/06/2014.  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Pregoeira "Ad Hoc"

Equipe de Apoio	
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA	

Assinantes	
Representantes	Assinatura
REALEZA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	
MADEVIA LTDA EPP	

## Ituporanga

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial 23 2014 Serviço Bombeiros** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.23/2014

Processo: 60/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS NAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DESTE TERMO DE REFERÊNCIA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 01 de julho de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 01 de julho de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br).

Ituporanga, 17 de junho de 2014  
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Homologação PL 46/2014

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 46/2014/PMJ,  
Modalidade: PP 33/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

EMPRESAS VENCEDORAS:

GUILHERME BRAGHIROLI-ME

VALOR R\$ 193.559,00

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA-ME

VALOR R\$ 162.204,90

SUPERMERCADO RANSAN LTDA

VALOR R\$ 227.311,10

TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$ 81.664,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

### Extrato Contrato 177/2014/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2014/PMJ  
PL 39/2014/PMJ - CC 3/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ.: 03.377.072/0001-40.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.256.988,83 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), sendo:

í?? R\$ 2.238.455,08 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavo), correspondente ao material e meio mecânico e

í?? R\$ 1.018.533,75 (um milhão, dezoito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), correspondente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.077 - CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NO BAIRRO SANTA TEREZA

213 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas

214 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas

215 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.  
DATA DE ASSINATURA: 13/06/2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Homologação PL 4/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2014/FMAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 04/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 03/2014/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços para a requisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Empresas Vencedoras:

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

VALOR R\$ 14.986,00

NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA-ME

VALOR R\$ 9.640,00

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

VALOR R\$ 9.478,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Contrato 325/2012 TA 02

CONTRATO Nº 325/2012/FMS TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.234.834/0001-40, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1212, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sra. ANA CRISTINA LINK, portador da Carteira de Identidade nº 2.632.393 e CPF nº 774.833.599-00, residente e domiciliado na Rua FERNANDO FERRARI, 35, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 325/2012/FMS, firmado em 15/06/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 30/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 16/2012/FMS, homologado em 14/06/2012, cujo objeto é o fornecimento de licença e locação, pela CONTRATADA, de sistemas de Gestão da Saúde, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) do contrato e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 16/2012/FMS, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 15 de junho de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação o prazo para a execução dos serviços, objeto da contratação, passa a ser de 36 (trinta e seis) meses, a contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 44.937,50 (quarenta e quatro mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Sistema de Gestão da Saúde, incluindo manutenção legal, corretiva e upgrade de versões.	2.995,8333	35.950,00
3	120	Hora	Assistência Técnica, após implantação do sistema de Gestão da Saúde, quando solicitado.	74,8958	8.987,50

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 14 de junho de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

INOVADORA SERV. EM TEC. DA INFORMAÇÃO LTDA  
ANA C. LINK

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_  
2 - \_\_\_\_\_

**Contrato 6/2014 TA 01**

CONTRATO Nº 6/2014/FUNREBOM - TA 01

O Município de Joaçaba, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE-, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, com sede administrativa à Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, inscrito no CNPJ/MF nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CLAUDIONOR A. TASCA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.389.661/0001-62, estabelecida na ROD. RS 135 - KM 70, no Município de ERECHIM/RS, neste ato representada pelo Sr. CLAUDIONOR ANTONIO TASCA, portador da Carteira de Identidade nº 2038025017 e CPF nº 476.481.120-00, residente e domiciliado na cidade de ERECHIM/RS, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE ADITIVO ao contrato nº 6/2014/FUNREBOM, firmado em 10/04/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 2/2014/FUNREBOM, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 01/2014/FUNREBOM, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, da transformação e adaptação de veículo tipo furgão (Peugeot Boxer, ano 2013) em ambulância, para utilização em atendimento pré-hospitalar pela 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 09 de julho de 2014, em conformidade com o disposto no § 1º, II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 10 de junho de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Rafael Laske  
Prefeito  
FUNREBOM  
CONTRATANTE

CLAUDIONOR A. TASCA E CIA LTDA  
Claudionor Antonio Tasca

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

Ata 10/2014 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 1/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	BANANA TIPO CATURRA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,2800
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CATURRA	0	2,3800
2	LARANJA TIPO PÉRA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,1000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PERA	0	2,1500
3	BATATINHA LAVADA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,7000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	MONALISA	0	2,8500
4	CENOURA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,0800
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	2,1200
5	Repolho verde, tamanho médio, novo, com folhas sãs e sem rupturas	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,0000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	2,0500
6	BETERRABA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,3000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	2,3900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 2/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Alho nacional, bulbo inteiro, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvido; isento de sujidades, parasitas e larvas.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	12,6000	1
8	Alface nova; folhas sãs e sem rupturas, isentas de sujidades, parasitas e larvas.	PÉ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	1,6300	1
9	MORANGA CABUTIÁ	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,0000	1
10	Maçã Gala ou Fuji, tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie; sem ferimentos, firme, tenra e com brilho; isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	CABUTIA	0	3,4000	1
11	MAMÃO	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	GALA	0	3,5000	2
12	Chuchu novo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	2,8500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	14,0000	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	1,6500	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,0500	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	2,8900	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)		0	1,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 3/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	TOMATE TIPO A	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	4,6000	1
14	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	1,6300	1
15	ABOBRINHA - NONA, COM CASCA SÃ E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	2,7000	1
16	Chicória nova, folhas sãs e sem rupturas; isenta de sujidades, parasitas e larvas.	PÉ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	1,5900	1
17	Brócolis novo, tamanho grande, com folhas sãs e sem rupturas; isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	2,2800	1
18	MANGA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	-	0	3,6000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	1,8000	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	4,8200	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	1,6400	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	2,7500	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	1,6000	2
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	3,7900	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 4/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
19	CEBOLA	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	2,4500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	2,4800
20	COUVE FLOR - NOVA, TAMANHO GRANDE, COM FOLHAS SÃS E SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.	UN	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	3,5000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	3,5500
21	VAGEM	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	6,1000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	-	0	6,1200
22	OVOS DE GRANUA VERMELHOS A - TIPO 1 - DUZIA	DZ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	JOAÇABA	0	4,4000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	JOAÇABA	0	4,4500
23	LEITE TIPO "C" - PASTEURIZADO	LTO	TRANSJANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	2,4700
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,4900
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	TIROL	0	2,5500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 5/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	LEITE UHT INTEGRAL "LONGA VIDA"	LTO	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	2,7500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PIA	0	2,7800	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,9000	3
25	Leite sem lactose	LTO	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PIRACAMJUBA	0	4,0500	1
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	4,1000	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,4500	3
26	IOGURTE 900 ML	UN	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	3,9500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CARLITOS	0	3,9900	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	4,3200	3
27	DOCE DE LEITE 900 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MIRIAN	0	6,9000	1
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	7,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 6/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	TIROL	0	10,0900
28	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1º (PACOTE DE KG CONGELADO, NÃO EMBALADO A VÁCUO)	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	RANSAN	0	18,6600
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	18,7000
29	FÍGADO BOVINO (PACOTE DE 01 KG CONGELADO, NÃO EMBALADO A VÁCUO)	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	RANSAN	0	8,0000
30	PALETA BOVINA S/OSSO CORTADA EM ISCAS, CONGELADA, SEM GORDURA (PERCENTUAL ADMITIDO DE ATÉ 5% POR PEÇA), SEM CARTILAGENS E NERVOS, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA, FIRME DE ODOR AGRADÁVEL, ACONDICIONADA EM PACOTE DE 01 QUILO, ROTULADO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. A ROTULAGEM DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, DATA DE VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA, NOME E/OU MARCA, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	RANSAN	0	13,8500
31	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	SEVA	0	5,8400
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	5,8500
32	SALSICHA CONGELADA	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NAT	0	6,1800
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	6,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	AÇUCAR CRISTAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ALTO ALEGRE	0	2,2500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KIACUCAR	0	2,2800	2
34	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ALFINETE/PANELAÇO	0	2,1000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KIARROZ	0	2,1400	2
35	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BEATRIZ	0	1,9000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	TOZZO	0	1,9600	2
36	FEIJAO PRETO TIPO 01	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	VO TITA	0	4,9000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	TOZZO	0	4,9500	2
37	LENTILHA - PACOTE COM 500 gr	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	CONT/INCAS	0	6,7000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CAROL	0	6,8800	2
38	MASSA COM OVOS TIPO SPAGUETTI/ PARAFUSO/ FARFALLE	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	OLIARI	0	4,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 8/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ISABELA	0	4,1800
39	Massa com ovos tipo parafuso - sem glúten / sem lactose - embalagem de 500 gr	KG	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	URBANO	0	5,7500
40	DOCE DE FRUTAS EM PASTA (FIGO, UVA, MORANGO)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MIRIAN	0	6,9000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PIA	0	7,3500
41	ÓLEO DE SOJA	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	COCAMAR	0	3,8000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CONCORDIA	0	3,8800
42	ÓLEO DE MILHO	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	SINHA	0	6,1000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	SALADA	0	6,1500
43	MARGARINA COM SAL - 77% DE LIPÍDIOS	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	COAMO	0	6,5500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	QUALY	0	7,1500
44	EXTRATO DE TOMATE - LATA DE 870 GR	LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	QUEROVELEFANTE	0	6,1000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	FERMENTO EM PÓ, LATA COM 250 GR	LTA	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ELEFANTE	0	6,1300	2
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	DR. OTOKER	0	4,8000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ROYAL	0	4,8200	2
46	AMIDO DE MILHO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	APTINEILAR	0	3,9800	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	APTI	0	4,0800	2
47	SAL REFINADO IODADO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ZIZO	0	1,4500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KLIPER	0	1,4800	2
48	VINAGRE DE VINHO TINTO	LTR	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	KOLLER	0	2,5000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KOLLER	0	2,5500	2
49	FERMENTO SECO PARA PÃO- 500 Gramas	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LEVEPAN	0	11,9000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	FLEISCHMANN	0	11,9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 10/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	FARINHA DE FUBÁ - FINA - 265 KG - SOCIAL E 561 KG - EDUCAÇÃO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BEATRIZ	0	1,9000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	LIBARDONI	0	1,9800	2
51	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA / MARIA/ LEITE/ COCO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BOLAMEL	0	6,4000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	MARILAN	0	6,4600	2
52	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL/ CREAM CRAKER	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BOLAMEL	0	6,7000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	MARILAN	0	6,7600	2
53	BISCOITO DOCE (SEM GLÚTEM) - INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, OVOS, LEITE EM PÓ, MARGARINA E SAL - CONTÉM BICARBONATO DE AMÔNIA. NENHUM INGREDIENTE PODERÁ CONTER GLÚTEM. EMBALAGEM 200 GRAMAS.	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NAZINHA	0	14,8000	1
54	BISCOITO CASEIRO, SABORES VARIADOS (MAISENA, COCO, AÇÚCAR MASCADO, MEL, ETC.)	UN	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ALICE	0	6,9900	1
55	CHÁ - ERVA DOCE/ CAMOMILA/ CIDREIRA/ MELISSA - CAIXA COM 25 UNIDADES	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LEAO	0	5,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	LEAO	0	5,0800	2
56	Suco concentrado 100% natural - sabores uva e laranja	LTR	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	VIAN	0	7,1600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 11/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	7,2000
57	MASSA FINA COM OVOS (CABELO DE ANJO, LETRINHAS, CONCHINHAS)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ORQUIDEA	0	5,8500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ISABELA	0	5,8800
58	GELATINA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	APTI	0	9,1000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	APTI	0	9,4000
59	CAFÉ TORRADO E MOÍDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA ABIC	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	ODEBRECH	0	11,7400
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	CABOCLO	0	13,7800
60	CHOCOLATE EM PÓ - 500 GR - PCTE	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	APTINEILAR	0	7,6000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	APTI	0	7,7000
61	CHOCOLATE EM PÓ (SEM GLUTEM)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	APTI	0	9,7000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	APTI	0	9,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
62	FARINHA INTEGRAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	BEATRIZ	0	3,4000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	TOZZO	0	3,4400
63	FARINHA DE MANDIOCA - TORRADA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MONCIL	0	5,5000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PINDUCA	0	5,5800
64	MILHO VERDE EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS.	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	GOIAS VERDE	0	1,7500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	GOIAS	0	1,7800
65	ERVILHA EM CONSERVA (ÁGUA E SAL) - SEM GLÚTEM - 200 GR DRENADOS	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	GOIAS VERDE	0	1,6500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	FUGINI	0	1,7000
66	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS 10 KG	RLO	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MEGA MIL	0	5,7500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NOSSO ROL	0	5,8000
67	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS 1 KG	RLO	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	MEGA MIL	0	4,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 13/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	UFS	0	4,1400
68	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	UN	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	BRASPÃO	0	0,7000
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	ALICE	0	0,7200
			MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	0,7800
69	BOMBOM DE 30 GR	UN	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	SERENATA	0	0,7200
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	LACTA	0	0,7300
70	Saco para lixo - 100 litros - 75x105cm - 10 micra - reforçado - 1ª qualidade - com 25 unidades	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NOSSO ROL	0	8,4800
			MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	8,5000
71	Saco para lixo - 150 litros - 90x120cm - 10 micra - reforçado - 1ª qualidade - com 10 unidades	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NOSSO LIXO	0	9,9000
			MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	9,9400
72	Saco para lixo - 30 litros - 59x62cm - 10 micra - 1ª qualidade - com 50 unidades	PCT	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LIMOM	0	7,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 14/17

Número do Registro de Preços: 9/2014      Data do Registro: 13/06/2014      Válido até: 13/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NOSSO ROL	0	7,9500
73	Saco para lixo - 50 litros - 63x80cm - 10 micra - 1ª qualidade - com 50 unidades	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)	LIMOM	0	8,2500
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	NOSSO ROL	0	8,2800
74	CAFÉ TORRADO E MÓIDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 500 GR - (Associação Brasileira de Indústria do Café) - 500 gr)	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	MELITTA	0	9,8000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	9,8500
75	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ N. 103 - COM 30 UNIDADES	CX	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	BRIGITA	0	2,3900
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	2,4000
76	AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL - PCTE 5 KG	PCT	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	KIACUCAR	0	10,6800
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	10,7000
77	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDOS COM 12 UNIDADES	FDO	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (10132)	PURIS	0	11,9000
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)		0	12,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 15/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	ÁGUA MINERAL COM GÁS - GARRAFA PET 500 ML - FARDOS COM 12 UNIDADES	FDO	SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PURIS	0	12,5000	3
			TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	SANTA CATARINA	0	12,6000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PURIS	0	14,1000	2
			GUILLERME BRAGHIROLI - ME (10132)		0	17,0000	3
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (10029)		0	18,0000	4
79	LEITE UHT INTEGRAL - LONGA VIDA - CX C/ 12 LITROS	CX	TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (10390)	TIROL	0	27,6000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6878)	PIA	0	31,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 16/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME  
(10029)

0 35,0000 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 17/17

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014

PROCESSO Nº 46/2014

- (6878) - SUPERMERCADO RANSAN LTDA
- (10029) - MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME
- (10132) - GUILHERME BRAGHIROLLI - ME
- (10390) - TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Joaçaba, 13 de Junho de 2014.

ATA 02/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	FOLDER - impressão 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras; faça especial, fotolito (T/R), arte final. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de artes, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,7800
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,8000
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,9000
2	FLYERS - impressão em 4 x 4 cores (F/V) - papel couchê brilho 250 g/m² - tamanho 21,00 x 30,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, três dobras; faça especial, fotolito (T/R). Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,7500
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,7600
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	0,7700
3	CARTAZ - impressão em 4 x 0 cores - papel couchê brilho 170 g/m² - tamanho 32,00 x 47,00 cm. Serviços: fotolito (F) Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	2,8900
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	2,9000
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	3,4600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
4	CARTAZ A3 - impressão em 4 x 0 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Serviços: fotolito (F) Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	2,8700
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	2,9000
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	3,4600
5	PANFLETO 15 x 21 - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 120 g/m² - tamanho 15,00 x 21,00 cm (L x A). Serviços: fotolito (F/V), arte final Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,3500
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,4700
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	0,4800
6	CARTILHA 08 páginas = 02 lâminas - impressão em 4 x 4 cores - papel offset 15g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm Serviços: grampear, intercalação manual, fotolito (T/R), criação, desenvolvimento e arte final. Observação: A quantidade prevista será dividida em 03 tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)	NOVA PRINT	0	1,6200
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	1,6300
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	1,6500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
7	CARTILHA 16 páginas = 04 folhas de papel couchê brilho 170 g/m2 tamanho 21,00 x 46,00 cm dobradas ao meio - impressão em 4 x 4 cores. Serviços: grampear, intercalação manual, fotolito (T/R), criação, desenvolvimento e arte final. Observação: A quantidade prevista será dividida em 02 tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)	NOVA PRINT	0	2,3900
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	2,4000
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	2,8900
8	CRACHÁ ACRÍLICO - impressão 4 x 4 cores - tamanho 8,00 x 5,50 cm. Serviços: arte final, cordão azul.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	12,5000
9	CONVITE - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 230 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, corte especial, fotolito (T/R), faca especial, arte final. Observação: A quantidade prevista será dividida em 05 tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,6500
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,7900
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,8200
10	CONVITE - impressão 4 x 4 cores - papel couchê brilho 180 g/m² - tamanho 10,00 x 21,00 cm. Serviços: fotolito (F), arte final, criação e desenvolvimento. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,5600
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,5700



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014**

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,5900
11	ADESIVO - impressão 4 x 0 cores - folha em adesivo brilho 180 g/m² - tamanho 7,00 x 12,00 cm. Serviços: meio corte, arte final, fotolito (F/V), laminação brilho. Observação: A quantidade prevista será dividida em 03 tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços, com quantidades diferentes.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,5700
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	0,5780
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,7200
12	PASTA PLASTIFICADA - com bolsa - com logotipo dos conselhos CMAS, CMDCA, Mulher, CRAS, GREAS - impressão 4 x 0 cores - papel Triplex 350 g/m² - tamanho 46,00 x 32,00 cm. Serviços: corte especial, fotolito (T/R), vinco, corte, plastificação em brilho. Observação: A quantidade prevista será dividida em tipos diferentes de arte, para diferentes ocasiões e serviços, com quantidades diferentes.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	1,4300
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	1,4400
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	1,6000
13	ENVELOPE SACO 18,50 x 24,80 - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 18,50 x 24,80 cm (A x L)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,5700
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,5900
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,6300

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014**

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
14	ENVELOPE SACO 26,00 x 36,00 - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 26,00 x 36,00 cm (A x L)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,7200
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,7900
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,8400
15	FOLHA OFÍCIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 75 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm (L x A)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,0800
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,1300
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,1400
16	ENVELOPE OFÍCIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 11,40 x 22,90 cm (A x L)	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	0,3700
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	0,3800
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	0,4800
17	INFORMATIVO - 02 páginas - impressão 4 x 4 cores fotolito (F/V) - papel couchê brilho 170 g/m² - tamanho 30,00 x 42,00 cm. Serviços: dobra mecanizada, arte final. Observação: A quantidade prevista será dividida em diversos tipos de arte, para diferentes ocasiões e serviços, com quantidades diferentes.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	1,3600
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (6588)		0	1,3700

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014**

Página: 6/8

**Número do Registro de Preços: 2/2014      Data do Registro: 16/06/2014      Válido até: 16/06/2015**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	1,4500	3
18	BANNER - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 3,00 m Serviços: arte final.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	228,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	230,0000	2
19	BANNER - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 1,00 x 1,20 m Serviços: arte final e criação + ilhós ou madeira.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	98,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)		0	112,0000	2
20	BANNER - impressão 4 x 0 cores - em lona - tamanho 0,90 x 1,10 m Serviços: arte final e criação + ilhós ou madeira.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	87,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525)	polimpessos	0	88,0000	2
21	FAIXA - impressão 4 x 0 cores - tamanho 0,85 x 3,00 m Serviços: arte final, ilhós.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6207)	EGCL	0	238,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 16/06/2014		Válido até: 16/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME (6525) polimpessos 0 240,0000 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 16/06/2014		Válido até: 16/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014  
PROCESSO Nº 4/2014

- (6207) - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
- (6525) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
- (6588) - NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Joaçaba, 16 de Junho de 2014.

## IMPRES

## Relatorio Investimento IMPRES Maio/2014



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de  
Joaçaba - SC

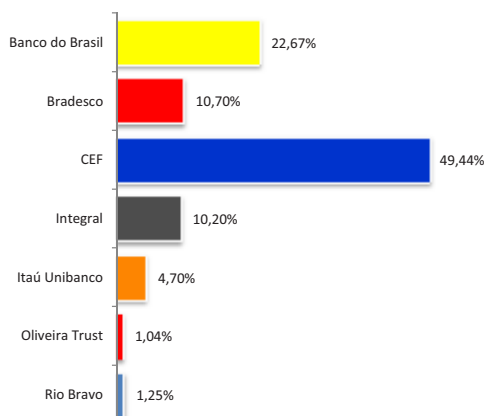
## Relatório da Carteira de Investimentos

MAIO

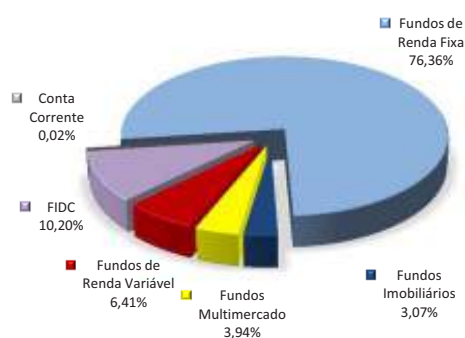
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



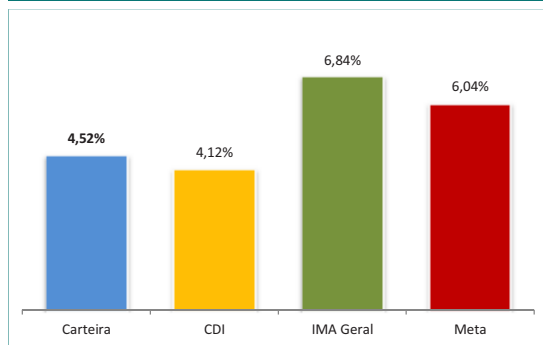
Distribuição da Carteira por Segmento



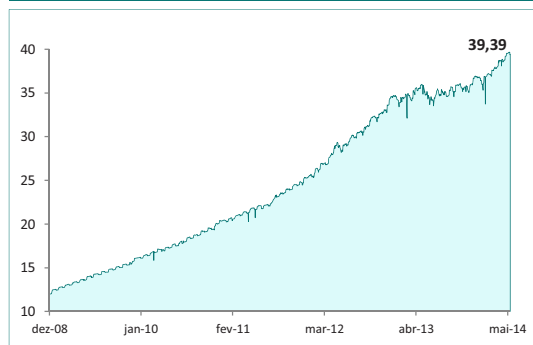
## HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,27%	4,52%	2,13%
CDI	0,86%	4,12%	9,42%
IMA Geral	2,52%	6,84%	6,57%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,09%	6,04%	12,41%

Carteira x Indicadores em 2014



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos  
Fone: 48 3037 1001  
www.smiconsult.com.br



## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

### **Ata Registro de Preços - Combustível**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0007/2013

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0052/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### **1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de combustíveis para a frota e equipamentos do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0052/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Gasolina Comum, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, no valor de R\$ 2,61 o litro;

Item 02 - Óleo Diesel, Quantidade - 50.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, no valor de R\$ 2,29 o litro;

Item 03 - Biodiesel Evolux Fórmula S-10, Quantidade - 15.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA ME, no valor de R\$ 2,45 o litro;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de combustíveis, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

14.1.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes e a alteração dos valores dos combustíveis dar-se-á proporcionalmente à relação do preço pago pelo Contratado à distribuidora, da seguinte forma:

1º Passo: Calcula-se a proporção entre o valor unitário de compra informado pela empresa ofertante na proposta e comprovado mediante apresentação de cópia(s) de Nota(s) Fiscal(is), na forma do item 5.1.3.2. do Edital e o valor unitário cotado para venda ao SIMAE;

Exemplo: A empresa tem um custo unitário de compra do combustível de R\$ 2,00 e propõe-se a fornecer para o SIMAE ao preço de R\$ 2,20. Neste caso, o preço de custo/compra corresponde a

90,90% do preço cotado. Logo, a proporção é de 90,90%.

2º Passo: Quando houver alteração nos preços pagos pela Contratada à distribuidora, deve-se apurar o índice da alteração.

Exemplo: A empresa adquiria o combustível junto à distribuidora ao custo de R\$ 2,00 e posteriormente a distribuidora venha a cobrar R\$ 2,10. Neste caso, o índice de alteração do valor seria de 5% (cinco por cento).

3º Passo: A alteração dos valores contratados com o SIMAE, dar-se-á mediante a aplicação do índice de proporção (obtido no 1º passo) sobre o índice de alteração do preço de compra do Contratado (2º passo).

Exemplo: Utilizando-se dos exemplos colocados nos passos anteriores, a alteração do valor do combustível seria 5% sobre 90,90%, o que corresponderia a 4,55%, a ser aplicado sobre o preço de venda ao SIMAE.

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível "Gasolina" na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa, é de R\$ 2,04 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,61. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 78,16% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \left\{ \left[ \frac{PRD - PAD}{PAD} \right] \times 0,7816 \right\} \times PVS$$

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa, é de R\$ 1,90 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,29. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 82,97% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \left\{ \left[ \frac{PRD - PAD}{PAD} \right] \times 0,8297 \right\} \times PVS$$

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa é de R\$ 2,24 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,45. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 91,43% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \left\{ \left[ \frac{PRD - PAD}{PAD} \right] \times 0,9143 \right\} \times PVS$$

Onde: PFC = Preço final a cobrar

PRD = Preço reajustado, na distribuidora.

PAD = Preço anterior, na distribuidora.

PVS = Preço de venda ao SIMAE.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na

forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0052/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades do SIMAE, em havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

4.2 O Combustível será retirado nas Bombas do Posto de combustível pelos veículos ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

4.3 A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas através de Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;

4.4 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto contratado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma;

4.4.1 No ato da entrega do combustível deverá ser emitida nota fiscal ou cupom fiscal, correspondente à quantidade abastecida, contendo a Placa do veículo, quilometragem que ocorreu o abastecimento, quantidade abastecida, dados do SIMAE completos, bem como dados da empresa fornecedora.

4.4.2 A primeira via da nota fiscal/cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento;

4.5 Fica aqui estabelecido que o combustível será recebido:

a) provisoriamente, para verificação do tipo de combustível e quantidade, para posterior verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação e a consequente aceitação.

4.6. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6.1 Caso seja comprovado que os combustíveis entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.7 Se a substituição dos combustíveis recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento do combustível fornecido será quinzenal, sendo os preços apresentados fixos e irrevogáveis, ressalvada eventual

alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, mediante a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito na conta corrente da fornecedora.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.1.051.4.4.90.30.01

14.01.1.052.4.4.90.30.01

14.01.2.061.3.3.90.30.01

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos combustíveis fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os combustíveis em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos combustíveis, exigidos no Edital, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para os combustíveis, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição dos combustíveis no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;  
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;  
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;  
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor;

b.2) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do combustível ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-(SC), 16 de Dezembro de 2013.

Ana Paula Pereira  
Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier

Ligia Adriane Darold da Silva

## EMPRESAS

Mauro Antônio Dall'Orsoletta

ABASTECEDORA DE COMB. E TRANSP. BORTOLI LTDA - ME

Itacir Araldi

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA ME

## Portaria JHL 097/2014

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 097/2014 DE 11.06.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Art. 1º Suspender o Estágio Probatório do servidor Neudir Francisco Fraron pelo período de 22.05.14 à 06.06.15 conforme atestado pela perícia médica oficial e com base no inciso IV, do § 5º do artigo 18 da Lei Complementar 76/2003.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de Junho de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

## Resumo de Contrato JHL Nº0050/2014 SIMAE

CONTRATO JHL 0050/2014

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0027/2014

Termo do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 0027/2014, para aquisição de Tubos de PVC-O e Conexões em Ferro Fundido, que entre si celebram o SIMAE DE JOAÇABA (SC), e a empresa Angolini & Angolini Ltda.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, Autarquia Municipal das cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Tiradentes, 123, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representada por sua Diretora Presidente Elisabet Maria Zanela Sartori, portadora da Carteira de Identidade nº 582.728 SSI/SC e CPF nº 386.948.169-20, doravante denominado SIMAE e a empresa Angolini & Angolini Ltda pessoa Jurídica de direito privado com sede à Rod. SP 135, km 4,5, em Santa Bárbara do Oeste, estado de São Paulo, inscrita sob CNPJ nº 44.829.653/0001-53 neste ato representada pelo Sr. Antônio Hélio Barão, portador(a) do CPF nº 076.888.739-91, resolvem celebrar o presente ADITAMENTO ao Contrato 0027/2014, decorrente do processo de Licitação JHL 0023/2014, PROTOCOLO 0870/2014 - Edital PP nº 0017/2014, homologado em 16 de abril de 2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e V da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato aditado em 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, a contar de 18 de Junho de 2014 e com término em 01 de Agosto de 2014, conforme justificativa apresentada pelo Gerente do SPCI, Sr André Francisco Fiorin, anexadas ao Processo de Licitação JHL 0023/2013, PROTOCOLO 0870/2014, Edital Pregão nº 0017/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanece o mesmo teor das demais Cláusulas do Contrato aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por estarem de acordo, lavrou-se o presente TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO ao Contrato nº 0027/2014, em 03 (três) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba-SC, 16 de junho de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

Antonio Hélio Barão  
Procurador

TESTEMUNHAS:

João Carlos Ungericht  
CREA-17019-3

Eliane A Ceron Vier  
CPF-596.843.999-87

## Lages

### PREFEITURA

#### Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 123/2013

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 123/2103 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LAGETUR LAGES TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 77.886.935/0001-41, com sede à Rua Frei Rogerio n.º 20 - Lages/SC - CEP: 88.502-160.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Agenciadora para Fornecimento de Passagens Rodoviárias Intermunicipais e Interestaduais em Ônibus convencional, para funcionários, indigentes, professores e outros, para todas as Secretarias Municipais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/12/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/12/2014;

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 02 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

#### Extrato Contrato 19/2014 - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 19/2014 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 09.944.371/0001-04, estabelecida na Avenida Santos Dumont, 1335 - Bairro Santo Antônio, CEP 89.218-105 - Joinville/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato, até 31/12/2014;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC.



**Rerratificação PP 60-2014 PML**

Prefeitura do Município de Lages  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria da Administração  
Executivo de Licitações e Contratos

**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPARO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- No Item 16.4, leia-se: DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA OS LICITANTES QUE COTAREM O LOTE 06;

- No Lote 05, excluir item 5.1 (Forro de Madeira Pinus), que passa a fazer parte do lote 06.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 30/06/2014, para às 09:00 do dia 02/07/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 16 de junho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATO 49/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 049/2014 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.216.598/0001-88, com sede a Rua Eng. Paulo Ribeiro, 505 - Área Industrial, CEP 88514-010 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Construção e Reforma de Pontes e Passarelas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais)

Lages, 13 de Maio de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito de Lages.

**Extrato Contrato 51/2014 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 051/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 17.040,00 (dezessete mil e quarenta reais)

Lages 29 de Abril de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 53/2014 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 053/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS CORAL LTDA, inscrita no CNPJ: 80.142.730/0001-66, com sede na Av: Luiz de Camões nº715 - Coral - Cep.88509-130 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Artesanato para o Programa Inclusão Produtiva.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais)

Lages 15 de Abril de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 50/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 050/2014 FMAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com sede na Av: Dom Pedro II nº967 - Bairro São Cristóvão cep.88509-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Combustíveis e Filtro para uso nos Veículos da Frota da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, far-se-ão diretamente da bomba de abastecimento do Posto, localizado no perímetro urbano do Município de Lages, ao tanque dos veículos, mediante a apresentação de requisição(ões) devidamente assinada(s) pelo Responsável do Departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 142.100,00 (cento e quarenta e dois mil e cem reais)

Lages 21 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 21/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 021/2014 FMAS

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADO: SUPERMERCADO BOM GOSTO LTDA inscrita no CNPJ n.º 06.931.431/0001-58, com sede a Rua Antenor Moreira, 160 - Bairro Universitário, CEP 88511-130, na cidade de Lages/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Fornecimento de 3500 litros de leite Pasteurizado Tipo C.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O valor initário e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos), totalizando R\$ 6.930,00 (seis mil, novecentos e trinta reais)

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Lages, 16 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 54/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 054/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n.º 09.008.570/001-00, com com sede a Rua Irmgard Carl, 225 - Bairro Escola Agrícola, CEP: 89037-555 - Blumenau/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 8.748,50 (oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

Lages 29 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 55/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 055/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais)

Lages 29 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**Extrato Contrato 56/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 056/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94, com sede a Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista, CEP: 89804-084, Chapecó/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 24.425,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

Lages 29 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 18/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 018/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai 1538D, Bairro Maria Goreti CEP: 89.801-431 - Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 1.886,40 (hum mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 14/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 014/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: FARMACONN LTDA inscrita no CNPJ sob nº 04.159.816/0001-13, estabelecida na Rua Portugal e Castro, 590 - Bairro Nova Cachoeirinha, CEP: 31.250-630 - Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 67.454,50 (sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Lages, 05 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 12/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 012/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rodovia 480, n. 180 - Bairro Centro, Barão de Cotegipe/RS. Endereço representante: Rua Vasco da Gama, 33 Apto, 01 - Centro CEP 99740-000 - Barão de Cotegipe/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais).

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 10/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 010/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.734.671/0001-51, estabelecida na Rodovia Itapira-Lindóia Km 14, na cidade de Itapira/SP, representante com Endereço a Rua Rocha Pombo, 443 - Bairro Iririú, cidade de Joinville/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 464.764,20 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 06/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 006/2014 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: JACQUES BRIÃO MOREIRA ME inscrita no CNPJ sob nº 18.941.818/0001-74, estabelecida na Rua 1822, n.º 525 - Centro - CEP 88.330-484 - Balneário Camboriú/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas para atender Programas da Saúde do Idoso e da Criança

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 193.875,00 (cento e noventa e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais)

Lages, 10 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 05/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 005/2014 - SMS

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas para atender Programas da Saúde do Idoso e da Criança.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, estabelecida na Rua Ary Miguel Silveira, 391 - Jardim Eldorado, CEP 88133-531 - Palhoça/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Lages, 10 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 07/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 007/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada da Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas, CEP 89163-554 - Rio do Sul/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 16.155,00 (dezesesseis mil, cento e cinquenta e cinco reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 52/2014 - FMAS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 052/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 09.053.748/0001-27, com sede a Rua Cecílio Rodrigues, 136 - Seminário, CEP: 89190-000, Taió/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.999,00 (hum mil, novecentos e noventa e nove reais)

Lages 29 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Lebon Régis****PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Nº 13/2014 - Processo Licitatório Nº 29/2014**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que a licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: Aquisição de material permanente, do tipo veículo Caminhão com Caçamba Basculante, com prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, de acordo com as especificações e condições constantes no edital foi deserta, que não apareceram interessados em apresentar documentação e propostas no dia 11/06/2014. Maiores Informações: [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 16 de Junho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro

**Segundo Aditivo ao Contrato Nº.: 13/2014 - Sequencia Nº 516**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Segundo aditivo ao Contrato Nº.: 13/2014 - SEQUENCIA Nº 516

Contratante...: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratada...: POSTO LEBONREGENSE LTDA

Vigência ..... : Início: 16/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46),

2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59),

2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (118),

2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127),

2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152).

Objeto ..... : O presente aditivo visa preservação do equilíbrio econômico e Financeiro cfme art 65, II, "d" aditando em R\$ 0,11 (onze centavos de real) o Valor unitário do litro de diesel comum, passa para 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) por litro de óleo diesel comum para a frota de veículos e Máquinas pertencentes ao patrimônio do Município.

Ludovino Labas

prefeito municipal

**Extrato Contratual Contrato Nº.: 39/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: 39/2014

Contratante...: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratada...: INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA

Valor ..... : 158.370,00 (cento e cinquenta e oito mil trezentos e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto ..... : Aquisição de mobiliário escolar constituído de conjunto de aluno, mesa acessível e conjunto professor em atendimento as entidades educacionais da rede municipal de ensino. Contratada....: INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA Vigência ..... : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Recursos ..... : Dotação:

Lebon Régis, 16 de Junho de 2014  
Setor de licitações

#### **Portaria Nº 410/2014**

PORTARIA Nº 410 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária GILCE MARTINS DIAS, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 412/2014**

PORTARIA Nº 412 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

##### **RESOLVE:**

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, LOURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de 01/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 413/2014**

PORTARIA Nº 413 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 414/2014**

PORTARIA Nº 414 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, ELIANA DE SOUZA PAHL, para exercer o cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças



**Portaria Nº 415/2014**

PORTARIA Nº 415 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR REGISLAINE VIEIRA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 411/2014**

PORTARIA Nº 411 DE 02 DE JUNHO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JOSIANE FERREIRA, Agente de Saúde, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 18/02/2013 à 17/02/2014, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Portaria Nº 063/2014**

Portaria n.º 063, de 02 de maio de 2014.  
"Nomear Servidora Municipal e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a partir de 02 de maio de 2014, a senhorita BRUNA PRIM, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 077.185.129-40, RG nº 5.071.130, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretora Executiva, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Ribeirão dos Ovos, Beira Rio, Rio do Tigre, Vinte Saltos, Ribeirão Grande Rio Jansen, Perau e Oito Casa.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Decreto N.º 055/2014**

DECRETO Nº 055, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso III da Lei nº 1005 de 03 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.500,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.500,00
Função	10	Saúde	7.500,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	7.500,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	7.500,00

Projeto/Atividade	2.016	Atenção Básica - Comp. Piso de Atenção Básica Variável - PAB	7.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.500,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.500,00
Fonte de Recurso	0.3.0064.16	Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde	7.500,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			7.500,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde	0.1.0064.16	7.500,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO		7.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Junho de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Contrato Nº 011/2014-FMS

CONTRATO Nº 011/2014 - FMS

Contratação de empresa para prestação de serviços com aquisição de peças para o conserto emergencial do motor e da suspensão do veículo ambulância UTI, marca/modelo Iveco/Dailygf Rontan, ano/modelo 2009, placa: MNH - 1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2014.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 08.651.832/0001-80, cujo paço municipal localiza-se à rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal, SC, doravante denominado MUNICÍPIO neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde senhor VITOR NORBERTO ALVES, a seguir denominado CONTRATANTE e a Empresa RETÍFICA DE MOTORES CONTINENTE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Bom Jesus de Nazaré, nº 266, Bairro Aririú, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.679.491/0001-88, neste ato representado pelo Senhor CLAUDEMIR JOÃO DE QUADROS doravante denominado CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666/2011 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação de empresa para prestação de serviços com aquisição de peças para o conserto emergencial do motor e da suspensão do veículo ambulância UTI, marca/modelo Iveco/Dailygf Rontan, ano/modelo 2009, placa: MNH - 1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa de

Licitação nº 001/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais ou serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/08/2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 12.023,00 (doze mil e vinte e três reais).  
Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do material/execução dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Fornecer garantia dos produtos/serviços de no mínimo 06 (seis) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara



estar devidamente autorizado a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 09 de junho de 2014.

VITOR NORBERTO ALVES Secretário Municipal da Saúde Contratante	CLAUDEMIR JOÃO DE QUADROS RETÍFICA DE MOTORES CONTINENTE LTDA EPP Contratada
--	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Extrato de Homologação - PL 061/2014 - PP 033/2014- Limpeza Pública - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0061/2014 - PML  
Pregão nº 0033/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0061/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação, de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos para a execução de serviços de limpeza pública, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos.
- Proponente(s) Vencedora(s):  
\* TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA
- Valor total: R\$ 119.900,00

Luzerna (SC), 16 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Contrato PML Nº 088.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 088/14  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 061/2014  
PREGÃO PML Nº 033/2014  
VALIDADE: 08 (oito) MESES

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 061/2014, Pregão Presencial PML nº 033/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.730.156/0001-70, com endereço na Rua Avelino Volpato, nº 365, Bairro Jardim Cidade Alta, em Joaçaba(SC), representada por seu sócio-proprietário, PAULO JAIR CAVALHEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3.343.464-6 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 018.582.889-24, residente e domiciliado à Linha Ferreirinha, Interior, em Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, equipamentos e

insumos para a execução de serviços de limpeza pública, conforme normas e especificações contidas no Edital e em seus anexos, conforme tabela discriminativa abaixo:

**LOTE 1: LIMPEZA PÚBLICA**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$.
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9188	19.983,35
2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9167	19.983,33

3	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9167	19.983,33
4	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9167	19.983,33
5	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9167	19.983,33

6	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de árvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	8	2.497,9167	19.983,33
---	---	-------	---	------------	-----------

O FORNECEDOR 1 TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 119.900,00 (cento e dezenove mil e novecentos reais);

1.2. O FORNECEDOR executará, sob a coordenação do Chefe do Setor de Obras, os serviços definidos pela contratante, tais como:

1.2.1. Varrição manual: consiste na junção, acondicionamento e colocação de resíduos sólidos nos locais indicados para coleta, dispersos nas guias de vias e logradouros públicos, praças, canteiros centrais, passeios públicos e demais locais onde os serviços se fizerem necessários;

1.2.2. Capina Manual: consiste na manutenção da completa limpeza das vias públicas relativo a presença de vegetais que prejudiquem o aspecto urbanístico das mesmas. (pode ser feita manualmente e com a aplicação de herbicidas controladores das gramíneas);

1.2.3. Podas de árvores: consiste no corte e recolhimento dos galhos das árvores, plantadas em passeio público, que estão em contato eminente com a rede de energia elétrica apresentando perigo a população. (manter a copada das árvores a distância mínima de 1m (um metro) da rede de energia);

1.2.4. Pintura de meio-fio: consistem na aplicação de uma demão mensal contínua de tinta a base de cal (caiação), nos meios fios dos passeios e canteiros centrais e logradouros públicos, nas ruas demarcadas.

1.2.5. Limpeza de boca de lobo e poços de visita: consiste na limpeza periódica destes elementos de drenagem pluvial referente aos detritos e entulhos que acumulam ao longo do tempo;

1.2.6. Serviços de ajardinamento: consiste na recuperação, plantio, corte regular e manutenção das gramíneas de canteiros e logradouros públicos, plantio, adubação e irrigação de flores;

1.2.7. Mutirões de limpeza em bairros do Município;

1.2.8. Outros serviços a serem definidos pela Prefeitura.

1.3. O FORNECEDOR deverá manter o funcionário, adequadamente capacitado e com equipamentos suficientes para manter o padrão de qualidade requerido pelos serviços.

1.4. O cronograma e as atividades a serem realizadas pelo funcionário será de inteira e exclusiva responsabilidade do Chefe do Setor de Obras, que comunicará a programação com 12h de antecedência.

1.5. O FORNECEDOR de acordo com programação prévia a ser fornecida pela Contratante, deverá estar apta a atender situações eventuais de trabalho, quando deverá proceder aos serviços dentro do padrão de qualidade, quantidade e agilidade.

1.5.1. De acordo com o calendário de eventos municipal, a limpeza das vias e logradouros públicos nos locais da realização de

eventos esportivos, culturais e artísticos, deverá ser realizada o mais rápido possível após o término dos mesmos de forma a restaurar suas condições de limpeza.

1.6. Os serviços serão executados de segunda-feira a sexta com carga horária de 08 (oito) horas diárias com descanso de 02 (duas) horas para o almoço. Nos sábados os serviços serão executados com carga horária de 04 (quatro) horas corridas.

1.6.1. Aos domingos e feriados de forma previamente planejada (sem alteração no valor a ser pago pela diária, com posterior compensação de carga horária) e quando solicitada pelo Chefe de Obras, deverão ser prestados os serviços nos eventos e festividades no período integral, ou posterior aos mesmos.

1.6.2. Os resíduos coletados deverão ser destinados em local previamente definido pelo Chefe do Setor de Obras para posterior remoção mecanizada, esta de responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços que os coletará com veículo ou máquina própria.

1.7. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo dos funcionários, sendo que todos os funcionários da contratada deverão usar uniforme apropriado e diferenciados na cor para fácil visualização (calça, camisa, bota e boné) fornecidos pela contratada, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.8. Os serviços deverão ser prestados pelo FORNECEDOR em todo perímetro urbano do município de Luzerna/SC, sem custos.

1.9. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, a proponente vencedora terá o prazo de até 10 (dez) dias para iniciar os serviços.

1.10. Dentro do prazo, o funcionário deverá se apresentar no Parque de Obras de Luzerna/SC, devidamente uniformizado e asseado, munido de todo ferramental necessário, como vestimenta e calçados adequados, bonés, capa protetoras e demais equipamento de proteção individual e coletiva, quando a situação exigir.

1.11. Cada membro da equipe deverá portar um carrinho de varrição do tipo pontal, lutocar ou similar, vassourão apropriados do tipo "Prefeitura", pá com cabo alongado, pás, enxadas, sacos plásticos, e quando for o caso, moto-serra, roçadeiras, enxada, rastelo, nebulizador costas para herbicida, dentre outros.

1.12. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade do FORNECEDOR.

1.13. As marcas, os modelos, e outras características dos equipamentos, ficam a critério do FORNECEDOR.

1.14. O FORNECEDOR deverá manter os veículos, maquinários e implementos em perfeitas condições de funcionamento e de visual.

1.15. O FORNECEDOR deverá fornecer todo e qualquer equipamento e/ou ferramental necessário para o bom desempenho de serviço, atendendo aos melhores padrões de limpeza.

1.16. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, exigir a troca de maquinário, equipamento ou ferramental que não atenda às exigências dos serviços.

1.17. Todos os equipamentos, ferramentas e materiais utilizados para a execução dos serviços de limpeza e manutenção serão fornecidos pela contratada, assim como, a manutenção, transporte e o armazenamento dos mesmos, serão de responsabilidade da empresa contratada, em caso de desaparecimento de algum item fica a contratada responsável pela imediata reposição do bem sem ônus adicional para a contratante. Ao término do contrato as ferramentas e utensílios, mesmo que sem condições de uso deverão ficar de posse da contratada.

1.18. Os materiais e insumos tais como, mudas de árvores, flores, tinta, cal, e demais como energia elétrica e água, caso for necessário para o desenvolvimento dos serviços, bem como receiptuário e orientação técnica necessária, serão fornecidos pela Prefeitura.

1.19. Para o pagamento será obrigatória a apresentação de relatório de ponto diário devidamente preenchido, para a comprovação da presença do trabalhador no período em que se pretende receber os honorários.

1.20. Fica a cargo do Chefe do Setor de Obras a fiscalização dos

serviços executados e não estando estes a contento deverão ser refeitos sem qualquer ônus para a contratante.

1.21. O Chefe do Setor de Obras também pode solicitar o desligamento de qualquer funcionário do FORNECEDOR se este não estiver executando os serviços de forma satisfatória ou estiver atrapalhando o desempenho dos demais, neste caso, o FORNECEDOR deverá atender a solicitação de forma imediata e sem questionamentos.

1.22. O FORNECEDOR será responsabilizado por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem à Fundação ou a terceiros na execução dos serviços contratados.

1.23. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho. Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.

1.24. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

1.25. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.26. Fica estabelecido neste instrumento que a prestação dos serviços somente poderá ser efetuada pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação dos mesmos.

1.27. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.28. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.29. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.30. Caso o serviço seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.31. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.31.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor

- INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;



4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, da data da Autorização do Fornecimento, sob pena de pagamento de multa;

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral

da avença.

5.7 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3. A Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 3.3.90.37.02 - Limpeza e conservação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 115

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das

Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 115

Fonte 00: Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 08 (oito) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os

fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PAULO JAIR CAVALHEIRO  
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**Extrato de Homologação - PL 066/2014 - PP 036/2014 - Material de Enfermagem - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0066/2014 - PML  
Pregão nº 0036/2014 - PML

O Gestor do FMS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0066/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por a aquisição de materiais de enfermagem destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

\* ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

\* METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

\* FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

\* PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

\* DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

- Valor total: R\$ 112.579,05

Luzerna (SC), 16 de junho de 2014.  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
Gestor do FMS

**Receitas Federais do Dia 13/06/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/06/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		68.117,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	11.210,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	56.907,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	56.907,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	34.144,26
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.762,84

Luzerna, 16/06/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

# Macieira

## PREFEITURA

### Portaria 3174

PORTARIA N.º 3174/2014

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 36, de 18/06/2009 (Estrutura Administrativa),

#### RESOLVE:

NOMEAR o Senhor, Cezar Augusto Pedroso, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Cultura, esporte e lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 22 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Portaria 3173

PORTARIA N.º 3173/2014

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos) e suas alterações;

#### RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Cezar Augusto Pedroso, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado na Secretaria de Saúde, Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a contar de 01/05/2014 até que estiver ocupando cargo em Comissão de Diretor de Esportes.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 22 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Portaria 3177

PORTARIA N.º 3177/2014

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

O Poder Executivo, no uso das suas atribuições legais, publica para efeitos legais, a regulamentação para o recebimento e conferência, além da custódia dos materiais e equipamentos destinados a cada uma das Secretarias do Município, nos moldes que seguem:

#### RESOLVE:

Art. 1º. - Ficam designados para o recebimento dos materiais, equipamentos e congêneres, nas Secretarias, as pessoas abaixo identificadas:

- Secretaria de Obras e Agricultura: Sr. Ailson Gomes;

- Secretaria de Saúde: Sra. Lucila Serighelli;

- Secretaria Educação e CRAS: Sra. Geovana Betinelli;

- Secretaria Administração: Sra. Iana Spanholo Abraão;

Art. 2º. - As pessoas investidas nessa prerrogativa responderão pela conferência, recebimento, guarda e destinação dos materiais, equipamentos e congêneres, sob pena de responsabilidade, nos moldes do Estatuto do Servidor Público.

Art. 3º. - A medida ora adotada visa descentralizar, agilizar e desburocratizar o serviço público.

Publique-se esta Portaria para todos os fins legais.

Macieira, 09 de Junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Portarias 3175

PORTARIA N.º 3175/2014

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor para exercer as funções de chefe responsável dos serviços executado nas estradas municipais;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

#### RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor DONATO BONASSA, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria de Infraestrutura, e desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de chefe de equipe e responsável pelas máquinas e serviços executados pela sua equipe nas estradas municipais.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos do parágrafo único do art. 33, da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de maio de 2009, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 22 de maio 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA – CONTRATOS Nº 0022/2014, 0023/2014 E 0024/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA  
Processo Licitatório nº 0024/2014.  
Pregão Presencial nº 0019/2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator de esteiras D-50, escavadeira hidráulica PC 160 e motoniveladora potência mínima de 140HP, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infra-estrutura, destinados à recuperação da estrada MAC 498 e MAC 499, através de recursos do convênio nº 000535/2014, firmado entre o Município de Macieira e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme especificações do Plano de Trabalho do Convênio e Anexo I do Edital.

Entrega: De acordo com o Plano de trabalho do Convênio e cronograma da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Pagamento: Em até 10 dias após a execução dos serviços, medição do engenheiro responsável e emissão da Nota Fiscal.  
Vigência do Contrato: O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, de acordo com o Plano de Trabalho.  
Reajuste: Sem reajuste.

Contrato Administrativo nº 0022/2014.

Contratada: R.N. LOGISTICA E SOLUÇÕES EM TRANSPORTE RODoviÁRIO DE CARGAS LTDA - EPP.

Valor Total do Contrato: R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais), sendo R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) o valor da hora trabalhada.

Contrato Administrativo nº 0023/2014.

Contratada: PITT LOCAÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA ME.

Valor Total do Contrato: R\$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais), sendo R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) o valor da hora trabalhada.

Contrato Administrativo nº 0024/2014.

Contratada: JANDIR ELIZEU PIRAN ME.

Valor Total do Contrato: R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais), sendo R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais) o valor da hora trabalhada.

Macieira - SC, 12 de junho de 2014.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**Publicação Resumida – Contrato Administrativo Nº 0025/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA  
Processo Licitatório nº 0025/2014.  
Pregão Presencial nº 0020/2014.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto, pedra brita tipo 01 e pedra brita mista, para recuperação das estradas MAC 498 e MAC 499, através de recursos do Convênio nº 000535/2014, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Macieira, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme especificações e quantidades do anexo I do edital.  
Contrato Administrativo nº 0025/2014.

Contratada: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA - EPP.

Valor Total do Contrato: R\$ 80.662,00 (oitenta mil seiscentos e sessenta e dois reais), para os itens descritos na Ata de Julgamento nº 25/2014.

Entrega: De acordo com o Plano de trabalho do Convênio e cronograma da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Pagamento: Em até 10 dias após a entrega, medição do engenheiro responsável e emissão da Nota Fiscal.  
Vigência do Contrato: O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, de acordo com o Plano de Trabalho.

Macieira - SC, 12 de junho de 2014.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**Mafra****PREFEITURA****Decreto Nº 3756**

DECRETO Nº 3756

DATA: 16.06.2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º - Ponto Facultativo no dia 20 de Junho de 2014 (Sexta-feira).

Art. 2º - O expediente citado no art. 1º, não se aplica aos serviços essenciais do município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 16 de Junho de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração

**Decreto Nº 3757**

DECRETO Nº 3757

DATA: 16.06.2014.

ESTABELECE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA, NOS DIAS DOS JOGOS DO BRASIL DURANTE A 1ª FASE NA COPA DO MUNDO DE 2014.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município:

**DECRETA**

Art. 1º - O expediente das repartições públicas do Município de Mafra, nos dias 17 e 23 de Junho corrente será das 8:00 horas às 14:00 horas sem intervalo para o almoço.

Art. 2º - O expediente citado no art. 1º, não se aplica aos serviços essenciais do município.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 16 de Junho de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 24/2014**

PORTARIA Nº 24/2014

16 de Junho de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, VER. HEBERT GILSO WERKA, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no art. 104 da Lei Complementar nº 16 de 28.12.2005, resolve:

AUTORIZAR a funcionária Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade do Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Municipal, o direito de receber a mais, o equivalente a 100% (cem por cento) do vencimento do cargo pela licença-prêmio não gozada e trabalhada relativa ao período de 08 de Junho de 2009 à 08 de Junho de 2014.

Mafra, 16 de Junho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

# Maracajá

## PREFEITURA

### Aviso da Licitação 38/2014 CC

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 38/2014 - Concorrência Pública

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua José Elisandro dos Santos e na Rodovia Municipal MAR 253, no município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 17 de Julho de 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 09:15 horas do dia 17 de Julho de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3523-1111.

### Aviso da Licitação 39/2014 - TP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 39/2014 - Tomada de Preços

Objeto: Execução das obras de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial e sinalização das Ruas: nº 224, Virigílio João Camargo, Antonio da Rocha e Ângelo Daros, no município de Maracajá/SC.  
Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 02 de Julho de 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 09:15 horas do dia 02 de Julho de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

### Aviso da Licitação 40/2014 TP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 40/2014 - Tomada de Preços

Objeto: Execução das obras de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial e sinalização nas Ruas: Antonio Manoel Farias e Manoel José Vicente, no município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 02 de Julho de 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 14:15 horas do dia 02 de Julho de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).



**Massaranduba****PREFEITURA****FMS Co 38.2014 Dr. Jose Plutarco G. Yanez**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 38 / 2014  
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: Dr. JOSE PLUTARCO GUTIERREZ YANEZ  
OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência  
VALOR: R\$ 85,36 (oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) hora plantão  
VIGENCIA: 02.06.2014 a 31.12.2014.

Massaranduba, 02 de Junho de 2014.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

SUZANE E. F. REINKE  
GESTORA

**Meleiro****PREFEITURA****Extrato Convenio Estagio**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONVÊNIO  
Convênio de Estágio

Unidade Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Instituição de Ensino: ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA LTDA - FACULDADES ESUCRI.

Objeto: O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IES, nas dependências da entidade concedente.

Data da assinatura: 14 de maio de 2014.

**Termo de Homologação TP Nº 049/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 049/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 049/2014  
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.  
Data da homologação: 11/06/2014  
Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA MADRE BERTILA MORO - BAIRRO JARDIM ITÁLIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO.  
Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 278.843,23

Meleiro/SC, 12 de junho de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Termo de Homologação TP Nº 055/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 055/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 055/2014  
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.  
Data da homologação: 16/06/2014  
Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA SILVINO ROCHA E RUA ANGELO DAL PONT - BAIRRO ESTREITO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO.  
Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 247.368,41

Meleiro/SC, 16 de junho de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Modelo

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 064/2014

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório :n. 645/2014  
Contrato Administrativo n. 064/2014  
Contratada: Artefatos e Cimentos Cesco LTDA ME  
Valor: R\$ 53.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade tomada de preços nº 005/2014, visando a execução de projetos de melhorias do pátio - anexo Prefeitura Muro/Cercamento e demais melhorias, localizado no perímetro Urbano do Município de Modelo - SC, com área total de 223,00 m², conforme RRT nº 2284814.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 065/2014

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório :n. 684/2014  
Contrato Administrativo n. 065/2014  
Contratada: Construtora Faiber Ltda Me  
Valor: R\$ 405.014,71

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade tomada de preços nº 006/2014, visando a execução do projeto da praça municipal, localizada entre a Avenida do Comércio, Rua Duque de Caxias no município de Modelo - SC, com área total de 1.623,13m², de conformidade com projeto, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico financeiro e demais anexos, com recursos do convenio entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 193/2014

DECRETO Nº 0193/2014 DE 13.06.2014.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, art. 5º, e demais normas legais:

CONSIDERANDO que o princípio da autoridade impõe o dever de

controlar e corrigir;  
CONSIDERANDO que a atividade de apuração exige técnica, conhecimento específico, dedicação ao ofício e legalidade nos procedimentos;  
CONSIDERANDO a relevância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa e da qualidade dos serviços;  
CONSIDERANDO que é dever da autoridade a instauração de processo disciplinar, diante da ocorrência funcional cometida por servidor, conforme o disposto nos artigos 157 da Lei Municipal 1.513/2002;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito do Poder Executivo do Município de Modelo, que se regerá pelas normas previstas na Lei Municipal nº 1.513/2002, cabendo-lhe a movimentação e a instrução dos feitos administrativos de índole disciplinar, que visa a apuração da responsabilidade funcional dos servidores públicos municipais. Parágrafo único. Dentre os feitos de competência da Comissão, inclui-se:

I - A sindicância ou inquérito administrativo;

II - O processo Administrativo;

III - A elaboração da portaria de instauração do processo administrativo disciplinar e sua respectiva prorrogação, caso necessário.

Art. 2º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar será composta por 03 (três) servidores efetivos, abaixo indicados:

- LOVANI TERESINHA BARON, matrículas nº 41-8 e 1333-1, ocupante do cargo efetivo de Professora, em exercício de cargo comissionado de Chefe de Departamento, Presidente da Comissão;

- JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDALOSO, matrícula nº 1600-4, ocupante do cargo efetivo de Professora, em exercício do cargo comissionado de Diretora, Membro da Comissão;

- CLAUDETE DA SILVA, matrícula nº 1106-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo de Saúde, Membro da Comissão.

§ 1º Será de 05 (cinco) dias o prazo para o membro integrante da Comissão ou aquele que chamado em seu lugar, declarar-se impossibilitado, suspeito ou impedido, contado da ciência da notificação pessoal.

§ 2º Declarado impedido o membro integrante, será convocado o suplente na seguinte ordem:

- RUDINEI FERNANDO BACH, matrícula nº 1576-7, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, 1º Suplente da Comissão;

- LORACI MAURA DA SILVA BELLAVER, matrícula nº 714-5 ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, 2º Suplente da Comissão;

- SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT, matrícula nº 2052-4 ocupante do cargo efetivo de Auditora Fiscal, 3º Suplente da Comissão.

Art. 3º Quanto ao processo administrativo, aplicam-se as normas previstas na Lei Municipal nº 1.513/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Art. 4º Os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão são considerados de relevante interesse público, não sendo atribuída qualquer remuneração aos seus membros.

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar designará um dos membros para secretariar os trabalhos.

Art. 6º Os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar assegurarão o sigilo necessário à elucidação do fato investigado, e exercerão suas atribuições com imparcialidade e independência.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC,  
aos 13 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

**Extrato de Contrato Nº 01/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Chamada Publica n. 002/2014

Contrato n. 001/2014

Contratada: Hilário Hernesto Presser

Valor: R\$ 2.580,20

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 02/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Chamada Publica n. 002/2014

Contrato n. 002/2014

Contratada: Valdemiro E. Janich

Valor: R\$ 244,65

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 03/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Chamada Publica n. 002/2014  
Contrato n. 003/2014  
Contratada: Aldecir Bão  
Valor: R\$ 244,65

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 04/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Chamada Publica n. 002/2014  
Contrato n. 004/2014  
Contratada: Valmor Mundt  
Valor: R\$ 370,35

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 05/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Chamada Publica n. 002/2014  
Contrato n. 005/2014  
Contratada: Jucimar Albani  
Valor: R\$ 8.325,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de

acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 06/14 - Chamada Pública 02/14**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Chamada Publica n. 002/2014  
Contrato n. 006/2014  
Contratada: Genoino Spegiorin  
Valor: R\$ 4.900,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 002/14 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 002/2014 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 16 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Nº 781/2014**

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 781/2014 - Modalidade Pregão Registro de Preços n. 024/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 024/2014, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 30/06/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 16 de Junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Nº 191/2014 FMS**

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 191/2014 - Modalidade Pregão n. 06/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC,



MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 06/2014, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS DE FARMÁCIA BÁSICA, DISPENSAÇÃO CONTROLADA E HIPERTENSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2014. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:15 do dia 01/07/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 16 de Junho de 2014.  
MÁRCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora do FMS

### **Aviso de Licitação Nº 192/2014 FMS**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 192/2014 - Modalidade Pregão Registro de Preços n. 07/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 07/2014, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E OLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 10:00 do dia 30/06/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 16 de Junho de 2014.  
MÁRCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora do FMS

## **Monte Carlo**

### **PREFEITURA**

#### **Contrato 25/2014 Cimcatarina**

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO de RATEIO - Nº 25/2014

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.996.104/0001-04, com sede na Rodovia SC 456, Km15, esq. com Rua Vilma Gomes, na cidade de Monte Carlo - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Monte Carlo - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Lei nº 911/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014-167.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2014, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES**

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 8.433,00 (Oito mil quatrocentos e trinta e três reais), divididos em 6 parcelas mensais de R\$ R\$ 1.405,50 (um mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do PROLICITA.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do

mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 - Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor
03	Chefia do Executivo
2003	Secretaria de Administração
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público R\$ 6.165,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público R\$ 1.836,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público R\$ 432,00
TOTAL	R\$ 8.433,00

#### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Monte Carlo - SC, 16 de Junho de 2014

Município de Monte Carlo - SC Sr. MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ALCIR JOSÉ BODANESE Presidente do CIMCATARINA
---	--

Testemunhas:

1ª -
2ª -

Assessoria Jurídica:



# Navegantes

## PREFEITURA

### Aviso de Suspensão Licitação Concorrência Nº 25/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONCORRENCIA Nº 25/2014 FMS  
SUSPENSO

Comunica que se encontra suspenso o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Sera remarcada uma nova data para entrega e abertura dos envelopes.

Navegantes, 16 de junho de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### Ata Concorrência 121/2014 PMN

Ata Concorrência 121/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, CR ARTEFATOS, MARCO TUBOS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E EMPRESA NOSTRADAMUS SEM CREDENCIADO PRESENTE ÚNICA EMPRESA A SER EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS, CONSTATANDO QUE A ÚNICA INABILITADA FOI A EMPRESA MARCO TUBOS LTDA, POIS NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA E APRESENTOU CERTIDAO DE REGISTRO DE PESSOA JURIDICA VENCIDO EM 31/03/2014, NESTA FASE TODOS ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO.

SEGUINDO, JÁ NA ABERTURA DAS PROPOSTA FOI VERIFICADO QUE A primeira colocada foi a cr artefatos com o valor unitario R\$ 3097,00 e a segunda colocada foi a empresa Nostradamus com o valor R\$ 3.200,00 como a Nostradamus é EPP foi questionado se a mesma queria cobrir o valor da empresa classificada em primeiro pois conforme a lei 123/2006 este procedimento era possível, a Nostradamus usou esta alternativa e diminuiu seu valor inicial para R\$ 3.096,99 tornando-se vencedora da licitação

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Presidente Douglas Lemos  
e Comissão de licitação.

Navegantes 16 de junho de 2014.

### Ata Concorrência 120/2014 PMN

Ata Concorrência 120/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA, BALT DEVIDAMENTE CREDENCIADA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONSTATANDO A HABILITAÇÃO DA MESMA.

SEGUINDO, JÁ NA ABERTURA DAS PROPOSTA FOI VERIFICADO QUE A EMPRESA HABILITADA APRESENTOU A PROPOSTA DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, VALOR DA PROPOSTA R\$ 1.439.807,22.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Presidente Douglas Lemos  
e Comissão de licitação.

Navegantes 16 de junho de 2014.

### Aviso de Licitação Pregão Presencial 29/2014 FMS (Retificado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014 FMS

Retificado (Rel. itens (lote))

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da entrega dos envelopes: 30/06/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 30/06/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 16 de junho de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### Aviso de Licitação Pregão Presencial 139/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 PMN

Republicado

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO, DEVIDAMENTE INSTALADO PARA SER UTILIZADO DIARIAMENTE NOS REGISTROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/06/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 30 de junho de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### Ata Pregão 140/2014 PMN

Ata Pregão 140/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS NOVA ESPERANÇA, FAFES COMERC., MELLO & LAZAROTTO, SUPERLIGHT, COM. STORYNNI, JEAN CARLOS, BARKI, DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, E AS EMPRESAS ALESSANDRA HELKER E NEW WAY NÃO CREDENCIADAS POIS NÃO APRESENTARAM PROCURAÇÃO RECONHECIDA. APÓS O CREDENCIAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO AOS LICITANTES PARA ASSINAR FOI COMUNICADO QUE AS EMPRESAS ALESSANDRA HELKER, FAFES COM. SUPERLIGHT, MELLO LAZAROTTO NÃO SÃO ME NEM EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE

DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE AS EMPRESAS BARKI e ALESSANDRA HELKER NÃO APRESENTOU FICHA TÉCNICA DO CAFÉ ENTRETANTO APRESENTARAM LAUDOS DOS ITENS E CONFORME ACORDADO POR TODOS LICITANTES O MESMO SUPRIA A NECESSIDADE POIS A FICHA TECNICA ESTAVA NO LAUDO. AS EMPRESAS SUPERLIGHT E FAFES RETIRARAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO ABRINDO MÃO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, A EMPRESA MELLO LAZAROTTO FOI EMBORA ANTES DA ETAPA DE LANCES..

SEGUINDO PASSOU PARA ETAPA DE LANCE COM A MELHOR OFERTA DA EMPRESA NEW WAY.

APÓS FOI ABERTO A HABILITAÇÃO DA EMPRESA NEW WAY E CONSTATADO QUE A MESMA NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA E ALVARÁ SANITARIO, APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DA SEGUNDA COLOCADA -EMPRESA NOVA ESPERANÇA, ESTA POR SUA VEZ NÃO APRESENTOU DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DEVIDAMENTE ASSINADA, PASSOU PARA A TERCEIRA COLOCADA A EMPRESA BARKI ESTA POR SUA VEZ APRESENTOU OS DOCUMENTOS EM CONFORMIDADE SENDO DECLARADA VENCEDORA .

TODAS AS LICITANTES ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO, MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

OBS - TODOS OS LICITANTES E INTERESSADOS FICAM INTIMADOS DE QUE AS AMOSTRAS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA VERIFICAÇÃO DOS MESMOS CASO QUEIRAM NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS.

Pregoeiro Douglas Lemos  
e equipe de apoio.

Navegantes 13 de junho de 2014.

## NAVEGANTESPREV

### Retificação da Portaria N º 004 de 26 de Dezembro de 2012

PORTARIA N º 004 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
DETERMINA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º II da Constituição Federal (Redação da EC nº 20/1998), que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

#### RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício da aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e do art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, à servidora LUIZA DA CONCEIÇÃO PIERRE, detentora da matrícula funcional nº 243703, inscrita no CPF sob o nº 523.468.899-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutora de Corte de Cabelo do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Navegantes.

II Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/2004, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2012, data de alcance da idade limite no serviço público pela servidora.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 002/2014Navegantesprev

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório de OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: 02/07/2014 até às 09:00 hs. Abertura envelopes: 02/07/2014 às 09:10 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, nº 295, Centro em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantesprev.sc.gov.br](http://www.navegantesprev.sc.gov.br).

Navegantes, 16 de junho de 2014.

JAN ULLRICH  
DIRETOR PRESIDENTE

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Resultado Habilitação E Proposta - Concorrência Pública Nº 002/2014

Resultado do Julgamento fase de Habilitação e Proposta - Processo Licitatório nº 053/2014 - CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização da Rua de acesso ao Morro da Cruz, Rua Nicolau Bado e Rua Carlos Tridapalli, em Nova Trento-SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão de obra para execução dos serviços objeto desta, houve a participação da seguinte empresa: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME. Da análise da documentação constatou-se que a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME apresentou DOCUMENTAÇÃO conforme o solicitado no edital. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 14.7, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, passou-se a abertura da PROPOSTA, restando vencedora a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME. (CNPJ 10.788.391/0001-04), cujo valor Global para execução dos serviços foi de: LOTE 1: R\$ 1.074.850,02 (um milhão, setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais); e LOTE 2: R\$ 1.478.497,18 (um milhão, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezoito centavos). Os valores apresentados estão de acordo com orçamentos apresentados pela administração

Nova Trento (SC), 16 de junho de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### Portaria Nº 573/2014

PORTARIA Nº. 573 /2014

Inclui membro na Comissão Municipal para Estudo, Avaliação e Alteração do Trânsito nas principais vias públicas do Município.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Passa a ser membro da Comissão Municipal de Transito, o Sr. Cabo Marlon Carlos Remour, Comandante do 3º GPPM/Nova Trento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de junho de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios -DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças.

### Decreto Nº 107/2014

DECRETO nº 107/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 04/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE RECURSOS HUMANOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 16 de junho de 2014 munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 13 de junho de 2014.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal em exercício

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº107/2014)

#### CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
32	Neuza Aparecida Taurinho Marcolla
33	Marcela Wolf

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato de Edital de Tomada de Preços Nº 003/2014

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 044/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, PAVER E DRENAGEM PLUVIAL DE PARTE DA RUA EULIVIO PASTRE, NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, ÁREA 3.549,75 m², PAVIMENTAÇÃO COM PAVER, ÁREA DE 1.413,04M2, COM RECURSOS DO CONVÊNIO FUNDAM Nº 2014TR000158, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/07/2014

Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas através de cópia em cd ou pen-drive (Edital, Anexos e Projetos), no site [gpm.fecam.org.br/novohorizonte](http://gpm.fecam.org.br/novohorizonte), apenas o edital.

Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 17 de Junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

#### Extrato Edital de Pregão Presencial FMS Nº 008/2014

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 012/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/06/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [gpm.fecam.org.br/novohorizonte](http://gpm.fecam.org.br/novohorizonte).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 17 de Junho de 2014.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

## Orleans

### PREFEITURA

#### Edital de Multas de 1019-1034 - Of. 248/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1019/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CVL4161	55035749E	6599/2	28/04/2014	230*V
CVL4161	55035750E	5045/0	28/04/2014	162*V
HKL1234	55034207E	6700/0	24/04/2014	230*XVI
LXC9746	55035412E	6670/0	02/05/2014	230*XIII
LXS6366	55035630E	6599/2	10/04/2014	230*V
LYN0556	55034704E	6599/2	09/04/2014	230*V
MBD9517	55034211E	6700/0	24/04/2014	230*XVI
MCK8047	55034753E	6599/2	26/04/2014	230*V
MCK8047	55034736E	5010/0	26/04/2014	162*I
MCK8047	55034742E	6912/0	26/04/2014	232
MCT8368	55035601E	6599/2	04/04/2014	230*V
MCZ4604	55034737E	5010/0	26/04/2014	162*I
MCZ4604	55034738E	6599/2	26/04/2014	230*V
MCZ4604	55034743E	6912/0	26/04/2014	232
MDF3228	55033763E	6599/2	29/04/2014	230*V
MEC2440	55035719E	5169/1	11/04/2014	165
MEF7061	55035629E	6599/2	10/04/2014	230*V
MEX6210	55034739E	6599/2	26/04/2014	230*V
MEX6210	55034740E	5010/0	26/04/2014	162*I
MEX6210	55034741E	6912/0	26/04/2014	232
MFT3841	55033801E	6599/2	03/05/2014	230*V
MFT3841	55033802E	5010/0	03/05/2014	162*I

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MFT3841	55033803E	6610/2	03/05/2014	230*VII
MFT3841	55033804E	6637/1	03/05/2014	230*IX
MHE1285	55035903E	6599/2	04/05/2014	230*V
MHF3160	55035620E	6599/2	07/04/2014	230*V
MIN4943	55035312E	6599/2	06/04/2014	230*V
MKF6184	55034647E	6653/1	02/04/2014	230*XII
MKF6184	55035606E	6912/0	04/04/2014	232



MLD8820	55034227E	5010/0	01/05/2014	162*I
MLX2925	55033766E	6912/0	29/04/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1020/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ALY7319	55034749E	5185/1	30/04/2014	167
AOG2898	55035644E	5509/0	22/04/2014	181*XIII
CMP7171	54440928E	5738/0	17/03/2014	186*II
LYA7041	54440929E	5738/0	17/03/2014	186*II
MAX2155	55034209E	7366/2	24/04/2014	252*VI
MCO7619	55035604E	5452/2	04/04/2014	181*VIII
MDX8895	55034160E	5185/1	06/04/2014	167
MEF9883	55035622E	5452/1	07/04/2014	181*VIII
MFD0225	55034212E	5738/0	25/04/2014	186*II
MGF4192	55034218E	5509/0	25/04/2014	181*XIII
MHA7140	55035521E	5207/0	18/03/2014	169
MHK4302	55035625E	5207/0	07/04/2014	169
MHQ4313	55035543E	5185/1	06/04/2014	167
MIB3569	55033760E	5541/1	29/04/2014	181*XVII
MIM7615	55035623E	5380/0	07/04/2014	181*I
MIW3578	55035728E	5509/0	22/04/2014	181*XIII
MJI2445	55035539E	5410/0	03/04/2014	181*IV
MKV5995	05533036E	5738/0	17/03/2014	186*II
MLM4043	55035747E	5550/0	28/04/2014	181*XVIII
MLV8911	55035700E	5614/4	04/04/2014	182*V
MMC6870	55035712E	7366/2	07/04/2014	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO

RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1021/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ9803	54441794E	6637/2	01/12/2013	R\$127,69	230*IX
AKU8977	54440443E	5045/0	14/11/2013	R\$191,53	162*V
ANZ0330	54441679E	6700/0	12/11/2013	R\$127,69	230*XVI
CRO9218	54442055E	6599/2	05/12/2013	R\$191,53	230*V
DCX6483	54441373E	5010/0	12/11/2013	R\$574,61	162*I
DJF1888	54442194E	5010/0	12/12/2013	R\$574,61	162*I
IJS9136	54440277E	6599/2	01/12/2013	R\$191,53	230*V
IJS9136	54440278E	5010/0	01/12/2013	R\$574,61	162*I
LWS1822	54441495E	6920/0	20/11/2013	R\$127,69	233
LWT4850	54440917E	6599/2	23/11/2013	R\$191,53	230*V
LWX3406	54442203E	5010/0	02/12/2013	R\$574,61	162*I
LXB2530	54441366E	6599/2	10/11/2013	R\$191,53	230*V
LXB2530	54441367E	5169/1	10/11/2013	R\$1.915,38	165
LXB2530	54441368E	5010/0	10/11/2013	R\$574,61	162*I
LXI6997	54441687E	5010/0	18/11/2013	R\$574,61	162*I
LXJ9879	54441717E	6599/2	12/12/2013	R\$191,53	230*V
LXP8405	54442198E	6599/2	16/12/2013	R\$191,53	230*V
LXP8405	54442199E	5010/0	16/12/2013	R\$574,61	162*I
LYL6084	54441704E	6670/0	30/11/2013	R\$127,69	230*XIII
LYS4384	54442175E	5045/0	06/12/2013	R\$191,53	162*V
LYS4384	54442176E	6912/0	06/12/2013	R\$53,20	232
LYT2646	54442054E	6700/0	02/12/2013	R\$127,69	230*XVI
LYV6965	54441369E	6599/2	11/11/2013	R\$191,53	230*V
LZF8222	54440260E	6599/2	24/11/2013	R\$191,53	230*V
LZF8222	54440261E	5010/0	24/11/2013	R\$574,61	162*I
LZJ6938	54440918E	6599/2	05/12/2013	R\$191,53	230*V
LZJ6938	54440919E	6556/1	05/12/2013	R\$191,53	230*I
LZK2572	54440452E	6700/0	16/11/2013	R\$127,69	230*XVI
LZK3398	54440288E	6599/2	11/12/2013	R\$191,53	230*V
LZK3398	54440289E	5010/0	11/12/2013	R\$574,61	162*I
LZR1466	54442430E	6599/2	12/11/2013	R\$191,53	230*V
MAN2317	54442168E	6599/2	06/12/2013	R\$191,53	230*V

MAN2317	54442174E	5010/0	06/12/2013	R\$574,61	162*I
---------	-----------	--------	------------	-----------	-------

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN9164	54441879E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MAO1971	54442197E	5010/0	15/12/2013	R\$574,61	162*I
MAO1971	54442200E	5118/0	15/12/2013	R\$574,61	164c/ c162*I
MAS3528	54440910E	6920/0	20/11/2013	R\$127,69	233
MAV7590	54441710E	5010/0	06/12/2013	R\$574,61	162*I
MBD9649	54440284E	6599/2	07/12/2013	R\$191,53	230*V
MBK6157	54441075E	6912/0	16/11/2013	R\$53,20	232
MBO3752	54441082E	6599/2	16/11/2013	R\$191,53	230*V
MBU6703	54441777E	5010/0	13/11/2013	R\$574,61	162*I
MBY2754	54441370E	6556/1	12/11/2013	R\$191,53	230*I
MCD9507	54441872E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MCH2388	54441700E	6599/2	24/11/2013	R\$191,53	230*V
MCH2388	54442299E	5118/0	24/11/2013	R\$574,61	164c/ c162*I
MCH2388	54442300E	5010/0	24/11/2013	R\$574,61	162*I
MCH3391	05532891E	6912/0	26/01/2014	R\$53,20	232
MCH3391	05532893E	5010/0	26/01/2014	R\$574,61	162*I
MCI2052	54440453E	6556/5	16/11/2013	R\$191,53	230*I
MCI2052	54441077E	6912/0	16/11/2013	R\$53,20	232
MCI2052	54441078E	5010/0	16/11/2013	R\$574,61	162*I
MCL5259	54441884E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MCM4807	05532839E	6599/2	18/01/2014	R\$191,53	230*V
MDJ7797	54442432E	5045/0	12/11/2013	R\$191,53	162*V
MDL2715	54441866E	5010/0	18/11/2013	R\$574,61	162*I
MDL2715	54441867E	6556/1	18/11/2013	R\$191,53	230*I
MDL2715	54441868E	6602/0	18/11/2013	R\$191,53	230*VI
MDL2715	54441870E	6637/2	18/11/2013	R\$127,69	230*IX
MDX0483	54441386E	6556/1	15/11/2013	R\$191,53	230*I
MED1119	54441875E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MEG2969	54442159E	6599/2	03/12/2013	R\$191,53	230*V
MEQ8173	54442177E	5010/0	07/12/2013	R\$574,61	162*I
MEQ8173	54442178E	6556/1	07/12/2013	R\$191,53	230*I
MEQ8173	54442179E	6408/0	07/12/2013	R\$85,12	221
MEQ8173	54442180E	5118/0	07/12/2013	R\$574,61	164c/ c162*I
MEV4840	54442204E	5010/0	02/12/2013	R\$574,61	162*I
MFI3160	54440291E	5045/0	13/12/2013	R\$191,53	162*V
MFI3160	54440292E	6599/2	13/12/2013	R\$191,53	230*V
MFR7252	54441880E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MFV2696	54441792E	6599/2	01/12/2013	R\$191,53	230*V
MFV2696	54441793E	5010/0	01/12/2013	R\$574,61	162*I
MFW9909	54441497E	6920/0	20/11/2013	R\$127,69	233
MGE6027	54441876E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MGN0587	54441383E	6599/2	15/11/2013	R\$191,53	230*V
MGN0587	54441384E	5010/0	15/11/2013	R\$574,61	162*I
MGO0578	54442295E	6599/2	13/11/2013	R\$191,53	230*V
MHH0528	54441498E	6920/0	20/11/2013	R\$127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE3795	54441883E	6920/0	13/12/2013	R\$127,69	233
MIZ8887	54440283E	6599/2	07/12/2013	R\$191,53	230*V
MJN2699	54441791E	5010/0	01/12/2013	R\$574,61	162*I
MJS9923	54441081E	6599/2	16/11/2013	R\$191,53	230*V
MJY6108	54441499E	6920/0	20/11/2013	R\$127,69	233
MKF3039	54442431E	5010/0	12/11/2013	R\$574,61	162*I
NFH0981	54442297E	5045/0	18/11/2013	R\$191,53	162*V
NFH0981	54442298E	6912/0	18/11/2013	R\$53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1022/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKF2458	54441132E	5380/0	28/11/2013	R\$85,12	181*I
APN1282	54440431E	5185/1	08/11/2013	R\$127,69	167
CJA9463	54441102E	5185/1	16/11/2013	R\$127,69	167
CLR7617	54441108E	5541/1	19/11/2013	R\$53,20	181*XVII
IIL8689	54441708E	5185/1	06/12/2013	R\$127,69	167
LXB0045	54440464E	5207/0	07/12/2013	R\$53,20	169
LXI6997	54441688E	5738/0	18/11/2013	R\$191,53	186*II
MBT5150	54440465E	5380/0	11/12/2013	R\$85,12	181*I
MBU6703	54440798E	7030/1	13/11/2013	R\$191,53	244*I
MCH2388	54440258E	5835/0	24/11/2013	R\$127,69	195
MCH2388	54440259E	5720/0	24/11/2013	R\$127,69	186*I
MCO1554	54441375E	7366/2	12/11/2013	R\$85,12	252*VI
MCQ1173	54442053E	5509/0	02/12/2013	R\$85,12	181*XIII
MCQ4128	54442162E	5380/0	03/12/2013	R\$85,12	181*I
MCY3034	54441111E	5380/0	21/11/2013	R\$85,12	181*I
MDL2715	54441865E	5819/7	18/11/2013	R\$574,61	193
MDL2715	54441869E	5835/0	18/11/2013	R\$127,69	195
MEC2958	54441376E	5207/0	12/11/2013	R\$53,20	169
MEL9523	54442226E	5487/0	24/01/2014	R\$127,69	181*XI



MFA0477	54440799E	5509/0	13/11/2013	R\$85,12	181*XIII
MFB0791	54441143E	5207/0	04/12/2013	R\$53,20	169
MFC2335	54441378E	7366/2	12/11/2013	R\$85,12	252*VI
MFF5705	54440444E	6122/0	14/11/2013	R\$191,53	214*I
MFI3127	54442163E	5550/0	03/12/2013	R\$85,12	181*XVIII
MGB8674	54441789E	5509/0	22/11/2013	R\$85,12	181*XIII
MGF1850	54441778E	7030/1	13/11/2013	R\$191,53	244*I
MHA4384	54441699E	7030/1	24/11/2013	R\$191,53	244*I
MHA4477	54441471E	5452/2	05/11/2013	R\$127,69	181*VIII
MHL7230	54440441E	5550/0	14/11/2013	R\$85,12	181*XVIII
MIE9313	54441785E	5509/0	19/11/2013	R\$85,12	181*XIII
MKD2616	54441109E	6017/5	19/11/2013	R\$191,53	206*III
MKQ6911	54442065E	5380/0	11/12/2013	R\$85,12	181*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1023/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
LXW6237	55033494E	6610/2	08/04/2014	230*VII
LZQ2752	55033498E	6912/0	11/04/2014	232
MAW2835	55035351E	6599/2	08/04/2014	230*V
MDN2949	54441087E	6653/1	10/04/2014	230*XI
MHK4302	55035352E	5010/0	08/04/2014	162*I
MLJ7932	55035402E	5045/0	02/05/2014	162*V
MLJ7932	55035403E	6670/0	02/05/2014	230*XIII
MLJ7932	55035404E	6653/1	02/05/2014	230*XI
MML3682	54441091E	6599/1	10/04/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS

ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1024/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AQR8515	55033493E	5185/1	08/04/2014	167
CHY9998	55034171E	5509/0	11/04/2014	181*XIII
DKO5917	55035716E	5509/0	10/04/2014	181*XIII
ICX1119	55035631E	5509/0	10/04/2014	181*XIII
KXZ5110	55035626E	5452/2	10/04/2014	181*VIII
MBN5225	55034702E	5185/1	09/04/2014	167
MHE7473	55034705E	5738/0	09/04/2014	186*II
MHQ9173	55035729E	5509/0	22/04/2014	181*XIII
MIS3575	55034746E	5185/1	30/04/2014	167
MML3682	54441092E	7048/1	10/04/2014	244*II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1025/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CFA0953	54440299E	6610/2	19/02/2014	R\$127,69	230*VII

DJJ9475	55033455E	6920/0	04/02/2014	R\$127,69	233
IJK6504	55034270E	5010/0	23/02/2014	R\$574,61	162*I
LXG7019	05532768E	5169/1	10/01/2014	R\$1.915,38	165
LYJ9903	55036154E	7340/0	26/02/2014	R\$85,12	252*IV
LYP1725	54440843E	6599/2	02/11/2013	R\$191,53	230*V
MBC5756	05533002E	6920/0	10/01/2014	R\$127,69	233
MBC8046	54441359E	6599/2	09/11/2013	R\$191,53	230*V
MBC8046	54441360E	6610/2	09/11/2013	R\$127,69	230*VII
MCR9299	05532786E	6920/0	03/02/2014	R\$127,69	233
MCV6919	55034262E	6599/2	21/02/2014	R\$191,53	230*V
MDR0941	54441855E	6599/2	07/11/2013	R\$191,53	230*V
MDR0941	54441856E	6556/1	07/11/2013	R\$191,53	230*I
MDX4464	54441076E	6645/0	16/11/2013	R\$127,69	230*X
MFR4768	05533133E	5010/0	01/02/2014	R\$574,61	162*I
MHM6893	54440498E	5010/0	19/02/2014	R\$574,61	162*I
MKF6184	54440285E	6610/2	07/12/2013	R\$127,69	230*VII
MKF6184	54440286E	5010/0	07/12/2013	R\$574,61	162*I
MKR1215	05533182E	5010/0	19/02/2014	R\$574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1026/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AXD3088	05532996E	5541/1	17/02/2014	R\$53,20	181*XVII
CVE4004	54440491E	5568/0	19/02/2014	R\$127,69	181*XIX
DAK1191	05533149E	5185/1	07/02/2014	R\$127,69	167
DAZ5133	05533201E	5185/1	06/02/2014	R\$127,69	167
DFM0852	55035260E	5509/0	24/02/2014	R\$85,12	181*XIII
DOG5715	55033982E	7366/2	21/03/2014	R\$85,12	252*VI
GWR1934	05532998E	5541/5	05/02/2014	R\$53,20	181*XVII
IQT0567	55034258E	5185/1	20/02/2014	R\$127,69	167
KDM1859	55035679E	6122/0	26/03/2014	R\$191,53	214*I
LXN2109	54442051E	5509/0	02/12/2013	R\$85,12	181*XIII
LXS0166	05532898E	5185/1	01/02/2014	R\$127,69	167
LXT2319	54442095E	5525/0	28/01/2014	R\$85,12	181*XV

LXT2319	55034273E	5185/1	23/02/2014	R\$127,69	167
LYW9799	55034257E	5185/1	20/02/2014	R\$127,69	167
LZA3370	55034268E	5185/1	21/02/2014	R\$127,69	167
MAK6624	05533016E	5185/1	27/01/2014	R\$127,69	167
MBI6941	05533142E	7366/2	04/02/2014	R\$85,12	252*VI
MBJ2877	55034614E	5185/1	21/03/2014	R\$127,69	167
MBW6335	54442232E	5509/0	20/02/2014	R\$85,12	181*XIII
MCS5197	05533221E	5185/1	21/02/2014	R\$127,69	167
MCX8222	54440499E	7366/2	22/02/2014	R\$85,12	252*VI
MDS2012	05532783E	7366/2	28/01/2014	R\$85,12	252*VI
MDT2241	05533012E	5380/0	27/01/2014	R\$85,12	181*I
MDT5647	54440796E	5207/0	13/11/2013	R\$53,20	169
MEJ2579	54442229E	5185/1	27/01/2014	R\$127,69	167
MET1522	55034275E	5185/1	23/02/2014	R\$127,69	167
MEV1279	55035307E	5622/2	28/03/2014	R\$53,20	182*VI
MFH4335	05533118E	5185/1	26/02/2014	R\$127,69	167
MFK4002	05533017E	5185/1	27/01/2014	R\$127,69	167
MFV8927	54442059E	5380/0	05/12/2013	R\$85,12	181*I
MGD1496	55036152E	5452/5	21/02/2014	R\$127,69	181*VIII
MGH3730	54442169E	5460/0	06/12/2013	R\$85,12	181*IX
MGN6180	54441684E	5185/1	12/11/2013	R\$127,69	167
MHI5842	55034274E	5185/1	23/02/2014	R\$127,69	167
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHU3318	54440462E	5185/1	07/12/2013	R\$127,69	167
MHV9787	55034284E	518501	25/02/2014	R\$127,69	167
MIA1025	54441491E	5185/1	20/11/2013	R\$127,69	167
MIC6090	54441857E	5967/0	13/11/2013	R\$191,53	203*V
MIF7963	05532958E	5541/5	06/01/2014	R\$53,20	181*XVII
MIY6610	54442243E	5738/0	19/03/2014	R\$191,53	186*II
MIY6960	55033477E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167
MJK0716	54441669E	5380/0	09/11/2013	R\$85,12	181*I
MJM4505	55034561E	5185/1	28/02/2014	R\$127,69	167
MJW9511	05533035E	5738/0	17/03/2014	R\$191,53	186*II
MJX6868	54441355E	5487/0	09/11/2013	R\$127,69	181*XI
MKE7061	54440438E	5550/0	11/11/2013	R\$85,12	181*XVIII
MKT6577	54441713E	5460/0	09/12/2013	R\$85,12	181*IX
MLG9080	55034293E	5185/1	25/02/2014	R\$127,69	167
MLL5065	54441890E	5720/0	24/12/2013	R\$127,69	186*I
MMF1545	55036151E	5207/0	21/02/2014	R\$53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

## ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1027/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ABK3052	55033793E	6700/0	14/05/2014	230*XVI
CTZ7477	55035378E	6637/1	20/04/2014	230*IX
KPD2857	55033780E	6599/2	08/05/2014	230*V
LAO4040	05532949E	6920/0	09/05/2014	233
LAO4040	55035720E	6599/2	13/04/2014	230*V
LAO4040	55035721E	5010/0	13/04/2014	162*I
LXJ9928	55035635E	6599/2	17/04/2014	230*V
LXT1608	55034244E	6599/2	10/05/2014	230*V
LZP2443	05532924E	6912/0	17/04/2014	232
MAE1636	05532948E	6920/0	09/05/2014	233
MAL8798	55035393E	6599/2	24/04/2014	230*V
MAM4618	55035377E	5053/1	20/04/2014	162*VI
MAM5331	54441090E	6599/2	17/04/2014	230*V
MAM5331	54441093E	6637/1	17/04/2014	230*IX
MAS5493	55034176E	5045/0	16/05/2014	162*V
MAS5493	55034178E	6599/2	16/05/2014	230*V
MAV9787	55035915E	5010/0	10/05/2014	162*I
MBC5256	55035640E	6700/0	17/04/2014	230*XVI
MCM1472	55035398E	5010/0	27/04/2014	162*I
MCN3501	55034730E	5010/0	24/04/2014	162*I
MCN6569	55035201E	6599/2	11/05/2014	230*V
MCN6569	55035202E	5010/0	11/05/2014	162*I
MCY5932	55033786E	6920/0	08/05/2014	233
MDK9849	55033757E	5010/0	18/04/2014	162*I
MDO0212	05532936E	6920/0	09/05/2014	233
MDR6695	55034731E	5010/0	24/04/2014	162*I
MEA2962	55035924E	6599/2	13/05/2014	230*V
MFM5696	55034239E	5010/0	07/05/2014	162*I
MFM8286	05532944E	6920/0	09/05/2014	233
MGE0653	55035909E	6912/0	07/05/2014	232
MGG9030	55035641E	5169/1	18/04/2014	165
MGP7881	55033783E	6920/0	08/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MHP7510	54441095E	6599/2	17/04/2014	230*V
MHY5022	05532950E	6920/0	09/05/2014	233
MIF5158	55033835E	6912/0	16/05/2014	232

MWD0908	55035376E	6670/0	20/04/2014	230*XIII
---------	-----------	--------	------------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.  
BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLÍCIA

## ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1028/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AKM4702	55034759E	5738/0	15/05/2014	186*II
ATV6980	55035905E	5452/2	07/05/2014	181*VIII
BMV6168	05532933E	5738/0	24/04/2014	186*II
BPS2538	55035323E	5207/0	18/04/2014	169
DIA1070	55034720E	5185/1	13/04/2014	167
IJX0189	55035257E	7048/1	14/04/2014	244*II
KLI5454	55034237E	5452/2	07/05/2014	181*VIII
LWU9696	55035343E	5185/1	12/05/2014	167
LYK0242	55035913E	5541/3	10/05/2014	181*XVII
LZA2377	55035319E	5185/1	15/04/2014	167
MAD2770	05532929E	5835/0	20/04/2014	195
MAD2770	05532930E	5185/1	20/04/2014	167
MAL8798	55035394E	5835/0	24/04/2014	195
MBA0194	55035722E	5509/0	16/04/2014	181*XIII
MBA1963	55034233E	5525/0	07/05/2014	181*XV
MBL7952	55034201E	5428/4	22/04/2014	181*V
MBP4705	05532925E	5452/1	18/04/2014	181*VIII
MCC2295	55035737E	5509/0	22/04/2014	181*XIII
MCG4386	55033808E	5720/0	06/05/2014	186*I
MCS8066	55035366E	5207/0	14/04/2014	169
MDF0787	55035320E	5207/0	15/04/2014	169
MDJ6799	55034235E	5380/0	07/05/2014	181*I
MDX6879	55035927E	5541/1	16/05/2014	181*XVII
MEX3131	55035732E	7366/2	22/04/2014	252*VI
MFD8905	55034238E	5452/2	07/05/2014	181*VIII
MFH4715	55035916E	7366/2	13/05/2014	252*VI



MFK2678	55035730E	5509/0	22/04/2014	181*XIII
MFR2676	55035338E	5207/0	06/05/2014	169
MGS8518	55033778E	5185/1	08/05/2014	167
MHF1438	55035326E	5185/1	24/04/2014	167
MHM3066	55035317E	5207/0	15/04/2014	169
MHQ5295	55035727E	5509/0	22/04/2014	181*XIII

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MIH1338	55033816E	5185/1	12/05/2014	167
MIH3493	05532932E	7366/2	23/04/2014	252*VI
MJA3285	55034716E	5207/0	15/04/2014	169
MJV5307	55035327E	5207/0	24/04/2014	169
MKE7270	55035383E	5185/1	24/04/2014	167
MKL5625	55033756E	5541/5	17/04/2014	181*XVII
MLE5450	55035375E	7366/2	18/04/2014	252*VI
MLU3939	55035921E	5509/0	13/05/2014	181*XIII
MMC0602	55035347E	5207/0	15/05/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1029/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEC2711	55034576E	6670/0	03/03/2014	R\$127,69	230*XIII
LXP3060	55034575E	6700/0	03/03/2014	R\$127,69	230*XVI
MAU1679	55036012E	6599/2	06/03/2014	R\$191,53	230*V
MBI8341	54440300E	6912/0	22/02/2014	R\$53,20	232
MGB8439	55034269E	7340/0	23/02/2014	R\$85,12	252*IV
MJD0850	54440923E	6599/2	21/02/2014	R\$191,53	230*V
MJQ7170	55034573E	6700/0	03/03/2014	R\$127,69	230*XVI
MLK2441	55035683E	5010/0	29/03/2014	R\$574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS

4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

BRUNO SINIBALDI  
DELEGADO DE POLICIA

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1030/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMT3649	55034752E	5568/0	04/04/2014	R\$127,69	181*XIX
MEK6007	55035301E	5185/1	28/03/2014	R\$127,69	167
MF18096	55035531E	5185/1	31/03/2014	R\$127,69	167
MKZ8890	55034310E	5550/0	12/03/2014	R\$85,12	181*XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1031/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AIU0175	55035239E	5010/0	25/05/2014	162*I
AIY2677	55035812E	5010/0	17/05/2014	162*I
DAK1191	55034199E	6599/2	22/05/2014	230*V
KNM5428	55034734E	6599/2	26/04/2014	230*V

LWY2316	55035154E	6599/2	17/05/2014	230*V
LXJ8862	55035901E	5010/0	04/05/2014	162*I
LYP4312	55033799E	6599/2	16/05/2014	230*V
MCE0117	55034189E	6599/2	18/05/2014	230*V
MEA8188	55034220E	6700/0	25/04/2014	230*XVI
MEL5745	55035227E	6408/0	23/05/2014	221
MFY2837	55035392E	5053/1	24/04/2014	162*VI
MHL5675	55035205E	5053/1	14/05/2014	162*VI
MIL2663	55033842E	6912/0	22/05/2014	232
MJP8638	55035809E	6700/0	16/05/2014	230*XVI
MJW0221	55035203E	6700/0	14/05/2014	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1032/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CML6747	55034217E	5185/1	25/04/2014	167
DAK1191	55035942E	5509/0	22/05/2014	181*XIII
FDT5628	55035742E	5509/0	25/04/2014	181*XIII
IOS3074	55035820E	6270/0	16/05/2014	220*II
IOS3074	55035821E	5185/1	16/05/2014	167
IOS3074	55035822E	5215/2	16/05/2014	170
LCV1137	55035802E	5185/1	16/05/2014	167
LXR4204	55035391E	5185/1	24/04/2014	167
LXT1263	55034216E	5185/1	25/04/2014	167
MCC1224	55035827E	5207/0	25/05/2014	169
MCE0117	55034187E	7030/1	18/05/2014	244*I
MCE0117	55034188E	5835/0	18/05/2014	195
MEH5558	55035740E	5380/0	25/04/2014	181*I
MIQ1325	55035741E	5509/0	25/04/2014	181*XIII
MIW0022	55035395E	5185/1	27/04/2014	167
MJP4433	55034748E	5550/0	30/04/2014	181*XVIII

MLL5594	55034222E	7030/1	28/04/2014	244*I
MLL6841	55033825E	5380/0	16/05/2014	181*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1033/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN1278	55036008E	6599/2	04/03/2014	R\$191,53	230*V
MCA2499	55034584E	6610/2	06/03/2014	R\$127,69	230*VII
MCL7357	55034311E	6637/2	12/03/2014	R\$127,69	230*IX
MCL7357	55034312E	5010/0	12/03/2014	R\$574,61	162*I
MFC0538	55035654E	6920/0	07/03/2014	R\$127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1034/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKU1562	55035714E	7366/2	07/04/2014	R\$85,12	252*VI
LYY0235	55035282E	5509/0	14/03/2014	R\$85,12	181*XIII
MGZ7992	55035271E	5509/0	05/03/2014	R\$85,12	181*XIII
MHT6106	55033971E	5738/0	12/03/2014	R\$191,53	186*II
MJK4093	05533200E	6530/0	02/03/2014	R\$127,69	228
KMM1830	55033958E	7366/2	06/03/2014	R\$85,12	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE JUNHO DE 2014  
VALVIRIO ROSSETI  
SUPERVISOR

**Editais de Chamamento Concurso Publico Nº002/ 2011**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO 002/2011, mediante o qual fica CONVOCA-DA, para nomeação, a candidata aprovada no Concurso Público 002/2011, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do item 12, do Edital de Concurso Público nº 002/2011 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item 12.1.12, do Edital de Concurso Público nº 002/2011, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

Nome	CH	Cargo
GRACIELA JAQUES	40 HS	Odontologo da SF

Orleans, 16 de junho de 2014.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

**Editais Chamamento Concurso Público Nº002/2014**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/204, mediante o qual fica CONVO-CA-DO, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de

Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2014 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
CAROLINA PICHETTI CALIRI	MÉDICO DA SF	40 h

Orleans, 16 de junho de 2014.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans



**EDITAL DE APRESENTAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº008/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº008/2014

O MUNICÍPIO DE ORLEANS, por meio da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3.658 de 17 de fevereiro de 2014, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar nº. 1.929 de 20 de dezembro de 2005, Lei nº 2.333/2010 de 29 de junho de 2010, para o preenchimento das vagas em caráter temporário em excepcional interesse público para atuar na SAMU, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

**1. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES E REMUNERAÇÃO**

O candidato concorrerá a uma vaga prevista neste Edital até a validade deste Processo Seletivo, oferecida para apenas um dos cargos/funções vagos e o vencimento inicial do cargo terá como base o mês da contratação estabelecida em Lei, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Vagas	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitações/Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
05 + CR	Motorista Socorrista	12 horas(doze) ininterruptas por 36 de descanso	* Ensino Médio Completo; * Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E", com atividade remunerada; * Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva e/ou Certificado de participação em Curso para Condutores de Veículos de Emergência.	Objetiva	R\$ 1.467,32
05 + CR	Técnico de Enfermagem Socorrista	12 horas(doze) ininterruptas por 36 de descanso	*Ensino Médio Completo e Curso Regular de Técnico de Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).	Objetiva	R\$ 1.331,45

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas no período de 17 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, de segunda a sexta-feira, das 12h30min às 18h30min (quando tiver jogo do Brasil na Copa 2014 o atendimento será somente no período da manhã) no Departamento de Gestão Pessoas, localizado na Rua XV de Novembro, 282, Centro, Orleans SC, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição.

**DIA E LOCAL DAS PROVAS:**

A prova escrita será realizada no dia 27 de julho de 2014, das 09h às 12h, no Centro Administrativo, sito na Praça Celso Ramos nº192 - Centro, Orleans, SC, o candidato poderá acessar o sítio eletrônico [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, ao modelo da ficha de inscrição que poderá ser impressa pelo candidato e levada preenchida para o local das inscrições, bem como aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição ou na publicação no mural da Prefeitura Municipal de Orleans.

Orleans, 16 de junho de 2014.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão Permanente de Processo Seletivo

# Palhoça

## PREFEITURA

### Resumo de Julgamento TP 121/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº121/2014 a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para reforma do Centro de Educação Infantil Nova Esperança, Bairro Guarda do Cubatão e reforma do Centro de Educação Infantil Caminho do Saber, Bairro Frei Damião, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações dos Anexos.

#### CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME venceu o item totalizando a importância de R\$83.308,81 (oitenta e três mil, trezentos e oito reais e oitenta e um centavos).

Palhoça, 16 de junho de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ

Comissão Permanente de Licitações

### Resultado Pregão Nº 112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 112/2014 a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos para academia ao ar livre, incluindo a instalação, para utilização em praças e áreas afins, através da Secretaria de Planejamento e Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

MARIA DE FATIMA GUIZI EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01 e 02 totalizando R\$ 836.900,00 (oitocentos e trinta e seis mil e novecentos reais).

Palhoça, 16 de junho de 2014.

### Resultado Pregão Presencial 123/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 123/2014 a Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que, o processo Pregão Presencial 123/2014, foi julgado DESERTO, por falta de proponentes interessados. Diante disto, a pregoeira, com amparo legal na Lei de licitações e suas respectivas alterações, decide ARQUIVAR o presente processo.

Palhoça, 16 de junho de 2014.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 1420/2014

### Portaria Nº. 1857/2014.

PORTARIA Nº. 1857/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

CONTRATAR MARIO JOÃO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2014 a 30/06/2014, face ao impedimento da titular Rosicleia Maria de Azevedo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

### PORTARIA Nº. 1858/2014.

PORTARIA Nº. 1858/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

CONTRATAR PHAMELLA TEIXEIRA MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 28/05/2014, face ao impedimento da titular Adriana Laura Kemper, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1859/2014.**

PORTARIA Nº. 1859/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA LIMA DE CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1861/2014.**

PORTARIA Nº. 1861/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IRACEMA ZIMMERMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/04/2014 a 03/06/2014, face ao impedimento da titular Eliane Berreta, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1862/2014.**

PORTARIA Nº. 1862/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALESSANDRA ZIMMERMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 29/04/2014 a 14/05/2014, face ao impedimento da titular Eliane Berreta, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1863/2014.**

PORTARIA Nº. 1863/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANELOZI POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1864/2014.**

PORTARIA Nº. 1864/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FABIO MOREIRA MACIEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Programa Sócio Educativo - Projeto Esportes, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1865/2014.**

PORTARIA Nº. 1865/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI José Miguel Ferreira, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2014 a 02/05/2014, face ao impedimento da titular Josiane Aparecida da Rosa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1866/2014.**

PORTARIA Nº. 1866/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE CRISTINA GONÇALVES SIEGEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Janaina Truppel, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1867/2014.**

PORTARIA Nº. 1867/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR REGYANNE ROSELI ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1868/2014.**

PORTARIA Nº. 1868/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDREIA PEREIRA DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Cristiane Hilleshein, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1869/2014.**

PORTARIA Nº. 1869/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SOLANGE OLINDINA FLOR GORGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem



Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1870/2014.**  
PORTARIA Nº. 1870/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR MAICON SCHLICHTING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/03/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 22/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1871/2014.**  
PORTARIA Nº. 1871/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1872/2014.**  
PORTARIA Nº. 1872/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR MOZAR SALERNO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/04/2014 a 22/07/2014, face ao impedimento da titular Angela Maria Maciel, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1873/2014.**

PORTARIA Nº. 1873/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA DO ROSARIO DANTAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/04/2014 a 03/08/2014, face ao impedimento da titular Elisangela Aparecida Pereira, que se encontra no Projeto Apoio Pedagógico.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1874/2014.**

PORTARIA Nº. 1874/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOÃO RISDEN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área

de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1875/2014.**

PORTARIA Nº. 1875/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOÃO RISDEN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Jane Lucia Ferreira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1876/2014.**

PORTARIA Nº. 1876/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NARIDISIA SILVEIRA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Ensino Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Tatiana Eli Silveira Pierri.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1877/2014.**

PORTARIA Nº. 1877/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR QUEILA BERNARDO MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Ensino Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2014 a 21/05/2014, face ao impedimento da titular Deyse Sonia Luz.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1878/2014.**

PORTARIA Nº. 1878/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIRLEI TEREZINHA LAMIM ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Ensino Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Alessandra Mendes, Coord. Turno.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1879/2014.**

PORTARIA Nº. 1879/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FATIMA APARECIDA MARTINS DOS PRAZERES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Mirian Meurer, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1880/2014.**

PORTARIA Nº. 1880/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA CRISTINA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2014 a 01/05/2014, face ao impedimento da titular Eliane Berreta, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1881/2014.**

PORTARIA Nº. 1881/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BRUNA LAURENTINO NAIZER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Cintia Harttman, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1882/2014.**

PORTARIA Nº. 1882/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JESSIKA DE AMORIM, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área



de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1883/2014.**

PORTARIA Nº. 1883/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SCHEILA SCHMIED, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1884/2014.**

PORTARIA Nº. 1884/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR TANIA MARA NICOLET, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Heluise Marions de Abreu de Souza, que se encontra exercendo suas funções junto a EB Guilherme W. Filho.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1885/2014.**

PORTARIA Nº. 1885/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KELLY DOS REIS MACIEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação



SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

### **COMUNICADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CP 247/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
COMUNICADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO  
REFERENTE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº247/2013

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, COMUNICA aos interessados no processo licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247/2013 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE, que nos termos do parecer de n.º 01048/2014 exarados pela Procuradoria Geral do Município (PGM) e devidamente ratificado pelo Senhor Secretário de Administração, FORAM PARCIALMENTE PROVIDOS os recursos administrativos interpostos pela empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA, e NÃO FORAM PROVIDOS os recursos interpostos pela empresa ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. Ressalta-se que o recurso interposto pela empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA pleiteando que seja inabilitada a empresa CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO tem consistência e, por isso, merece ser acolhido. Logo, decide-se pelo Provimento do Recurso Interposto. Isto posto, recomenda-se que, em virtude de nenhuma das licitantes que estão participando do certame terem atendido, na plenitude, às exigências do ato convocatório, seja aplicada a faculdade disposta no § 3º do ART. 48 da Lei n.º 8.666/93 que assim prescreve: "§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis."

Portanto, devem ser notificadas as licitantes para que, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, se assim desejarem, apresentem os documentos exigidos no Edital. A não apresentação da documentação exigida no prazo estipulado (oito dias úteis), bem como a exibição de documentos incompletos ou diversos daqueles solicitados, implicará na sua imediata inabilitação do certame. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Palhoça, 16 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº. 1886/2014.** PORTARIA Nº. 1886/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA REGINA MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Raquel Carvalho Gomes, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

### **PORTARIA Nº. 1887/2014.** PORTARIA Nº. 1887/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR MAITE LOPES KRETZER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1888/2014.**

PORTARIA Nº. 1888/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSE APARECIDA FARIAS RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2014 a 29/04/2014, face ao impedimento da titular Dayane Linw Faria, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1890/2014.**

PORTARIA Nº. 1890/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de

Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2014 a 03/08/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1891/2014.**

PORTARIA Nº. 1891/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CAROLINA XAVIER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1892/2014.**

PORTARIA Nº. 1892/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SABRINA HASSE FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Najla Carone Guedert, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1893/2014.**

PORTARIA Nº. 1893/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RUBEN DARIO MALDONADO SUBIRANA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/05/2014 a 05/05/2015.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014 a 07/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1894/2014.**

PORTARIA Nº. 1894/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOSANE MARQUES DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1895/2014.**

PORTARIA Nº. 1895/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARGARETE APARECIDA RACHADEL, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1896/2014.**

PORTARIA Nº. 1896/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIDIANE RAMOS LEAL, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1897/2014.**

PORTARIA Nº. 1897/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VANESSA DA SILVA MEDEIROS MULLER, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1898/2014.**

PORTARIA Nº. 1898/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA APARECIDA KURAK DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/05/2014 a 29/07/2014, face ao impedimento da titular Nilceia Aparecida Vingla, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1899/2014.**

PORTARIA Nº. 1899/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALDANEI CORINA DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/



semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luciana Lenir Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1900/2014.**

PORTARIA Nº. 1900/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VILMA DE FÁTIMA RIBEIRO BUSSOLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/02/2014 a 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1901/2014.**

PORTARIA Nº. 1901/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE LOURDES VIGANIGO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do ER Manoel da Silva da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/05/2014 a 28/06/2014, face ao impedimento da titular Elisabete F. dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1902/2014.**

PORTARIA Nº. 1902/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGINA NADIR ROMÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Antonieta Silveira de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Dóris Vitor de Andrade Chini, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral



Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1903/2014.**

PORTARIA Nº. 1903/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TATIANA ANDREGTONI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 27/03/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1904/2014.**

PORTARIA Nº. 1904/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1839 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NAZARENO MURARO ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2014 a 18/06/2014, em substituição ao servidor Edson Ronei da Silveira Junior, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1905/2014.**

PORTARIA Nº. 1905/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1231 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KAREN FABIANA GONÇALVES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/05/2014 a 19/12/2014, em substituição ao servidor Suely da Silva Dias, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1906/2014.**

PORTARIA Nº. 1906/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1279 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SABRINA AMORIM DE SIMAS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1907/2014.**  
PORTARIA Nº. 1907/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA BERRETA, matrícula nº. 800290, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 14/05/2014 à 14/07/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1908/2014.**  
PORTARIA Nº. 1908/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta

Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
100749	Jeferson Martins	625303909
100739	Willian Amilton Martins	808589019

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1909/2014.**  
PORTARIA Nº. 1909/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 1521 de 04 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora THAYNA SILVEIRA, no cargo de Professora (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2014 a 03/07/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1910/2014.**  
PORTARIA Nº. 1910/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO RAQUEL FERREIRA, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1911/2014.**

PORTARIA Nº. 1911/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ROSILEIDE IZABEL JOSUE, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1912/2014.**

PORTARIA Nº. 1912/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIANA HOFFMANN JUNCQUES, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1913/2014.**

PORTARIA Nº. 1913/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2014.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
500417	Ilton Chaves de Souza	R\$ 300,00
800919	Leonice Bussolo de Souza	R\$ 300,00
802845	Marlene Caetana Laurentino	R\$ 300,00
100510	Raimunda Nonata A. de Souza	R\$ 400,00

**ANEXO II**

MATRICULA	NOME	DE
801499	Fabiana Geni da Silva	R\$ 300,00

**ANEXO III**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
400938	Fabio Linder de Souza	R\$ 300,00	R\$ 500,00
801180	Marlete Luzia Marcelino	R\$ 200,00	R\$ 300,00
100418	Daniel Motta Antunes	R\$ 510,00	R\$ 700,00
100452	Eduardo Alves	R\$ 100,00	R\$ 300,00
500284	Pedro Manoel de Souza	R\$ 200,00	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1914/2014.**  
PORTARIA Nº. 1914/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1296 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GRAZIELE LUCIMARA MOTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 27/02/2014 a 19/12/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1915/2014.**  
PORTARIA Nº. 1915/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) AUREA ORMINIA DOS SANTOS DA SILVA, Matrícula nº. 211055, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1916/2014.**  
PORTARIA Nº. 1916/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA MARIA WEINGARTNER, matrícula nº. 800211, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 22/04/2008 a 22/04/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/05/2014 à 14/08/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1917/2014.**  
PORTARIA Nº. 1917/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NADJA LIMA RIBEIRO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1918/2014.**

PORTARIA Nº. 1918/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUANA MARIA E. DA SILVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1919/2014.**

PORTARIA Nº. 1919/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZILMA MARGARIDA DA SILVA CAMPOS, matrícula nº. 300135, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/02/2000 a 23/02/2005, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 23/02/2005 a 23/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/05/2014 à 19/07/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1920/2014.**

PORTARIA Nº. 1920/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DOUGLAS RUHLAND, matrícula nº. 800731, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/05/2014 à 14/08/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1921/2014.**

PORTARIA Nº. 1921/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para YANA MARLETE MARTINS, matrícula nº. 100055, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2001 a 01/11/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/05/2014 à 21/06/2014.



Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1922/2014.**

PORTARIA Nº. 1922/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
400218	Fabiana D'Ávila da Cunha	Odontologo	ANS-2A-D	ANS-2B-D	16/04/2014
401956	Marcelo Damasco da Silva	Assistente Administrativo	ANM-I-A	ANM-II-A	09/04/2014

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1923/2014.**

PORTARIA Nº. 1923/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JOCHEM, matrícula nº. 801519, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 5442/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1924/2014.**

PORTARIA Nº. 1924/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1276 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANGELICA ELIDIA MARTINS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2014 a 12/06/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 1925/2014.**

PORTARIA Nº. 1925/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

DEMITIR EUCLIDES PEREIRA NETO, do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Disciplinar Administrativo nº. 5255/2014 que definiu a pena de Demissão por improbidade administrativa, conforme tipificação do artigo 214, IV, da Lei Complementar nº. 096/2010 e inciso VI do artigo 10

da Lei Federal nº 8.249, de 02 de junho de 1992, no qual dispõe que constitui ato de improbidade administrativa a realização de operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares, com efeitos a contar de 14/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/04/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1926/2014.**

PORTARIA Nº. 1926/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

DEMITIR SALETE MARIA DA SILVA, do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Administrativo Disciplinar nº. 17413/2013 que definiu a pena de demissão por inassiduidade permanente no trabalho público, disposto no artigo 231 do Regime Jurídico Único do Magistério - LC nº. 097/2010, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/04/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1927/2014.**

PORTARIA Nº. 1927/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

DEMITIR DILAMAR AUGUSTO RADAELLI, do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Administrativo Disciplinar nº. 3421/2012 que definiu a pena de demissão por abandono de cargo, disposto no artigo 214, II, da Lei Complementar nº. 096/2010, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/04/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1928/2014.**

PORTARIA Nº. 1928/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1888 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSE APARECIDA FARIAS RIBEIRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2014 a 22/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1929/2014.**

PORTARIA Nº. 1929/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ANGELITA PEREIRA, Matrícula nº. 211027, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1930/2014.**

PORTARIA Nº. 1930/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem a Comissão Administrativa de Defesa das Autuações de Trânsito (CADAT):

Titular: Pamela Silva Schmidt;

Suplente: Ronise Ramos.

Titular: Gabriel Alvarez;

Suplente: Mauricio Schmidt.

Titular: Alexandre de Sá;

Suplente: Debora Adnilza Ângelo.

Secretário: Matheus de Lima Leite.

Artigo. 2º. Esta comissão será presidida pelo servidor Alexandre de Sá.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor em 02 de maio de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1931/2014.**

PORTARIA Nº. 1931/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) LUCIA CORREIA MARQUES DE MIRANDA MOREIRA, Matrícula nº. 211025, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 17/02/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1932/2014.**

PORTARIA Nº. 1932/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) RAFAELA MARIA FREITAS, Matrícula nº. 211025, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1933/2014.**  
PORTARIA Nº. 1933/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) WILLIAN SCHVARTZ, Matrícula nº. 211025, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 17/02/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1934/2014.**  
PORTARIA Nº. 1934/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FABIANA PETRONILHA DA ROSA,

titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014 a 24/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1935/2014.**  
PORTARIA Nº. 1935/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem a Comissão Municipal do Solo Criado, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 09 de maio de 2014.

NOME	SECRETARIA
Andreia Schreiber da Costa	Secretaria de Serviços Públicos
João Batista dos Santos	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Luciano Dalla Pozza	Procuradoria Geral do Município
Marcos Jose Coelho	Secretaria de Serviços Públicos
Rodolpho Pagani Martins	Secretaria de Planejamento e Infraestrutura

Artigo 3º - A comissão será presidida pelo servidor Andreia Schreiber da Costa.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.  
NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1936/2014.**

PORTARIA Nº. 1936/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FEC de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2014.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
802210	Janaina Truppel	R\$ 950,00	Diretor CEI Integração

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1937/2014.**

PORTARIA Nº. 1937/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
160300	Alexsandro P. Alcântara Vieira	744328283
500908	Eduardo Freccia	425548640
802887	Ervino Ribeiro Macedo	462899700
500908	Mario Cilo Vieira Zambelli	222532146
501302	Miriane Fonseca	459939673
500907	Rodolpho Pagani Martins	686291440

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1938/2014.**

PORTARIA Nº. 1938/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) EDINEIA IVONE DA SILVA, matrícula nº. 801860, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 13/05/2014:

Averbar tempo que trabalhou pela Prefeitura de Palhoça, totalizando 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1939/2014.**

PORTARIA Nº. 1939/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para PRISCILA CARDOSO, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente



**PORTARIA Nº. 1940/2014.**

PORTARIA Nº. 1940/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para ANTONIO NUNES DA SILVA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1941/2014.**

PORTARIA Nº. 1941/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para ESTEFANO HUGO BROERING NETO, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 1942/2014.**

PORTARIA Nº. 1942/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de JANAINA TRUPPEL, matrícula nº. 802210, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro 2012, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014 a 30/05/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº31/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Hilza T. Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça - SC.

- CEP: 88 132-256 - FONE: 48 - 3279-1822/1716

CNPJ: 12.092.636/0001-90 - Visite Nosso Site: [www.saudepalhoça.sc.gov.br](http://www.saudepalhoça.sc.gov.br) E-mail: [cpl@saudepalhoça.sc.gov.br](mailto:cpl@saudepalhoça.sc.gov.br)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º31 /2.014.

Pregão Presencial n.º10./2.014.

Aos dez dias do mês de março de 2.014, o Município de Palhoça, através do Fundo Municipal de Saúde, situado na Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.092.636/0001-90, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, senhor ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, nos termos do art.15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e nos termos do Decreto n.º 1.480/2004 do Regulamento de Registro de Preços do Município de Palhoça, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2014, PARA REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da pregoeira, homologada em 27/02/2014, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das Empresas classificadas em primeiro lugar, observada as condições do Edital que rege o Pregão Presencial. A presente ata tem por objeto o registro dos preços cotados, relativamente aos produtos especificados no anexo I do referido pregão, que passa

a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, por item. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, através do Fundo Municipal de Saúde, a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdades de condições. A Secretaria Municipal de Saúde designará um gerente para o acompanhamento dos preços registrados. Os preços ofertados, especificação, quantidade estimada, marcas, empresa e representante legal, encontram-se enunciados no anexo da presente ata. O presente registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação. A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos. A presente ata será publicada em forma de extrato no Diário Eletrônico do Município de Palhoça, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93. Quaisquer alterações na presente ata somente poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas da presente Ata. E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na Presente Ata.

Palhoça, 10 de março de 2.014.  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
Contratante

MEDIGRAM DISTRIBUDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ: 04.470.877/0001-05  
Contratada

TESTEMUNHA:

01. \_\_\_\_\_

02. \_\_\_\_\_

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2014 - Pregão Presencial 10/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atendimento de lactentes e crianças até 1 ano 11 meses e 29 dias, que se encontram dentro dos critérios do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria 01/2014, bem como, aquisição de leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 10/03/2014 à 09/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Fabricante/tipo	Preço Unitário	Preço Total
12	100	lata	Leite Nutren senior, lata com 370 gramas	ENSURE-ABBOTT	R\$28,00	R\$2.800,00
						R\$2.800,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2014 - Pregão Presencial 10/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atendimento de lactentes e crianças até 1 ano 11 meses e 29 dias, que se encontram dentro dos critérios do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria 01/2014, bem como, aquisição de leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 10/03/2014 à 09/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Fabricante/tipo	Preço Unitário	Preço global
6	700	lata	Fórmula Infantil Isenta de Lactose para menores de 1 ano com Síndrome de má absorção ou com algum comprometimento intestinal	PRE-GOMIN PEPTI	R\$72,00	R\$50.400,00
9	800	lata	Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada	PRE-GOMIN PEPTI	R\$48,70	R\$38.960,00
10	200	lata	Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada, para crianças sem quadro diarreico	APTAMILA PEPTI	R\$40,00	R\$8.000,00
13	200	lata	Leite aptamil HA, lata com 400 gramas	APTAMIL HA	R\$37,00	R\$7.400,00
						R\$104.760,00

### IPPA

### Portaria 025/2014

PORTARIA Nº 025/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora ZENILDA ALAIDE DA SILVEIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ZENILDA ALAIDE DA SILVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 800122, inscrita no CPF sob o 495.277.709-04 e no PIS/PASEP sob o nº 170.017.456-83, lotada na Secretaria da Administração, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de junho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300155

### **Portaria 026/2014**

PORTARIA Nº 026/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora ROSANA DA SILVEIRA WAGNER.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ROSANA DA SILVEIRA WAGNER, detentora da matrícula funcional nº 800008, inscrita no CPF sob o nº 454.579.489-00 e no PIS/PASEP sob o nº 107.971.194-90, lotada na Secretaria de Pesca e Agricultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de junho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300155

### **Portaria Nº 024/2014**

PORTARIA Nº 024/2014

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal do Município de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 096 de 15 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para o Servidor GUSTAVO HAEMING GERENT, titular do cargo de Procurador do Município, do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Complementar 096/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar em 08/06/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de junho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

# Palmitos

## PREFEITURA

### Processo 81/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 81/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS PARA VIAGENS NACIONAIS (ESTADUAIS E INTERESTADUAIS), CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 02/07/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 02/07/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br) ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 16 de Junho de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.

### Processo 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº25/14 Modalidade: Tomada de preço nº01/14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS, NA RUA OSWALDO CRUZ, COM ÁREA TOTAL DE 215,84M², NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. CONFORME PROJETOS. Entrega do Envelope: 04/07/2014, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 04/07/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 16 de junho de 2014.  
Tânia de Fátima Henchen  
Gestora do Fundo.

### Processo 26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº26/14 Modalidade: Credenciamento nº02/14. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO CIRURGIÃO GERAL E CIRURGIÃO ONCOLÓGICO, COM REGISTRO TANTO EM CIRURGIA GERAL QUANTO CANCEROLOGIA CIRÚRGICA, ESTANDO APTO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE PEQUENO, MÉDIO E ALTA COMPLEXIDADE, QUE ABRANGE DESDE PATOLOGIAS DE CABEÇA E PESCOÇO, TÓRAX, ABDÔMEN, Pelve, PARTES MOLES, TECIDOS CONECTIVOS, PELE, MAMA, PATOLOGIAS CIRÚRGICAS UROLÓGICAS, GINECOLÓGICAS, GASTROINTESTINAIS, COLOPROCTOLÓGICAS, HEPÁTICAS, PANCREÁTICAS, Á POPULAÇÃO PALMITENSE. Entrega do Envelopes: 18/07/2014, até as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 16 de junho de 2014.  
Tânia de Fátima Henchen  
Gestora do Fundo.

### Processo 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº27/14 Modalidade: Pregão Eletrônico nº07/14. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, SENDO ESTES EQUIPAMENTOS: BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL, SENSOR DE OXIMETRIA NEONATAL, OXÍMETRO DE MÃO, CARRO DE EMERGÊNCIA COM 4 GAVETAS, FRIGOBAR, PRANCHA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE, MESAS DE MAYO COM BANDEJA INOX, DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIOFETAIS PORTÁTIL, OXÍMETRO DE MESA COM PRECISÃO DE SPO², AUTOCLAVE DIGITAL E APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: 01/07/2014, até as 08:00 horas. Abertura dos Envelopes: 01/07/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 16 de junho de 2014.  
Tânia de Fátima Henchen  
Gestora do Fundo.

**Passos Maia****PREFEITURA****Extrato Contrato 0074/2014**

EXTRATO CONTRATO n.0074/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0034/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0021/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: THAGO MERTARLÚGICA

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 1 (uma) carroceria caçamba basculante com cantos arredondados com dimensão de 4,8 metros de comprimento, 2,5 metros de largura e 1,05 metros de altura, sendo os mesmos medidas internas; com capacidade mínima de 12 metros cúbicos; chassi estrutural em viga/chapa tipo "U" de no mínimo 8 milímetros de espessura; laterais em chapa de no mínimo 4,75 mm; assoalho em chapa de 6,35 mm; tampa traseira basculante e com abertura lateral para o lado direito; proteção de cabine; sistema hidráulico de um cilindro frontal; ângulo de basculamento de quarenta e cinco graus, com uma tomada de força acoplada, equipada com bomba hidráulica; equipada com caixa de ferramentas, reservatório de água, escadas laterais, para-lamas e para-barros traseiros, protetor de ciclistas, faixas refletivas, para-choque móvel, tudo de acordo com as normas do CONTRAM; jateamento em granalha de aço, fundo em pintura epóxi e acabamento em tinta PU na cor branca e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento, de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial n. 0021/2014, Processo Licitatório n.0034/2014.

Valor: Pelos serviços serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 31.,800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 16 de junho de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Portaria Nº 238/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 238/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Salmir Domingos de Matos, brasileiro, efetivo, portador do CPF nº 376.383.009-04 matrícula nº 119 ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos, de 10/06/2014 até 23/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Junho de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 239/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 239/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 59/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tânia Ramos da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 017.711.319-77 matrícula nº 11006, ensino superior completo, classificada na sétima posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20hs semanais, em substituição da titular Osnilda Rodrigues Vieira, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de Junho de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 240/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 240/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Luciana Santos Virgílio dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 743.999.699-20 matrícula nº 20, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 28/09/2014, conforme benefício nº 6056468325 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 13 de Junho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 241/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 241/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da Secretaria Municipal de Educação, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Terezinha Dionel Cardoso, nomeado pela portaria nº 476/2013, brasileira, portadora do CPF nº 744.004.609-91 matrícula nº 10967, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir di dia 09/06/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 13 de Junho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 242/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 242/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e

estável, Andreia Michels de Oliveira, brasileira, portadora do CPF nº 268.250.368-31, matrícula nº 10240, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada pela portaria nº 82/2008, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 13 de Junho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 243/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 243/2013

Substitui membro da Comissão de Licitação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8883 de 08 de junho de 1994, resolve:

DESIGNAR, para formar a Comissão Permanente de Licitação, sem ônus para o erário público municipal, em substituição aos Membros Angela Correa Moiseis, a servidora Simone Maria Soares, e Cristiane Torres Rodrigues, o servidor Carlos Eduardo Moiseis, permanecendo a presidente e efeitos da portaria nº 271/2013 de 02 de Julho de 2013.

Ficando composta a Comissão Permanente de Licitações com os seguintes membros:

PRESIDENTE: Maria Aparecida dos Santos  
MEMBROS: Gildo Arcelino de Souza  
Simone Maria Soares  
Carlos Eduardo Moiseis

Município de Paulo Lopes - SC, 13 de Junho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### Pp15/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/07/2014

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 13 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Contrato Nº 111/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Administrativo 52/2014 PMP - Pregão Presencial 22/2014 PMP

CONTRATADA: VALDIR PEDRO PEREIRA ME

OBJETO: Fornecer pães para Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação.

VALOR TOTAL: R\$ 67.280,00 (sessenta e sete mil, duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 13 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

### Decreto Nº 2061/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2061/2014

Exonera a pedido o funcionário RAFAEL AMARO MARIA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Contrato Nº 376/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 376/2014 - RH/PMP

Contratado (A): CARINA MARIA SEVERINO, na função de professor I, início em 16/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 16 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 377/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 377/2014 AO CONTRATO Nº376/2014

Contratado (A) CARINA MARIA SEVERINO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EBM João Batista da Cruz, no período de 16/06/2014 a 19/12/2014.

Penha/SC, 16 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 378/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 378/2014 AO CONTRATO Nº066/2014

Contratado (A) VANESSA RIBEIRO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EBM João Antônio Pinto, no período de 16/06/2014 a 19/12/2014.

Penha/SC, 16 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 113/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AV. Dr. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha - SC - CEP: 88385-000

- Fone/fax: (47) 3345-0200

Site: www.penha-sc.gov.br - e-mail: pmpenhasc@yahoo.com.br

2º TERMO ADITIVO Nº 113/2014 - PMP

AO CONTRATO Nº 14/2007 - PMP

Processo Licitatório: 56/2006 - PMP - Concorrência 01/2006 - PMP. OBJETO: Coleta regular, transporte, transbordo e descarga de resíduos domiciliares sólidos, comerciais e industriais com característica de doméstico e outros compactáveis, bem como os provenientes do serviço de saúde e similares, em aterro sanitário devidamente licenciado e aprovado pelo Município de Penha (SC); Operação, tratamento, controle tecnológico e manutenção de Aterro Sanitário, para disposição final de resíduos sólidos compactáveis, de acordo com as normas técnicas aplicáveis e a legislação.

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo nº 113/2014 - PMP ao Termo de Contrato Administrativo para prestação de serviços de

coleta, transbordo, transporte e disposição final em aterro sanitário de resíduos provenientes do município de Penha, em regime de Empreitada Global, tipo Melhor Técnica e Menor Preço Global, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, Lei nº 9.648/98, Lei nº 9.074/95 além da Lei nº 8.987/95 nº 14/2007 - PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, com sede na cidade de Brusque/SC, na Rua Joaquim Zucco, nº 200, Nova Brasília, Fone (47) 3350-0214/3350-7506, CEP 88.352-195, inscrita no CNPJ sob o nº 95.886.735/0001-70, saionara@reciclesc.com.br, neste ato representada por Adalberto da Silva, CPF 309.649.979-91, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica acrescida na cláusula quarta do contrato administrativo nº 14/2007 PMP, o item 4.8 nos seguintes termos:

4.8 A tarifa vencerá ordinariamente no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Em caso de inadimplemento da tarifa pelo usuário, incidirá a partir do vencimento juros de mora de 1% ao mês, multa de 2% e correção monetária pelo INPC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 16 de junho de 2014.  
Contratante Contratada

#### TESTEMUNHAS:

Nome: JOSIANE BENTO  
CPF: 053.867.439-37

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

De acordo:

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

#### Aditivo Nº 112/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AV. Dr. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha - SC - CEP: 88385-000  
- Fone/fax: (47) 3345-0200  
Site: www.penha-sc.gov.br - e-mail: pmpenhasc@yahoo.com.br

1º Termo Aditivo nº 112/2014 PMP  
Ao contrato nº 108/2013 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 28/2013 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 15 /2013 - PMP.  
Objeto: Serviço de zeladoria e auxiliar de zeladoria para Secretaria de Educação.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 112/2014 ao

Contrato Administrativo 108/2013 para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADORIA, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa ORCALI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, com sede na cidade de Florianópolis/SC, Av. Mauro Ramos, nº 755 - 2º andar - Centro, Cep 88020-301, fone (048) 3212-1200 inscrita no CNPJ sob o nº 75.285.965/0001-77, neste ato representada Sr. Ricardo Kuerten Dutra, CPF 246.332.919-04 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado a prestação de serviço de zeladoria, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula sétima do contrato administrativo 108/2013 PMP fica prorrogado até dia 16.08.2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 16 de junho de 2014.  
PREFEITURA CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento  
CPF053.867.439-37

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

De acordo: \_\_\_\_\_

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

#### Pp26/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº56/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O PROJETO CONHECENDO MEU MUNICÍPIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE BONÉS E CAMISAS PARA COMPOR O KIT PESCADOR DA SECRETARIA DA PESCA E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. Recebimento dos Envelopes até: 30/06/2014 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 01/07/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 17 de Junho de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Decreto N.º 4.023, de 16 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 4.023, DE 16 D EJUNHO DE 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de 19 de junho - Corpus Christi;

CONSIDERANDO que referida data será na quinta-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 20 de junho de 2014.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afiação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de junho de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 224, de 16 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 224, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

ORDENA CAUTELARMENTE O AFASTAMENTO DE KATIANA FIORELLI DO CARGO DE FARMACÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no art. 235 da Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e considerando...

O Processo Disciplinar nº 001/2014 em face da servidora KATIANA FIORELLI;

O fato de a servidora, no andamento do Processo Disciplinar, ter mantido contato com os pacientes que envolvem o Processo Disciplinar, onde fora abordada a questão do Processo em andamento, o que certamente prejudicará a apuração dos fatos;

O Poder/Dever de a Administração conduzir o Processo Disciplinar com isenção e sem que o envolvido interfira na produção das provas, evitando assim que testemunhas sejam coagidas e ou influenciadas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica ordenado o afastamento de KATIANA FIORELLI do cargo de farmacêutica, como medida cautelar preventiva, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### Edital de Convocação 001/2014- Processo Seletivo Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2014- PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital de processo Seletivo n. 001/2014, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

Número da inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO
94921	MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
95516	HEMILY RAAP DO NASCIMENTO	ENFERMEIRA
94495	OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA	FISIOTERAPEUTA
94967	CAMILA MARCON OURIQUES	NUTRICIONISTA
95497	EVANDRO RABUSKE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
95095	FELIPE FERREIRA DE JESUS	PSICOLOGO
95086	ANA PAULA DE CRISTO DA SILVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 10 dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte a ciência deste documento, providenciar O exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo Município e os seguintes documentos, conforme item 16.8 do Edital do concurso Público.

- formulário de Dados Cadastrais;
- formulário de Declaração de Dependência;
- formulário de Declaração de Bens;
- formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
- fotocópia da Carteira de Identidade;
- fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, certidão de quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais emitida pelo T.R.E. (pode ser emitida no site do T-SC) ;
- fotocópia do Certificado de Reservista;
- fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
- fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- fotocópia da Certidão de Casamento;
- fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual.
- o Carteira de Trabalho



p. comprovante de residência atual (conta luz ou água ou telefone)

q comprovante de conta bancária

r. carteira nacional do S.U.S

A entrega da Documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto-SC, no horário das 07:30hs as 11:30 e das 13:30 as 17:30.

Pinheiro Preto/SC, 16 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **Edital de Convocação 002/2014- Processo Seletivo Nº 001/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2014- PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital de processo Seletivo n. 001/2014, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

Número da inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO
95471	ADEMIR VARGAS ZUCONELLI	OPERARIO BRALÇAL
95472	WALDOMIRO OZORIO	OPERARIO BRAÇAL

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 10 dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte a ciência deste documento, providenciar O exame de Saúde Admissional, expedido por medico indicado pelo Município e os seguintes documentos, conforme item 16.8 do Edital do concurso Público.

- formulário de Dados Cadastrais;
  - formulário de Declaração de Dependência;
  - formulário de Declaração de Bens;
  - formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
  - fotocópia da Carteira de Identidade;
  - fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, certidão de quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais emitida pelo T.R.E. (pode ser emitida no site do T-SC) ;
  - fotocópia do Certificado de Reservista;
  - fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
  - fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
  - fotocópia da Certidão de Casamento;
  - fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual.
- o Carteira de Trabalho
- p. comprovante de residência atual (conta luz ou água ou telefone)
- q comprovante de conta bancária
- r. carteira nacional do S.U.S

A entrega da Documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto-SC, no horário das 07:30hs as 11:30 e das 13:30 as 17:30.

Pinheiro Preto/SC, 16 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **Edital de Teste Seletivo Nº 008/2014**

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 008/2014

Art. 1º - O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA o resultado das prova escritas objetivas e provas de títulos, referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital de Teste Seletivo Nº 001/2014, conforme abaixo discriminado:

#### **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
94921	MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA	29/05/1990	55,0	1.
95295	HELLEN CRISTINA MANICA	08/05/1993	47,5	Não aprovado
95126	MARILUZ CORREA	21/12/1981	45,0	Não aprovado
95452	IEDA SALETE GROF PICCOLI	14/04/1972	42,5	Não aprovado

#### **ATENDENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS**

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95166	ANDRESSA DALL BOSCO	21/06/1995	37,5	Não aprovado
95523	ELENIR MARIA DELANI	18/02/1992	N/C	Desclassificado

#### **ENFERMEIRO PSF (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)**

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95516	HEMILY RAAP DO NASCIMENTO	23/08/1989	70,0	1.
95147	ANA PAULA MAZURECK	12/03/1988	65,0	2.
95084	DANIEL DOS SANTOS	13/08/1991	55,0	3.
95369	DEIZI LICIANE PADILHA	15/10/1984	52,5	4.
94843	GRAZIELI FERREIRA DA ROSA	30/10/1989	52,5	5.
95286	MAIARA BOGONI	10/06/1988	50,0	6.
95174	TAIS DENARDI TAVARES DA COSTA	04/12/1979	45,0	Não aprovado
95529	NIVEA MARIA ESCHER	17/10/1981	40,0	Não aprovado
94996	VERA CREUSA PANATTA	04/11/1980	N/C	Desclassificado



## FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95495	OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA	19/03/1991	62,5	1.
95020	ROBSON SANTOS FERREIRA JUNIOR	30/12/1984	60,0	2.
95542	CASSIO NORONHA MARTINS	22/09/1988	60,0	3.
95461	RENATA MAGNANI FOGLIATTO	20/03/1989	57,5	4.
95519	FABIANO BAZEN COSER	25/10/1986	55,0	5.
95501	LUÍS FERNANDO DE MORAES	22/04/1989	55,0	6.
95384	DAYANE NAVIA VALÉRIO	18/04/1979	52,5	7.
95510	ARIANE APARECIDA DOS SANTOS	27/10/1986	52,5	8.
95509	VANESSA SALETE HACK	02/09/1991	52,5	9.
95444	ALINE LETICIA CARRER BURLIN	20/12/1990	47,5	Não aprovado
95442	NAÍLA STORTI GONÇALVES FONTELLA	12/01/1976	45,0	Não aprovado
94827	TATIANE DENARDI DA SILVA	08/01/1980	35,0	Não aprovado
95539	AMANDA ELISA BURMESTER	18/03/1982	N/C	Desclassificado
95329	EMANUELI CORÁ	24/09/1985	N/C	Desclassificado
95041	REGIS DE OLIVEIRA BARETTA JUNQUEIRA DE CARVALHO	06/06/1988	N/C	Desclassificado

## NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
94967	CAMILA MARCON OURIQUES	03/03/1988	67,5	1.
94830	BRUNA SKRSYPCSAK	18/02/1993	62,5	2.
95092	LENISE REGINA ZANCHET CAMILOTTI	26/04/1983	60,0	3.
94808	FRANCISLAINE BARONCELLO	10/09/1983	60,0	4.
94888	THAIS MARIANI BEE	11/09/1991	57,5	5.
95451	KARINE LAZAROTTO	15/09/1992	57,5	6.
95533	CAMILA EMILIANE FROELICH	12/01/1993	57,5	7.
95185	MARCELI PITT COSER	23/05/1988	55,0	8.
95457	DAMIANE BRESCIANI RINALDI	14/06/1988	55,0	9.
95446	GIANA PAULA MORESCO	17/09/1991	55,0	10.
94842	ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	25/02/1985	50,0	11.
94838	VANESSA BARBIERI	02/01/1990	50,0	12.
95455	JANE TAIMARA MARCHETTI	26/03/1990	50,0	13.
95255	CHAIANA BORSOI	28/10/1990	50,0	14.
95422	NANI CAROLINE LERIA DA SILVA	08/12/1992	50,0	15.
94863	LAIZE SOUTHER CENDRON	31/03/1989	47,5	Não aprovado

94917	LETÍCIA RAQUEL BOM	12/08/1987	45,0	Não aprovado
95029	TUANE CRISTINE SAVIAN	22/08/1991	45,0	Não aprovado
95159	ANA PAULA ZANELLA	28/12/1991	42,5	Não aprovado
94988	CAROLINA APARECIDA GLOWACKI	05/05/1991	37,5	Não aprovado
94943	ROSMERI GRIS FERREIRA	15/03/1989	37,5	Não aprovado
95508	ANDRESSA SERAFINI MIRANDA	01/03/1982	N/C	Desclassificado
95179	LARISSA DE OLIVEIRA	05/12/1989	N/C	Desclassificado

## OPERADOR DE MOTONIVELADORA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95498	NELSON ANTONIO DOS SANTOS	25/08/1970	40,0	Não aprovado
94973	REINALDO PELENTIR	16/01/1957	42,5	Não aprovado

## OPERÁRIO BRAÇAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95471	ADEMIR VARGAS ZUCONELLI	06/01/1925	77,5	1.
95472	WALDOMIRO OZORIO	24/04/1951	57,5	2.

## PROFESSOR

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA FINAL	RESULTADO
95512	JUCIONE APARECIDA JOSÉ PETRY	27/05/1971	-o-	45,0	45,0	Não aprovado
95500	JUSSARA BOESING	25/01/1976	-o-	40,0	40,0	Não aprovado
95481	KELI GRANE-MANN DE OLIVEIRA	15/01/1990	-o-	47,5	47,5	Não aprovado

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA FINAL	RESULTADO
95497	EVANDRO RABUSKE	12/10/1979	10,0	57,5	67,5	1.
95494	MARISA CARDOZO DOS SANTOS	10/11/1971	10,0	55,0	65,0	2.
95513	MARIA APARECIDA ROSA	29/09/1973	-o-	50,0	50,0	3.
95491	VALDECIR SOARES DOS SANTOS	10/06/1978	-o-	45,0	45,0	Não aprovado

95469	ADRIANA SALETE NEIS	26/05/1987	-o-	42,5	42,5	Não apro- vado
-------	---------------------------	------------	-----	------	------	-------------------

## PSICÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NAS- CIMENTO	NOTA	RESULTADO
95095	FELIPE FERREIRA DE JESUS	10/10/1991	75,0	1.
95517	CESAR CINI	07/07/1956	70,0	2.
94944	SIMONE APARECIDA KLUSER	17/06/1972	70,0	3.
94989	JANE MARIA ANDRET- TA	03/06/1989	70,0	4.
94938	ALVAIR LIRIO BAR- ZOTTO	02/04/1979	65,0	5.
94797	MICHELE RÉUS ELIAS	17/06/1982	65,0	6.
94941	ERICA TOMAZI RI- BEIRO	03/03/1986	65,0	7.
95070	MONALISA GIAZZONI	21/12/1988	62,5	8.
94882	REGIANE PATRICIA RODRIGUES MUELER	31/01/1992	60,0	9.
95537	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	04/01/1991	57,5	10.
95115	MONICA OLIVIO	07/06/1991	52,5	11.
95520	EVELAINE CARNEIRO BORGES	02/04/1985	50,0	12.
95540	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	24/09/1985	50,0	13.
95414	SUELE ROCHA MELO	09/04/1989	47,5	Não aprovado
95214	THAIS SIMONE FRAN- ÇA BURTULI	27/08/1991	47,5	Não aprovado
94934	TAMARA PIRES SOUZA	02/05/1992	45,0	Não aprovado
95522	DANIELE ARGENTON VIECELI	04/09/1978	30,0	Não aprovado
95532	JULIANE WURLITZER SELZLEIN	06/08/1979	27,5	Não aprovado

## SERVENTE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCI- MENTO	NOTA	RESULTADO
95405	MARINÊS OLIVO BAGGIO	13/09/1968	92,5	1.
95515	ELISANGELA APARE- CIDA DA ROSA	08/12/1925	90,0	2.
95172	MARLENE DA SILVA BOTTEGA	24/10/1979	87,5	3.
94923	ANA PAULA BER- NARDI	21/04/1987	80,0	4.
95506	IVONETE ZANFER- RARI	26/04/1968	77,5	5.
95401	MARISA PERIN	13/06/1962	75,0	6.
95527	IVETE OLIVIO DALL BOSCO	20/01/1969	57,5	7.

## TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NAS- CIMENTO	NOTA	RESULTADO
95086	ANA PAULA DE CHRISTO DA SIL- VEIRA	07/09/1981	67,5	1.

95499	FABIANE APARECIDA BOGONI TRAGANCIN	06/06/1972	42,5	Não aprovado
95530	LUCIANE RABUSKE	29/03/1985	45,0	Não aprovado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Pinheiro Preto - SC, 12 de junho de 2014.  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.024, de 16 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.024, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 8.708,39m², (oito mil setecentos e oito metros e trinta e nove centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.470, à desmembrar em 07 (sete) Lotes distintos, terreno este situado à Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 01/2014, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente MARLENE TOMAZI ORTH, inscrita no CPF sob nº 433.359.509-68, e OSNIR FRANCISCO ORTH, inscrito no CPF 310.903.709-20, residente na Rua Luiz Argenta, 217, Floresta, Videira-SC.

## Relação das Áreas:

PERÍMETRO DA MATRÍCULA 7.470

ÁREA: 8.708,39M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 132,25 metros;

SUL (Fundos): Confronta-se com Faixa de Domínio da Rodovia SC 135, distância de 115,81 metros;

LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lenir Tomazi Varela, distância de 90,65 metros;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Alexandre Zucco Filho, distância de 72,11 metros;

## PERÍMETRO DO LOTE 01

ÁREA: 592,40M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 34,89 metros;

SUL (Fundos): Confronta-se com Lenir Tomazi Varela, distância de 7,67 metros;

SUDESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lenir Tomazi Varela, distância de 38,78 metros;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 02, distância de 29,12 metros;

## PERÍMETRO DO LOTE 02

ÁREA: 379,24M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros;

SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 13,00 metros;

LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 01, distância de 29,12 metros;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 03, distância de 29,19 metros;

PERIMETRO DO LOTE 03  
ÁREA: 377,07M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros;  
SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 13,00 metros;  
LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 02, distância de 29,12 metros;  
OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 04, distância de 28,82 metros;

PERIMETRO DO LOTE 04  
ÁREA: 372,35M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros;  
SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 13,00 metros;  
LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 03, distância de 28,82 metros;  
OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 28,52 metros;

PERIMETRO DO LOTE 05  
ÁREA: 370,70M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros;  
SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 13,00 metros;  
LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 28,52 metros;  
OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 06, distância de 28,52 metros;

PERIMETRO DO LOTE 06  
ÁREA: 522,42M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 18,05 metros;  
SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 18,58 metros;  
LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 05, distância de 28,52 metros;  
OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 07, distância de 28,77 metros;

PERIMETRO DO LOTE 07  
ÁREA: 371,05M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros;  
SUL (Fundos): Confronta-se com Área Remanescente, distância de 13,00 metros;  
LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 06, distância de 28,77 metros;  
OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Alexandre Zucco Filho, distância de 29,02 metros;

PERIMETRO DA ÁREA REMANESCENTE  
ÁREA: 5.723,16M<sup>2</sup>

NORTE (Frente): Confronta-se em três planos sendo: com Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, distância de 13,00 metros; com Lotes 05, 06 e 07, distância de 44,58 metros e com Lotes 02,

03 e 04, distância de 39,00 metros;

SUL (Fundos): Confronta-se com Faixa de Domínio da Rodovia SC 135, distância de 115,81 metros;

LESTE (Lado Direito): Confronta-se em dois Planos sendo: com Lote 04, distância de 28,52 metros e com Lenir Tomazi Orth, distância de 43,53 metros;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se em dois Planos sendo: com Lote 05, distância de 28,52 metros e com Alexandre Zucco Filho, distância de 41,47 metros.

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de Junho de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### **Inexigibilidade de Licitação N.º 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 003/2014

Processo Administrativo n.º 045/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PLANEJADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS DE INTERESSE DA GESTÃO, QUALIFICANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROPICIANDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO UM TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO.

Valor total contratado: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2014.

Base legal - Artigo 25, I c/c Artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE****Termo de Homologação****- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -**

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0012-2014 do(a) SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

**NOME DO PROMOTOR:** SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

**EDITAL / PROCESSO:** 0012-2014 / 0014/2014

**DATA DE REALIZAÇÃO:** 5 de Junho de 2014 às 13:30

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Iniciado em 23/05/2014 09:00 e finalizado em 05/06/2014 13:00

**LOCAL:** www.bl.org.br

**PREGOEIRO RESPONSÁVEL:** CHARLES SCHUSTER

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES E SISTEMAS DE AGUA DO SAMAE.

Aos 5 dias do mês de junho de 2014, no endereço eletrônico www.bl.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) CHARLES SCHUSTER do(a) SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 09:00 horas do dia 23/05/14 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) resgistrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

**LOTE: 000001 HOMOLOGADO** **13/06/14 01:24**  
Tubo VINILFER DN 150mm com junta elástica integrada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Tubo VINILFER DN 150mm com junta elástica integrada.	UNIDADE	CORR PLASTIK	500	190,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA	67.731.091/0001-06	03/06/14 16:28:50	261,31
2	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	261,31
3	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	338,17
4	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48	576,85
5	LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	580,00

**LOTE: 000002 HOMOLOGADO** **13/06/14 01:24**  
Registro em F° F° PN 16 de 150 mm VINILFER com cunha emborrachada e com anéis rolantes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Registro em F° F° PN 16 de 150 mm VINILFER com cunha emborrachada e com anéis rolantes	peça	GOOD STEEL	5	701,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	H.D.S. COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - EPP	ME 05.582.844/0001-01	02/06/14 10:05:36	1.500,00
2	N B FALCE CIA LTDA	82.643.131/0001-51	03/06/14 16:55:42	793,40
3	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	1.202,33
4	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48	2.204,73
5	A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32	1.159,00
6	LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	1.350,00
7	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	1.366,63

**LOTE: 000003 HOMOLOGADO** **13/06/14 01:24**  
Junção em F°F° BBB PN 16 com anéis 2GS de 150mm VINILFER

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	Junção em F°F° BBB PN 16 com anéis 2GS de 150mm VINILFER



UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	ACB	5	500,00

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 620,00	05/06/14 13:56:33 500,00
2 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 984,57	05/06/14 13:56:32 508,00
3 H.D.S. COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - EPP	ME 05.582.844/0001-01	02/06/14 10:05:36 800,00	05/06/14 13:56:25 509,00
4 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 590,00	05/06/14 13:37:07 590,00
5 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 904,80	05/06/14 13:37:07 904,80

**LOTE: 000004 HOMOLOGADO**

13/06/14 01:25

Adaptador PB 100 VINILFER X 110 PVC em F°F°

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Adaptador PB 100 VINILFER X 110 PVC em F°F°	peça	HDS	5	65,70

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 H.D.S. COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - EPP	ME 05.582.844/0001-01	02/06/14 10:05:36 150,00	05/06/14 14:11:13 65,70
2 N B FALCE CIA LTDA	82.643.131/0001-51	03/06/14 16:55:42 95,00	05/06/14 14:11:01 65,79
3 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 103,00	05/06/14 13:52:37 70,00
4 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 98,00	05/06/14 13:47:58 88,00
5 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 200,92	05/06/14 13:42:17 99,52
6 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 216,78	05/06/14 13:37:07 216,78
7 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 250,00	05/06/14 13:37:08 250,00

**LOTE: 000005 HOMOLOGADO**

13/06/14 01:24

Curva F°F° BB PN 16 45°x150 VINILFER com anéis 2GS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Curva F°F° BB PN 16 45°x150 VINILFER com anéis 2GS	peça	HDS	2	159,50

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 H.D.S. COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - EPP	ME 05.582.844/0001-01	02/06/14 10:05:36 500,00	05/06/14 14:08:48 159,50
2 N B FALCE CIA LTDA	82.643.131/0001-51	03/06/14 16:55:42 214,00	05/06/14 14:08:40 159,59
3 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 230,50	05/06/14 13:57:23 170,00
4 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 229,00	05/06/14 13:42:32 205,00
5 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 465,22	05/06/14 13:42:34 230,43
6 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 320,00	05/06/14 13:37:07 320,00
7 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 478,79	05/06/14 13:37:07 478,79

**LOTE: 000006 HOMOLOGADO**

13/06/14 01:25

JUNÇÃO 45° M/F GALVANIZADA DE 2" 1/2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	JUNÇÃO 45° M/F GALVANIZADA DE 2" 1/2	peça	MECH	6	90,00

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 96,00	05/06/14 13:51:43 90,00
2 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 120,00	05/06/14 13:45:28 91,00
3 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 121,17	05/06/14 13:40:26 95,50

4	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	130,00	05/06/14 13:57:46	97,00
---	---	----	--------------------	-------------------	--------	-------------------	-------

**LOTE: 000007 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 45° M/F GALVANIZADA DE 2" 1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 CURVA 45° M/F GALVANIZADA DE 2" 1/2

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	MECH	6	60,00

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 62,00	05/06/14 13:43:07 60,00
2 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 130,00	05/06/14 13:42:38 61,00
3 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 90,00	05/06/14 14:13:13 68,00
4 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 141,26	05/06/14 13:42:54 69,97
5 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 85,41	05/06/14 13:37:07 85,41

**LOTE: 000008 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 90° M/F GALVANIZADA DE 2 1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 CURVA 90° M/F GALVANIZADA DE 2 1/2

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	HIDROVALVULAS	10	65,40

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 74,46	05/06/14 14:13:57 65,40
2 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 110,00	05/06/14 14:13:45 65,50
3 L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME 18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 95,50	05/06/14 14:06:56 70,00
4 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 95,80	05/06/14 14:13:28 86,00
5 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 94,00	05/06/14 13:37:07 94,00
6 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 213,71	05/06/14 13:43:07 105,85

**LOTE: 000009 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 90° F/F GALVANIZADA DE 2" 1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 CURVA 90° F/F GALVANIZADA DE 2" 1/2

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	HIDROVALVULAS	10	54,67

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 54,67	05/06/14 13:37:07 54,67
2 L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME 18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 94,50	05/06/14 13:39:14 80,00
3 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 94,80	05/06/14 14:13:46 84,00
4 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 92,00	05/06/14 13:37:07 92,00
5 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 112,00	05/06/14 13:47:01 94,00
6 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 216,46	05/06/14 13:43:20 107,21

**LOTE: 000010 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

NIPEL GALVANIZADO 2 1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 NIPEL GALVANIZADO 2 1/2

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	KA	5	15,50

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 23,00	05/06/14 14:19:04 15,50
2	L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME	18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 22,80	05/06/14 14:18:15 15,70
3	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 23,75	05/06/14 13:50:35 18,27
4	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 40,00	05/06/14 13:40:39 21,00
5	A.P. DE OLIVEIRA - ME		10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 22,50	05/06/14 13:37:07 22,50
6	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 54,79	05/06/14 13:43:34 27,14

**LOTE: 000011 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

UNIÃO GALVANIZADA COM ASSENTO CÔNICO DE 2"1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 UNIÃO GALVANIZADA COM ASSENTO CÔNICO DE 2"1/2

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	K.A.	5	82,50

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME	18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 123,50	05/06/14 14:28:11 82,50
2	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 150,00	05/06/14 14:28:01 83,00
3	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 109,61	05/06/14 14:05:16 84,32
4	A.P. DE OLIVEIRA - ME		10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 96,65	05/06/14 13:52:57 84,90
5	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 123,90	05/06/14 14:14:15 100,00
6	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 281,90	05/06/14 13:43:50 139,63

**LOTE: 000012 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

TUBO GALVANIZADO 2 1/2 BARRA DE 6 METROS

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 TUBO GALVANIZADO 2 1/2 BARRA DE 6 METROS

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
BARRA	TUPER	2	328,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 358,00	05/06/14 14:35:45 328,00
2	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 650,00	05/06/14 14:35:27 329,90
3	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 463,71	05/06/14 13:41:55 357,50

**LOTE: 000013 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

VALVULA REDUTORA DE PRESSÃO EM LATÃO 21/2" COM MANOMETRO GALVANIZADA

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 VALVULA REDUTORA DE PRESSÃO EM LATÃO 21/2" COM MANOMETRO GALVANIZADA

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	WOG	2	1.240,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	A.P. DE OLIVEIRA - ME		10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 1.350,00	05/06/14 14:28:54 1.240,00
2	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 1.364,26	05/06/14 14:28:41 1.247,90
3	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 3.800,00	05/06/14 13:37:07 3.800,00
4	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 6.380,00	05/06/14 13:37:07 6.380,00

**LOTE: 000014 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 45° MF GALVANIZADA 2"

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 CURVA 45° MF GALVANIZADA 2"

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	HIDROCOMEX	6	30,30

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 39,23	05/06/14 14:42:25 30,30
2 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 56,00	05/06/14 14:42:13 30,45
3 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 36,00	05/06/14 14:20:39 34,00
4 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 65,00	05/06/14 14:19:33 47,00
5 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 98,28	05/06/14 13:44:02 48,68

**LOTE: 000015 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 90° M/F GALVANIZADA 2"

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	CURVA 90° M/F GALVANIZADA 2"	peça	HIDROCOMEX	10	40,00

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 40,15	05/06/14 13:45:52 40,00
2 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 48,00	05/06/14 13:37:07 48,00
3 L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME 18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 49,60	05/06/14 13:37:07 49,60
4 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 70,00	05/06/14 13:49:12 51,00
5 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 131,62	05/06/14 13:44:15 65,19
6 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 78,00	05/06/14 13:37:08 78,00

**LOTE: 000016 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

CURVA 90° F/F GALVANIZADA DE 2"

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	CURVA 90° F/F GALVANIZADA DE 2"	peça	K.A.	10	38,99

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME 18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 53,50	05/06/14 14:44:46 38,99
2 LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 85,00	05/06/14 14:31:02 39,00
3 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 54,67	05/06/14 14:02:19 42,05
4 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 51,90	05/06/14 13:51:16 47,00
5 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 53,80	05/06/14 13:48:53 50,00
6 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 164,26	05/06/14 13:44:35 81,35

**LOTE: 000017 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

NIPEL DUPLO GALVANIZADO DE 2"

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	NIPEL DUPLO GALVANIZADO DE 2"	peça	K.A.	15	9,90

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME 18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27 14,50	05/06/14 14:36:18 9,90
2 MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 14,55	05/06/14 14:35:54 10,00
3 A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 14,00	05/06/14 13:37:07 14,00
4 FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME 11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48 38,56	05/06/14 13:44:52 19,10
5 VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 20,74	05/06/14 13:37:08 20,74

6	LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	32,00	05/06/14 13:37:08	32,00
---	--------------------	--------------------	-------------------	-------	-------------------	-------

**LOTE: 000018 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"

**UNIDADE****MARCA****QUANTIDADE****PREÇO**

UNIDADE

K.A.

5

49,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
1	L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME	18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27	70,20	05/06/14 14:32:11	49,00
2	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	100,00	05/06/14 14:31:52	49,50
3	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	70,28	05/06/14 14:26:58	49,80
4	A.P. DE OLIVEIRA - ME		10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32	57,90	05/06/14 13:52:12	51,00
5	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	65,79	05/06/14 13:43:16	56,50
6	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48	186,31	05/06/14 13:45:10	92,28

**LOTE: 000019 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

TUBO BARRA 6 METROS GALVANIZADO DE 2"

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 TUBO BARRA 6 METROS GALVANIZADO DE 2"

**UNIDADE****MARCA****QUANTIDADE****PREÇO**

BARRA

TUPER

3

260,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
1	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	266,13	05/06/14 14:29:51	260,00
2	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	325,00	05/06/14 14:29:53	262,00
3	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	339,30	05/06/14 13:54:35	264,00

**LOTE: 000020 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

NIPEL DE REDUÇÃO DE 2 X 1 1/2

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 NIPEL DE REDUÇÃO DE 2 X 1 1/2

**UNIDADE****MARCA****QUANTIDADE****PREÇO**

peça

K.A.

5

12,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
1	L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME	18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27	12,75	05/06/14 14:37:03	12,00
2	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	20,00	05/06/14 14:36:48	12,20
3	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	35,00	05/06/14 14:33:32	12,65
4	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	20,08	05/06/14 13:37:08	20,08
5	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	ME	11.274.331/0001-36	05/06/14 08:51:48	42,43	05/06/14 13:45:19	21,02

**LOTE: 000021 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

VALVULA DE RETENCAO EM LATÃO VERTICAL 2"

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 VALVULA DE RETENCAO EM LATÃO VERTICAL 2"

**UNIDADE****MARCA****QUANTIDADE****PREÇO**

peça

RIV

5

57,50

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
1	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME	16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04	75,40	05/06/14 14:48:11	57,50
2	L. C. P. DA SILVA HIDRAULICA - ME	ME	18.680.693/0001-76	04/06/14 19:19:27	123,30	05/06/14 14:15:46	57,90



3	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME	04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00	123,32	05/06/14 13:47:46	75,00
4	A.P. DE OLIVEIRA - ME		10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32	122,00	05/06/14 13:37:07	122,00
5	LEA LOUREIRO - EPP		04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30	170,00	05/06/14 13:37:08	170,00

**LOTE: 000022 HOMOLOGADO****13/06/14 01:25**

VÁLVULA DE ESFERA PN 25 SERIE PESADA PASSAGEM PLENA, EM LATÃO COM ACIONAMENTO MANUAL POR ALAVANCA DE AÇO DE 2"

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1 VÁLVULA DE ESFERA PN 25 SERIE PESADA PASSAGEM PLENA, EM LATÃO COM ACIONAMENTO MANUAL POR ALAVANCA DE AÇO DE 2"

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
peça	RIV	5	92,90

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME	ME 16.637.264/0001-90	04/06/14 16:34:04 131,95	05/06/14 14:51:56 92,90
2	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	ME 04.151.335/0001-61	04/06/14 14:37:00 168,96	05/06/14 14:51:45 93,00
3	A.P. DE OLIVEIRA - ME	10.690.666/0001-72	05/06/14 12:27:32 166,00	05/06/14 14:30:40 109,00
4	LEA LOUREIRO - EPP	04.338.351/0001-68	04/06/14 16:41:30 235,00	05/06/14 13:37:08 235,00

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é(são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

---

**MARCIO SCHEIDEMANTEL**

# Porto Belo

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 2.161, de 09 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.161, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

PROÍBE O USO DE EQUIPAMENTO BATE-ESTACA NO PERÍMETRO URBANO DE PORTO BELO - SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica proibido o uso de equipamento tipo "bate-estaca", nas edificações com mais de 03 (três) pavimentos localizados no perímetro urbano do Município de Porto Belo.

Art. 2º As estruturas poderão ser realizadas por equipamentos de estacionamento tipo hélice contínua, pré-furo hidráulico ou similares, minimizando o impacto de vizinhança.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal Nº 2.159 de 09 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.159, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA "SAUDE NAS CRECHES" DA REDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Porto Belo o " Programa Saúde nas Creches" que funcionará como um sistema de prevenção a doenças infantis por meio de atendimento da equipe de saúde da família em todas as creches da rede municipal.

Art. 2º O programa deverá contar com um profissional médico, uma enfermeira e/ou uma técnica em enfermagem e prestará atendimento de avaliação ponderal (peso e altura), nutricional, atualização de vacinas, além dos profissionais passarem orientações preventivas (de diversas doenças) aos monitores das creches que poderão posteriormente repassar aos pais.

Art. 3º Os atendimentos deverão acontecer trimestralmente e programados em datas específicas, devendo ser comunicados com antecedência para a direção da creche a ser visitada, bem como exposta através de cartazes nos murais das escolas e demais órgãos públicos.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal Nº 2.162, de 09 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.162, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA ART. 1º DA LEI MUNICIPAL 2124/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Artigo 1º da Lei Municipal 2124/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber uma ambulância, Marca Citroen, Modelo Jumper F33C 23S, Ano e Modelo 2013/2014, cor branca, Renavan 595247385, Placa MLV 3766, da Autoposta Litoral Sul SA.

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei 2124/2014 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 029/2014 PMPB - 018/2014 FMS - 018/2014 Fmeduca

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 029/2014 PMPB - 018/2014 FMS - 018/2014 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, hidrojateamento, desentupimentos e serviço de limpeza de fossa e afins, para atender as necessidades das Secretarias do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:45 horas do dia 30/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:00 horas do dia 30/06/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 017/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 017/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de roupas de cama hospitalar e uniformes para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 08:30 horas do dia 30/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 08:45 horas do dia 30/06/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**: Pregão - Registro de Preço - 028/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 028/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento e suporte técnico para com os usuários dos sistemas administrativos de contabilidade, tesouraria, planejamento (PPA-LDO-LOA), LRF, compras e licitações, almoxarifado, patrimônio, estoque, frotas, folha de pagamento, ponto eletrônico, RAIS, DIRF, SEFIP, educação, escola, protocolo, ouvidoria, tributação (fiscalização, arrecadação, dívida ativa, lançamentos cadastrais, produção primária), nota fiscal eletrônica, procuradoria, esfinge unidade gestora e capacitação e treinamento de pessoal nas determinadas áreas dos sistemas, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 15:45 horas do dia 27/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 16:00 horas do dia 27/06/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Pregão - Registro de Preço - 027/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 027/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Aquisição de uma motocicleta nova, zero quilômetro, e adaptações para atender as necessidades do Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, conforme detalhamento constante no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:30 horas do dia 27/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 13:45 horas do dia 27/06/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 026/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 026/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Aquisição de um veículo novo, zero quilômetro, para atender as necessidades da Defesa Civil do Município de Porto Belo, conforme detalhamento constante no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08:45 horas do dia 27/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 27/06/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Porto União****PREFEITURA****Termo de Homologação de Pregão Presencial 005/2014 - Cultura**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 008/2014 - CULTURA  
Pregão Presencial 005/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
MIDORI FLORES LTDA. - ME

Porto União SC, 06 de junho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 014/2014- Cultura**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 014/2014 - CULTURA  
Partes: Município de Porto União e WEBER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. ELÉTRICOS LTDA. - ME  
Objeto: Aquisição de materiais para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.  
Valor total R\$ 4.446,72 (quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos)  
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse entre as partes.  
Base legal: Pregão Presencial 004/2014- CULTURA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de junho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

WEBER IND. E COM. DE MAT. ELÉTRICOS LTDA. - ME  
Contratada

**Rio do Sul****PREFEITURA****Lei Complementar 280**

LEI COMPLEMENTAR Nº 280, de 10 de junho de 2014.  
"ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 174 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica alterado o vencimento do Agente Comunitário de Saúde no Anexo I da Lei Complementar nº 174, de 14 de dezembro de 2.007, com carga horária de 40 horas semanal para o valor correspondente a R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I  
Emprego Público

Nº de Empregos	Emprego Público	Carga Horária	Vencimento
111	Agente Comunitário de Saúde	40	R\$ 1.014,00

Art. 2º- Com fundamento no disposto na Portaria nº 314, de 28 de fevereiro de 2014, do Ministério da Saúde, o vencimento fixado em R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) com vigência a partir de janeiro de 2014, será pago em folha de pagamento de modo retroativo complementado o valor recebido no importe de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) até R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais).

Art. 3º- As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor - recurso vinculado.

Art. 4º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
10 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**Notificação de Distrato****NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO**

Através da presente, fica Notificada a empresa Casulo Assessoria e Consultoria Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece o contrato de prestação de serviços nº 043, datado de 24 de abril de 2014, cláusula oitava leta "c" do contrato original da prestação de serviços técnicos, assessoria e consultoria na elaboração de projetos e programas destinados ao cumprimento do plano de governo, a partir de 16 de junho de 2014, rescindiremos amigavelmente o Contrato de Prestação de Prestação de Serviços nº 043/2014, objeto do Convite nº 047/2014.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão,

celebrado entre o Município de Rio do Sul e empresa Casulo Assessoria e Consultoria Ltda, ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Registrar e Publicar:

Rio do Sul, 13 de junho de 2014  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

Casulo Assessoria e Consultoria Ltda  
Srª Regina Bonito Petry

CONTRATADA

Recebido em ..... / ..... / .....

### **Editais de Publicação de Acórdãos Nº 003/2014**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 003/2014  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 13/06/2014, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 002/2013  
Protocolo nº 122627/2010  
Recorrente: FLAVIO ROUSSENQ  
Relator: Conselheiro Marco Aurélio Kuhnen Schulle

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, dado provimento ao Recurso, cancelando a Notificação de Lançamento de Tributo Municipal

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. RECONSTRUÇÃO DE PASSEIOS. FATO GERADOR: VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA. DEMONSTRAÇÃO DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PELO ENTE TRIBUTANTE: NECESSIDADE. EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA PARA CADA OBRA: DESNECESSIDADE. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS DEVE CONTER FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO, ART. 727, PARÁGRAFO ÚNICO: APLICABILIDADE

Leonice Witte  
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

### **Lei 5.482**

LEI Nº 5.482, de 10 de junho de 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica desafetada área de terra de 2.614,25 m² (dois mil, seiscentos e quatorze metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), devidamente registrada sob o nº 39.357 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta comarca, pertencente ao Município de Rio do Sul, com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 116,00 metros, com a rua D do referido loteamento; fundos em 116,00 metros, com terra de Francisco Vogelbacher; extremado do lado direito em 22,10 metros, com o lote nº 23 da quadra C do referido loteamento de propriedade de

Guilherme Domingos Veneri e, do lado esquerdo em 23,00 metros, com terras de propriedade de Nelson Fronza.

Parágrafo único - A desafetação mencionada no caput deste artigo visa retirar a destinação específica, qual seja, área destinada à área verde, que inicialmente foi conferida ao imóvel, a fim de dar-lhe finalidade que melhor atenda os interesses públicos.

Art. 2º- O imóvel descrito no art. 1º da presente Lei passa a ter nova afetação, destinando-se a construção de área de lazer.

Art. 3º- Integra a presente Lei a matrícula nº 39.357 do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
10 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **Editais de Pregão Presencial 31/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 31/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para reuniões de capacitação, realizadas em diversos setores da Secretaria de Saúde. ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 27 de junho de 2014 às 12:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 09:00 do dia 26 de junho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 17 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 185/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014  
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 02 de julho 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE ALARME ELETRÔNICO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 190/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2014  
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 01 de julho 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE DESFIBRILADOR, EXTERNO, PORTÁTIL, BIFASICO, COM ELETRODO ADULTO, QUE POSSIBILITE CHOQUES EM PACIENTES, ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATOS, PARA USO NAS AMBULÂNCIAS DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 144/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 30 de junho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1880/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1880/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJD2247	54596011E	6858/0	23/02/2014	R\$ 85,12	231 * VII
ALV4378	55514601D	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALW2888	55513874D	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALW2888	55514322D	5541/2	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AQC6509	55514561D	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWD1306	55514128D	6050/1	28/02/2014	R\$ 191,53	208
AWD1306	55514324D	5541/2	25/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BST7374	55724178D	5185/1	05/02/2014	R\$ 127,69	167
BVY5919	55514311D	5568/0	06/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
CHW1427	55514270D	5380/0	28/02/2014	R\$ 85,12	181 * I
CPC5367	55513873D	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KAC3210	55514558D	5193/0	21/03/2014	R\$ 191,53	168
KBI9687	55514633D	6050/2	26/03/2014	R\$ 191,53	208
LPM2364	55514275D	5525/0	14/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAB6220	54597215E	5185/1	05/02/2014	R\$ 127,69	167
MAX6528	55514581D	5207/0	28/03/2014	R\$ 53,20	169
MCA5817	55513970D	7366/2	06/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCO4494	55514456D	6041/2	06/03/2014	R\$ 127,69	207
MCP1992	55514638D	5568/0	27/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCS8022	54593504E	5452/1	27/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDL2505	55514144D	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
MDY9589	55514090D	5568/0	27/01/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEJ0303	55513689D	5541/2	15/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN0448	55724326D	6076/0	22/03/2014	R\$ 191,53	210
MFV9702	55514547D	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF5186	55514952D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGR0035	55513867D	5541/2	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD4062	54597239E	5835/0	22/02/2014	R\$ 127,69	195
MIS9963	55514182D	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ9288	55514538D	7366/2	19/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKS8632	55513694D	5541/2	27/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

# EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1879/2014



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1879/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACE0330	54596037E	6599/2	28/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
ACE0330	54596038E	6408/0	28/03/2014	R\$ 85,12	221
AJD2247	54596009E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJD2247	54596010E	5118/0	23/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AKY7230	54593622E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
CBE3382	54593658E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233
DDZ9721	54597998E	6637/2	15/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
HFB5732	54596183E	6920/0	09/04/2014	R\$ 127,69	233
HQZ6621	54593672E	6920/0	21/03/2014	R\$ 127,69	233
JLV4343	55438464C	6548/0	23/03/2014	R\$ 85,12	229
LXD6834	54597447E	6912/0	15/02/2014	R\$ 53,20	232
LXD6834	54597448E	5029/2	15/02/2014	R\$ 957,69	162 * II
LXD6834	54597449E	6726/1	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXD6834	54597450E	5126/2	15/02/2014	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
LZJ1198	54597208E	6599/2	05/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZU8006	55724459D	6548/0	14/03/2014	R\$ 85,12	229
MCI3537	54597012E	6599/2	17/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCI3537	54597013E	5045/0	17/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEP0382	54593608E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MFE3100	54596043E	5169/1	01/04/2014	R\$ 1.915,38	165
MGY8261	54593655E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233
MHD4062	54597237E	5010/0	22/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHD4062	54597238E	5118/0	22/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHD4062	54597247E	5274/1	22/02/2014	R\$ 191,53	175
MIN7007	54593591E	5169/1	28/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MIN7007	54593592E	5029/2	28/03/2014	R\$ 957,69	162 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIN7007	54593593E	6769/2	28/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MIV4771	54593652E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1878/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1878/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGG9220	55515327D	5185/1	27/05/2014	167
ANM2169	55515113D	5541/2	17/04/2014	181 * XVII
ARY8378	54597839E	6122/0	29/04/2014	214 * I
CEC2585	55515324D	5185/1	26/05/2014	167
EMV0551	55515074D	5460/0	21/05/2014	181 * IX
LXQ1915	55514323D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MBD6746	55515079D	5185/1	27/05/2014	167
MDA8308	55514433D	5738/0	22/05/2014	186 * II
MEQ8134	55514438D	7366/2	27/05/2014	252 * VI
MFA0736	55515315D	5460/0	22/05/2014	181 * IX
MGX9709	55514992D	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
MHX0049	55515350D	7366/2	29/05/2014	252 * VI
MIJ1368	54592789E	6858/0	29/05/2014	231 * VII
MJU4682	55515118D	5541/1	27/05/2014	181 * XVII
MMM7431	55515108D	5541/2	11/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1877/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1877/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ9928	54595860E	6912/0	29/05/2014	232
AEC3457	54592083E	5037/1	26/05/2014	162 * III
AEC3457	54592084E	5134/1	26/05/2014	164 c/c 162 * III
AES2258	54595520E	6920/0	28/05/2014	233
AEY0230	54596172E	6920/0	03/04/2014	233
AGK1342	54595851E	6599/2	10/05/2014	230 * V
AGK1342	54595854E	5118/0	10/05/2014	164 c/c 162 * I
AJK2263	54595503E	6920/0	22/05/2014	233
AJK9663	54593534E	5010/0	10/05/2014	162 * I
AJK9663	54593535E	5118/0	10/05/2014	164 c/c 162 * I
AJK9663	54593536E	6599/2	10/05/2014	230 * V
ANF9431	54596377E	6920/0	24/04/2014	233
APS2961	55727989D	6599/2	16/05/2014	230 * V
CAW5057	55727997D	5169/1	23/05/2014	165
CAW5057	55727998D	5029/2	23/05/2014	162 * II
CAW5057	55727999D	5126/2	23/05/2014	164 c/c 162 * II
DMJ3568	54596357E	6920/0	16/04/2014	233
IBH5155	54596364E	6920/0	22/04/2014	233
LBY7108	54596355E	6920/0	16/04/2014	233
MBS7227	55728151D	6700/0	24/04/2014	230 * XVI
MBU3440	54593594E	6670/0	24/04/2014	230 * XIII
MFM1081	54595502E	6920/0	22/05/2014	233
MGI6821	54595511E	6920/0	26/05/2014	233
MIJ1368	54592788E	7340/0	29/05/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 900/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 900/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG4888	8492062719	7455/0	15/05/2014	218 * I
AAR0071	8492062368	7455/0	04/05/2014	218 * I
AJO7340	8492062354	7463/0	04/05/2014	218 * II
AJQ8197	8492062739	7455/0	20/05/2014	218 * I
AKB7193	8492062041	7455/0	15/04/2014	218 * I
ALW2888	8492062865	7455/0	18/05/2014	218 * I
ALW6301	8492062726	7463/0	18/05/2014	218 * II
ALW6301	8492062755	7455/0	16/05/2014	218 * I
AME4055	8492061974	6050/3	18/04/2014	208
AMR2842	8492062681	7455/0	07/05/2014	218 * I
ANH6598	8492061480	6050/3	06/04/2014	208
ARQ1402	8492062813	7455/0	20/05/2014	218 * I
BEE2123	8492062761	7455/0	18/05/2014	218 * I
BGI3220	8492062532	7455/0	11/05/2014	218 * I
CKZ7080	8492061533	6050/3	04/04/2014	208
COS0112	8492062843	7455/0	17/05/2014	218 * I
CQV9168	8492062723	7463/0	17/05/2014	218 * II
DDW7177	8492062717	7463/0	14/05/2014	218 * II
DZG6419	8492062528	7463/0	09/05/2014	218 * II
GVE2414	8492062733	7455/0	19/05/2014	218 * I
HRP3868	8492062521	7455/0	07/05/2014	218 * I
HSJ9897	8492062551	5673/2	13/05/2014	183
IHJ5389	8492062513	7455/0	10/05/2014	218 * I
IJA3904	8492062191	7455/0	27/04/2014	218 * I
JGY9939	8492061873	6050/3	19/04/2014	208
LND1379	8492061928	7455/0	19/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS7573	8492062263	7455/0	05/05/2014	218 * I
LXC1803	8492062710	7455/0	18/05/2014	218 * I
LXR7683	8492061913	7463/0	19/04/2014	218 * II
MAV4938	8492062788	6050/3	20/05/2014	208
MCD9954	8492062854	7455/0	18/05/2014	218 * I
MCK0819	8492062025	7455/0	20/04/2014	218 * I
MCV7683	8492062357	7455/0	05/05/2014	218 * I
MCX1069	8492062001	7455/0	18/04/2014	218 * I
MDA8542	8492062771	5673/2	16/05/2014	183
MDE0006	8492062798	7455/0	17/05/2014	218 * I
MDT2636	8492062196	7455/0	23/04/2014	218 * I
MEQ2525	8492062721	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFA8163	8492062744	7455/0	14/05/2014	218 * I
MFE8795	8492062021	7471/0	18/04/2014	218 * III
MGD0328	8492062105	7455/0	27/04/2014	218 * I
MHA7795	8492062742	7455/0	18/05/2014	218 * I
MHH0803	8492062800	7455/0	19/05/2014	218 * I
MHN5461	8492062745	7455/0	14/05/2014	218 * I
MHY9497	8492062870	7455/0	16/05/2014	218 * I
MIB9132	8492062536	7455/0	13/05/2014	218 * I
MIF2653	8492062086	7455/0	19/04/2014	218 * I
MIL5873	8492062824	7455/0	19/05/2014	218 * I
MJC1941	8492062063	7463/0	18/04/2014	218 * II
MJT5678	8492062728	7455/0	18/05/2014	218 * I
MJT9694	8492062871	7455/0	16/05/2014	218 * I
MJU4682	8492062827	7455/0	19/05/2014	218 * I
MJV6566	8492062727	7455/0	18/05/2014	218 * I
MJW1004	8492062190	7455/0	26/04/2014	218 * I
MKB0538	8492061930	7455/0	20/04/2014	218 * I
MKX7434	8492061890	7463/0	22/04/2014	218 * II
MKX8037	8492062780	6050/3	20/05/2014	208
MLB3009	8492062749	7455/0	14/05/2014	218 * I
MLG1035	8492061787	7455/0	13/04/2014	218 * I
MLJ6665	8492062703	7455/0	16/05/2014	218 * I
MMA0721	8492062806	7455/0	16/05/2014	218 * I
MMA6384	8492062842	7455/0	15/05/2014	218 * I
NEU8899	8492062781	6050/3	14/05/2014	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NWD7904	8492062692	7455/0	11/05/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 901/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 901/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABD3113	8492061170	5673/2	25/03/2014	R\$ 85,12	183
ACM3672	8492060833	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEO1672	8492060134	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFA5745	8492060701	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
AHI3490	8492060814	7463/0	08/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKJ0229	8492060750	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
ALW2888	8492060715	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARZ8580	8492060787	7463/0	08/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ASW1521	8492060737	6050/3	08/03/2014	R\$ 191,53	208
ATH9783	8492061496	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATT3564	8492059201	6050/3	13/01/2014	R\$ 191,53	208
AVG1722	8492060269	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXB5494	8492060202	7471/0	12/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
AXB5494	8492060589	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AZB2228	8492061441	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BGI3220	8492060625	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOE8013	8492060473	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGX8981	8492060438	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGX8981	8492060993	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DOT4764	8492060819	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZG3660	8492061223	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
FMB1117	8492059649	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
HEA2918	8492061122	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IEY8897	8492059337	6050/3	16/01/2014	R\$ 191,53	208
IFY9838	8492060818	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJO9133	8492060816	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ITM1631	8492060402	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JSM1704	8492060384	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JSM1704	8492060727	5673/2	08/03/2014	R\$ 85,12	183
KKP2323	8492060361	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXA4246	8492059667	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM4678	8492060518	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM4678	8492060646	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXQ1855	8492059815	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX4208	8492061109	6050/3	22/03/2014	R\$ 191,53	208
MBH5418	8492059544	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT8009	8492061523	7455/0	08/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB4128	8492060783	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH8626	8492060698	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4638	8492060782	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG1769	8492059311	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP7872	8492061043	7463/0	15/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDP9566	8492061133	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR8643	8492061257	7463/0	22/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW8297	8492060729	5673/2	08/03/2014	R\$ 85,12	183
MEP9997	8492061259	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU2935	8492059704	7463/0	30/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFF5975	8492061052	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN8139	8492059852	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ0277	8492059839	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE7285	8492060991	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP6988	8492060759	5673/2	11/03/2014	R\$ 85,12	183
MHX0908	8492060704	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH1214	8492060941	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN2013	8492061542	6050/3	06/04/2014	R\$ 191,53	208
MJD5088	8492061261	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN2955	8492061090	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKA9047	8492060062	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX5119	8492060665	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC4174	8492060733	6050/3	06/03/2014	R\$ 191,53	208
MLC9427	8492059266	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK4094	8492059801	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU9298	8492059706	6050/3	30/01/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**SAMAE****Aviso de Licitação - Pregão Nº 45/2014**

Pregão Presencial nº 45/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 45/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 03 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de 04 veículos, sendo 01 (um) para o Setor Administrativo, 01 (um) para o Setor de Abastecimento de Água e 02 (dois) para o Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**São João do Sul****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 093/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 093/2014

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2013

OBJETO: FICA PRORROGADA A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO PARA 15/02/2015, QUE TEM POR OBJETO PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVA NA AV. NEREU RAMOS NUM TOTAL DE 2.917,16M² DE PASSEIOS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 15/10/2013 à 15/02/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 070/2013 - Tomada de Preços nº 002/2013 de 20/09/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 05 de JUNHO de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

**Errata**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

CONTRATO Nº 063/2014 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014.

OBJETO: OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 (SEIS) SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE), COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 853,20M², NA COMUNIDADE DE VILA CONCEIÇÃO.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP

Considerando erro de natureza formal no Termo Aditivo, onde lia-se "na comunidade de Vila Santa Catarina" leia-se: "na comunidade de VILA CONCEIÇÃO". Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

São João do Sul - SC, em 06 de Junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal



**São José****PREFEITURA****Portaria Nº 2257/2014/Sma**

PORTARIA Nº 2257/2014/SMA  
CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O Secretário de Administração Waldemar Bornhausen Neto, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira Banco Daycoval S.A - CNPJ nº 62.232.889/0001-90, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
Waldemar Bornhausen Neto  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº: 17/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014**

PORTARIA Nº: 17/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomeia Comissão de sindicância para apurar, o desaparecimento da quantia de R\$ 60,00 (sessenta reais), em espécie, pertencente ao Guarda Municipal MAURÍCIO PASSOS DOS SANTOS matrícula 19.052, que estava no interior de sua carteira, esquecida dentro da viatura, quando estava de serviço na data 20/04/2014.

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013;

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II - Guarda Municipal, ANDERSON DE CAMPOS, matrícula.15.692, como Secretário;

III - Guarda Municipal, IVANDRO DE LIMA, matrícula 23.190, como Vogal.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**Decreto Nº 2783/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Gabinete da Prefeita  
DECRETO Nº 2783/2014  
ALTERA O DECRETO 2328/2014 E INSTITUI PONTO FACULTATIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o inciso X, do Art. 1º do Decreto 2328/2014, passando a vigorar nos seguintes termos:

"X - 19 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Municipal - Lei 2.302/1991);"

Art. 2º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 20 de junho de 2014 (sexta-feira), para os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Ficam excluídos do horário estabelecido por este Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2.762/2014**

DECRETO Nº 2.762/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMISSÃO
MARTA MACHADO	Auxiliar de Sala	40 horas	02/06/2014
VALCIRA MARIA FERREIRA	Professor-M	20 horas	02/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 02/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **Resultado do Pregão Eletrônico Nº 019/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2014 - Processo nº 090/2014. Contratado: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais elétricos destinados à manutenção preventiva e corretiva do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$33.446,00 - trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Resultado do Pregão Eletrônico Nº 040/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2014 - Processo nº 108/2014. Contratado: FOCUS IND. E COM. DE MOVEIS LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis especiais sob medida e granito para equipar as dependências das unidades básicas de saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$693.990,00 - seiscentos e noventa e três mil, novecentos e noventa reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Resultado do Pregão Eletrônico Nº 039/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2014 - Processo nº 104/2014. Contratado: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de oxigênio de ar comprimido para atender as unidades básicas de saúde, policlínicas e SAMU/SJ da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$169.000,00 - cento e sessenta e nove mil reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Resultado do Pregão Eletrônico Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2014 - Processo nº 002/2014. Contratado: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de tatame E.V.A.

com encaixes de 1Mx1mX40mm para serem utilizados pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Valor Total: R\$37.150,00 - trinta e sete mil, cento e cinquenta reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Resultado do Pregão Presencial Nº 026/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014 - Processo nº 119/2014. Contratado: KHRONOS SEGURANÇA PRIVATIVA LTDA. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços especializados para fornecimento, instalação, montagem, operação e manutenção com monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança em alarmes e câmeras, sistemas de comunicação de voz ip direto com a central de segurança, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$2.586.000,00 - dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Portaria Nº 002, de 11 de Junho de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
FUNDAÇÃO MUNI  
CIPAL DO MEIO AMBIENTE E D  
EENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
FMADS

PORTARIA Nº 002, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o procedimento para análise das certidões de atividades não poluidoras na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, XVI da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

Considerando que a licença ambiental não é exigida para todos os empreendimentos, mas somente para aqueles que são causadores efetivos ou potenciais de poluição ou degradação ambiental; Considerando que os empreendimentos não sujeitos ao licenciamento necessitam obter certidão de atividade não poluidora - CANP;

Considerando o número efetivo de servidores e o aumento da carga no que se refere ao licenciamento ambiental para as atividades potencialmente poluidoras;

Considerando o grande número de demandas encaminhadas pelo Ministério Público Federal, Ministério Público de Santa Catarina, Polícia Federal, Polícia Civil, Poder Judiciário, solicitando por parte desta Fundação, fiscalização de atividades e empreendimentos dentro do município;

Considerando que o último concurso público realizado encontra-se pendente de homologação;

Considerando que houve um aumento em quase 50% (cinquenta por cento) dos pedidos de emissão de certidão de atividade não poluidora - CANP e a vistoria, que é um dos procedimentos realizados para sua emissão, demanda tempo;

Considerando que o procedimento administrativo para emissão da certidão de atividade não poluidora não demanda maior complexidade;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que para dar celeridade aos procedimentos relacionados à emissão de certidão de atividade não poluidora - CANP, nos próximos 6 (seis) meses, as atividades de vistoria somente ocorrerão quando a necessidade for manifestada pela equipe técnica desta Fundação ou para os empreendimentos ou atividades que em tese possam causar poluição ou degradação ambiental.

§ 1º. Para a emissão da certidão de atividade não poluidora - CANP será levada em consideração a declaração emitida pelo interessado, bem como todo o rol de documentos necessários para análise do pedido.

Art. 2º. A elaboração ou apresentação de declaração ou qualquer outro documento total ou parcialmente falso ou enganoso, ensejará representação do responsável junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, pela prática de crime ambiental, nos moldes do artigo 69-A da Lei Federal n.º 9.605/1998.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos têm aplicabilidade imediata e estão revogadas todas as normas internas em conflito.

São José, 11 de junho de 2014.  
EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA  
Superintendente da FMADS/SJ  
Decreto Municipal nº 696/2013

#### **Termo Aditivo Nº 530/2011-04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 530/2011-04 - PR 088/2011 - Processo 166/2011 - Contratado: ANGÁ ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada no preparo da Alimentação Escolar, com fornecimento de todos os gêneros alimentícios, pessoal e demais necessidades apresentadas no Termo de Referência, para atender ao Programa de Merenda Escolar nas Unidades Escolares de Responsabilidade do Município de São José/SC. Reajuste: Fica reajustado o valor do Contrato original em 7,58%, o que representa um valor total de R\$651.717,39 - seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e dezessete reais e trinta e nove centavos. Data da assinatura: 15 de maio de 2014.

#### **Decreto Nº 2.763/2014**

DECRETO Nº 2.763/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
VALDECI JOSE GUTH	Professor-H	40 horas aulas	03/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **Decreto Nº 2.764/2014**

DECRETO Nº 2.764/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
AUREA SCHMITZ LOPEZ	Auxiliar de Ensino	30 horas	04/06/2014
ISABEL SILVEIRA NAU VIEIRA	Professor-M	40 horas	04/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **Decreto Nº 2.765/2014**

DECRETO Nº 2.765/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o

Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
MARCOS HENRI-QUE DE SOUSA	Professor-H	22 horas aulas	05/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2.766/2014**

DECRETO Nº 2.766/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
MARINALVA MATHIAS SOUZA MATTOS	Auxiliar de Ensino	30 horas	06/06/2014
RITA DE CASSIA ECCEL SIMAS	Professor-H	40 horas aulas	06/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2.767/2014**

DECRETO Nº 2.767/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
JOCELITA DAL FORNO SIQUEIRA	Auxiliar de Ensino	30 horas	09/06/2014
SOLANGE CARO-LINE STEFFENS	Professor-M	40 horas	09/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2.768/2014**

DECRETO Nº 2.768/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
SILVANA CARDOSO DE SOUSA	Professor - M	40 horas	06/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **Decreto Nº 2.769/2014**

DECRETO Nº 2.769/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

#### **DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ADRIANA MARIA DA SILVA	Professor - M	20 horas	09/06/2014
ALESSANDRA MINA DOS SANTOS	Professor - M	40 horas	09/06/2014
DENANCI LUIZA DO PRADO	Professor - M	40horas	09/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **Decreto Nº 2.770/2014**

DECRETO Nº 2.770/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Alessandra Mina dos Santos	Auxiliar de Ensino	06/06/2014
Alexandre Souza de Jesus Souza	Professor-M	02/06/2014
Denanci Luiza do Prado	Auxiliar de Ensino	09/06/2014
Fábio Marinho	Professor-M	02/06/2014
Luzimeri Merize	Auxiliar de Sala	04/06/2014
Mariela Salvio de Andrade	Professor-H	06/06/2014
Rafael Geraldo Haskel	Professor-H	06/06/2014
Sandrine Rodrigues Cordeiro Osório	Professor-M	02/06/2014
Silvana Cardoso de Sousa	Auxiliar de Ensino	05/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **Decreto Nº 2.771/2014**

DECRETO Nº 2.771/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 10998/2014 datado de 23/05/2014;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica dispensado o seguinte servidor admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Jackson Roberto Cardoso	Professor-H	02/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
11 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação



**Decreto Nº 2.772/2014**

DECRETO Nº 2.772/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 11000/2014 datado de 23/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o seguinte servidor admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Andrei Aderbal da Rosa	Professor-H	02/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),

11 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2.773/2014**

DECRETO Nº 2.773/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 11002/2014 datado de 23/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o seguinte servidor admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Alexandre Alves	Professor-H	02/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),

11 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2.774/2014**

DECRETO Nº 2.774/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 11345/2014 datado de 29/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Maria Terezinha Revelante de Souza	Professor-M	02/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),

11 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**Decreto Nº 2797/2014**

DECRETO Nº 2797/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 2756/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da Srª Welma Braga Costa Cândido em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 2756/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 2756 de 09 de junho de 2014, que nomeou WELMA BRAGA COSTA CÂNDIDO para ocupar o cargo de Assessor I - Escolar - CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),

16 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2795/2014**

DECRETO Nº 2795/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos, os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
Anair Neri Lopes	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40 H/S
Marcos Santos	Motorista	Secretaria de Assistência Social	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),  
16 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2796/2014**

DECRETO Nº 2796/2014  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 002/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos, os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
Aricia Furlanetto dos Passos	Assistente Social	Secretaria da Assistência Social	40 H/S
Vagner Nishimura	Psicóloga	Secretaria da Assistência Social	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),  
16 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2798/2014**

DECRETO Nº 2798/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, JULIANA POSSIDÔNIO DOS SANTOS, para o cargo em comissão de ASSESSOR I - ESCOLAR - CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da LC nº 022/2004 e da Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Paço Municipal em São José (SC),  
16 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Termo Aditivo Nº 051/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 051/2013-01 - DL 016/2013 - Processo 050/2013 - Contratado: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Adhemar da Silva, nº 1049, esquina com a Rua Salvador Di Bernardi - Bairro Kobrasol, São José/SC, destinado a abrigar o CEI Ana Sperandio Battisti. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 051/2013 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se novo período de vigência a partir de 01/04/2014. Reajuste: Fica reajustado o valor do Contrato nº 051/2013 pelo índice do IGPM - FGV, referente ao período de 01/04/2013 a 31/03/2014, que corresponde ao percentual de 7,3087%. Data da assinatura: 04 de junho de 2014.

### **Pregão Eletrônico Nº 057/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2014 - Processo nº 157/2014. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo e permanente, para atender os centros de educação infantil da rede municipal de ensino de São José/SC, através do Programa Brasil Carinhoso. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 17/06/2014 às 18h00min até dia 01/07/2014, às 14h00minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 01/07/2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### **Pregão Eletrônico Nº 042/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2014 - Processo nº 111/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de equipamentos de proteção individual e acessórios destinados a Guarda Municipal do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 17/06/2014 às 18h00min até dia 01/07/2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 01/07/2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### **Resultado do Pregão Presencial Nº 136/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2013 - Processo nº 359/2013. Contratado: OI MOVEI S.A. Objeto: Contratação de

empresa para prestação de serviços de telecomunicações móvel pessoal- SMP, com tecnologia digital na modalidade pós-pago, acessos (chips para centrais telefônicas) e acesso a internet, inclusive serviço de tráfego de dados para acesso a internet e custos de tarifas por minutos para chamadas locais, para ligações originadas de todos os órgãos, Autarquias e empresas ligadas à Administração Municipal de São José. Valor Total: R\$225.311,99 - duzentos e vinte cinco mil, trezentos e onze reais e noventa e nove centavos.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### **Decreto Nº 2.787/2014**

DECRETO Nº 2.787/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
DANIELA ELI	Auxiliar de Ensino	20 horas	10/06/2014
DIEGO GRASEL BARBOSA	Professor-H	25 horas aulas	10/06/2014
EDSON LUIZ BARBIERI	Professor-H	20 horas aulas	10/06/2014
JAYANN BATISTA DE ARAUJO	Professor-M	40 horas	10/06/2014
MARTA VIRGINIA BORGES CAPIS- TRANO	Professor-M	20 horas	10/06/2014
PEDRO MOACIR PERGHER	Professor-H	30 horas aulas	10/06/2014
SABRINA LUCAS DE FREITAS	Professor-M	40 horas	10/06/2014
SOLANGE LAGE RODRIGUES	Professor-H	33 horas aulas	10/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.788/2014**

DECRETO Nº 2.788/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ANA CARLA MACHADO	Professor-M	20 horas	11/06/2014
ANA GABRIELA SCHUTZ	Professor-H	40 horas aulas	11/06/2014
BELINDA MARIA VIEIRA DE ARAUJO	Professor-M	20 horas	11/06/2014
DENISE BEATRIZ ROSSATO PINOS	Professor-M	20 horas	11/06/2014
GESSELI RECH ANDRADE	Professor-M	20 horas	11/06/2014
MAYCON CLAUDINO BARRETO	Professor-H	24 horas aulas	11/06/2014
MICHELLE DA CUNHA	Professor-M	30 horas	11/06/2014
SANDRA REGINA PREISCHARDT ROSA	Professor-H	24 horas aulas	11/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.789/2014**

DECRETO Nº 2.789/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do

servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ANDREA MARIS- TELA DA SILVA OLIVEIRA	Professor-M	20 horas	12/06/2014
DAIANA PFLEGER KREMER	Professor-M	40 horas	12/06/2014
MARCOS JOSE OLIVEIRA SILVA	Professor-M	20 horas	12/06/2014
SIMONE VIEIRA PEREIRA VAR- NIERI	Professor-M	20 horas	12/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.790/2014**

DECRETO Nº 2.790/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
THIAGO HOFF- MANN PEREIRA	Professor - H	22 horas aulas	13/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 13/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.791/2014**

DECRETO Nº 2.791/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
FERNANDA HAM- MES JARACESCKI	Auxiliar de Ensino	30 horas	10/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 10/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.792/2014**

DECRETO Nº 2.792/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
PAULA RAFAELA DA ROSA	Auxiliar de Sala	40 horas	11/06/2014
SILVIA ANDREA BOGAS DE OLI- VEIRA HENTGES	Auxiliar de Ensino	30 horas	11/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.793/2014**

DECRETO Nº 2.793/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

#### **DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
CLEUSENIR MIRANDA	Auxiliar de Ensino	30 horas	12/06/2014
THAIS PEREIRA CARDOSO	Auxiliar de Ensino	30 horas	12/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
13 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 2.794/2014**

DECRETO Nº 2.794/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

#### **DECRETA:**

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
RICARDO GESSER DA COSTA	Professor - H	40 horas aulas	09/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 09/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC),  
16 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Edital CMDCA/Sj Nº 001/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ  
EDITAL CMDCA/SJ Nº 001/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ,

FAZ SABER que estarão abertas, de 16 de julho a 14 de agosto de 2013 as inscrições para o PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ, GESTÃO 2013/2016.

#### **1. DO PROCESSO DE ESCOLHA**

1.1. O presente processo de escolha é disciplinado com base na Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com as modificações introduzidas por legislação posterior editada até 31 de agosto de 2012, pela Lei nº. 12.696/2012, na Lei Federal nº 8.242/91, nas Leis Municipais de São José nº. 2.411/92 (CMDCA/SJ), nº. 4.302/2005 (CMDCA/SJ) e 2.611/1994 (Conselho Tutelar de São José) e suas alterações, sendo realizado sob a responsabilidade do CMDCA/SJ, organizado e coordenado, na forma da Resolução 007/2014, do CMDCA, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José na condição de Suplentes, gestão 2013/2016, quando da posse, até 09 de janeiro de 2016, constituída em Assembléia Ordinária do CMDCA/SJ, do dia 14 de maio de 2014 e terá a fiscalização do Ministério Público do Estado de Santa Catarina em São José.

#### **1.2. Das Vagas**

1.2.1. O Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 destina-se ao preenchimento de 07 (sete) vagas para Conselheiros Tutelares Titulares de São José, sendo que os demais classificados serão considerados Conselheiros Suplentes obedecendo à ordem de classificação do pleito.

1.2.2. Conforme o Decreto 2326/2014 com referência ao Edital 001/2013, sete conselheiros irão assumir em sequência da lista anterior no Conselho Tutelar Sede.

#### **1.3. Dos Impedimentos**

1.3.1. Não poderão participar do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, os



Conselheiros Tutelares que já foram empossados com titularidade por duas vezes consecutivas.

1.3.2. São impedidos de servir, no mesmo Conselho Tutelar, parceiros com união estável, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio(a), sobrinho(a), padrasto ou madrasta e enteado(a), conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

1.3.3. Ficarão impedidas de participar do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos 05 (cinco) anos antecedentes.

1.4. Carga horária semanal: quando no exercício de Titularidade, os Conselheiros Tutelares exercerão a sua função em regime de dedicação exclusiva, com mesma carga horária semanal, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, com jornada de trabalho distribuída em escalas diurnas, nos horários das 07h:00 às 13h:00 e das 13h:00 às 19h:00 e escalas noturnas e plantões de sábados, domingos e feriados, nos horários entre às 19h:00 e 07h:00h.

1.5. Conforme a Resolução nº 007/2014, o disposto no item anterior não impede que o Conselho Tutelar realize a divisão das tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidade distantes da sede, fiscalização de entidades, programas, serviços e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar.

1.6. Vencimento: O valor do vencimento será correspondente ao salário vigente de Conselheiro Tutelar do município de São José, que, nesta data, corresponde a R\$3.224,00 (três mil, duzentos e vinte e quatro reais), mais R\$12,69 (doze reais e sessenta e nove centavos) por dia de vale-alimentação.

1.7. A função de Conselheiro Tutelar não gera qualquer vínculo empregatício ou profissional com o Poder Público do Município de São José, não adquirindo, ao término da sua gestão, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou a estabilidade nos quadros da administração pública municipal, conforme orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

1.8. É vedada a acumulação da função de Conselheiro Tutelar com quaisquer atividades remuneradas, seja de caráter público ou privado.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. O candidato deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos, na data da inscrição:

- I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- II - Residir no Município de São José;
- III - Estar inscrito como eleitor no Município de São José e estar quite com as obrigações eleitorais para os candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares para os do sexo masculino;
- IV - comprovar experiência profissional de no mínimo um (01) ano na promoção, defesa e atendimento de crianças e de adolescentes;
- V - Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- VI - Possuir certificado de conclusão de nível superior.

## 3. DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DO CONSELHEIRO TUTELAR

3.1. São atribuições do Conselheiro Tutelar definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos

artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

## 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição, através de requerimento (anexo 3), e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. A inscrição somente será efetuada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de São José, a Secretaria de Assistência Social de São José, localizada às margens da BR-101, Km 202, nº. 3.697 - Barreiros - São José/SC, telefone (48) 3281 6757, no período de 16 de julho a 14 de agosto de 2013, das 14h às 18h, horário oficial de Brasília, de segunda à sexta feira.

4.2.1. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

4.2.2. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

II - Cédula ou carteira de identidade expedida por autoridade civil, profissional ou militar;

III - Certidão de Regularidade do CPF;

IV - Uma foto 5 x 7 atual (de até 90 dias) datada;

V - Comprovante de residência atual (de até 90 dias) em nome do candidato expedido por uma concessionária oficial (luz, água ou telefone) ou declaração específica, conforme a lei 7.115, de 29 de agosto de 1983 (anexo 4);

VI - Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, para os candidatos de ambos os sexos e para os do sexo masculino certificado de reservista ou de dispensa da incorporação (Leis nº 4.375/1964 e nº 4.754/1965 e Decreto nº 57.654/1966);

VII - Diploma que comprove a conclusão em nível superior;

VIII - Declaração emitida por organização que atue na promoção, defesa ou atendimento de crianças e dos adolescentes, contendo

carimbo e CNPJ da organização e descrevendo detalhadamente as atividades e funções desenvolvidas pelo candidato, além do período e jornada de trabalho desenvolvidos, para comprovar experiência exigidos no item 2.1., IV;

IX - Certidões negativas de antecedentes criminais, expedidas pelos Foros das Justiças Federal, Estadual, dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos;

X - Para os Conselheiros Tutelares que se candidatarem à recondução, atestado de tempo de serviço, emitido pela Secretaria Municipal de Administração de São José.

4.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. Concluído o processo de inscrição, será publicada no mural do CMDCA e site da Prefeitura Municipal de São José, em 25 de agosto de 2014, a partir das 16h, lista dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética. O mesmo ocorrerá com as inscrições indeferidas, só que estas conterão o motivo do indeferimento.

4.5. Do indeferimento da inscrição cabe recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis o qual será processado de acordo com as normas previstas neste Edital.

4.6. Julgados os recursos pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJ, em 01 de setembro de 2013, a partir das 16h, lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética que poderão realizar a prova objetiva.

## 5. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

5.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) etapas.

5.2. Primeira etapa - Prova Objetiva;

5.3. Segunda etapa - Votação.

## 6. DA PRIMEIRA ETAPA - PROVA OBJETIVA

6.1. Esta etapa é eliminatória e consistirá em Prova Objetiva escrita, com 03 (três) horas de duração, 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, quatro alternativas de resposta em cada questão e somente uma correta. A prova versará sobre a Legislação pertinente aos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2. A prova objetiva será realizada no dia 28 de setembro de 2014, das 14h às 17h (horário oficial de Brasília), no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, localizado na Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Beira Mar - Praia Comprida - São José.

6.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para seu início, munido, obrigatoriamente, com documento de identificação original, cujo número foi informado no requerimento de inscrição, além de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

6.4. Estará automaticamente eliminado do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o candidato que não apresentar documento de identidade, não realizar a prova, ou chegar após o horário estipulado no item 6.3 deste edital.

6.5. Será eliminado, igualmente, do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o

candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pendrive, MP3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda cachecol ou similar, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.

6.6. Recomenda-se que, no dia de realização da prova, o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item anterior, sendo permitida a utilização de garrafa d'água, desde que seja fabricada em material transparente e esteja sem rótulo.

6.7. O CMDCA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

6.8. O candidato poderá ausentar-se temporariamente da sala das provas somente se acompanhado por um fiscal. Neste espaço temporal é vedado ao candidato fumar e se comunicar.

6.9. O candidato só poderá retirar-se da sala após uma hora do início das provas.

6.10. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente.

6.11. Será excluído do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o candidato que tentar fraudar as provas, ou for responsável por falsa identificação.

6.12. Durante a realização das provas, o candidato não poderá consultar textos legais, livros, apostilas ou anotações.

6.13. O candidato é inteiramente responsável pelo preenchimento do cartão resposta.

6.14. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:  
a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis, não havendo possibilidade de sua reposição;  
b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;  
c) não estiver assinalada no cartão-resposta;  
d) estiver preenchida fora das especificações.

6.15. As questões anuladas pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, serão computadas para todos os candidatos, como resposta correta.

6.16. Cada questão da prova valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos e serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos, que corresponde à nota 5,00 (seis).

6.17. A Comissão Especial para Processo Eleitoral de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, divulgará, no mural do CMDCA e site da PMSJ, o gabarito da prova objetiva, até o dia 30 de setembro de 2014, cabendo recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

6.18. A relação dos candidatos classificados será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJ, em ordem alfabética, no dia 08 de Agosto de 2014, no horário provável das 18h, cabendo recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, na Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, das 14h às 18h.

6.19. Julgados os recursos pela Comissão Especial, serão homologadas as candidaturas e publicada lista definitiva dos candidatos, em ordem alfabética, no mural do CMDCA e site da PMSJ, no dia 15 de outubro de 2014, a partir das 16h.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS

7.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos classificados na Prova Objetiva, poderá qualquer cidadão, acima de 18 (dezoito) anos e capaz, requerer, em até 03 (três) dias úteis, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a impugnação de candidaturas, em requerimento devidamente motivado e protocolado na Secretaria Executiva do CMDCA, das 14h às 18h.

7.2. O candidato impugnado será notificado e terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa administrativa, na Secretaria Executiva do CMDCA, das 14h às 18h, cabendo análise à Comissão Especial.

7.3. Após análise pela Comissão Especial, será divulgada lista dos candidatos aptos à votação, no mural do CMDCA, dia 27 de outubro de 2014, a partir das 16h, e realizado o sorteio público da ordem dos candidatos na cédula de votação, na sede do CMDCA.

## 8. DA SEGUNDA ETAPA - VOTAÇÃO

8.1. Esta etapa é eliminatória e classificatória e consistirá na votação dos Conselheiros Tutelares, realizando a campanha para aprovação entre 28 de outubro a 11 de novembro de 2014.

8.2. A votação realizar-se-á no dia 01 de julho de 2013, das 14h às 17h, nas dependências do Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, sito a Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Beira Mar, Praia Comprida - São José.

8.3. A campanha para a votação compreenderá o período de 28 de outubro de 2014 a 11 de novembro de 2014.

8.4. Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos na forma direta, através de votação secreta e facultativa, das Organizações Governamentais e Não Governamentais, de atendimento, estudo, pesquisa, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, registrados e/ou inscritos no CMDCA, devidamente credenciadas, coordenada pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em São José.

8.5. É vedado aos candidatos a função de Conselheiro Tutelar, campanha em televisão, "out-doors", carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como por meio de faixas, letreiros, "banners", adesivos, cartazes e santinhos com fotos e qualquer ação que implique em grave perturbação à ordem, sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições.

8.6. É vedado ao candidato, ainda, doar, oferecer, prometer ou entregar ao votante bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

8.7. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a votação.

8.8. É vedado, no dia da votação, o transporte de votantes.

8.9. A campanha só será permitida por meio de "curriculum vitae", distribuídos até o dia que antecede a votação, e apresentação pessoal.

8.10. É vedado aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos ou não de utilizarem bens móveis e equipamentos do Poder Público, para fins de campanha, bem como fica vedado aos mesmos fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.11. A inscrição do representante - votante - dar-se-á mediante apresentação de ofício, assinado pelo representante legal da Organização, Governamental ou Não Governamental, constando o número do documento de identidade do credenciado, haja vista que deverá ser apresentado no dia da votação. O credenciamento será realizado, na Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, das 14h às 18h, a partir do primeiro dia útil após a data de publicação do presente edital até o dia 11 de novembro de 2014.

8.11.1. Não constando na lista de votação o nome da organização, o representante desta não poderá votar.

8.11.2. Fica vedado aos candidatos a função de Conselheiros Tutelares realizarem credenciamento conforme o item 8.11.

8.12. A votação será realizada por meio de urna eletrônica ou comum e cada candidato será identificado pelo número de inscrição.

8.13. Cada votante poderá escolher até 07 (sete) candidatos.

8.14. No recinto de votação e ao lado da urna será afixada uma relação contendo o nome de cada candidato e seu respectivo número.

8.15. Cada candidato poderá indicar um fiscal, mediante ofício encaminhado para Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis, para acompanhar a votação e apuração.

8.16. No dia da votação será proibido qualquer tipo de propaganda, de qualquer candidato, sob pena de desclassificação do Processo de Escolha.

8.17. Encerrada a votação, a urna será lacrada na presença de 02 (dois) candidatos, ou na falta destes, de um ou mais cidadãos presentes, e o lacre rubricado pelos presentes, sendo levada em seguida ao Presidente da Mesa, e sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será iniciada a apuração dos votos, fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em São José.

8.18. Durante a apuração dos votos, no caso de votação com cédulas manuais, serão nulas as que:

I - Contiverem a indicação de mais de 07 (sete) candidatos;

II - Contiverem quaisquer expressões, frases ou palavras que a indiquem;

III - Não corresponderem ao modelo oficial;

IV - Não estiverem rubricadas pelo(a) Presidente e membros da Mesa Receptora de votos.

8.19. Encerrados os trabalhos de contagem dos votos e lavrada a ata pelo Presidente da Mesa Apuradora, será encaminhado o resultado final da apuração ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

8.20. Ao final de todo o Processo de Escolha, a Comissão Especial divulgará o nome dos escolhidos, sendo que todos os candidatos que receberem, no mínimo, um voto, serão considerados classificados e deverão participar obrigatoriamente da Capacitação.

8.21. Será publicado o resultado da votação no mural do CMDCA e site da PMSJ, no dia 17 de novembro de 2013.

9.4. A carga horária do primeiro encontro de capacitação será de 20 (vinte) horas, com frequência obrigatória de 100%.

#### 10. CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS ESCOLHIDOS

10.1. Será efetuada uma única lista de candidatos escolhidos, organizada na ordem decrescente dos votos recebidos, observados os critérios de desempate previstos no item 11, a ser divulgada no mural do CMDCA e no site da PMSJ, na data provável de 17 de novembro de 2014, a partir das 16h.

#### 11. EMPATE

11.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente: o candidato escolhido com maior nota na Prova Objetiva; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento da criança e do adolescente; e persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

#### 13. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 divulgará o nome dos Conselheiros Tutelares e os Conselhos em que atuarão, bem como os nomes dos suplentes, na sede do CMDCA e no site da Prefeitura Municipal de São José.

#### 14. DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e protocolados na Secretaria Executiva do CMDCA, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

14.2. Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fax ou correio eletrônico.

14.3. Os recursos poderão ser interpostos por procurador, com poderes específicos para este fim.

14.4. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e publicado no mural do CMDCA.

14.5. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 é irrecorrível, na esfera administrativa.

#### 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Somente terão caráter oficial as informações publicadas no mural do CMDCA/SJ e site da Prefeitura de São José.

16.2. Todo e qualquer documento, recurso ou requerimento relacionado a este Processo de Escolha deverá ser entregue pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede do CMDCA.

16.3. O horário de atendimento aos candidatos será de segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 18h, na sede do CMDCA.

16.4. Todos os termos aditivos, comunicados, respostas de requerimento e recursos, bem como locais e horários de prova, ou quaisquer avisos, ou convocações para qualquer ato relacionado a este Processo de Escolha, serão publicados no mural do CMDCA e

site da Prefeitura de São José.

16.5. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e, se necessário, com consulta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e Ministério Público.

16.6. A não observância das regras determinadas neste Edital e das demais, oriundas da Comissão Especial, bem como a descortesia do candidato para com qualquer membro da aludida Comissão, ou de seus auxiliares, acarretará seu desligamento imediato e sumário do processo.

São José, 29 de maio de 2014.  
WAGNER BARBOSA DE MEDEIROS  
Presidente do CMDCA/SJ

#### ANEXO 01

#### CALENDÁRIO REFERENTE AO EDITAL CMDCA nº.001/2014

Fica estabelecido o seguinte calendário:

16/06/2014 a 15/07/2014	Período de Publicação do Edital
16/07/2014 a 14/08/2014	Prazo para as inscrições
25/08/2014	Publicação da listagem dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas
26 a 27/08/2014	Prazo para recursos das inscrições indeferidas
01/09/2014	Publicação da relação definitiva dos candidatos com inscrição deferida e aptos a participarem da prova
28/09/2014	Data da realização da prova
30/09/2014	Divulgação do gabarito da Prova Objetiva
01 a 02/10/2014	Prazo para recursos
08/10/2014	Relação de candidatos Classificados na Prova Objetiva
09 e 10/10/2014	Prazo para recursos
15/10/2013	Publicação Definitiva Candidatos Classificados na Prova Objetiva
16 a 20/10/2014	Prazo para impugnação das candidaturas
22 a 23/10/2014	Prazo para defesa dos candidatos impugnados
27/10/2014	Resultado Definitivo candidatos aptos a votação
28/10 a 11/11/2014	Início e término da campanha para votação
12/11/2014	Votação
12/11/2014	Resultado Votação

#### ANEXO 03

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ/SC

FOTO 5x7

Eu, \_\_\_\_\_,



Nacionalidade \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_, data de emissão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, infra-assinado, preenchendo os requisitos do Edital nº 001/2014, venho requerer minha inscrição ao Processo de Escolha dos Membros na condição de Conselheiros Tutelares de São José, Gestão 2013/2016.

Para organização do prontuário, presto as declarações a seguir, sob as penas da Lei:

1 - Filiação:

Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: \_\_\_\_\_

2 - Data e Local de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

3 - Endereços (rua, nº, bairro, ponto de referência):  
Residencial: \_\_\_\_\_

(em anexo apresentar este item, informando os endereços de residência dos últimos cinco anos).  
Endereço Profissional: \_\_\_\_\_

4 - Contato:

E-mail : \_\_\_\_\_  
Tel. Residencial : \_\_\_\_\_  
Tel. Profissional : \_\_\_\_\_  
Fax : \_\_\_\_\_  
Outro: \_\_\_\_\_

5- Sim, exerci função de conselheiro tutelar ( )  
Não exerci função de conselheiro tutelar ( )  
Se SIM, informar períodos e Municípios, nos últimos 05 anos.

5.1 \_\_\_\_\_  
5.2 \_\_\_\_\_  
5.3 \_\_\_\_\_  
5.4 \_\_\_\_\_  
5.5 \_\_\_\_\_

6 - Grau de Instrução:  
(Qual o curso, instituição, ano de formação e município/UF)

7 - Informo vínculo funcional, contrato de trabalho, relação de emprego com o serviço público ou entidade privada (vínculo atual ou o último).  
(órgão, entidade, empresa, município):

(nome cargo, função ou mandato):

(descrição das atividades exercidas em função do vínculo):

Se já desligado data do desligamento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

8 - Relaciono a experiência e conhecimentos, de no mínimo, um ano na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da Criança e do Adolescente. (anexos certificados de formação ou capacitação).

(apresentar declaração da(s) organização (ões) onde desenvolveu estas atividades), ou cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho.

Declaro, finalmente, possuir bons antecedentes, boa conduta e não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar de função pública qualquer. (\*)

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.  
Assinatura

(\*) em caso contrário, o candidato deve fazer constar notícia clara e específica da ocorrência e os esclarecimentos pertinentes)  
ANEXO 4

MODELO DE DECLARAÇÃO

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.  
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares, que resido no município de São José (SC), na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Complemento \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_.

Por ser verdade, firmo o presente.

ASSINATURA DO CANDIDATO

**Edital Nº 021/2014/Usj**

EDITAL Nº 021/2014/USJ

ESTABELECE AS NORMAS E OS PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO COMO DISCENTE EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José/USJ torna públicas, pelo presente Edital, as normas e os procedimentos de inscrição para participação como discente em Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil.

1. DO CURSO

O Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil visa a produção do conhecimento e aprofundamento específico na área de atuação e pesquisa do aluno pós-graduando, mantendo a qualidade de ensino dos cursos do USJ, voltado preferencialmente para a formação continuada dos professores da rede municipal de São José e dos egressos do curso de Pedagogia deste Centro. É resultado de uma parceria estabelecida entre a Fundação Municipal Educacional de São José/FUNDESJ, mantenedora do Centro Universitário Municipal de São José/USJ, com a Secretaria Municipal de Educação de São José. O curso é inteiramente gratuito, e a oferta de vagas encontra-se regulada no presente edital. A coordenação do curso ficará a cargo do Centro Universitário Municipal de São José/USJ, sob a responsabilidade da Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação.

2. DAS VAGAS

O Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil dispõe de 50 (cinquenta) vagas, considerando que 80% (40 vagas) destinam-se a professores da Rede Municipal de Ensino de São José, e 20% (10 vagas) destinam-se a alunos egressos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Municipal.

3. DA DURAÇÃO, HORÁRIO, DATA E LOCAL DO CURSO

O Curso de Pós-graduação tem a carga horária de 420h, com previsão de duração para 18 meses. As aulas serão realizadas quinzenalmente, duas vezes por semana, nas sextas-feiras e sábados, no período noturno às sextas-feiras, das 18h30min às 22h, e diurno aos sábados, das 8h30min às 12h e das 13h às 17h30min, na Casa do Educador, localizada na Rua Joaquim Vaz, nº 1312, no bairro Praia Comprida - São José/SC, com início previsto para 06 de agosto de 2014, às 19h30min, quando será oferecida uma



aula inaugural, no Centro Multiuso de São José, sito à Avenida Acioni Souza Filho, Beira-mar de São José/SC. As aulas do curso de pós-graduação propriamente dito iniciarão no dia 08 de agosto de 2014.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

##### 4.1. Do Local e Horário das Inscrições

4.1.1 As inscrições para o Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil deverão ser realizadas no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José, localizada à Rua Sílvia Maria Fabro, 97 - Kobrasol - São José/SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 14h às 20 horas, e nas quartas-feiras, também será disponibilizado o horário das 9h às 11h30min.

Parágrafo Único - Nos dias 17 e 23 de junho de 2014, em decorrência dos jogos do Brasil, o Setor de Protocolos da Secretaria do USJ funcionará das 9h00min às 14h00min.

##### 4.2. Do Período de Inscrição

De 17 a 27 de junho de 2014.

##### 4.3. Do Processo de Inscrição

4.3.1 Para inscrever-se no Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição disponível no site do USJ ([www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhada dos documentos solicitados nos itens seguintes descritos neste Edital, e entregá-los no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José.

4.3.2 O pedido de inscrição efetivado por terceiros deverá ser acompanhado de Procuração lavrada em Cartório, e de cópia autenticada de documento de identidade do procurador.

4.3.3 A documentação, os horários, os períodos e os locais de realização da inscrição deverão ser rigorosamente seguidos pelo candidato, sob pena de sua exclusão da inscrição do Curso.

4.3.4 Para inscrever-se em uma das 40 (quarenta) vagas destinadas aos professores da Rede Municipal de Ensino de São José, o candidato deverá:

- a) ter concluído o curso de graduação em Pedagogia até a data da inscrição;
- b) ser profissional da rede municipal de São José (efetivo, ou admitido em caráter temporário, ou nomeado para cargo de comissão), desde que esteja atuando na educação básica;
- c) não possuir titulação de pós-graduado na área da educação.

Parágrafo Único - Considera-se profissional efetivo, os professores, auxiliares de sala e de ensino, mesmo que se encontrem em estágio probatório.

4.3.5 Para inscrever-se em uma das 10 (dez) vagas destinadas aos egressos do USJ, o candidato deverá:

- a) ser egresso do curso de graduação em Pedagogia até a data da inscrição;
- b) estar atuando na docência em educação infantil;
- c) não ter a titulação de pós-graduado na área da Educação.

##### 4.4. Dos Critérios de Seleção

4.4.1 Caso o número de inscrições de profissionais da Rede Municipal de Ensino seja maior que o número de vagas oferecidas, serão utilizados os critérios de seleção, conforme ordem a seguir:

- 1º. Ser professor efetivo da educação infantil em exercício em sala de aula;
- 2º. Garantia de vaga de, no mínimo, um professor efetivo por instituição, e no máximo, dois professores;
- 3º. Maior tempo de magistério na rede municipal com exercício como professor da educação infantil;
- 4º. Ser professor em estágio probatório na educação infantil em exercício em sala de aula;
- 5º. Ser auxiliar de sala e de ensino da educação infantil em exercício em sala de aula;
- 6º. Ser professor efetivo da rede municipal atuando na educação básica;

7º. Ser profissional admitido em caráter temporário, ou nomeado para cargo de comissão, da rede municipal de São José, desde que esteja atuando na educação básica.

4.4.2. Caso o número de inscrições de egressos do curso de Pedagogia no USJ seja maior que o número de vagas oferecidas, serão utilizados os critérios de seleção, conforme ordem a seguir:

- 1º. Desempenho constatado em análise do histórico escolar;
- 2º. Maior tempo de magistério na educação infantil.

Parágrafo Único - Caso persistir o empate entre dois ou mais candidatos, será utilizado o critério de maior idade.

4.5. Da Documentação Necessária à Inscrição de Professores da Rede Municipal:

4.5.1. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, o formulário de inscrição preenchido (a ser obtido no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhado de:

- a) documentos pessoais: fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
- b) documentos profissionais: certificado e fotocópia da graduação no curso de Pedagogia; declaração expedida pela Secretaria Municipal de Educação, do tempo de serviço no magistério da Rede Municipal de São José.

4.6. Da Documentação Necessária à Inscrição de Egressos do Curso de Pedagogia do USJ:

4.6.1 O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, o formulário de inscrição preenchido (a ser obtido no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhado de:

- a) documentos pessoais: fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
- b) certificado e fotocópia da graduação no curso de Pedagogia;
- c) cópia do histórico escolar do curso de Pedagogia.

#### 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A homologação das inscrições está condicionada ao atendimento de todos os requisitos de inscrição previstos neste Edital.

5.2. Os candidatos que não comprovarem, no ato da inscrição, o atendimento dos requisitos mínimos exigidos, não terão suas inscrições homologadas.

5.3. As inscrições serão homologadas pela Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação do USJ, e publicadas no site do USJ no dia 02 de julho de 2014.

5.4. Em caso de indeferimento das inscrições, caberá recurso em até 2 (dois) dias úteis após a data de publicação da homologação das inscrições, estritamente por arguição de ilegalidade, o qual deverá ser encaminhado à Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação do USJ, no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do USJ.

5.5. O resultado final da homologação das inscrições, após o período de recurso, será divulgado no site do USJ no dia 09 de julho de 2014.

5.5. Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula no curso, no período de 14 a 18 de julho de 2014, no horário das 14h às 20h, na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

São José, SC, 13 de junho de 2014.

ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

**Edital Nº 022/2014/Usj**

EDITAL Nº 022/2014/USJ

ESTABELECE AS NORMAS E OS PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO COMO DISCENTE EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José/USJ torna públicas, pelo presente Edital, as normas e os procedimentos de inscrição para participação como discente em Curso de Pós-graduação em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**DO CURSO**

O Curso de Pós-graduação em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental visa a produção do conhecimento e aprofundamento específico na área de atuação e pesquisa do aluno pós-graduando, mantendo a qualidade de ensino dos cursos do USJ, voltado preferencialmente para a formação continuada dos professores da rede municipal de São José e dos egressos do curso de Pedagogia deste Centro. É resultado de uma parceria estabelecida entre a Fundação Municipal Educacional de São José/FUNDESJ, mantenedora do Centro Universitário Municipal de São José/USJ, com a Secretaria Municipal de Educação de São José. O curso é inteiramente gratuito, e a oferta de vagas encontra-se regulada no presente edital. A coordenação do curso ficará a cargo do Centro Universitário Municipal de São José/USJ, sob a responsabilidade da Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação.

**DAS VAGAS**

O Curso de Pós-graduação em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental dispõe de 50 (cinquenta) vagas, considerando que 80% (40 vagas) destinam-se a professores da Rede Municipal de Ensino de São José, e 20% (10 vagas) destinam-se a alunos egressos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Municipal.

**DA DURAÇÃO, HORÁRIO, DATA E LOCAL DO CURSO**

O Curso de Pós-graduação tem a carga horária de 390h, com previsão de duração para 18 meses. As aulas serão realizadas quinzenalmente, duas vezes por semana, nas sextas-feiras e sábados, no período noturno às sextas-feiras, das 18h30min às 22h, e diurno aos sábados, das 8h30min às 12h e das 13h às 17h30min, na Casa do Educador, localizada na Rua Joaquim Vaz, nº 1312, no bairro Praia Comprida - São José/SC, com início previsto para 06 de agosto de 2014, às 19h30min, quando será oferecida uma aula inaugural, no Centro Multiuso de São José, sito à Avenida Acioni Souza Filho, Beira-mar de São José/SC. As aulas do curso de pós-graduação propriamente dito iniciarão no dia 08 de agosto de 2014.

**DAS INSCRIÇÕES****4.1. Do Local e Horário das Inscrições**

4.1.1 As inscrições para o Curso de Pós-graduação em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverão ser realizadas no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José, localizada à Rua Sílvia Maria Fabro, 97 - Kobrasol - São José/SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 14h às 20 horas, e nas quartas-feiras, também será disponibilizado o horário das 9h às 11h30min.

Parágrafo Único - Nos dias 17 e 23 de junho de 2014, em decorrência dos jogos do Brasil, o Setor de Protocolos da Secretaria do USJ funcionará das 9h00min às 14h00min.

**4.2. Do Período de Inscrição**

De 17 a 27 de junho de 2014.

**4.3. Do Processo de Inscrição**

4.3.1 Para inscrever-se no Curso de Pós-graduação em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição disponível no site do USJ ([www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhada dos documentos solicitados nos itens seguintes descritos neste Edital, e entregá-los no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José.

4.3.2 O pedido de inscrição efetivado por terceiros deverá ser acompanhado de Procuração, específica para a finalidade, lavrada em Cartório, e de cópia autenticada de documento de identidade do procurador.

4.3.3 A documentação, os horários, os períodos e os locais de realização da inscrição deverão ser rigorosamente seguidos pelo candidato, sob pena de sua exclusão da inscrição do Curso.

4.3.4 Para inscrever-se em uma das 40 (quarenta) vagas destinadas aos professores da Rede Municipal de Ensino de São José, o candidato deverá:

- a) ter concluído o curso de graduação em Pedagogia até a data da inscrição;
- b) ser profissional da rede municipal de São José (efetivo, ou admitido em caráter temporário, ou nomeado para cargo de comissão), desde que esteja atuando na educação básica;
- c) não possuir titulação de pós-graduado na área da educação.

Parágrafo Único - Considera-se profissional efetivo, os professores, auxiliares de sala e de ensino, mesmo que se encontrem em estágio probatório.

4.3.5 Para inscrever-se em uma das 10 (dez) vagas destinadas aos egressos do USJ, o candidato deverá:

- a) ser egresso do curso de graduação em Pedagogia até a data da inscrição;
- b) estar atuando na docência em educação infantil;
- c) não ter a titulação de pós-graduado na área da Educação.

**4.4. Dos Critérios de Seleção**

4.4.1 Caso o número de inscrições de profissionais da Rede Municipal de Ensino seja maior que o número de vagas oferecidas, serão utilizados os critérios de seleção, conforme ordem a seguir:

- 1º. Ser professor efetivo nos anos iniciais do ensino fundamental em exercício em sala de aula;
- 2º. Garantia de vaga de, no mínimo, um professor efetivo por instituição, e no máximo, dois professores;
- 3º. Maior tempo de magistério na rede municipal com exercício como professor dos anos iniciais do ensino fundamental;
- 4º. Ser professor em estágio probatório, nos anos iniciais do ensino fundamental, em exercício em sala de aula;
- 5º. Ser auxiliar de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, em exercício em sala de aula;
- 6º. Ser professor efetivo da rede municipal atuando na educação básica;
- 7º. Ser profissional admitido em caráter temporário, ou nomeado para cargo de comissão, da rede municipal de São José, desde que esteja atuando na educação básica.

4.4.2. Caso o número de inscrições de egressos do curso de Pedagogia no USJ seja maior que o número de vagas oferecidas, serão utilizados os critérios de seleção, conforme ordem a seguir:

- 1º. Desempenho constatado em análise do histórico escolar;
- 2º. Maior tempo de magistério nos anos iniciais do ensino fundamental.

Parágrafo Único - Caso persistir o empate entre dois ou mais candidatos, será utilizado o critério de maior idade.

**4.5. Da Documentação Necessária à Inscrição de Professores da Rede Municipal:**

4.5.1. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, o formulário de inscrição preenchido (a ser obtido no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhado de:

- a) documentos pessoais: fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
- b) documentos profissionais: certificado e fotocópia da graduação no curso de Pedagogia; declaração expedida pela Secretaria Municipal de Educação, do tempo de serviço no magistério da Rede Municipal de São José.

**4.6. Da Documentação Necessária à Inscrição de Egressos do Curso de Pedagogia do USJ:**

4.6.1 O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, o formulário de inscrição preenchido (a ser obtido no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), acompanhado de:

- a) documentos pessoais: fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
- b) certificado e fotocópia da graduação no curso de Pedagogia;
- c) cópia do histórico escolar do curso de Pedagogia.

## 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A homologação das inscrições está condicionada ao atendimento de todos os requisitos de inscrição previstos neste Edital.

5.2. Os candidatos que não comprovarem, no ato da inscrição, o atendimento dos requisitos mínimos exigidos, não terão suas inscrições homologadas.

5.3. As inscrições serão homologadas pela Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação do USJ, e publicadas no site do USJ no dia 02 de julho de 2014.

5.4. Em caso de indeferimento das inscrições, caberá recurso em até 2 (dois) dias úteis após a data de publicação da homologação das inscrições, estritamente por arguição de ilegalidade, o qual deverá ser encaminhado à Assessoria de Pesquisa e Pós-graduação do USJ, no Setor de Protocolos da Sede Administrativa do USJ.

5.5. O resultado final da homologação das inscrições, após o período de recurso, será divulgado no site do USJ no dia 09 de julho de 2014.

5.5. Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula no curso, no período de 14 a 18 de julho de 2014, no horário das 14h às 20h, na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

São José, SC, 13 de junho de 2014.

ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

**Edital de Notificação Nº 1844/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1844/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH1234	55085614E	5550/0	04/05/2014	181 * XVIII
ARO0119	55088300E	6050/1	25/05/2014	208
ASH3743	55084734E	5541/4	19/05/2014	181 * XVII
BUE8274	55088206E	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
CQN7740	55086014E	5525/0	02/05/2014	181 * XV
FNN2348	55084951E	5460/0	09/04/2014	181 * IX
ICH0702	55084750E	5541/4	27/05/2014	181 * XVII
KQG2250	55085913E	5185/1	26/04/2014	167
LNT2407	55082438E	5835/0	26/05/2014	195
LOE6520	55083891E	5185/1	29/05/2014	167
LOE6520	55083892E	5207/0	29/05/2014	169
LXD4756	54768039E	5550/0	16/05/2014	181 * XVIII
LXD7666	54929882E	6122/0	21/05/2014	214 * I
LZV7063	54929876E	5460/0	06/05/2014	181 * IX
MAR3596	55085829E	5460/0	26/05/2014	181 * IX
MAR3596	55085837E	5460/0	28/05/2014	181 * IX
MBN7265	55088470E	5452/7	29/05/2014	181 * VIII
MCB0418	55086061E	5452/1	15/04/2014	181 * VIII
MCB0418	55086063E	5835/0	15/04/2014	195
MCM8464	55085606E	5525/0	22/04/2014	181 * XV
MCP3485	55088203E	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
MCQ4044	55086606E	5207/0	26/04/2014	169
MDL6114	55087268E	5452/7	19/05/2014	181 * VIII
MDL8625	55088205E	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
MDR1071	55086674E	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
MDR8105	55083796E	5550/0	12/04/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDU2613	55087551E	5550/0	22/05/2014	181 * XVIII
MES0970	55083697E	5550/0	16/05/2014	181 * XVIII
MFE5513	55085481E	5452/1	29/05/2014	181 * VIII
MGJ0974	55085618E	5550/0	04/05/2014	181 * XVIII
MGY4121	55912326D	5550/0	17/04/2014	181 * XVIII
MHB5271	55086685E	5185/1	24/05/2014	167
MHB5271	55086686E	5185/2	24/05/2014	167
MHB7120	55088351E	5541/4	27/05/2014	181 * XVII
MHS0454	55085840E	7366/2	30/05/2014	252 * VI
MHV6353	55086051E	7366/2	10/04/2014	252 * VI
MIO0320	55082446E	5452/7	27/05/2014	181 * VIII
MIR4835	55087609E	5550/0	18/05/2014	181 * XVIII
MIX7235	55082212E	5460/0	21/05/2014	181 * IX
MIX7235	55082214E	5452/1	21/05/2014	181 * VIII
MJY1004	55082408E	5550/0	07/04/2014	181 * XVIII
MKO4081	55085834E	5460/0	28/05/2014	181 * IX
MKT9821	54929900E	5622/2	28/05/2014	182 * VI
MKV4657	55088167E	5720/0	28/05/2014	186 * I
MLR8611	55086077E	5550/0	23/04/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1846/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1846/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEZ2995	55918222D	7366/2	21/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
EGW2972	55084221E	5460/0	15/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
GXS3638	55083114E	7366/2	16/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IPN7068	55082098E	5541/5	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KLB3143	54447483E	5452/1	23/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LWS6704	54447477E	5452/1	04/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZU8491	54932548E	5550/0	28/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAT4323	55083701E	5550/0	05/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAU7744	54769577E	5452/1	23/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBM8991	55082494E	5550/0	10/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCD3405	55084049E	5185/1	12/03/2014	R\$ 127,69	167
MCE7743	55911308D	5550/0	30/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCR7513	55084599E	7056/1	17/03/2014	R\$ 191,53	244 * III
MDM6514	54446925E	5428/2	22/03/2014	R\$ 191,53	181 * V
MDR0769	55081731E	5185/1	13/03/2014	R\$ 127,69	167
MDW6930	55083751E	7366/2	19/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFA5253	54768017E	7056/1	07/01/2014	R\$ 191,53	244 * III
MFA5253	54768018E	7030/2	07/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFD8709	54931613E	7056/1	07/02/2014	R\$ 191,53	244 * III
MFL5639	55084219E	5541/6	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR4343	55156948C	5541/1	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC1247	55083774E	5460/0	08/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHX4625	55085058E	7030/2	26/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MIS8229	55912778D	7366/2	24/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKG9376	55920742D	5207/0	05/03/2014	R\$ 53,20	169
MXK4182	55084474E	5452/1	22/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLE0662	55082176E	7366/2	27/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1369/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1369/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALQ7302	55668932C	6068/1	10/04/2014	209
ASH8614	55669261C	5541/3	15/05/2014	181 * XVII
BIZ4174	55669601C	5398/0	23/04/2014	181 * II
IJL6405	55669015C	5550/0	09/04/2014	181 * XVIII
IJW6723	55669510C	5568/0	15/04/2014	181 * XIX
IKF3306	55669150C	5452/1	05/05/2014	181 * VIII
JQU8564	55668323C	5541/4	27/03/2014	181 * XVII
JRI0551	55668481C	5460/0	07/04/2014	181 * IX
KGM5542	55669109C	5550/0	07/04/2014	181 * XVIII
LYJ7751	55670815C	5185/1	15/05/2014	167
LYP4099	55669202C	5541/1	11/04/2014	181 * XVII
LYZ0073	55669046C	5185/1	13/04/2014	167
LZA1520	55669251C	5509/0	07/04/2014	181 * XIII
LZS4710	55670727C	5568/0	18/05/2014	181 * XIX
MAK2705	55669550C	6017/5	17/04/2014	206 * III
MBN2049	55668489C	5568/0	07/04/2014	181 * XIX
MBT4665	55650525C	5185/2	09/04/2014	167
MBT4665	55650526C	6858/0	09/04/2014	231 * VII
MBV9123	55669254C	5460/0	19/04/2014	181 * IX
MCL1814	55668923C	7366/2	08/04/2014	252 * VI
MCR0153	55668267C	7366/2	10/04/2014	252 * VI
MDE5208	55669044C	5550/0	13/04/2014	181 * XVIII
MDH5054	55667681C	5185/1	03/05/2014	167
MDI8835	55668588C	5185/1	09/04/2014	167
MDJ1461	55669233C	5819/1	13/05/2014	193
MDO6132	55665530C	5550/0	12/04/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDY5365	55669545C	5452/1	17/04/2014	181 * VIII
MEG6363	55669413C	5568/0	13/05/2014	181 * XIX
MEJ7270	55669253C	5460/0	19/04/2014	181 * IX
MEO6972	55668938C	6068/1	14/04/2014	209
MEQ3543	55669635C	6041/2	15/05/2014	207
MES3576	55668949C	5541/4	22/04/2014	181 * XVII
MFC3014	55669541C	5452/1	17/04/2014	181 * VIII
MFP7952	55662372C	5550/0	15/04/2014	181 * XVIII
MFQ2518	55669012C	5568/0	09/04/2014	181 * XIX
MFW6030	55669524C	5550/0	13/04/2014	181 * XVIII
MGA3491	55668590C	6050/1	09/04/2014	208
MGC5904	55669237C	5460/0	17/05/2014	181 * IX
MGC8073	55669106C	5509/0	07/04/2014	181 * XIII
MGD3420	55670612C	5509/0	13/05/2014	181 * XIII
MGE4030	55652530C	5550/0	15/04/2014	181 * XVIII
MGK1467	55650530C	7072/1	10/04/2014	244 * V
MGO0317	55669050C	5452/1	13/04/2014	181 * VIII
MGP2573	55669241C	5541/5	21/05/2014	181 * XVII
MGQ6728	55662400C	5185/1	05/05/2014	167
MGU3853	55669847C	6041/2	06/05/2014	207
MGV9143	55671520C	5550/0	19/05/2014	181 * XVIII
MGY0900	55665529C	6041/2	12/04/2014	207
MGZ9035	55669229C	5509/0	13/05/2014	181 * XIII
MHD0508	55669502C	5541/4	15/04/2014	181 * XVII
MHD3835	55669656C	6041/2	21/04/2014	207
MID8798	55668160C	5460/0	11/04/2014	181 * IX
MIQ5587	55670312C	5550/0	13/05/2014	181 * XVIII
MIR3445	55666998C	5568/0	14/04/2014	181 * XIX
MIT3756	55668587C	7366/2	09/04/2014	252 * VI
MIT8773	55668696C	5452/1	17/04/2014	181 * VIII
MIU2784	55669074C	6017/5	14/04/2014	206 * III
MIV0899	55668340C	5541/1	08/04/2014	181 * XVII
MJD4582	55667727C	5568/0	09/04/2014	181 * XIX
MJG6899	55668760C	5550/0	08/04/2014	181 * XVIII
MJH3575	55669539C	5452/1	17/04/2014	181 * VIII
MJO7586	55669516C	5550/0	17/04/2014	181 * XVIII
MJW1842	55669041C	7366/2	13/04/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKC2117	55668649C	7366/2	21/04/2014	252 * VI
MKD8841	55670822C	5185/1	15/05/2014	167
MKE8778	55665525C	5568/0	12/04/2014	181 * XIX
MKY4191	55669503C	6122/0	15/04/2014	214 * I
MKY7677	55668210C	6122/0	07/04/2014	214 * I
MLC5530	55669092C	5452/2	23/04/2014	181 * VIII
MLD5316	55669043C	6122/0	13/04/2014	214 * I
MLE6012	55667673C	5550/0	28/04/2014	181 * XVIII
MLP9424	55651420C	5460/0	12/05/2014	181 * IX
MMA4724	55669073C	5541/4	14/04/2014	181 * XVII
MMC5703	55670712C	6041/2	10/05/2014	207
MMF4200	55669040C	5550/0	13/04/2014	181 * XVIII
MMM1773	55669110C	5541/6	07/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1371/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1371/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJF1230	55667912C	5568/0	18/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
DBK2763	55666802C	5452/1	14/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
INX5500	55667124C	7366/2	14/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ITY5350	55667040C	5738/0	26/01/2014	R\$ 191,53	186 * II
KJC4624	55667858C	5541/4	15/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXH9658	55665997C	5568/0	19/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBW7406	55668605C	5819/4	12/03/2014	R\$ 574,61	193
MCF6497	55667850C	7366/2	20/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCP7188	55666857C	5452/1	24/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCW7662	55649030C	5819/1	06/01/2014	R\$ 574,61	193
MCX1539	55642737C	5550/0	06/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCX1787	55667356C	5568/0	20/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEV5482	55667798C	5738/0	28/03/2014	R\$ 191,53	186 * II
MFI9037	55666040C	5452/2	31/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGV8958	55667877C	7366/2	11/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGY9103	55667821C	5550/0	12/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHD3979	55668564C	5509/0	20/03/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MHF0491	55668206C	5550/0	12/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHI2308	55667959C	7366/2	13/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHL2042	55668568C	5568/0	20/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MIC7886	55666928C	5568/0	26/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MIK9413	55667353C	5185/1	18/02/2014	R\$ 127,69	167
MIS1937	55664697C	5460/0	31/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MJE3292	55667876C	7366/2	11/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJK9447	55665342C	5550/0	19/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKM5347	55665987C	5452/1	23/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKN8739	55642730C	5568/0	18/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLB0239	55668308C	5550/0	14/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLD6737	55667667C	7366/2	12/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.**

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almei de Jesus - PMDB

1º Secretário Meri Terezinha de Melo Hang

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular, tendo na Primeira a titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou o Vereador Adriano de Brito - PDT, para assumir Ad-Hoc, a Segunda Secretaria, uma vez que o Titular, Vereador Michel Shlemper não estava presente, por estar participando como Delegado da Convenção Nacional do PMDB, em Brasília. Pelo Livro de Registro de Presença, foi constatada a ausência justificada dos Vereadores Michel da Silva Schlemper e do Moacir da Silva. A seguir foi proferida a leitura das Ata da 34ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada unanimidade, sem restrições. A seguir foi declarada livre a palavra na hora do expediente. Tendo o Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, declinado de fazer uso da palavra, ocupou a Tribuna o Vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB, que novamente fez críticas às coligações partidárias, estabelecidas no sistema político vigente no país, que faz com que os dirigentes pensem que mandam sozinhos nos partidos. Disse que os dirigentes não pensam que tem apenas um voto e que isto não define a eleição. Lembrou a Eleição do Diretório do PMDB, onde a chapa que obteve 86% dos votos não foi empossada. Disse que os dirigentes dos grandes partidos tem que reciclar suas ideias, pensar no bem de todos. Perguntou se Jô o que está sendo praticado é uma forma de pensar no bem de todos ou no benefício próprio. Continuou dizendo que já votou por duas vezes no atual governador, no entanto, este ano não consegue ver que as coligações tenham uma preocupação com o bem do povo. Disse que precisamos de um governo que seja eleito pelo povo em uma eleição democrática, em que todos sejam livres para expressar suas ideias. Disse que a Reforma Política necessária envolve quatro ou cinco itens apenas, e os políticos tem que entender que o voto direcionado acabou. Disse ainda que partidos como PMDB, PSD, PP e PT, podem e devem ter candidaturas próprias. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Geraldo Swiech - PT, dizendo estar apresentando nesta Casa o Projeto de Lei nº 086, que disciplina o uso do solo, do subsolo e do espaço aéreo do município, no que diz respeito a passagem de dutos e cabos. Explicou que antes da Constituição de 1988, estes serviços eram administrados por empresas particulares ou estatais, que utilizavam o espaço público e obtinham lucro, sem pagar nada ao município. As empresas de Eletricidade, telefonia, gasodutos e TV por assinatura, rasgam o solo do município causando, muitas vezes poluição de todo o tipo, sem licenciamento junto ao Poder público e sem ressarcir de qualquer forma a cidade. Disse que seu projeto vem estabelecer a maneira de ocupação dos espaços do município, com fórmulas de dimensionamento para ocupação correta do espaço. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almei de Jesus - PMDB, dizendo inicialmente estar de acordo com que se discipline o uso do solo do município e que as empresas antes de executarem as obras tenham que obter licença do município para este fim. Disse esta apresentando proposta de Lei neste sentido que obriga empresas concessionárias em especial a CELESC Licenciarem e fazer a devida indenização pela ocupação do solo. Chamou atenção para o que ocorreu com a implantação dos postes da CELESC, para a rede de alta tensão da subestação na localidade de Sertão

do Maruim, que comprometeram a mobilidade dos pedestres e a saúde da população. Continuando disse ter estado na tarde de ontem, juntamente com o Secretário da Infraestrutura José Natal Pereira e com o Secretário de Estado Clony Capistrano Maia de Lima, visitando as obras da SC 281, e constatado a evolução da construção da Ponte do Abelardo, que está com o vigamento todo implantado. Disse ser caótica a situação da rodovia que carece de manutenção de limpeza das marginais, de iluminação e melhorias nos trevos de acesso às localidades, além da maior presença de policiamento. Ressaltou o perigo que oferecem os caminhões de grande porte, ao trafegarem em alta velocidade e sugeriu que seja reduzida a velocidade máxima da rodovia de oitenta para sessenta quilômetros por hora. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, Dizendo que amanhã será assinado o contrato de financiamento do PAC. Continuando manifestou sua alegria, em depois de sete anos, ver assinada a Portaria nº 207, da Ministra do Planejamento, Miriam Bechior, dando a concessão por vinte anos do aterro da Avenida Beira Mar, ao Município de São José, permitindo que a prefeitura possa realizar as obras de manutenção e infraestrutura daquela área, e repensar o que executar ou autorizar no local. Continuando disse que irá trazer na próxima semana o resultado preocupante da auditoria do Tribunal de Contas da Autarquia São José Previdência. Estando esgotado o tempo do expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única, foi aprovado por nove votos favoráveis, e um voto contrário do Vereador Francisco Bento da Costa Silvy, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor favorável ao Projeto de Lei n.º 024/2014, do Vereador Orvino Coelho de Ávila, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Recreativa Cultural Olé-Aerc-Olé. Em Primeira Discussão, foram votadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por nove votos favoráveis e dois votos contrários, dos vereadores Amauri Valdemar da Silva e Francisco Bento da Costa Silvy, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei n.º 017/2014, da Prefeitura Municipal, que autoriza a celebração de convênio entre o Município de São José e o Estado de Santa Catarina para delegar atividades de fiscalização com o emprego de policiais militares e civis, cria gratificação por atividade delegada e dá outras providências. 2) Aprovado por oito votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei n.º 048/2014, do Vereador Adriano de Brito, que obriga as casas de eventos e shows, teatros e similares a disponibilizarem assentos reservados para pessoas com deficiência física e com dificuldades. 3) Aprovado por oito votos favoráveis o Pedido de Retirada de Pauta, feito pelo Vereador Adriano de Brito, ao Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Obras e Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei Complementar n.º 001/2014. Estando esgotado o tempo regimental da presente sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, em nome de Deus, Convocando a todos para uma próxima sessão ordinária, quarta feira, em horário regimental.

São José (SC), 09 de junho de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente

GERALDO SWIECH  
Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Primeira Secretária

ADRIANO DE BRITO  
Segundo Secretário Ad-Hoc

## Sessões Solenes; Especiais E Comemorativas/2014

### SESSÕES SOLENES; ESPECIAIS E COMEMORATIVAS/2014

COMEMORAÇÕES	DATA COME-MORATIVA NA RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO/NÚ-MERO	DATA DA REALI-ZAÇÃO/2014
Dia Internacional da Mulher - Medalha Krummel Maciel	Realizada na Semana alusiva ao dia Internacional da Mulher -08 DE MARÇO	Resolução Nº. 151/2004.	Já foi realizada
Aniversário de São José - Título de Cidadão Honorário de São José	Realizada no dia 19 de março.	Resolução Nº. 331/2012.	Já foi realizado
Sessão Solene - Medalha Infância Protegida/Frei Antônio Frinken	Será realizada preferencialmente no mês de Maio.	Resolução Nº. 304/2011.	Já foi realizada.
Sessão Comemorativa - Troféu Jerônimo Coelho/ Dia Nacional da Imprensa no Brasil	Será realizada no dia 1º de Junho.	Resolução Nº. 162/2005, alterada pela Resolução Nº. 308/2011	Excepcionalmente este ano não será realizada.
Sessão Solene - Medalha Maria Alano Waltrick/ Dona Maroca/ Dia Nacional do Voluntariado	Será realizada no dia 28 de agosto.	Resolução Nº. 257/2009.	Definir com o Presidente
Sessão Solene - Placa Germano Vieira/Dia do Vereador	Será realizada no dia 1º de Outubro.	Resolução Nº. 310/2011.	Definir com o Presidente

COMEMORAÇÕES	DATA COME-MORATIVA NA RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO/NÚ-MERO	DATA DA REALI-ZAÇÃO/2014
Sessão Solene - Medalha Adonias Simião Tavares/ Dia Municipal do Professor	Será realizada na semana alusiva à educação, aos educadores - 15 de Outubro.	Resolução Nº. 261/2009.	Definir com o Presidente
Diploma Professor do Ano -	Será realizada preferencialmente no dia do Professor - 15 de Outubro.	Resolução Nº. 260/2012.	Definir com o Presidente
Sessão Solene - Medalha Afrodescendente/Semana da Consciência Negra	Será realizada entre os dias 13 e 20 de Novembro.	Resolução Nº. 153/2004.	Definir com o Presidente

## São José do Cedro

### PREFEITURA

#### Homologações Prefeitura - Junho de 2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014

PROCESSO Nº 4/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, TRATORES E ÔNIBUS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: F.M. PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 82.544,00 (oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

CONTRATADO: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.030,00 (quarenta e sete mil e trinta reais)

CONTRATADO: J.B. PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.854,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

PROCESSO Nº 35/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS PELOS GRUPOS DE IDOSOS DO INTERIOR E SEDE DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: MERCADO E CONFECÇÕES CRUZEIRO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.412,30 (quatorze mil quatrocentos e doze reais e trinta centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.692,40 (treze mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: Rodrigo Daniel Roman-EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.104,80 (treze mil cento e quatro reais e oitenta centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2014

PROCESSO Nº 71/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA, DE MATERIAIS FILTRANTES (SEIXO ROLADO, AREIA FILTRANTE E CARVÃO ANTRACITO), PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA QUE O SISTEMA ATUAL, ESTÁ DETERIORADO E SATURADO, OBSTRUINDO DESTA FORMA A PASSAGEM DE ÁGUA E NÃO REALIZANDO O TRATAMENTO CORRETO DA ÁGUA POTÁVEL, QUE É CONSUMIDA DIRETAMENTE PELA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.610,40 (trinta e quatro mil seiscentos e dez reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014**

PROCESSO Nº 23/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, SENDO RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE.

CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.000,60 (vinte e três mil reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.478,00 (dezenove mil quatrocentos e setenta e oito reais)

CONTRATADO: CASA DAS CARNES SPIRONELLO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.579,40 (vinte mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.946,65 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: SAMARONI ILACIR MULLER ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.398,90 (vinte mil trezentos e noventa e oito reais e noventa centavos)

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014**

PROCESSO Nº 38/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES PARA AS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, SENDO RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE, e AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS e ÁGUA MINERAL PARA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: NILOSUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.975,00 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: MAICON ALEXANDRE RODRIGUES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.611,10 (dezoito mil seiscentos e onze reais e dez centavos)

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014**

PROCESSO Nº 54/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ANÁLISE DE ÁGUA DO SEMAE, EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA E OUTROS PARA USO DO FUNREBOM, IMPRESSORA PARA O DMER E SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE VIDEO E IMAGEM PARA USO DA DELEGACIA DE POLICIA MILITAR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: FERRAGEM CEDRENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais)

CONTRATADO: DJALMO DAVI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.270,00 (quinze mil duzentos e setenta reais)

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.567,00 (dois mil quinhentos e sessenta

e sete reais)

CONTRATADO: MEOTTI BOLDRIN INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.810,00 (um mil oitocentos e dez reais)

CONTRATADO: SOLDA &amp; WARKEN LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.590,00 (três mil quinhentos e noventa reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.710,00 (dez mil setecentos e dez reais)

CONTRATADO: MULTI BOMBAS COMÉRCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.485,00 (oito mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

**Homologações FMS - Junho de 2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

PROCESSO Nº 12/2014 HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO AMBULÂNCIA, PLACA MGJ - 3710, PM - 9666, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013

PROCESSO Nº 36/2013 HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PSICOTRÓPICOS, HIPERTENSOS E DIABÉTICOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVRE DEMANDA NA FARMÁCIA BÁSICA.

CONTRATADO: PROSAUDE-DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.370,00 (trinta e seis mil trezentos e setenta reais)CONTRATADO: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 84.267,76 (oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.461,00 (setenta mil quatrocentos e sessenta e um reais)

CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 74.206,00 (setenta e quatro mil duzentos e seis reais)

CONTRATADO: A G KIENEN &amp; CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 90.650,99 (noventa mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos)

CONTRATADO: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 139.102,10 (cento e trinta e nove mil cento e dois reais e dez centavos)



CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COM.DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 69.191,02 (sessenta e nove mil cento e noventa e um reais e dois centavos)

CONTRATADO: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.750,60 (quarenta e sete mil setecentos e cinquenta reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 79.151,50 (setenta e nove mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

PROCESSO Nº 10/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PSICOTRÓPICOS, HIPERTENSOS E DIABÉTICOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVRE DEMANDA NA FARMÁCIA BÁSICA.

CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.865,00 (três mil oitocentos e sessenta e cinco reais)

CONTRATADO: S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.249,10 (seis mil duzentos e quarenta e nove reais e dez centavos)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COM.DE MEDICAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.747,60 (três mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

PROCESSO Nº 14/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, PARA FINS DE CONserto DO MOTOR, DA CAIXA E DA TRAÇÃO DO VEICULO DUCATTO, PLACA MBN - 3963, QUE É USADO NO TRANSPORTE DE PACIENTES ENFERMOS OU DE ACIDENTADOS PARA OUTROS MUNICÍPIOS.

CONTRATADO: GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.966,56 (vinte e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

## **Lei Nº 4.248, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.248, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"APROVA PLANO DE LOTEAMENTO E AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "LOTEAMENTO GRAF", a ser executado sobre a PARTE DO LOTE RURAL NÚMERO 17 (dezessete), com a área de 108.900,00m² (cento e oito mil

e novecentos metros quadrados), da matrícula 2.778, do Office de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro - SC, situado no perímetro urbano do Município de São José do Cedro, prolongamento da Rua João Busato, com acessões locadas em pranchas do projeto, com a seguinte descrição: ao NORTE, com parte do lote n. 18, de propriedade de Samaroni Trevisol (Matrícula 11.439), por linha seca de 161,37m; ao NORDESTE, com parte do lote rural n.18, de propriedade de Samaroni Trevisol (Matrícula n. 11.439), por linha seca de 26,07m; novamente ao NORTE, com parte do lote rural n.18, de propriedade de Samaroni Trevisol (Matrícula nº 11.439), por linha seca de 83,23 metros; ao LESTE, com parte do mesmo lote n. 17, de propriedade de Perci Luiz Zamboni e Lúcia Albônico Zamboni (Matrícula nº 2.536, por linha seca de 330,27m; ao SUL com parte do mesmo lote nº17, de propriedade de Jacir Casagrande e Cenaide Hilde Casagrande (Matrícula nº 9.075), por linha seca de 270,12m; ao OESTE, parte com a antiga Estrada Geral, parte com o lote nº 16, de Elizário Francisco Zamboni e Jovilde Albina Zamboni (Matrícula nº 3.060) e parte com o Lote Urbano nº 95, de propriedade de Elson Schultz e Maria Nelci Schultz (Matrícula nº 10.276), numa extensão de 279,99m; e ao NOROESTE, com o Lajeado, fechando assim perímetro.

§1º. O loteamento possui área total de 108.900,00m² (cento e oito mil e novecentos metros quadrados), dos quais 4.084,045m² destinam-se à APP (Área de Preservação Permanente), 1.802,372m² de área não edificante - públicas; 161,944m² de área não edificante - privada, 4.438,843m² de área institucional, 34.469,680m² de área de ruas e 7.067,457m² de área verde, restando uma área de 56.875,659m² de lotes vendáveis (175 lotes). Considerando a área total de 108.900,00m² a ser loteada, diante o desconto de 4.084,045m² de APP (Área de Preservação Permanente), teremos 104.815,95m² de área útil, da presente área considera-se 47.778,351m² de áreas públicas (45,58%). A subdivisão da área resultará em 20 quadras, e um total geral de 186 (cento e oitenta e seis) lotes.

§2º. A área loteada situa-se na zona urbana ZM4 (Zona Mista 04) da cidade de São José do Cedro, e terá os usos previstos para aquela região, conforme o Plano Diretor do Município.

Art. 2º. O presente loteamento será interceptado por 04 (quatro) ruas já existentes, sendo elas: João Busato, Salete Uliana, Hermínio Conte e Fernando Pessoa. Além das ruas existentes serão criadas as ruas Afonso Graf, Leopoldina Sontag, João Rigotti e Hilda Ana Lunckes Seffrin, que farão parte do presente loteamento.

Art. 3º. Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

- I - Prancha 01 - contendo a planta de localização (T-01);
- II - Prancha 02 - contendo a planta de recursos naturais (T-02);
- III - Prancha 03 - contendo a prancha de curvas de nível (T-03);
- IV - Prancha 04 contendo a planta das quadras (G-01);
- V - Prancha 05 contendo a planta baixa do loteamento (G-02);
- VI - Prancha 06 contendo a planta baixa do loteamento - curvas de níveis (G-03);
- VII - Prancha 07 contendo área verde georreferenciada (G-04);
- VIII - Memorial descritivo do loteamento;
- IX - Termo de doação de áreas públicas
- X - Termo de Responsabilidade para Execução de Infraestrutura;
- XI - Declaração;
- XII- Certidões atualizadas dos imóveis;
- XIII - Cronograma físico de execução do loteamento;
- XIV - A.R.T.s dos profissionais responsáveis pelo projeto de Loteamento;
- XV - Licenças Ambientais;
- XVI - Memorial Descritivo dos Lotes.
- XVII - Projeto de rede de energia elétrica;
- XVIII - Projeto de rede de água;
- XIX - Projeto de drenagem pluvial;

XX - Projeto de pavimentação e terraplanagem.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **Lei Nº 4.249, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.249, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS  
"439"3.3.90.47.00.00.3.0053 Obrigações Tributárias Contributivas  
..... R\$400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da Proteção Social Básica, Fonte 3.0053, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **Lei Nº 4.250, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.250, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR  
"440"4.4.90.52.00.00.3.0052 Equipamentos e Material Permanente R\$5.544,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Família Acolhedora, Fonte 3.0052, no valor de R\$5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.251, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.251, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR

"441"4.4.90.52.00.00.1.0052 Equipamentos e Material Permanente R\$57,15

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Família Acolhedora, Fonte 1.0052, no valor de R\$57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos ).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.252, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.252, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"442"3.3.90.30.00.00.1.0059 Material de Consumo R\$1.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados recursos referentes ao excesso de arrecadação dos recursos arrecadados do FNDE, programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Fonte nº 1.0059 no valor de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.253, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.253, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$56.686,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"63"3.3.50.42.00.00.1.0002 Auxílios R\$56.686,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$56.686,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta reais):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

1.053 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SAÚDE - AMPLIAR/ READEQUAR

"17"4.4.90.51.00.00.1.0002 Obras e Instalações R\$25.000,00

"19"4.4.90.52.00.00.1.0002 Equipamentos e Material Permanente R\$22.000,00

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"23"3.3.50.41.00.00.1.0002 Contribuições R\$1.080,00

"24"3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções sociais R\$3.960,00

2.077 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE USUÁRIOS DE ENTORPECENTES

"40"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$3.595,00

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.051,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.254, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.254, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a Associação Beneficente Hospitalar Cedro, portadora do CNPJ/MF sob nº. 86.204.799/0001-53, sito na Avenida Salgado Filho, 1511 - Centro, Município de São José do Cedro/SC, o valor de R\$56.686,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta e seis reais), objetivando atender necessidades básicas par locomoção de pedestres, transeuntes e pacientes em torno do Hospital, em uso público, com a construção de calçadas, passeios públicos, canalização de águas pluviais.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal em até 60 dias a



contar da assinatura do convênio.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
Proj/Ativ	2.056 - PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
Elemento	3.3.50.42.00.00.00
Recurso	1.0002 - RECURSOS DOS 15% DE IMPOSTOS DA SAÚDE
Dotação	"63" AUXÍLIO

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.255, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.255, DE 10 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO CEDRENSE DE ARTESÃOS E ARTISTAS PLÁSTICOS - ACARTE, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a Associação Cedrense de Artesãos e Artistas Plásticos - ACARTE, portadora do CNPJ/MF sob nº. 04.190.509/0001-03, sito Rua Padre Aurélio, 25, sala 04 - centro - Centro, Município de São José do Cedro/SC, o valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), objetivando auxiliar na manutenção das atividades da entidade, tendo em vista ser a entidade sem fins lucrativos, não visar lucros, desenvolver trabalhos manuais, fornecimento de treinamentos e realização de trabalhos voluntários na comunidade a título cultural.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal em parcela única, até 60 dias após a assinatura do convênio.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta



da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04-00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
0403	DEPARTAMENTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 - CONTRIB. P/ ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, ASSISTENCIA SOCIAL
Elemento	3.3.50.41.00.00.00
Recurso	3.0000 - ORDINÁRIOS
Dotação	413 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Lei Nº 4.256, de 10 de Junho de 2014**

LEI Nº 4.256, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
"64"3.3.90.14.00.00.3.0066 Diárias – Civil R\$7.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da Vigilância Sanitária, Fonte 3.0066, no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ISABEL CRISTINA BENIN ZEN,  
Secretária Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Decreto Nº. 090/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 090/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"54"3.3.90.39.00.00.1.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$3.750,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
"50"3.3.90.36.00.00.1.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$3.000,00  
"55"3.3.90.47.00.00.1.0056 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$750,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **Decreto Nº. 091/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 091/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$82.000,00 (oitenta e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB  
"118"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$32.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"145"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$82.000,00 (oitenta e dois mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB  
"120"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$32.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"148"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **Decreto Nº. 092/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 092/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$100,00 (cem reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA AEDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
"124"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$100,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$100,00 (cem reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA AEDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
"121"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$100,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de junho de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **Decreto Nº. 093/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 093/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.249/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS  
"439"3.3.90.47.00.00.3.0053 Obrigações Tributárias Contributivas R\$400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da Proteção Social Básica, Fonte 3.0053, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Decreto Nº. 094/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 094/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.250/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR  
"440"4.4.90.52.00.00.3.0052 Equipamentos e Material Permanente R\$5.544,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Família Acolhedora, Fonte 3.0052, no valor de R\$5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Decreto Nº. 095/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 095/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.251/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR

"441"4.4.90.52.00.00.1.0052 Equipamentos e Material Permanente R\$57,15

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Família Acolhedora, Fonte 1.0052, no valor de R\$57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **Decreto Nº. 096/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 096/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.252/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"442"3.3.90.30.00.00.1.0059 Material de Consumo R\$1.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados recursos referentes ao excesso de arrecadação dos recursos arrecadados do FNDE, programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Fonte nº 1.0059 no valor de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº. 097/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 097/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.253/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$56.686,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"63"3.3.50.42.00.00.1.0002 Auxílios R\$56.686,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$56.686,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta reais):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

1.053 1.053 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SAÚDE - AMPLIAR/READEQUAR

"17"4.4.90.51.00.00.1.0002 Obras e Instalações R\$25.000,00

"19"4.4.90.52.00.00.1.0002 Equipamentos e Material Permanente R\$22.000,00

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"23"3.3.50.41.00.00.1.0002 Contribuições R\$1.080,00

"24"3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções sociais R\$3.960,00

2.077 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE USUÁRIOS DE ENTORPECENTES

"40"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$3.595,00

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.051,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº. 098/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 098/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.256/2014 de 10/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
"64"3.3.90.14.00.00.3.0066 Diárias - Civil R\$7.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da Vigilância Sanitária, Fonte 3.0066, no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº. 099/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 099/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.014 CONTRIBUIÇÃO P/ENTID CULT,ESP,ASSIST E SOCIAIS

"413"3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições R\$5.400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**Decreto Nº. 100/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 100/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"49"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$32.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"48"3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo R\$32.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº. 101/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 101/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.043 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

"447"4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações R\$2.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 12 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº. 5.431, de 05 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 5.431, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e nomeada Comissão Especial para realizar a avaliação dos imóveis situados na Rua José João Grando, do Município de São José do Cedro, que receberá Contribuição de Melhoria (pavimentação asfáltica). A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

LUIZ CARLOS BATAGLIN - Fiscal de Obras;  
ALDO ANTONIO RIGO - Corretor de Imóveis;  
ALEXANDRE VOGT - Diretor de Secretaria;  
CARINE KAISER WOLFART - Assessora Jurídica;  
DIOGO LOCATELLI - Corretor de Imóveis;  
LUCAS ANDRÉ SCHNEIDER - Fiscal de Tributos;  
CAMILA DAIANE CANCELIER - Engenheira Civil;  
ISETE BASSANI ROSA - Auxiliar Administrativo;  
JOÃO ALOISIO LINCK - Diretor de Secretaria;  
JOSÉ TARCÍ SCHOLL - Corretor de Imóveis;  
MARIEL PERIN - Engenheiro Civil.

Art. 2º - A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para apresentar o parecer com a avaliação da efetiva valorização dos imóveis, para fins de cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Art. 5º - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de junho de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente decreto foi registrado e publicado em 05 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**Decreto Nº 5.430, de 04 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.430, DE 04 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, LUIZANE LAGEMANN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 4º lugar, média final 8,00, a partir de 04 de junho de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº 5.432, de 10 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.432, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"DECRETA PONTO FACULTATIVO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos IX e XXXVI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no dia 20 de junho de 2014, em virtude do Feriado de Corpus Christi.

Parágrafo único. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de

2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**Decreto Nº 5.433, de 10 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.433, DE 10 DE JUNHO DE 2014

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial integrada por: Etelvino Luiz Festa, João Carlos Anzolin, Silmar Britz, Rui Kunzler, Valter Riffel e Marciano Carlos Barato, para, sob a Presidência do primeiro e Vice-presidência do segundo, efetuar a avaliação dos itens descritos na Lei nº 4.247, de 03 de junho de 2014.

Art. 2º. A comissão terá um prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de relatório com a avaliação dos bens.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 10 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 10 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo

**Decreto Nº 5.434, de 13 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.434, DE 13 DE JUNHO DE 2014

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal VALMIR ZIGLIOLI, ocupante do cargo de Agente da Dengue, Nível 01, Grupo ACE, Matrícula nº 2054, a partir de 13 de junho de 2014, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 13 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 13 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo

### Edital de Convocação Nº 054/2014

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 054/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Processo Seletivo de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 31 de outubro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.322, de 08 de janeiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

MERENDEIRA

PAULA FERNANDA MORAIS

ELISETTE CAMARGO ELESBÃO THALHEIMER

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.887, de 16 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.887, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.302.4506.2.02				
1.4.4.90.00.00.00.00.00				
.01.0057	54	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.302.4506.2.021				
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0057	26	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de junho de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitações - Processo Licitatório Nº 093/2014, PR Nº 061/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/06/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2014,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO E AMPLITUDE (AM) E (FM), DE ABRANGÊNCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO DIÁRIO E MENSAL, COM DIVULGAÇÃO DE

ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 094/2014, TP Nº 006/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/07/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2014,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO - EXTENSÃO ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI, COM ÁREA TOTAL DE 478,80M². Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 095/2014, PR Nº 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/06/2014, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014,

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 25,0 Mpa, COM BOMBEAMENTO, A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

**Contrato Nº 072/2014**

CONTRATO Nº 072/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO PAULO DA SILVA LOPES portador do RG: 40492940 - SSP/SC, inscrito no CPF sob nº. 007.327.589-12, Pis/Pasep 116.90640.37-0, residente e domiciliado a Rua José Matias Junkes, nº. 1455, Vila Junkes - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO.**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de confecção de 35 (trinta e cinco) placas para identificação das salas do Prédio da Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 13/06/2014 a 23/06/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Pedro de Alcântara, 13 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

PEDRO PAULO DA SILVA LOPES  
Contratado

# Schroeder

## PREFEITURA

**Decreto Nº 2.984/2014, de 16 de Junho de 2014**

DECRETO No2.984/2014, de 16 de junho de 2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 20 de junho de 2014 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Ata Pregão Presencial 39/2014-PMS (Sequência 01)**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 89/2014 Data do Processo: 14/05/2014</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de computadores, notebooks e nobreaks para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação.

Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP e DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que o representante da empresa M. H. PERELLES - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data de 06 de maio de 2014 sendo superior ao exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME. Contatou-se que a empresa M. H. PERELLES - ME não cotou em sua proposta valor para o item 01 sendo que esta licitação é por tipo menor preço global, sendo assim a proposta está desclassificada. O representante da empresa M. H. PERELLES - ME retirou-se da sessão. Constatou-se que a empresa PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP em sua proposta houve a falta catálogo técnico de mouse, mini-mouse, teclado, maleta de transporte e proteções de fonte de alimentação. Não foi identificada velocidade memória DDR da placa de vídeo. Prospecto do Notebook suporta processadores de 4ª geração e o processador oferecido é 3ª geração. Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. Constatou-se que a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP em sua proposta apresentou para placa de vídeo a qual deverá vir no item 1 e não como "pode acompanhar". Garantia oferecida pela fabricante da bateria do notebook de 12 meses e exigência do edital é 36 meses. Garantia de 36 meses deverá ser oferecida no produto e não constar como "deverá ser adquirida no momento da compra". Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 30 de junho de 2014, às 17h, para apresentação de nova proposta, dentro de novo envelope com todas as exigências dos itens da proposta, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada desclassificada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 39/2014 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

89/2014

14/05/2014

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 16 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

TARCISIO ANTONELLO	- ..... - Representante
CESAR AUGUSTO DE PAULA	- ..... - Representante
FLÁVIO PERELLES	- ..... - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 89/2014 Data do Processo: 14/05/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de computadores, notebooks e nobreaks para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP e DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que o representante da empresa M. H. PERELLES - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data de 06 de maio de 2014 sendo superior ao exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME. Contatou-se que a empresa M. H. PERELLES - ME não cotou em sua proposta valor para o item 01 sendo que esta licitação é por tipo menor preço global, sendo assim a proposta está desclassificada. O representante da empresa M. H. PERELLES - ME retirou-se da sessão. Constatou-se que a empresa PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP em sua proposta houve a falta catálogo técnico de mouse, mini-mouse, teclado, maleta de transporte e proteções de fonte de alimentação. Não foi identificada velocidade memória DDR da placa de vídeo. Prospecto do Notebook suporta processadores de 4ª geração e o processador oferecido é 3ª geração. Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. Constatou-se que a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP em sua proposta apresentou para placa de vídeo a qual deverá vir no item 1 e não como "pode acompanhar". Garantia oferecida pela fabricante da bateria do notebook de 12 meses e exigência do edital é 36 meses. Garantia de 36 meses deverá ser oferecida no produto e não constar como "deverá ser adquirida no momento da compra". Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 30 de junho de 2014, às 17h, para apresentação de nova proposta, dentro de novo envelope com todas as exigências dos itens da proposta, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada desclassificada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	89/2014
	Data do Processo:	14/05/2014
	Folha: 2/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 16 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

TARCISIO ANTONELLO	- ..... - Representante
CESAR AUGUSTO DE PAULA	- ..... - Representante
FLÁVIO PERELLES	- ..... - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 89/2014 Data do Processo: 14/05/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de computadores, notebooks e nobreaks para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação.

Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP e DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que o representante da empresa M. H. PERELLES - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data de 06 de maio de 2014 sendo superior ao exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP e M. H. PERELLES - ME. Contatou-se que a empresa M. H. PERELLES - ME não cotou em sua proposta valor para o item 01 sendo que esta licitação é por tipo menor preço global, sendo assim a proposta está desclassificada. O representante da empresa M. H. PERELLES - ME retirou-se da sessão. Constatou-se que a empresa PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP em sua proposta houve a falta catálogo técnico de mouse, mini-mouse, teclado, maleta de transporte e proteções de fonte de alimentação. Não foi identificada velocidade memória DDR da placa de vídeo. Prospecto do Notebook suporta processadores de 4ª geração e o processador oferecido é 3ª geração. Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. Constatou-se que a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP em sua proposta apresentou para placa de vídeo a qual deverá vir no item 1 e não como "pode acompanhar". Garantia oferecida pela fabricante da bateria do notebook de 12 meses e exigência do edital é 36 meses. Garantia de 36 meses deverá ser oferecida no produto e não constar como "deverá ser adquirida no momento da compra". Não identificada versão de Office ofertada, sendo assim a proposta está desclassificada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 30 de junho de 2014, às 17h, para apresentação de nova proposta, dentro de novo envelope com todas as exigências dos itens da proposta, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada desclassificada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 89/2014 Data do Processo: 14/05/2014
Folha: 2/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 68/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 16 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

TARCISIO ANTONELLO	- ..... - Representante
CESAR AUGUSTO DE PAULA	- ..... - Representante
FLÁVIO PERELLES	- ..... - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	- ..... - Setor Solicitante



**Serra Alta****PREFEITURA****Decreto Nº 117/2014**

DECRETO Nº 117/2014 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidora Pública Municipal Damaris Ventura e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006, da Lei Complementar nº 007/2010,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Pós-Graduação sobre o vencimento a servidora Damaris Ventura de acordo com a especialização e respectiva percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta,  
13 de junho de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**Timbé do Sul****PREFEITURA****Decreto 115/2014**

DECRETO Nº 115, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO À CORPUS CHRISTI

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as

Repartições Públicas Municipais, com exceção da Secretaria de Educação, no dia 20 de junho de 2014(sexta-feira), em decorrência do Feriado de Corpus Christi; Feriado Nacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC,  
16 de junho de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### **Aviso Pregão Presencial Nº. 64 2014 PMT - Aquisição de Papel Toalha**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 64/2014 PMT

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de toalha de papel, destinada ao atendimento das necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 01 de julho de 2014. ABERTURA: dia 01 de julho de 2014 às 10h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 16/06/2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

### **Aviso Sorteio dos Membros da Subcomissão Técnica - Concorrência N.º 48/2014 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 PMT  
AVISO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que o sorteio dos membros que irão compor a Subcomissão Técnica da Concorrência n.º 48/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E O CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO CAPUT DO ARTIGO 2 E EM SEU §1º DA LEI N.º 12.232/2010, PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO E DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ, ocorrerá no dia 18/06/2014 às 9hs (nove horas) no auditório da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 16/06/2014  
CARMELINDE BRANDT  
Presidente da Comissão de Licitações

### **Termo de Esclarecimento Pregão Presencial Nº 13 2014 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2014 FMS  
TERMO DE ESCLARECIMENTO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que ratifica a documentação técnica exigida na retificação do edital supracitado, que trata do registro de preços para aquisição de material de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, CAPS, SAMU e Policlínica de referência. Desta forma, a exigência é a constante desta retificação publicada no Diário Oficial dos Municípios, na edição n.º 1506, página 241, sendo desconsiderada a informação constante na descrição dos objetos, no que tange à qualificação técnica.

TIMBO/SC, 16 de junho de 2014  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

### **Aviso Credenciamento N.º 67 2014 PMT - Contratação de Profissionais da Área da Terapia Ocupacional**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CREDENCIAMENTO de Licitação Nº 67/2014

OBJETO: credenciamento de profissionais da área da terapia ocupacional (profissional liberal e/ou através de empresas do ramo) para tratar sintomas causados pela síndrome de burnout, stress, ansiedade e depressão em profissionais da educação infantil (NEIS E UPES). O envelope contendo os documentos de Habilitação deverá ser entregue a partir do dia 18/06/2014, até às 17h00min do dia 04/07/2014. A sessão pública para abertura dos envelopes de credenciamento será no dia 07/07/2014 às 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó/SC, 16 de Junho de 2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação 52/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 52/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo usado, tipo caminhonete, para atender a necessidade do Departamento de Urbanismo do município de Treze Tílias, conforme Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 27/06/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### Portaria Nº 065/14

PORTARIA Nº 065/14 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. GABRIELA MAZZARINO, CPF nº 059.797.959-60, residente e domiciliada no município de Luzerna, para ocupar o cargo comissionado de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE JUNHO DE 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### Portaria Nº 066/14

PORTARIA Nº 066/14 DE 16 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marli Ansiliero	01/02/2013 a 31/01/2014	16/06/2014 a 05/07/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 16 DE JUNHO DE 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### Extrato de Contrato Nº 13/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 13/2014 FMS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais odontológicos de forma parcelada, destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, conforme itens constantes no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços - 07/2014 FMS  
VIGÊNCIA: 13/06/2014 - 13/06/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.238,48 (Vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)  
DATA ASSINATURA: 13/06/2014  
DOTAÇÃO: 04.01.2100.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 13 de Junho de 2014.

### Extrato de Contrato Nº 14/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 14/2014 FMS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais odontológicos de forma parcelada, destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, conforme itens constantes no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços - 07/2014 FMS  
VIGÊNCIA: 13/06/2014 - 13/06/2015;  
VALOR ESTIMADO: R\$ R\$25.471,84 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

DATA ASSINATURA: 13/06/2014  
DOTAÇÃO: 04.01.2100.33.90.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 13 de Junho de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 15/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 15/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais odontológicos de forma parcelada, destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, conforme itens constantes no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços - 07/2014 FMS

VIGÊNCIA: 13/06/2014 - 13/06/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 24.567,34 ( Vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

DOTAÇÃO: 04.01.2100.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 13 de Junho de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 16/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 15/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais odontológicos de forma parcelada, destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, conforme itens constantes no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços - 07/2014 FMS

VIGÊNCIA: 13/06/2014 - 13/06/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 24.567,34 ( Vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

DOTAÇÃO: 04.01.2100.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 13 de Junho de 2014.

**Tunápolis****PREFEITURA****Processo N.18/2014 Medicamentos**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2014

Edital de Pregão Presencial nº 17/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, por REGISTRO DE PREÇO na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a aquisição de Medicamentos de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega dos envelopes até às 13h45min do dia 03/07/2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

**Ata Registro de Preços Sev. Mecânicos Pesados ao Processo 76/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA serviços mecânicos (parte elétrica, ar condicionado, comum raial, injeção diesel, freios, embreagem, alternador, motor de arranque, arrefecimento, manutenção preventiva) em máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Aos 30 dias do mês de maio de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. VOLMIR PEDRO LAWISCH, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 710.744.149-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 76/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 05/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBERLER LTDA - ME inscrito sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaró, 190, centro no Município de Tunápolis, telefone: 36321071, sem

representante presente no certame.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	300	HRS	64,00	SERVIÇOS MECANICOS NA PARTE ELETRICA, AR CONDICIONADO, COMUM RAIAL, INJEÇÃO DIESEL, FREIOS, EMBREAGEM, ALTERNADOR, MOTOR DE ARANQUE, ARREFECIMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA

## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 05/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº.50/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.



6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejudicado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 76/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 49/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 -Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 50/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 30 de maio de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em exercício

Contratada

AUTO MECANICA GRIEBERLER LTDA - ME

CONTRATANTE

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

# Turvo

## PREFEITURA

### Decreto 30/2014

DECRETO Nº 030/14, de 13 de Junho de 2014.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.0 (0008) - Transf. a Inst. Priv. S/ Fins Luc .... R\$ 40.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 13 de junho de 2014.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 186/2014

PORTARIA Nº 186/14, de 13 de Junho de 2014.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 13.06.2014 a 12.07.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1920	Braz Leandro Melo	05.06.2013 a 04.06.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 187/2014

PORTARIA Nº 187/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA SOCORRISTA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, ADMITIDO EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando, que não existem mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Junho de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Claiton Wollenschlager	006.635.619-90	3150
Nilson Severino Mota	657.071.339-68	2976

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de Junho de 2014.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal Em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 188/2014

PORTARIA Nº 188/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 10 de Novembro de 2014, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Antonio Bá	028.243.729-07	2760
Bonifacio José Luiz	442.848.299-04	2770

Dário Carbone dos Santos	560.223.109-97	2872
Donato Policarpe	494.948.569-53	2772
Moacir Toretti Correa	017.583.449-03	2771
Pedro Marques Silverio	692.668.409-04	2773
Sandro Figueredo	021.583.809-26	2761

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 189/2014

PORTARIA Nº 189/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Anderson Paulo Custodio	083.077.589-71	2765
Ivair dos Santos	725.944.209-30	2764

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 190/2014

PORTARIA Nº 190/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TELEFONISTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Novembro de 2014 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR	CPF
2896	Cristiane Rampinelli Macarini	067.988.689-32

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de Junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 191/2014

PORTARIA Nº 191/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando, que não existem mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Junho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Elizandra Michels	017.629.349-30	3005

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de Junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal Em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**Portaria 192/2014**

PORTARIA Nº 192/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Junho de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - SAMU, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 116/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Juliana Martins Teixeira	050.235.399-62	2533
Suzana Cardoso	048.677.909-23	2419

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**Portaria 193/2014**

PORTARIA Nº 193/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Dezembro de 2014 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR	CPF
2963	Rafael Rovaris	927.765.909-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**Portaria 194/2014**

PORTARIA Nº 194/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar ate 10 de Novembro de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Augusto Gabriel Simon	076.027.919-59	2980

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**Portaria 195/2014**

PORTARIA Nº 195/14, de 13 de Junho de 2014.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR E AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar ate 10 de Dezembro de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Wilian Heinzen Severino	053.134.539-47	2753

Art. 2º - Prorrogar ate 10 de Dezembro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Financeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Soeli Fatima Fernandes	066.356.759-90	2756

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 196/2014

PORTARIA Nº 196/14, de 13 de Junho de 2014.  
ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Marcia Favaro Pagnan	018.526.519-70	Unidade de Alimentação Escolar

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Junho de 2014 e encerrará em 19 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 197/2014

PORTARIA Nº 197/14, de 13 de Junho de 2014.  
ADMITE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Sr. DENIZAR BOEIRA BERTI, CPF nº 094.233.609-71, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Junho de 2014 e encerrará em 12 de Agosto de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de junho de 2014.  
EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.



## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 27/2014

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 30 de Junho de 2014 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais para artesanato e outros materiais para utilização nas oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV/PAIF do Município de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 27/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 12 de junho de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### Decreto N.046/2014

DECRETO Nº 046/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido "PONTO FACULTATIVO" no serviço público municipal de Vargem Bonita, na sexta-feira, dia 20 de junho de 2014.

Art. 2º- Os serviços na área da saúde funcionarão em regime de plantão.

Art. 3º- O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 23 de junho de 2014.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 16 de junho de 2014.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 17/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº. 61/2014 - Eventual Aquisição de Placas E Implantação**

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS/SC, CONFORME PLANILHA CONSTANTE NO ANEXO. Quantidade apurada por estimativa, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 em 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 08:30 hrs do dia 27 de junho de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 27 de junho de 2014.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 13 de junho de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 62/2014 - Eventual Aquisição de Graxa E Agente Redutor Liquido**

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 62/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 62/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TAMBOR DE GRAXA DE 181 KG A BASE DE SABÃO DE LÍTIO E GALÃO DE 1000 LITROS DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO ARLA (32). CONFORME CONSTA NO TERMO DE

REFERÊNCIA. OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NO FORNECIMENTO PARCELADO, PELA CONTRATADA, MEDIANTE NECESSIDADE DA CONTRATANTE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 27/06/2014, às 14:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Laercio da Cruz  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### Extrato Contrato Nº 98/2014

Contrato nº: 98/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Fundação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC

Valor ..... : R\$ 109.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial 49/2014-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE 236 HORAS AULAS DE CURSO PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

### Extrato do Contrato N. 0431/14

Extrato do Contrato n. 0431/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA

CPF: 047.617.169-59

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVANA APARECIDA PALAORO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 14 de abril de 2014 a 30 de maio de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

### Extrato do Contrato N. 0440/14

Extrato do Contrato n. 0440/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VLADENISE REOLON BORTOLOZO

CPF: 933.498.829-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRONILDA STRAPAZZON CEDIDA PARA O CENTRO DE APOIO ESPECIALIZADO TIAGO SCOPEL

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

### Extrato do Contrato N. 0441/14

Extrato do Contrato n. 0441/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SINCLAIR DOS SANTOS PAUVELS

CPF: 893.434.339-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JOANICE MUNARO SETTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 a 01 de junho de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

### Extrato do Contrato N. 0443/14

Extrato do Contrato n. 0443/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KATIANE ROBERTI

CPF: 006.886.619-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

### Extrato do Contrato N. 0444/14

Extrato do Contrato n. 0444/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZANGELA VIERGUTZ

CPF: 009.408.079-80

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVANA MARIA CHIESA EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 05 de agosto de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

### Extrato do Contrato N. 0448/14

Extrato do Contrato n. 0448/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA DE SOUZA

CPF: 022.131.839-96

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

### Extrato do Contrato N. 0449/14

Extrato do Contrato n. 0449/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA ELOISA SINIGAGLIA

CPF: 009.048.179-89

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

### Extrato do Contrato N. 0450/14

Extrato do Contrato n. 0450/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI SCHOFFEN

CPF: 017.533.549-43

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014  
FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.073,30 (um mil e setenta e três reais e trinta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0451/14**

Extrato do Contrato n. 0451/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELLE POSSERA  
CPF: 089.933.369-97  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014  
FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental - Séries Iniciais  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.073,30 (um mil e setenta e três reais e trinta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0452/14**

Extrato do Contrato n. 0452/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA PAULA LAMONATTO  
CPF: 076.580.049-79  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEUSA FÁTIMA VEDOVATTO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2014 a 31 de maio de 2014  
FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

**Extrato do Contrato N. 0453/14**

Extrato do Contrato n. 0453/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS  
CPF: 839.892.930-87  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0454/14**

Extrato do Contrato n. 0454/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MANOELI ZAGO  
CPF: 088.313.149-80  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 12 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014  
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.181,63 (um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e três centavos)

**Extrato do Contrato N. 0464/14**

Extrato do Contrato n. 0464/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCAS LANFERDINI CHRIST  
CPF: 047.338.679-80  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2014 a 30 de novembro de 2014  
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.181,63 (um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e três centavos)

**Aplicação de Penalidade TP 31/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
APLICAÇÃO DE PENALIDADE  
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2011-PMV

O Prefeito Municipal do Município de Videira comunica aos interessados que à empresa CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.585.446/0001-85, com sede na cidade de Videira/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão para participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Videira pelo prazo de 02 (dois) anos, declaração de Inidoneidade pelo mesmo período e multa equivalente a 10% do valor da proposta, tudo nos termos do art. 87 da Lei de Licitações e conforme item 9.2 do contrato de Prestação de Serviços nº 435/2011, conforme Despacho de fls. 322 do processo licitatório acima epigrafado. Outrossim, comunica que o Documento de Arrecadação Municipal - DAM para recolhimento da multa, encontra-se disponível para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 04 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato Nº 99/2014**

Contrato nº: 99/2014  
Data de Assinatura: 02.06.2014  
Fornecedor....: Clínica Médica Neves de Fontoura Ltda  
Valor ..... : R\$ 116.598,60  
Licitação ..... : Pregão Presencial 34/2014-FMS  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER E ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA EM PACIENTES GESTANTES QUE REALIZAM PRÉ-NATAL E EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA TRANSVAGINAL PARA POPULAÇÃO FEMININA ATENDIDA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.



**Extrato Contrato Nº 100/2014**

Contrato nº: 100/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Gráfica América Ltda.

Valor ..... : R\$ 2.270,00

Licitação ..... : Pregão Presencial 50/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CORTINA TIPO BLACKOUT E ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 101/2014**

Contrato nº: 101/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: FS Indústria e Comércio de Uniformes Ltda.

Valor ..... : R\$ 4.499,00

Licitação ..... : Pregão Presencial 50/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CORTINA TIPO BLACKOUT E ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 102/2014**

Contrato nº: 102/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Favretto &amp; Cia Ltda.

Valor ..... : R\$ 8.800,00

Licitação ..... : Pregão Presencial 50/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CORTINA TIPO BLACKOUT E ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 103/2014**

Contrato nº: 103/2014

Data de Assinatura: 05.06.2014

Fornecedor....: Ademir Luiz Bogoni FI EPP

Valor ..... : R\$ 79.501,00

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 05/2014-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA PONTE NA COMUNIDADE DO IMBUIAL CONFORME CONVÊNIO COM A DEFESA CIVIL ESTADUAL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

**Extrato Contrato Nº 104/2014**

Contrato nº: 104/2014

Data de Assinatura: 05.06.2014

Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda ME

Valor ..... : R\$ 82.976,15

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 06/2014-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCADARIA EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA NOS LOTEAMENTOS PEDREIRINHA E SANTOS DUMONT, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

**Extrato Contrato Nº 105/2014**

Contrato nº: 105/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Gráfica América Ltda

Valor ..... : R\$ 560,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 106/2014**

Contrato nº: 106/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Videlivros Com. de Livros e Jogos Pedagógicos Ltda.

Valor ..... : R\$ 50.835,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 107/2014**

Contrato nº: 107/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Regis Comercio de Brinquedos Ltda.

Valor ..... : R\$ 15.390,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 108/2014**

Contrato nº: 108/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda.

Valor ..... : R\$ 7.259,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 109/2014**

Contrato nº: 109/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Didática Livraria e Brinquedos Ltda ME.

Valor ..... : R\$ 23.555,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 110/2014**

Contrato nº: 110/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Projeto Cultural Ltda ME.

Valor ..... : R\$ 40.636,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS



PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 111/2014**

Contrato nº: 111/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Hiper Brink Comércio e Representações Ltda.

Valor ..... : R\$ 18.550,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 112/2014**

Contrato nº: 112/2014

Data de Assinatura: 09.06.2014

Fornecedor....: Arruda Finder Com. de Artigos Infantis Ltda.

Valor ..... : R\$ 2.205,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

**Extrato Contrato Nº 113/2014**

Contrato nº: 113/2014

Data de Assinatura: 10.06.2014

Fornecedor....: L.A. Informática e Suprimentos para Escritório Ltda.

Valor ..... : R\$ 5.249,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 63/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL PARA USO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

**Extrato Contrato Nº 114/2014**

Contrato nº: 114/2014

Data de Assinatura: 10.06.2014

Fornecedor....: Clínica Médica Henning Ltda.

Valor ..... : R\$ 42.120,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 35/2014-FMS

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA PARA O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato Contrato Nº 115/2014**

Contrato nº: 115/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Videmang Com. Máquinas e Ferramentas Ltda.

Valor ..... : R\$ 1.320,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 58/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CARRINHO PARA TRANSPORTE EM ARMAZÉM PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 116/2014**

Contrato nº: 116/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Piatã Comércio de Peças Ltda ME

Valor ..... : R\$ 16.361,40

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 58/2014-PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA TRANSPORTE EM ARMAZÉM PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 117/2014**

Contrato nº: 117/2014

Data de Assinatura: 16.06.2014

Fornecedor....: Construtora Edificação Ltda ME

Valor ..... : R\$ 35.684,81

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 09/2014-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA UVA - REFORMA DO SALÃO DE CONVENÇÕES - FASE 01, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTRATO DE REPASSE Nº 772858/2012.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 68/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 68/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Oxigênio Joaçaba Com. de Gases Atmosféricos Ltda EPP

Valor: R\$ 15.608,30

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 53/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO EM SERVIÇOS DE SOLDA PELOS DEPARTAMENTOS DE OBRAS E DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 69/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 69/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Videmang Com. de Máquinas e Ferramentas Ltda

Valor: R\$ 5.031,25

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 53/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO EM SERVIÇOS DE SOLDA PELOS DEPARTAMENTOS DE OBRAS E DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 70/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 70/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Mercado RZ Ltda.

Valor: R\$ 276.453,85

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 71/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 71/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Ap Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.

Valor: R\$ 16.225,24

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 72/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 72/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda.

Valor: R\$ 4.155,80

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 73/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 73/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Comercial Atacadista Sol Mio Ltda.

Valor: R\$ 401,50

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 74/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 74/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Industrial Moageira Ltda - Lebon Régis

Valor: R\$ 18.545,09

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 75/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 75/2014

Data de Assinatura: 02.06.2014

Fornecedor....: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda.

Valor: R\$ 13.293,05

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 62/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 76/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 76/2014

Data de Assinatura: 05.06.2014

Fornecedor....: Promedical Equipamentos Médicos Ltda.

Valor: R\$ 11.800,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 33/2014 - FMS

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PAPEL PARA IMPRESSÃO DE ULTRA-SONOGRAFIA E PRESERVATIVO PARA USO EM EXAMES TRANSVAGINAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 77/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 77/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Britagem Vanz Ltda.

Valor: R\$ 105.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 52/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 78/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 78/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Florkar Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor: R\$ 34.395,65

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 61/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 79/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 79/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Piatã Comércio de Peças Ltda.

Valor: R\$ 1.966,19

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 61/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 80/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 80/2014

Data de Assinatura: 11.06.2014

Fornecedor....: Transvan Turismo Ltda.

Valor: R\$ 36.012,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 64/2014 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 81/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 81/2014

Data de Assinatura: 13.06.2014

Fornecedor....: Ellatur Viagens e Turismo Ltda ME.

Valor: R\$ 14.100,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 14/2014 - FMAS

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DO GRUPO DE IDOSOS.

**Pregão Presencial Nº 80/2014 - PMV Retificação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alteradas as especificações constantes dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 do Edital do Pregão Presencial nº 80/2014-PMV, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, permanecendo a mesma data de abertura, 17 de julho do corrente ano, a qual atende o disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 19 de Fevereiro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação Nº 05/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2014 - FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2014 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EXAMES LABORATORIAIS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: PNCQ - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.853,36 (cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 16 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Lei Nº 0884**

LEI N. 0884, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI N. 514/2003, QUE INSTITUI O CONSELHO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O Art. 1º da Lei 514/2003 passa a vigorar com as seguintes disposições:

"Art. 1º. Fica instituído o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Vitor Meireles (SC) - COMSEA/VM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com caráter consultivo e com objetivo de deliberar e propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação e à segurança alimentar e nutricional, como parte integrante do direito constitucional de cada cidadão".

Art. 2º. Altera os parágrafos 1ª e 2ª e caput do art. 3º da Lei n. 514/2003, que passam a vigorar com as seguintes disposições:

Art. 3º. O COMSEA/VM é órgão colegiado que possui a seguinte composição:

§ 1º. Representantes do Poder Público:

- 01 representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente;
  - 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
  - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
  - 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
  - 01 representante do Gabinete do Prefeito;
  - 01 representante do Ensino Público Estadual;
  - 01 representante do Ensino Público Municipal.
- § 2º. Representantes da Sociedade Civil:

- 02 representantes das Igrejas do Município;
- 02 representantes das Entidades Cíveis Legalmente Constituídas;
- 01 representante dos Prestadores de Serviços na Área de Saúde;
- 01 representante das Associações de Moradores;
- 01 representante dos Sindicatos do Meio Rural.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n. 679/2009.

Vitor Meireles, 16 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**Lei Nº 0885**

Lei Nº 0885, de 16 de junho de 2014.

Autoriza a Suplementação de Dotações Orçamentárias por Provável Excesso de Arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a suplementação da seguinte dotação orçamentária, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2254 - Transf. de Convênios da União Educação

R\$ 348.578,84

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2354 - Transf. de Convênios da União Saúde R\$ 236.962,02

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos para Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário/PAC 2, Termo de Compromisso nº PAC204354/2013, no valor de R\$ 348.578,84 (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais, oitenta e quatro centavos), e para Construção da Unidade Básica de Saúde/PAC 2, da Proposta n.º 11347201000113002, no valor de R\$ 236.962,02 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e dois centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles,

16 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**Decreto N.º 034/2014**

DECRETO 034/2014

Suplementa Dotações Orçamentárias por Provável Excesso de Arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0885, de 16/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2254 - Transf. de Convênios da União Educação

R\$ 348.578,84

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2354 - Transf. de Convênios da União Saúde R\$ 236.962,02

Art. 2º - Utiliza-se como fonte para suplementação do Artigo 1º deste decreto, os recursos para Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário/PAC 2, Termo de Compromisso nº PAC204354/2013, no valor de R\$ 348.578,84 (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais, oitenta e quatro centavos), e para Construção da Unidade Básica de Saúde/PAC 2, da Proposta n.º 11347201000113002, no valor de R\$ 236.962,02 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e dois centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),

16 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Decreto Nº 031/2014**

DECRETO N.º 031/2014

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pelo Artigo 9º da Lei Complementar 007, de 13 de maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada pelos Senhores MÁRCIO JOSÉ PAVANELLO, JOSIANE BERKENBROCK MASOTE, MICHELI SCOTTINI, PAULO ROBERTO DE FREITAS, TELMO LUIZ KOERICH, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º - Os Senhores ODIRLEI JEREMIAS e MARCELO ANDRÉ AGOSTINI, ficam nomeados como suplentes da referida Comissão, para suprir eventual falta de algum dos membros.

Art. 3º - A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso público, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),

12 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Edital Nº 001/2014

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO

Eu, LOURIVAL LUNELLI, Prefeito de Vitor Meireles, ordeno ao setor Administrativo que proceda a abertura de PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO para recrutamento de Médico da ESF, Farmacêutico, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Assistente Social, Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo e Operacional, Telefonista, Motorista, Operador de Máquinas, Servente/Merendeira, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Professor Nível II, Fiscal de Tributos, e designo a Comissão Municipal Coordenadora do Processo, nomeada através do Decreto Municipal número 031/14 de 12/06/2014 para realizar os procedimentos referentes ao processo.

VITOR MEIRELES, 16 de junho de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO DE VITOR MEIRELES

### EDITAL DO PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições, faz saber, por este Edital, que realizará o PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO e torna público que estão abertas as inscrições ao Processo para CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014, destinado a selecionar Médico da ESF, Farmacêutico, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Assistente Social, Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo e Operacional, Fiscal de Tributos, Telefonista, Motorista, Operador de Máquinas, Servente/Merendeira, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Professor Nível II, o qual se regerá pelas normas deste edital e de acordo com o art. 37, IX da Constituição Federal e da Lei Complementar Municipal nº 048, de 23 de Dezembro de 2009, Lei Complementar Nº 049, de 23 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar Nº 078, de 08 de Maio de 2014.

A responsabilidade pelo assessoramento no processo de execução do referido processo será da Empresa: ADELAR JOSE TOLFO 38109530087 MEI, com CNPJ nº 17.362.821/0001-70, situada na Rua Alfredo Kummrow - 145, Centro, Ibirama/SC.

### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital.

1.2 - Este PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO far-se-á através de provas escritas contendo questões objetivas, acrescido de prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas, Servente/Merendeira, Auxiliar de Manutenção e Conservação e Auxiliar de Serviços Gerais.

### 2 - DOS CARGOS:

a) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 049, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009:

NOME DO CARGO	CARGA HORARIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNE-RAÇÃO MENSAL	Nº DE VAGAS
Médico da ESF	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 9.500,64 + insalubridade + aux.alimentação	02
Assistente Social	30h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 2.341,38 + aux.alimentação	01
Engenheiro Agrônomo	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 3.219,39 + aux.alimentação	01
Engenheiro Civil	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 3.219,39 + aux.alimentação	01
Farmacêutico	40h	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia Bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	R\$ 2.780,39 + insalubridade + aux.alimentação	01
Técnico em Enfermagem	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	R\$ 1.434,09 + insalubridade + aux.alimentação	01
Agente Administrativo e Operacional	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio	R\$ 1.653,59 + aux.alimentação	01
Telefonista	40h	Ensino Fundamental	R\$ 1.024,36 + aux.alimentação	01
Motorista	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação, com carteira de habilitação mínima "A,D"	R\$ 1.024,36 + insalubridade + aux.alimentação	01
Operador de Máquinas	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação, com carteira de habilitação mínima "A,C".	R\$ 1.126,80 + insalubridade + aux.alimentação	01
Servente/Merendeira	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação	R\$ 731,68 + insalubridade + aux.alimentação	01



Auxiliar de Manutenção e Conservação	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação.	R\$ 731,68 + insalubridade + aux.alimentação	01
Auxiliar de Serviços Gerais	40h	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação	R\$ 731,68 + aux.alimentação	01

b) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 048, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009:

Professor Nível II	20h	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	R\$ 1.033,51 + aux.alimentação + Regência Classe	01
--------------------	-----	--	--	----

c) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 078, DE 08 DE MAIO DE 2014:

Fiscal de Tributos	40h	Certificado de Conclusão de graduação de nível superior em curso de duração curricular igual ou superior a quatro anos, reconhecido pelo Ministério da Educação.	R\$ 2.048,71 + aux.alimentação	01
--------------------	-----	--	--------------------------------	----

2.1 - As fichas de inscrições serão numeradas em ordem numérica sequencial crescente.

2.2 - O candidato portador de necessidades especiais participará do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova; à avaliação e aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação da prova para todos os candidatos.

### 3 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este CONCURSO PÚBLICO será feita através de publicação nos seguintes locais:

3.1 - No mural de publicações da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 - Centro, no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site [www.vitormeixeles.sc.gov.br](http://www.vitormeixeles.sc.gov.br).

### 4 - DA INSCRIÇÃO

#### 4.1 - Período, Horário e Local

As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal, Rua Santa Catarina, 2266 - Centro, VITOR MEIRELES - SC, pessoalmente ou por meio de procuração, no período de 24/06/2014 a 23/07/2014, em dias úteis, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

4.2 - Procedimentos para realizar a inscrição pessoalmente ou por meio de procuração, onde o candidato deverá:

a) preencher todos os campos da Ficha de Inscrição, assinando a declaração de que conhece as exigências contidas neste edital e de que com elas concorda;

b) anexar ao requerimento de inscrição a fotocópia (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.

4.2.1 - No caso de inscrição por procuração, deverá, ainda, ser anexado o instrumento de mandado (instrumento particular de procuração, com a qualificação do candidato e do procurador e a indicação dos endereços e fotocópias dos documentos de identidade de ambos), com fim específico para inscrição no presente Concurso Público. A procuração não necessita ser passada em cartório.

4.3 - Procedimentos para inscrição de portadores de deficiência:

4.3.1 - O candidato portador de deficiência deverá além de apresentar os documentos constantes no item 4.2, entregar ou remeter durante o período de inscrição ao Governo do Município de VITOR MEIRELES atestado médico (original ou fotocópia autenticada) que comprove a espécie e o grau ou o nível da deficiência de que é portador, indicando, obrigatoriamente, a sua classificação pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que será juntado à Ficha de Inscrição.

4.4 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora, e publicação feita no Mural Público Municipal e via internet, no site [www.vitormeixeles.sc.gov.br](http://www.vitormeixeles.sc.gov.br).

4.5 - Das condições para inscrição:

a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal nº 70.436;

b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da contratação;

c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;

d) Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;

e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Processo para CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

4.6 - Homologação das inscrições:

A homologação das inscrições será divulgada no dia 24 de julho de 2014, através de Mural Público Municipal e via internet, no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site [www.vitormeixeles.sc.gov.br](http://www.vitormeixeles.sc.gov.br), após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora. Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 11 deste Edital.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

5.1. Para cargos de Nível Alfabetizado e Fundamental - R\$ 30,00

5.2. Para cargos de Nível Médio e Técnico - R\$ 70,00

5.3. Para cargos de Nível Superior - R\$ 120,00.

## 6 - DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECES-SIDADES ESPECIAIS

6.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no CONCURSO PÚBLICO de que trata este Edital, podendo concorrer às vagas a elas reservadas, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do emprego e a deficiência de que é portador, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999.

6.2 - As pessoas portadoras de necessidades especiais participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e ao número mínimo de acertos exigidos para todos os candidatos e especificados neste Edital.

6.3 - Os candidatos portadores de necessidades especiais que necessitarem de algum atendimento especial para a realização da prova, deverão fazer a solicitação POR ESCRITO, ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, pessoalmente ou por meio de procurador, na Prefeitura Municipal, Rua Santa Catarina - 2266, VITOR MEIRELES - SC, no ato de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias.

6.4 - O candidato portador de necessidades especiais deverá declarar no Requerimento de Inscrição que a deficiência é compatível com o exercício das atribuições do Emprego, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, e remeter ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, conforme item 4.3 deste Edital, Atestado Médico (original), contendo parecer descritivo do médico assistente do candidato, em receituário próprio, comprovando a deficiência, nos termos da CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial de Saúde - 10ª revisão.

6.5 - Se aprovado e classificado para o provimento das vagas, o candidato portador de necessidades especiais será submetido à avaliação a ser realizada por Junta Médica Oficial designada especialmente para exames com fins adicionais, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador.

6.6 - Na hipótese de não compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador, o candidato será eliminado do Concurso Público, abrindo vaga para o chamamento do próximo classificado na lista de aprovados para o respectivo emprego.

## 7 - DO EMPREGO

7.1 - O pessoal contratado nos termos deste edital vincula-se como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social.

## 8 - DAS PROVAS

8.1 Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o conteúdo programático - Anexo IV deste Edital, para prova escrita e prova prática.

8.2 Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório,

a ser aplicada para todos os candidatos.

8.2.1 A prova escrita terá a pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante o cálculo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá 0,25 (vinte e cinco centésimos).

8.2.2 Serão considerados aprovados na Prova Escrita todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

8.3 Prova Prática (PP) de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para os candidatos aprovados na prova escrita nos seguintes cargos: Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Servente/Merendeira, Operador de Máquinas e Motorista.

8.3.1 Serão considerados aprovados na Prova Prática todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

8.4 A Nota Final será composta da seguinte forma:

8.4.1 Cargos sem Prova Prática: Nota Final = Nota da Prova Escrita;

8.4.2 Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Servente/Merendeira, Operador de Máquinas e Motorista: Nota Final = (PE + PP) / 2.

## 9 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1 - A prova escrita será realizada no dia 03/08/2014, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 1 hora, com início para às 09h, nas dependências da Escola de Educação Básica Vitor Meireles, situada na Rua Leopoldo Krambeck, nº 03, Centro, Vitor Meireles/SC.

9.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

9.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que além do Cartão de Inscrição apresentar documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

9.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.5 - Não será permitida a entrada na sala de realização da prova de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início, salvo se acompanhado por Fiscal do CONCURSO PÚBLICO.

9.6 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.7 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Organizadora e Julgadora do CONCURSO PÚBLICO do Governo do Município de VITOR MEIRELES.

9.8 - Durante a realização da prova, não será permitida consultas de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na folha de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na folha de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 9.9 deste Edital.

9.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da folha de respostas.

9.12 - Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que:

9.12.1 - comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao CONCURSO PÚBLICO.

9.12.2 - consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital.

9.12.3 - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do CONCURSO PÚBLICO.

9.12.4 - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

9.12.5 - o candidato que não comparecer para realização da prova.

9.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

9.14 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

9.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao CONCURSO PÚBLICO nas dependências dos locais de aplicação da prova.

9.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

9.17 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

9.18 - A Prova para todos os candidatos será composta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A, B, C, D, E), sendo: 08 (oito) questões de português, 08 (oito) questões de matemática, 08 (oito) questões de conhecimentos gerais, e 16 (dezesseis) questões de conhecimentos específicos.

9.19 - Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados no mural de publicações da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 - Centro, e no site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br) no dia 04/08/2014.

9.20 - O candidato poderá interpor recurso contra o gabarito no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação do gabarito provisório.

9.21 - No dia 11/08/2014, a Comissão Coordenadora do Concurso Público publicará o gabarito definitivo.

## 10 - DA CLASSIFICAÇÃO

10.1 Ocorrendo empate na classificação final dar-se-á preferência pela ordem, ao candidato:

10.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

10.3 Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

10.4 O que tiver maior idade.

10.5 Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

10.6 O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 10.5, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

10.7 No dia 12/08/2014 serão publicadas as notas da prova escrita e classificados para a prova prática.

10.8 No dia 12/08/2014 serão publicadas a agenda da Prova Prática.

10.9 No dia 17/08/2014 serão realizadas a Prova Prática em local e horário a ser divulgada na agenda da Prova Prática, de acordo com as normas estabelecidas no Anexo IV, parte integrante deste edital;

10.10 No dia 18/08/2014 serão publicados o Resultado Preliminar da Prova Prática;

10.11 No dia 26/08/2014 serão publicados as Notas Finais e Classificação Provisória;

10.12. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 03/09/2014, nos locais previstos no item 9.19 deste Edital.

## 11 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

11.1 - Os procedimentos para a interposição de recursos, o resultado decorrente da análise dos recursos e a homologação dos resultados finais do CONCURSO PÚBLICO serão divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

11.2 - O candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada, referente:

11.2.1 - À inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital de homologação das inscrições.

11.2.2 - Aos resultados do Concurso Público, no prazo de dois (02) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado.

11.3 - O recurso deverá ser apresentado por escrito, entregue e protocolado na sede do Governo do Município de VITOR MEIRELES, sito a Rua Santa Catarina, nº 2266, VITOR MEIRELES/SC.

11.4 - Os recursos relativos ao gabarito das questões deverão ser apresentados por escrito no mesmo local supra referido. Esses recursos deverão ser apresentados em duas vias de igual teor e forma. O candidato deverá indicar, na folha de rosto, a questão objeto do recurso e os seus demais dados de identificação, apresentando, em separado, as razões de recurso da questão contestada (sem identificação do recorrente nas razões). O candidato que recorrer de mais de uma questão deverá apresentar um formulário para cada questão. Não se conhecerá os recursos que não forem formulados por escrito e os que forem desprovidos de fundamentação.

11.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e os que não contiverem todos os elementos necessários de acordo com o item 11.4, ou que tiverem sido interpostos de forma diferente da prevista neste Edital.

11.6 - Se da análise dos recursos resultarem anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, a prova de todos os candidatos será corrigida conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

11.7 - Serão de caráter irrecorrível, na esfera administrativa, os resultados do CONCURSO PÚBLICO, após apreciação dos recursos e publicação das decisões finais.

## 12 - DO INGRESSO

12.1 - O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 10 deste Edital.

12.2 - Requisitos para o ingresso: o candidato deverá entregar, na data do ingresso:

12.2.1 - Cédula de Identidade - RG (cópia);

12.2.2 - Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia);

12.2.3 - CPF (cópia);

12.2.4 - Título de Eleitor (cópia);

12.2.5 - Comprovante da última votação (cópia);

12.2.6 - PIS ou PASEP (cópia);

12.2.7 - Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo;

12.2.8 - Carteira de trabalho "página da fotografia e verso" (cópia);

12.2.9 - Comprovante de quitação militar - Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia);

12.2.10 - Certidão de Antecedentes Criminais, expedida pelo Poder Judiciário (original);

12.2.11 - Exame médico adicional de boa saúde física e mental, expedido por Médico do Trabalho;

12.2.12 - Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e Declaração de confirmação de endereço conforme comprovante de residência ou atestado de residência, apresentado no ato da inscrição;

12.2.13 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;

12.2.14 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;

\* Estes documentos são necessários somente para o cadastramento do salário-família, não são obrigatórios para ingresso na função.

12.3 - Os candidatos aprovados serão convocados através de divulgação no Mural Público Municipal, carta convocatória enviada para o endereço posto na inscrição e via internet no site [www.vitor-meireles.sc.gov.br](http://www.vitor-meireles.sc.gov.br) e, terão trinta (30) dias para se apresentarem junto ao Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade

situados na Rua Santa Catarina nº 2266, VITOR MEIRELES/SC, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, para assinarem seus respectivos contratos.

## 13 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.1 O prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO ao qual se refere este Edital será de dois (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

## 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

14.2 - Caso o candidato convocado para assumir a vaga não preencha os requisitos para o ingresso ou, por qualquer motivo, venha a desistir da vaga, o Governo do Município de VITOR MEIRELES convocará o próximo candidato classificado, seguindo, rigorosamente, a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

14.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de CONCURSO PÚBLICO do Governo do Município de VITOR MEIRELES, de acordo com a legislação vigente.

14.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao CONCURSO PÚBLICO.

b) Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.

c) Anexo III - Formulário de Recurso.

d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha e Prova Prática.

e) Anexo V - Descrição Sumária e Detalhada das Atividades Específicas e Habilitação Mínima.

f) Anexo VI - Tabela de datas

VITOR MEIRELES/SC,

16 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

## ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES		N.º DE INSCRIÇÃO: ( )
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014		
Nome do Candidato:		FOTO
Cargo Pretendido:		
DADOS CADASTRAIS		
Nome do Pai:		
Nome da Mãe:		
Data do Nascimento:		
Naturalidade:	Estado:	



N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:		N.º:
Cidade:	Estado:	
CPF:	Fone:	
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:	
Portador de Deficiência: Sim ( ) Não ( )		Tipo:
E-mail: Fone:		

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 e todas as disposições nele contidas.

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do recebedor/responsável
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES	N.º DE INSCRIÇÃO:
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014	( )
Nome do Candidato:	
Cargo:	FOTO
Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura do(a) Recebedor/Responsável	
O Candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.	

## VIA DO CANDIDATO

## ANEXO II

## REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

Nome do Candidato(a)

N.º de inscrição:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

( ) CONTRA o indeferimento da inscrição.

( ) CONTRA a formulação das questões e quesitos.

( ) CONTRA o resultado do gabarito provisório.

( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão:	Gabarito Provisório:	Resposta do Candidato:
-----------------	----------------------	------------------------

Fundamentação do Recurso:

--

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a) Assinatura do Recebedor/Responsável



**ANEXO IV****CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E PROVA PRÁTICA.****Conteúdos programáticos****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA**

**CONHECIMENTOS GERAIS** (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Grandes eventos populares, Manifestações públicas, Atualidades, Cultura, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Vitor Meireles; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente.

**LÍNGUA PORTUGUESA** (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe, estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira, gêneros literários.

**MATEMÁTICA** (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

**ESPECÍFICOS****MÉDICO DA ESF**

Sistemas de informação da atenção básica. A educação em saúde na prática da ESF. Noções Básicas de Epidemiologia: Vigilância epidemiológica, Indicadores Básicos de Saúde. Atuação do Médico nos programas Ministeriais: Hanseníase, Tuberculose, Hipertensão, Diabetes. Atenção a Saúde da Mulher. Atenção a Saúde da Criança. Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e do Idoso. Exame Clínico; Considerações Biológicas em Medicina Clínica; doenças causadas por agentes biológicos e ambientais; Doenças causadas por riscos do meio ambiente e agentes físicos/químicos; Doenças dos sistemas orgânicos; DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis: HIV e AIDS, Prevenção, Transmissão e Tratamento; Fundamentos da Psiquiatria e Doenças Psicossomáticas: Fundamentos de Geriatria, Fundamentos da Hemoterapia; Fundamentos de Epidemiologia e Doenças de Motivação Compulsória; Fundamentos de Saúde Pública; Fundamentos de Pediatria; Emergências Médicas: Cardiovasculares, Respiratórias, Neurológicas, Pneumológicas dos distúrbios metabólicos e endócrinos gastroenterológicos, das doenças infectocontagiosas, dos estados alérgicos e dermatológicos, dos politraumatizados, da Ortopedia, das feridas e queimaduras, da Ginecologia e Obstetrícia, da Urologia, da Oftalmologia e Otorrinolaringologia, intoxicações exógenas. Saúde da família na busca da humanização e da ética na atenção a saúde. Saúde

mental no PSF. Tratamento de feridas no domicílio. Controle da dor no domicílio. Intervenções Médica na internação domiciliar e assistência Médica em domicílio. Visitas Domiciliares. Trabalho em equipe multiprofissional. Relacionamento Interpessoal. Propedêutica em clínica médica. Prevenção, nutrição e doenças nutricionais. Antibióticos, quimioterápicos e corticoides. Epidemiologia, etiologia clínica, laboratório, diagnostico diferencial das seguintes afecções: Aparelho digestivo: esofagite, gastrite, ulcera péptica, doença intestinal inflamatória e cirrose hepática; Aparelho cardiovascular: angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Sistema Hematopoiético: anemias, leucoses e linfomas; Sistema renal: infecções do trato urinário, GNDA e GNC; Aparelho respiratório: pneumonia, bronco pneumonia e DPOC. Ética e legislação profissional.

**ASSISTENTE SOCIAL**

Processo de trabalho no Serviço Social; Questões teórico-metodológicas do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Serviço Social; Serviço Social e Políticas Sociais. Família, Grupos e Redes. Violência Doméstica. O trabalho do Assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Ética e Serviço Social; Interdisciplinaridade Profissional; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Sociais; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda. Constituição Federal do Brasil; Lei Orgânica de Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto das Pessoas com Deficiência; Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Conhecimentos inerentes aos programas CRAS e CREAS. Decreto nº6307/2007.

**ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

Aptidão agrícola dos solos da Região - Classificação, morfologia e gênese. Características e propriedades químicas, físicas e biológicas. Planejamento e práticas conservacionistas. Características químicas dos solos. Fertilidade: adubos e adubação. Calagem. Microbiologia dos solos. Natureza e propriedades dos solos. Clima. Variáveis climáticas. Hidrologia. Ciclo Hidrológico. Meteorologia. Bacias Hidrográficas. Produção vegetal. As principais culturas da Região. Tratos Culturais. Pragas e fitossanidade. Hidráulica Agrícola. Princípios Fundamentais. Estruturas hidráulicas e seu dimensionamento. Irrigação e drenagem. A água no solo. Relação solo-água-clima-planta. Evapotranspiração. Os métodos de irrigação. Drenagem: princípios gerais; tipos de drenos. Barragens de terra. Características gerais. Detalhes construtivos. Comportas e vertedores. Bacias hidrográficas e hidráulicas. Produção animal: principais aspectos técnicos das explorações bovina, ovina, suína e avícola. Nutrição animal: princípios fundamentais, macro e micro nutrientes. Alimentos concentrados e volumosos. A Aquicultura. Agroecologia. Conceitos e princípios. Zoneamento agrícola e regiões agroecológicas da Bahia. Avaliação e perícia agrônoma. Princípios gerais, objetivos e metodologias. As pastagens nativas e cultivadas. Manejo e conservação. Agrotóxicos: conceito e características gerais dos produtos

**ENGENHEIRO CIVIL**

Conhecimento sobre material de construção e seus diversos usos. Conhecimento sobre normas de dimensionamento de vãos de iluminação e ventilação de edifícios. Conhecimento sobre terraplanagem e pavimentação. Cálculo de vazão e dimensionamento de bueiros, esgoto pluvial e esgoto sanitário. Interpretação e análise de projetos de Engenharia com uso de escalas métricas.

Topografia - Análise de levantamentos planialtimétricos. Instalações Elétricas e Hidro-sanitárias. Orçamento e planejamento de Obras / Projetos. Saneamento Urbano e Rural - Sistema de abastecimento de água. Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei nº 10.520/02 (pregão). Licitações e contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93). Qualidade de obras e certificação de empresas; Aproveitamento de resíduos e sustentabilidade na construção; Inovação tecnológica e Racionalização da construção.

#### FARMACÊUTICO

As diretrizes e princípios do Sistema de Saúde no Brasil - SUS na organização das ações e serviços profissionais. As políticas de saúde no Brasil. Vigilância Sanitária. Portaria 344/98. Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos. Dispensação de medicamentos. A Organização Jurídica da Profissão Farmacêutica. Estrutura organizacional da farmácia hospitalar. Funções da farmácia hospitalar. Funções clínicas. Atenção farmacêutica. Farmácia Clínica. Seleção de medicamentos, germicidas e correlatos. Sistemas de Distribuição de medicamentos em Farmácia Hospitalar. Garantia de qualidade e a Farmácia Hospitalar. Classificação dos medicamentos. Formas farmacêuticas sólidas: pós, granulados, cápsulas. Formas farmacêuticas líquidas: soluções, soluções extraativas vegetais. Soluções oftálmicas. Suspensões. O Farmacêutico e o controle de infecção hospitalar. Farmacotécnica hospitalar.

#### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem. Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (diluição, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorços e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Doenças de notificação compulsória. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material.

#### AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Técnicas de redação oficial: ofícios, projetos de lei, leis, decretos, portarias, memorandos, conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República; Constituição Federal; Lei 4.320/64; Lei De Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000 e suas alterações; Lei das Licitações - Lei 8.666/93 e suas alterações; Pregão - Lei 10.520/2002 e suas alterações; Planejamento Estratégico; Generalidades administrativas e Contábeis; Correspondência Oficial; Código Tributário; Atos Legais; Conceitos de Informática; Internet; Correio Eletrônico; Microsoft Office.

#### TELEFONISTA

Forma de atendimento ao público com qualidade; Postura da telefonista; História do telefone; DDD, DDI; Códigos especiais de serviço telefônico; PABX - PBX - KS; Telefones de uso público; Tarificação de chamadas interurbanas; Serviços interativos; Discagem direta a cobrar Serviços 0800 e 0300; Atendimento simultâneo; Consulta e conferência; transferência automática da chamada; conhecimento de teclado; Noções elementares do Sistema Operacional do Windows, Word, Excel, Internet.

#### MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia.

#### OPERADOR DE MÁQUINAS

Descrição e identificação dos riscos associados com cada máquina e equipamento e as proteções específicas contra cada um deles; Funcionamento das proteções; como e para que devem ser usadas; Como e em que circunstâncias uma proteção pode ser removida, e por quem; Os princípios de segurança na utilização da máquina ou equipamento; Segurança para riscos mecânicos, elétricos e outros relevantes; Método de trabalho seguro; Permissão de trabalho; e Sistema de bloqueio de funcionamento da máquina e equipamento durante operações de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção. Noções sobre legislação de trânsito e de legislação de segurança e saúde no trabalho; Noções sobre acidentes e doenças decorrentes da exposição aos riscos existentes na máquina, equipamentos e implementos; Medidas de controle dos riscos: EPC e EPI; Operação com segurança da máquina ou equipamento; Inspeção, regulação e manutenção com segurança; Sinalização de segurança; Procedimentos em situação de emergência; e noções sobre prestação de primeiros socorros.

#### SERVENTE/MERENDEIRA

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Serviços auxiliares de limpeza, revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos concertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Lei Orgânica do Município. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Serviços auxiliares de limpeza, revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos concertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Preservação ambiental. Poluição. Saneamento básico. Conhecimentos das ferramentas; Normas de segurança; Conhecimentos do sistema de metragem linear; Cubicagem; conhecimentos dos materiais; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos e carpintaria. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Noções básicas de preparação de alimentos; Coleta e armazenamento e tipos de recipientes; Materiais utilizados na limpeza em geral; Trabalho de Cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral; Guarda e conservação de alimentos; Controle de Estoque de Material de Limpeza e de cozinha; Relatório de pedidos de materiais de consumo, limpeza e gêneros alimentícios; Higiene Pessoal, ambiental e de materiais de consumo; Noções básicas de limpeza de prédios públicos. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Serviços de lavoura. Aplicação de inseticidas e fungicidas. Lavagem de máquinas e veículos. Limpeza de peças e oficinas. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros.

**PROFESSOR NÍVEL II****LÍNGUA PORTUGUESA:**

- Análise linguística: conhecimentos de fatos da língua portuguesa atual, focalizando-se, sobretudo, a modalidade culta, em seu registro formal.
- Análise e compreensão interpretativa de textos.

**ESPECÍFICOS:**

**FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E PSICOLÓGICA DA EDUCAÇÃO:**

- Pensamento pedagógico: diferentes correntes do pensamento pedagógico.

- A didática e o processo de ensino e aprendizagem.
- Organização do processo didático: planejamento, estratégias metodológicas e avaliação.
- Principais teorias da aprendizagem: cognitivismo, inatístico, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo.
- Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais.
- As bases empíricas, metodológicas e epistemológica das diversas teorias de aprendizagem.

**LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA:**

- Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira.
- Políticas educacionais para a educação básica: educação infantil e ensino fundamental.
- Legislação educacional brasileira: principais marcos regulatórios da educação básica: Constituição Federal, Lei nº 9.394/96, Lei nº 10.172/2001 e Estatuto da Criança e do Adolescente.

**MATEMÁTICA:**

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três simples e composta. Juros

simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

**CONHECIMENTOS GERAIS:**

Grandes eventos populares, Manifestações públicas, Atualidades, Cultura, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Vitor Meireles; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente.

**FISCAL DE TRIBUTOS****LÍNGUA PORTUGUESA:**

Interpretação e compreensão de texto, vocabulário (antonímia, polissemia, sinonímia), regência (verbal e nominal), concordância (verbal e nominal), emprego de pronomes, denotação, conotação.

**MATEMÁTICA:**

Função do 1º e 2º grau; conjuntos; matrizes; progressões aritméticas e geométricas; determinantes; sistemas lineares; probabilidade; estatística; análise combinatória; matemática financeira.

**CONHECIMENTOS GERAIS:**

Grandes eventos populares, Manifestações públicas, Atualidades, Cultura, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Vitor Meireles; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

Legislação Tributária do Município de Vitor Meireles: Lei Orgânica Municipal. (Das Finanças Públicas); Código Tributário Municipal; Tributos de competência do Município: IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial; ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Das Taxas; Da Contribuição de Melhoria; Das Normas Gerais Tributárias; Processo Administrativo Fiscal; Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica; Código Penal - Título XI - Crimes Contra a Administração Pública - (artigos 312 ao 327). Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006 e alterações). Nota Fiscal Eletrônica; prazos para pagamento dos tributos.

**DIREITO TRIBUTÁRIO:** Normas gerais de direito tributário: conceito, espécies de normas tributárias, vigência, aplicação, interpretação, integração. Princípios constitucionais tributário. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos. Competência tributária e limitações do direito de tributar. Legislação tributária: alcance da expressão, matéria disciplinada por lei e por normas complementares. Obrigação Tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo, solidariedade; capacidade tributária; responsabilidade tributária. Crédito Tributário: constituição; modalidades de lançamento; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias do crédito tributário; conceito, privilégios, preferências e fiscalização do crédito tributário. Prescrição e Decadência. Dívida Ativa. Sigilo Fiscal.

**DIREITO CONSTITUCIONAL** - Da Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação; supremacia da constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Princípios fundamentais constitucionais. Poder constituinte: poder constituinte originário e derivado; limites ao poder de emenda. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais; direitos



sociais. Das garantias constitucionais. Organização do Estado e dos poderes: Organização político-administrativa; União, Estados, Municípios e Distrito Federal; repartição de competências. Poder legislativo: Congresso Nacional, suas casas legislativas e funções; comissões parlamentares de inquérito, Tribunais de Contas. Processo legislativo: conceito, classificação; processo legislativo ordinário e espécies normativas. Poder executivo: Presidente e Vice-Presidente da República; modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República; Ministros de Estado. Poder Judiciário: órgãos, composição dos Tribunais; funções e garantias do Poder Judiciário. Ministério Público: posicionamento constitucional, princípios, funções e garantias do Ministério Público. Controle de Constitucionalidade. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica; das propriedades na ordem econômica; sistema financeiro nacional. Ordem social: da seguridade social; saúde, previdência e assistência social.

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito e fontes do Direito Administrativo. Regime jurídico administrativo. A Administração Pública: conceito. Poderes e deveres do administrador público.

Conceito, formação, elementos, atributos e classificação. Mérito do ato administrativo. Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Servidores públicos: normas constitucionais; regime jurídico, cargos públicos; espécies, formas de provimento e vacância; acesso aos cargos, empregos e funções públicas; estabilidade, aposentadoria e pensão; Responsabilidade do servidor público: princípios de natureza ética com estatuta constitucional; moralidade e improbidade administrativa; Contrato de Gestão. Convênio. Consórcio. Bens Públicos; conceito, classificação e uso dos bens públicos;

## ANEXO V

### DESCRIÇÃO SUMÁRIA E DETALHADA DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS E HABILITAÇÃO MÍNIMA.

NOME DO CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Médico da ESF	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Atividade de natureza médica, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas à Estratégia da Saúde da Família.
Assistente Social	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como buscar garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Agrônomo	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Corresponde à execução das ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Civil	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia da Prefeitura Municipal. Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividades de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnica da execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos, e outras atividades correlatas.
Farmacêutico	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia Bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. Assumir a responsabilidade técnica da Farmácia do Município; Aviar, classificar e arquivar receitas; Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio; Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque; Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados; Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados; Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas; Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas; Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros; Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência; Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades; Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização; Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios; Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal; Realizar nos laboratórios de análises clínicas, especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais; Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional; Planejar e executar as políticas locais de fornecimento de medicamentos à população carente; Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico.
Técnico em Enfermagem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família, a comunidade, visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Agente Administrativo e Operacional	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio. Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos, contábeis, de secretaria, de rotina.
Telefonista	Ensino Fundamental. Atividade de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos referentes à ligação telefônica, transmissão e recebimento de mensagens, e outras atividades correlatas.

Motorista	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação, com carteira de habilitação mínima "A,D" Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.
Operador de Máquinas	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação, com carteira de habilitação mínima "A,C". Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
Servente/ Merendeira	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação. Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha, limpeza e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Manutenção e Conservação	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação. Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de manutenção e conservação de vias públicas, praças, jardins, abertura de valas, trabalhos auxiliares a carpinteiros, pedreiros, pintores, lavação, manutenção e lubrificação de veículos em geral e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Serviços Gerais	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos braçais e outras atividades correlatas, inclusive atividades administrativas.
Professor Nível II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Fiscal de Tributos	Certificado de Conclusão de graduação de nível superior em curso de duração curricular igual ou superior a quatro anos, reconhecido pelo Ministério da Educação. Realizar as ações de tributação, arrecadação, constituição e cobrança administrativa das espécies tributárias de competência do Município; realizar as atividades de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos instituídos por outros entes federados, na forma da Lei ou Convênio; constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo; controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções; supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio; avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores; desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, na forma do § 2º, do art. 17, desta lei; analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos e contribuições, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária; estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta; elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária; supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos; elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial; prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados da representação judicial do Município; informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados, antes do termo prescricional; planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições; realizar pesquisa e investigação fiscal; examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso; verificar livros e documentos fiscais que serviram de base para apuração dos repasses constitucionais; emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes, Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.



ANEXO VI  
TABELA DE DATAS

DESCRIÇÃO	DIA - PERÍODO
Inscrições	De 24/06/2014 a 23/07/2014
Divulgação provisória das inscrições	24/07/2014
Homologação das Inscrições	29/07/2014
Realização das Provas	03/08/2014
Divulgação dos gabaritos das Provas	04/08/2014
Divulgação dos gabaritos definitivos	11/08/2014
Publicação das notas da prova escrita e classificação para a prova prática	12/08/2014
Publicação da agenda para a prova prática com local e horário	12/08/2014
Realização da Prova Prática	17/08/2014
Publicação do resultado preliminar da prova prática	18/08/2014
Publicação do resultado final e classificação provisória	26/08/2014
Divulgação da lista definitiva da classificação final homologada pelo Prefeito Municipal	03/09/2014

## Xavantina

## PREFEITURA

**PP 42/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2014 - PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização por servidores municipais, no desempenho de suas atividades, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 01/07/2014.

Abertura: dia 01/07/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 17 de junho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

**PP 43/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de peças para consertar Rolo Compactador Modelo VAP55, Trator de Esteiras Komatsu Modelo D50, Pá Carregadeira Michigan W18, Retroescavadeira JCB Modelo 3C, Retroescavadeira JCB Modelo 3C Plus e Retroescavadeira Randon Modelo RK406B pertencentes à frota do Departamento de Transportes, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 16:00 horas do dia 01/07/2014.

Abertura: dia 03/07/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 17 de julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

**PP 44/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2014 - PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de serviços diários de sobre aviso para atendimentos médico-veterinário a serem prestados nas propriedades do Município de Xavantina/SC, nos feriados e finais de semana (sábados e domingos), no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:00 horas do dia 01/07/2014.

Abertura: dia 02/07/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 17 de junho de 2014.

MAURO JUNES POLETTI,

Prefeito Municipal.

**Xaxim****PREFEITURA****Portaria 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

PORTARIA Nº 945/2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO denúncia apresentada pelo Funcionário Público Dr. R. K, protocolada em data de 12 de junho de 2014;

CONSIDERANDO, apuração da queixa aos Funcionários Públicos de iniciais C. M. e E. C., referente à eventual irregularidade quanto à emissão de atestados apresentados em datas de 08 e 09 de maio de 2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

e,

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelos Servidores Municipais C. M. e E. C, acerca do fato acima relatado.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula GirotoRissi;

II - CatianeCurtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
em 13 de junho de 2014.  
IdacirAntonioOrso  
Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás  
Secretário Municipal de Administração

RUA RUI BARBOSA, Nº 347 / FONE (49) 3353-8200 / CNPJ  
82.854.670/0001-30 / CEP 89825-000

### Decreto 306

DECRETO Nº 306/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA LINHA PRIMEIRA, PARALELO À BR-282, KM 521,4, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADES DE VILMAR CERUTTI E VALDEMAR CERUTTI, OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Xaxim e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, o imóvel de propriedade de Vilmar Cerutti e Valdemar Cerutti ou a quem de direito for, descritos e caracterizados conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionada:

I - Unidade de Controle - Área com 465,56m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e cinco metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), destinada a instalação da Unidade de Controle, de propriedade de Vilmar Cerutti e Valdemar Cerutti, situada na Linha Primeira, neste Município de Xaxim, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no Vértice 01 - Coordenadas (UTM N: 7016936,118 e E: 346442,356); segue por linha reta com distância de 21,89m até o Vértice 02 (UTM N: 7016947,901 e E: 346423,818), formando assim o lado (Sudoeste-Lateral Esquerda) em terras de Vilmar e Valdemar Cerutti; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 21,19m até o Vértice 03 (UTM N: 7016964,534 e E: 346436,952), formando o lado (Nordeste-Fundo), em terras de Vilmar e Valdemar Cerutti; do Vértice 03 segue por linha reta com distância de 23,65m até o Vértice 04 (UTM N: 7016950,777 e E: 346456,194), formando o lado (Nordeste-Lateral Direita) em terras de Vilmar e Valdemar Cerutti; do Vértice 04, segue por linha reta com distância de 20,06m até o Vértice 01 onde iniciou a poligonal da área, formando o lado (Sudeste-Frente), que extrema com acesso lateral da CELER, fechando a poligonal com área de 465,56m<sup>2</sup>. Cadastrado no INCRA sob nº 815349002402/6.

Art. 2º. A área referida no artigo anterior destina-se a implantação da Unidade de Controle para o Sistema Integrado de Chapecó, no município de Xaxim - SC.

Art. 3º. Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Xaxim,  
16 de junho de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabio José Dal Magro  
Procurador-geral do Município

REGISTRADO E PUBLICADO, AFIXADO NO MURAL DE ATOS DO EXECUTIVO DESTA PREFEITURA EM 16 DE JUNHO DE 2014.

### Decreto 307

DECRETO Nº 307/2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA LINHA HERVALZINHO, RODOVIA BR-282, KM 519,7, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE IVANOR MOMOLI, OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Xaxim e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, o imóvel de propriedade de IVANOR MOMOLI ou a quem de direito for, descritos e caracterizados conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência. Objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionada:

I - RESERVATÓRIO - Área com 5.184,51m<sup>2</sup> (cinco mil, cento e oitenta e quatro metros e cinquenta e um centímetros quadrados), destinada a instalação de Reservatório de propriedade de Ivanor Momoli, situada na Linha Hervalzinho, neste Município de Xaxim, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no Vértice 01 - Coordenadas (UTM N: 7018109,4123 e E: 347568,4765); segue por linha reta com distância de 59,43m até o Vértice 02 (UTM N: 7018164,4714 e E: 347546,0927), formando assim o lado (Oeste-Lateral Esquerda) em terras de Ivanor Momoli; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 84,99m até o Vértice 03 (UTM N: 7018198,664 e E: 347623,907), formando o lado (Norte-Fundo), em terras de Ivanor Momoli; do Vértice 03 segue por linha reta com distância de 61,82m até o Vértice 04 (UTM N: 7018142,985 e E: 347650,771), formando o lado (Leste-Lateral Direita) em terras de Ivanor Momoli; do Vértice 04, segue por linha reta com distância de 88,88m até o Vértice 01 onde iniciou a poligonal da área, formando o lado (Sul-Frente), que extrema com a faixa de domínio da rodovia BR-282, fechando a poligonal com área de 5.184,51m<sup>2</sup>.

Art. 2º. A área referida no parágrafo anterior destina-se a implantação do Reservatório para o Sistema Integrado de Chapecó, no município de Xaxim - SC.

Art. 3º. Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Xaxim, 16 de junho de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabio José Dal Magro  
Procurador-geral

REGISTRADO E PUBLICADO, AFIXADO NO MURAL DE ATOS DO EXECUTIVO DESTA PREFEITURA EM 16 DE JUNHO DE 2014.

## Associações

### AMUREL

#### **Edital Assembléia Geral Ordinária Amurel de Junho 2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de junho de 2014, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

Aprovação da Ata Anterior;

Prestação do segundo bimestre de 2014;  
Reativação da UVEREL;

PIET - ARTCOMEX - comércio exterior - UNISUL;  
Regularização fundiária;

Baixa de patrimônio;

Assuntos diversos.

Tubarão, 12 de junho de 2014.  
Moacir Rabelo da Silva  
Presidente da AMUREL  
Prefeito de Capivari de Baixo

### EGEM

#### **Edital Nº 39.2014 - Chamamento\_redação Oficial**

EDITAL Nº 39/2014  
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO  
CURSO DE Redação Oficial

##### 1. OBJETIVO DO CURSO

Identificar e redigir com proficiência os documentos oficiais para uso na rotina do exercício da profissão.

##### 2. PÚBLICO-ALVO

Assessores de gabinete, assistentes administrativos, servidores responsáveis pela elaboração de atos oficiais e demais interessados.

##### 3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	FURB - Campus 1 - Bloco B-208 Rua Antônio da Veiga, nº 140 Bairro Victor Konder - Blumenau - SC
Período das inscrições	17/06 à 07/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	07/07/2014
Homologação das inscrições	09/07/2014
Período de realização	14 e 15 de julho 2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	90 vagas

Cidade/Local	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC Rua Marechal Deodoro, 772 - Centro Edifício Mirage Offices - 12º andar Concórdia/SC
Período das inscrições	17/06 à 14/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	14/07/2014
Homologação das inscrições	16/07/2014
Período de realização	21 e 22 de julho 2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.  
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes

deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h	- Coesão e coerência - mecanismos de coesão - Informações implícitas
13h30 às 17h30	- Níveis de linguagem - Impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
2º dia	
08h30 às 12h	- Tipologias textuais - pontuar aspectos estruturais específicos aos diferentes tipos de redação. - A estrutura do parágrafo e os gêneros textuais correspondentes à Redação Oficial.

#### 7. PALESTRANTES

Josefina Maria Hassmann

Licenciada em Letras, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Blumenau. (1973 - 1976). Especialista em Língua Portuguesa: Redação pela Universidade do Vale do Itajaí. (1992). Atuou como Coordenadora do Programa de monitoria do curso de Letras (até 2008) da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Professora Universitária.

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (Campus Grande Florianópolis). Ministrante: Curso de Português e Redação Oficial para o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Orientadora no Programa Unisul de Iniciação Científica (PUIC) e Participações em Banca Examinadora.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.



**REALIZAÇÃO**

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

**FIQUE ATENTO!****8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

**Resolve:**

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

**Editais Nº 40.2014 - Chamamento\_siconv - AMEOSC**

EDITAL Nº 40/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

SICONV: Módulo OBTV - Ordem Bancária de Transferências Voluntárias

**1. OBJETIVO DO CURSO**

Capacitar os Gestores Municipais de Convênios para operacionalização do módulo OBTV - Ordem Bancária de Transferências Voluntária do SICONV - Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal.

**2. PÚBLICO-ALVO**

Gestores municipais de convênios e demais servidores que atuam na execução e prestação de contas de convênios federais.

**3. CALENDÁRIO****QUADRO I**

Cidade/Local	Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, 1628 Bairro: Centro São Miguel do Oeste/SC
--------------	--

Período das inscrições	17/06 à 21/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	21/07/2014
Homologação das inscrições	16/07/2014
Período de realização	29 e 30 de julho de 2014
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

**4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES****QUADRO I - Dos Valores**

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

**5. Direitos de imagem**

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

**6. PROGRAMAÇÃO**

1º dia	
08h30 às 12h	<p>Introdução ao SICONV</p> <p>Noções básicas do portal;</p> <p>Credenciamento proponente;</p> <p>Credenciamento entes públicos;</p> <p>Visualizar e editar dados do cadastramento;</p> <p>Perfis (funcionalidade e alteração).</p> <p>SICONV Módulo Proposta</p> <p>Consulta simplificada a programas;</p> <p>Consultar programa;</p> <p>Incluir proposta;</p> <p>Buscar programa para proposta;</p> <p>Selecionar programa para cadastrar os dados;</p> <p>Selecionar objetos / preencher valores;</p> <p>Incluir aba dados;</p> <p>Incluir cronograma físico;</p> <p>Incluir cronograma desembolso;</p> <p>Incluir plano de aplicação detalhado;</p> <p>Incluir anexos;</p> <p>Incluir projeto básico / termo de referência;</p> <p>Enviar proposta para análise;</p> <p>Reprogramação de propostas;</p> <p>Atendimento a pareceres.</p>
13h30 às 17h30	<p>Convenimento</p> <p>Empenho;</p> <p>Contratação;</p> <p>Publicações;</p> <p>Pagamento.</p> <p>SICONV - Ajustes do Plano de Trabalho</p> <p>Incluir solicitação de ajuste de plano de trabalho;</p> <p>Análise e autorização da solicitação;</p> <p>Ajustes no plano de trabalho;</p> <p>Aprovação do ajuste do plano de trabalho.</p> <p>SICONV - Inclusão de Termo Aditivo - TA</p> <p>Incluir solicitação de termo aditivo;</p> <p>Análise e autorização da solicitação;</p> <p>Ajustes no termo aditivo;</p> <p>Aprovação e publicação do termo aditivo.</p> <p>SICONV Módulo Execução</p> <p>Incluir licitação;</p> <p>Incluir contrato;</p> <p>Incluir documento de liquidação;</p> <p>Incluir rendimentos de aplicação;</p> <p>Incluir pagamento;</p> <p>Registro de ingresso de recurso;</p> <p>Elaborar relatórios de execução.</p> <p>SICONV Módulo Prestação de Contas</p> <p>Incluir prestação de contas;</p> <p>Saldo remanescente;</p> <p>Guia de recolhimento da união;</p> <p>Documentos obrigatórios aba anexos;</p> <p>Enviar para análise prestação de contas.</p>
2º dia	

08h30 às 12h	<p>SICONV Módulo OBTV</p> <p>Legislação;</p> <p>Convênio e contrato de repasse operados por OBTV;</p> <p>Cadastro do ordenador de despesa de cada convênio;</p> <p>Conferência e atualização das informações do plano de trabalho e valores pós licitação;</p> <p>Preenchimento das abas processo de compra e contrato;</p> <p>Classificação do ingresso de recurso;</p> <p>Cadastro dos dados do credor;</p> <p>Autorização dos dados do credor;</p> <p>Preenchimento da aba documento de liquidação;</p> <p>Preparação da OBTV;</p> <p>Autorização prévia da OBTV - movimentação financeira;</p> <p>Autorização final da OBTV - movimentação financeira;</p> <p>Discriminação de OBTV para o conveniente - para os casos de OBTV para o conveniente;</p> <p>Conciliação bancária;</p> <p>Elaboração dos relatórios de execução;</p>
13h30 às 17h30	<p>Preenchimento das abas do módulo prestação de contas do SICONV;</p> <p>Resgate de saldo da aplicação financeira;</p> <p>Preparação de OBTV saldo remanescente;</p> <p>Autorização prévia da OBTV - movimentação financeira;</p> <p>Autorização final da OBTV - movimentação financeira;</p> <p>Envio da prestação de contas para análise.</p>

## 7. PALESTRANTES

### Marli Burato

Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2005). MBA em Gerência de Projetos pela Univali/Universidade do Vale do Itajaí (2013). Graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdades Integradas Católicas de Palmas/FACIPAL - Paraná (2002). Certificada pelo Ministério do Planejamento como Multiplicadora de Conhecimento sobre a nova legislação para celebração de convênios entre a união e os municípios e a utilização do Sistema de Convênios do Governo Federal-SICONV (2008). Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais (2007 a 2013). Consultora e instrutora em políticas públicas.

### Marcele Dallastra

Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG. MBA em Gerenciamento de Projetos pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais. Possui vasto conhecimento sobre Gerenciamento de Projetos, especializando-se em gerenciamento de Projetos Públicos. Atuou como Analista de Projetos e Gerente de Projetos que contribuíram para o domínio dos Programas, Normativas Técnicas e Legislações junto ao Governo Federal.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

## 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.  
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.  
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

## FECAM

### Relatório da 7ª Reunião Ordinária do Comitria

Relatório da 7ª Reunião Ordinária do COMITRIA

Data: 23 e 24 de maio de 2014.

Local: 23/04 - Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL do Município de Chapecó;  
24/04 - Secretaria de Defesa do Cidadão do Município de Chapecó.

Presentes:

1. Água Doce: Evarista Bernadete Trento;
2. Blumenau: Odete Brandrer Becker;
3. Brusque: Paulo Rodrigo Sestrem;
4. Chapecó: Sérgio Wallner;
5. Concórdia: Elmo Antonio Richardi;
6. FECAM: Diogo Gustavo Beppler;
7. Maravilha: Valdemir Andretta;
8. Palhoça: Ricardo Francisco Angelo e Andréa Rodrigues;
9. Palmitos: Airton Costa;
10. São Francisco do Sul: José Eduardo Corrêa Ferreira e Leandro Maciel Lins Caldas;
11. São José: Andrea Irany Pacheco Rodrigues e Keila Theiss;
12. São Lourenço do Oeste: Waldir Segatto;
13. Timbó: Fabiano Martins Adriano e Samara Cristiane Lazarini.

Pauta do encontro:

1. Convênios celebrados entre os órgãos integrados ao Sistema Nacional de Trânsito;
2. Assuntos diversos.

Deliberações:

1. Convênios celebrados entre os órgãos integrados ao Sistema Nacional de Trânsito em âmbito estadual.

Os presentes iniciaram os trabalhos de revisão dos convênios de trânsito a que alude o artigo 25 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, celebrados com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC e o Departamento de Trânsito - DETRAN, com a consequente discussão das cláusulas que fragilizam os Órgãos Municipais nos convênios atualmente celebrados em âmbito estadual.

O conselho chegou ao consenso de que a Exposição Conjunta de Motivos nº 01/2001 expedida pela Secretaria da Segurança Pública e Polícia Militar do Estado de Santa Catarina não responde aos anseios dos órgãos municipais, visto a usurpação da competência municipal (estacionamento rotativo, existência de JARI, dentre outros) como critério de rateio dos recursos oriundos das multas. O conselho decidiu que a principal forma de diferenciação do percentual do rateio das multas deverá levar em conta a existência da guarda municipal/agentes municipais de trânsito, pois somente na sua inexistência a polícia militar arcará integralmente com a lavratura de todos os autos de infrações de competência originária municipal.

Após longa discussão sobre as cláusulas que por via indireta fragilizam e obstam o desenvolvimento e aprimoramento dos Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, o CONSELHO decidiu que os novos convênios deverão estabelecer as seguintes diretrizes:

a) Prazo mínimo de vigência de quatro anos para todos os convênios dos Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito;

b) As despesas das Juntas Administrativas de Recurso de Infrações - JARIS serão deduzidas respectivamente de cada órgão competente (JARI municipal será descontada da cota-parte municipal por conta da rateio e a JARI estadual será descontada da cota-parte cabível ao Estado de Santa Catarina); ou ambas serão descontadas diretamente da conta mãe, desde que o controle de número de reuniões e regulamentação das sessões fique sob o controle da autoridade de trânsito municipal ou por meio de regra fixa a ser estipulada por este conselho;

c) Serão deduzidos do rateio das multas os valores concernentes às tarifas bancárias, dos correios e percentual destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, sem especificar no convênio os valores fixos de cada tarifa, possibilitando desta forma a negociação direta dos órgãos municipais com os custos devidos aos correios e bancos;

d) Os custos devidos com o CIASC decorrentes do processamento, penalidade e notificação da autuação não farão parte integrante dos convênios, devendo ser suportados diretamente pelo Estado de Santa Catarina;

e) O rateio dos recursos advindos das multas de trânsito se dará nas modalidades seguintes, com a existência de conta específica para cada situação:

Tipo	% do Município	% do DETRAN	% da PMSC
Fiscalização Eletrônica	90%	5%	5%

Zona Nobre / Zona Azul	80%	10%	10%
Autuações de competência do Estado, Município e Concorrentes, para os municípios que possuam guarda de trânsito.	80%	10%	10%
Autuações de competência do Estado, Município e Concorrentes, para os municípios que não possuem guarda de trânsito, os valores devem partir de	50%	25%	25%

Estabelecida as diretrizes pelos presentes, ficou acordado que o Secretário do Conselho redija minuta do novo convênio, bem como minuta do Decreto que regulamente o artigo 25 do CTB em nível estadual nos moldes acima descritos, o qual será encaminhada ao Governo do Estado de Santa Catarina pelas vias legais. Ainda, será encaminhado aos Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional de Trânsito por meio do e-mail [comitra@fecam.org.br](mailto:comitra@fecam.org.br) questionário solicitando informações do impacto financeiro advindo pelo estabelecimento das novas diretrizes.

## 2. Comissão Estadual de Leilão - CEL.

Durante a realização de mesa redonda para discutir assuntos de interesse dos órgãos municipais, os integrantes do conselho queixaram-se da demora pela Comissão Estadual de Leilão na realização dos leilões de veículos apreendidos e alocados nos pátios municipais ou terceirizados, especialmente os pátios longínquos da capital. Com os pátios cheios, os Órgãos Municipais e/ou Polícia Militar estão impedidos de apreenderem novos veículos, por falta de espaço físico, o que certamente demanda prejuízo aos mesmos.

Os Órgãos Municipais deliberaram pelo agendamento de reunião com o Presidente da CEL, Tenente Coronel da Polícia Militar Edson Rui da Silva Castilho, para tratar de procedimentos que tenham por objetivo agilizar a realização dos leilões regionais. O conselho deseja realizar os leilões de acordo com a necessidade de cada região (não por número mínimo de veículos apreendidos) e que sejam atendidos no prazo máximo de trinta dias, bem como que os Órgãos Municipais possuam o controle da baixa cadastral dos veículos leiloados. Diante dos fatos abordados, o Conselho possui intenção de municipalizar os leilões ou que sejam efetivamente implantadas as comissões regionais no estado. O Conselho queixou-se da não prestação de contas por parte da CEL dos leilões realizados.

## 3. Multas do Registro Nacional de Infrações - RENAINF.

Pela integrante Odete do Município de Blumenau (SETERB) foi levantada a questão sobre o repasse das multas do RENAINF pelo DETRAN aos municípios, quitadas em anos anteriores (2008), mas repassadas aos municípios neste ano, com aplicação das tarifas atuais dos correios, além daquelas que foram efetivamente quitadas que não constam do relatório do DETRANET.

Foi deliberado que os valores da arrecadação das multas RENAINF deverão ser transferidos mensalmente aos municípios, conforme

estabelecido nos Convênios. O secretário do Conselho fará um levantamento do assunto e a questão será debatida com maior profundidade e informações na próxima reunião ordinária, momento que tratará também dos rateios e tarifas incidentes.

## 4. Multa pela não identificação do condutor - NIC (Artigo 257, § 8 do CTB).

O secretário do Conselho repassou aos integrantes presentes as informações sobre a lavratura da multa NIC a partir de julho pelo DETRAN, conforme reunião realizada no CETRAN no dia 21 de maio de 2014, com a presença dos conselheiros do CETRAN e o Diretor do DETRAN, Sr. Vanderlei O. Rosso. O Conselho demonstrou algumas dúvidas em relação à aplicabilidade da multa por parte dos municípios.

Ficou deliberado que será feito pelo Secretário levantamento por meio do e-mail [comitra@fecam.org.br](mailto:comitra@fecam.org.br) das dúvidas existentes em relação à aplicabilidade da multa. Em ato seguinte, será oficiado o CETRAN e/ou DETRAN para prestar os devidos esclarecimentos.

## 5. Entendimento jurisprudencial do TJSC sobre a cobrança de tarifas pela estadia nos pátios municipais.

A integrante Odete do Município de Blumenau (SETERB) levantou a necessidade de reversão por parte das Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina do entendimento firmado pela cobrança máxima de trinta dias da tarifa pela estadia nos pátios municipais de veículos apreendidos. Segundo integrantes do Conselho existe confusão acerca do conceito jurídico de apreensão e retenção de veículos.

Foi deliberado que será feito estudo sobre a situação e apresentada na próxima reunião.

## 6. Habilitação de usuários no sistema DETRANET.

O Conselho queixou-se acerca da burocracia e morosidade na habilitação de novos usuários no sistema do DETRANET, bem como da desatualização do sistema no que concerne à habilitação nos sistemas operacionais e softwares atuais, ambos descritos na Portaria DETRAN nº 298/ASJUR/2013.

Foi deliberado que será encaminhado ofício ao CIASC solicitando o agendamento de reunião para tratar do assunto. Passo seguinte será agendado reunião com o DETRAN para desburocratizar habilitação de novos usuários.

## 7. Seminário para a municipalização do trânsito.

Foi discutida a intenção da realização de seminário sobre a importância da municipalização do trânsito. O evento tem data prevista para o dia 04 de setembro, ocasião na qual será apresentado o Conselho aos municípios que possuam intenção de municipalizar o trânsito nos moldes do artigo 24 do CTB.

A FECAM buscará apoio dos demais órgãos integrados ao Sistema Nacional de Trânsito para a realização do seminário. Informações serão encaminhadas aos integrantes do COMITRA por meio do e-mail [comitra@fecam.org.br](mailto:comitra@fecam.org.br) e divulgadas no site da FECAM.

## 8. Dívida Ativa.

O Conselho queixou-se que não é dada baixa da dívida ativa quitada por parte do sistema DETRANET. Foi deliberado que será agendada reunião com o CIASC para tratar do assunto e resolver o problema.

## 9. Visita técnica à Secretaria de Defesa do Cidadão do Município



de Chapecó.

No dia 23 de maio, no período matutino foi apresentado pelo Secretário de Defesa do Cidadão, Coronel Sérgio Wallner aos membros do conselho presentes, a estrutura, o funcionamento e a rotina da Secretaria no que concerne à área do trânsito no município.

Em 28 de maio de 2014, eu, Diogo Gustavo Beppler, na qualidade de Representante da FECAM e Secretário Geral do COMITRA, redigi e subscrevo o presente relatório.

DIOGO GUSTAVO BEPLER Secretário Geral do COMITRA	FABIANO MARTINS ADRIANO Presidente do COMITRA
---	--

## Consórcios

### ARIS

#### **Edital Convocação Nº 005/2014 Conselho de Regulação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 27 de junho de 2014, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de junho de 2014

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

Aprovação da ata da última reunião;

Relatório de Ouvidoria;

Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;

Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 03/2014. Autuado: Cia. Águas de Itapema. Município de Itapema /SC e sorteio do Conselheiro Relator da matéria;

Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 05/2014. Autuado: CASAN. Município de Porto Belo e sorteio do Conselheiro Relator da matéria;

Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 06/2014. Autuado: CASAN. Município de Bombinhas e sorteio do Conselheiro Relator da matéria;

Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 12/2014. Autuado: CASAN. Município de Concórdia e sorteio do Conselheiro Relator da matéria;  
Assuntos Gerais.

Florianópolis, 13 de junho de 2014.

Gilberto Valente Canali

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS



**CIGA****Extrato Contrato 267 - PGT - Balneário Gaivota**

Extrato de Contrato nº 267/2014

Programa de Gestão Tributária - Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Município de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: Aditivo nº 01 ao Contrato nº 111/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 268 - PGT - Balneário Gaivota**

Extrato de Contrato nº 268/2014

Programa de Gestão Tributária - Balneário Gaivota

CONTRATANTE: Município de Balneário Gaivota

CNPJ: 01.511.659/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: Aditivo nº 02 ao Contrato nº 111/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 269 - PGT - Lebon Régis**

Extrato de Contrato nº 269/2014

Programa de Gestão Tributária - Lebon Régis

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis

CNPJ: 83.074.310/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 053/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 270 - PGT - Tigrinhos**

Extrato de Contrato nº 270/2014

Programa de Gestão Tributária - Tigrinhos

CONTRATANTE: Município de Tigrinhos

CNPJ: 01.566.620/0001-55

CONTRATO MUNICIPAL Nº: Contrato de Rateio nº 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2014.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 271 - PGT - Campo Alegre**

Extrato de Contrato nº 271/2014  
Programa de Gestão Tributária - Campo Alegre  
CONTRATANTE: Município de Campo Alegre  
CNPJ: 83.102.749/0001-77  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: Contrato de Rateio nº 050/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 10 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 272 - PGC - Formosa do Sul**

Extrato de Contrato nº 272/2014  
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Formosa do Sul  
CONTRATANTE: Município de Formosa do Sul  
CNPJ: 80.637.424/0001-09  
CONTRATO Nº: 092/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 273 - PGC - União do Oeste**

Extrato de Contrato nº 273/2014  
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - União do Oeste  
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de União do Oeste  
CNPJ: 02.323.196/0001-80  
CONTRATO Nº: 004/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 274 - PGC - Ouro**

Extrato de Contrato nº 274/2014  
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Ouro  
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Ouro  
CNPJ: 00.083.494/0001-15  
CONTRATO Nº: 04/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 275 - PGC - São Cristóvão do Sul**

Extrato de Contrato nº 275/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São Cristóvão do Sul

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul

CNPJ: 09.087.219/0001-44

CONTRATO Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIS/AMURES****Ata Nº 04/2014 Comissão Licitação CIS/AMURES**

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES

Aos dezesseis dias do mês de Junho de dois mil e quatorze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Presidente da Comissão e Pregoeira e equipe de apoio formada pelos senhores Guilherme Rangel Bianchini e André Santos de Oliveira. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguinte empresa: Instituto da Visão Centro Oftalmológico Lageano Ltda; Clínica Odonto Médica Pró Face Ltda e Centro de diagnóstico de Doenças Digestivas e Psicológicas Ltda. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quatorze e Edital de Credenciamento de dois mil e quatorze, as referidas empresas foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das mesmas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o Extrato de Inexigibilidade de Licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro - Presidente Comissão de Licitação (Pregoeira); Guilherme Rangel Bianchini e André dos Santos Oliveira (equipe de apoio).

NEIVA GLAUCIA F. RIBEIRO

Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

(Equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

(Equipe de apoio)

**CITMAR****Edital Tomada de Preços Nº. 001/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE &amp; MAR - CITMAR

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2014

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica, eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 23, inciso II, "a" e §8º da Lei Federal nº. 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES E SESSÃO DE ABERTURA: Entrega do envelopes até as 9h e abertura às 10 h do dia 22/07/2014, junto ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala nº. 02, Bairro São Vicente, em Itajaí - SC.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e o Convite para participar do certame poderão ser obtidos diretamente na sede do Consórcio, no endereço acima descrito no seguinte horário: das 8h e 30 min. às 12h, fone: (47) 3404-8000, ou pelo sítio eletrônico do CITMAR, em [www.amfri.org.br](http://www.amfri.org.br), link CITMAR/Downloads+Publicações/Publicações Diversas.

Itajaí/SC, 16 de junho de 2014.

Ana Paula da Silva

Presidente CITMAR

Célio José Bernardino

Diretor Executivo - CITMAR